

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

GRACIELE PEREIRA GUEDES

DETERMINANTES DO CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SETOR DE
SERVIÇOS NO EMPREGO LATINO-AMERICANO
NO PERÍODO 1980 – 2014

NITERÓI, RJ

2020

GRACIELE PEREIRA GUEDES

DETERMINANTES DO CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SETOR DE
SERVIÇOS NO EMPREGO LATINO-AMERICANO
NO PERÍODO 1980 – 2014

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Economia

Campo de Confluência: Economia Social e Sustentabilidade

Orientadora:

Profª Drª Celia Lessa Kerstenetzky

Coorientadora:

Profª Drª Danielle Carusi Machado

Niterói, RJ

2020

GRACIELE PEREIRA GUEDES

**DETERMINANTES DO CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SETOR DE
SERVIÇOS NO EMPREGO LATINO-AMERICANO
NO PERÍODO 1980 – 2014**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Economia

Aprovada em 21 de julho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Celia Lessa Kerstenetzky – UFRJ
Orientadora

Prof^a Dr^a Danielle Carusi Machado – UFF
Coorientadora

Prof^a Dr^a Carmem Feijó – UFF

Prof^o Dr. Fábio Domingues Waltenberg – UFF

Prof^o Dr. Lauro Francisco Mattei – UFSC

Prof^a Dr^a Valéria Lúcia Pero – UFRJ

Niterói
2020

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de pesquisa acabou sendo um reencontro comigo mesma: de ter prazer em estudar um assunto mais a fundo, ou de lembrar que eu sempre quis estudar América Latina. Então, eu gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram para que ele fosse concluído.

Agradeço a Deus por eu ter concluído esse projeto que eu delinee para a minha vida, e por ter me permitido conseguir coisas que em teoria “não cabiam”.

Agradeço às minhas orientadoras, Celia e Dani. À Celia, por todos os conselhos, pelo incentivo, generosidade e entusiasmo constante. À Dani, pelo interesse, incentivo, conselhos e paciência. Às duas, meu muito obrigada pelo olhar sempre atento e preciso em todas as leituras e sugestões, pelos ensinamentos ao longo de todos esses anos e pelas pesquisas em que pude trabalhar com vocês – em especial aquela que acabou resultando neste estudo.

Este projeto se valeu de comentários e sugestões em algumas ocasiões. Além dos comentários da Celia e da Dani, ele recebeu sugestões da professora Carmem Feijó e do professor Fábio Waltenberg durante a defesa do projeto de tese, e de dois pareceristas anônimos, que avaliaram o artigo de qualificação, que deu origem ao Capítulo 1 deste trabalho. Além desses momentos, agradeço as sugestões recebidas durante a apresentação de parte do Capítulo 1 no Núcleo de Estudos em Educação (NEE) e de parte do Capítulo 2 na 23ª edição da Latin American Social and Public Policy Conference (LASPP) e na preOlivera Conference YSI.

Muito obrigada à minha família – minha avó, Emilia, minha mãe, Alzenir, meu pai, Paulo, e minha irmã, Franci. Obrigada por todo o incentivo e por terem incutido em mim o desejo de estudar, de me escolarizar, e por terem acreditado junto comigo que era possível. Isso sempre foi de uma beleza extrema. Obrigada por todas as conversas, risadas, cafés de final da tarde, doçura e confiança. Vó, mãe, obrigada por terem sempre sido exemplos de mulheres inteligentes e determinadas.

À Elisa Monçores, minha companheira de vida acadêmica desde o IE/UFRJ, e uma das pessoas mais queridas que eu tenho junto a mim. Muito obrigada pela sua amizade, pelas nossas conversas, risadas e almoços. À Lohana Mônaco, uma amizade que surgiu no doutorado. Lô, obrigada por todas as conversas, por me ouvir e por todos os almoços e cafés.

À Mariana Finello, de quem também fiquei amiga durante o doutorado. Mari, muito obrigada pela sua amizade, sensatez e por todos os almoços e conversas. Ao Felipe Martins, o Giba, por toda a leveza e amizade.

Obrigada à Liana, ao Diego e à Tetê por todo companheirismo, por todos os momentos divertidos e encontros hilários. Que a nossa amizade só se beneficie do tempo.

Ao Léo e aos demais “oficineiros”, obrigada por estarem me ajudando a reencontrar meu lado extrovertido, e a entender que com uma dose certa de fé cênica a gente pode ser quem a gente quiser ser.

Aos professores e amigos do Autrement Dit, do Abraço Cultural e do iicrio, com os quais muito aprendi nesse período.

A todos os meus professores e instituições nas quais estudei ao longo da minha vida, e, também, a todos aqueles que contribuíram e contribuem para a construção de um ensino público de qualidade nesse país, do qual eu tanto me beneficiei no decorrer dos anos.

Gostaria que todos esses se sentissem um pouco parte deste trabalho.

*“Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
Frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, mi hermano (Sí)*

*El sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva*

*Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena*

*Una canasta con frijoles
Soy Maradona contra Inglaterra anotándote dos goles
Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta es mi cordillera*

*Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria, no quiere a su madre
Soy América Latina
Un pueblo sin piernas, pero que camina, ¡oye!
(...)*

*Tengo los lagos, tengo los ríos
Tengo mis dientes pa' cuando me sonrío
La nieve que maquilla mis montañas
Tengo el sol que me seca y la lluvia que me baña*

*Un desierto embriagado con peyote
Un trago de pulque para cantar con los coyotes
Todo lo que necesito
Tengo a mis pulmones respirando azul clarito*

*La altura que sofoca
Soy las muelas de mi boca mascando coca
El otoño con sus hojas desmalladas
Los versos escritos bajo la noche estrellada
Una viña repleta de uvas
Un cañaveral bajo el sol en Cuba
Soy el mar Caribe que vigila las casitas
Haciendo rituales de agua bendita
El viento que peina mi cabello
Soy todos los santos que cuelgan de mi cuello
El jugo de mi lucha no es artificial
Porque el abono de mi tierra es natural”*

(Latinoamerica, Calle 13)

RESUMO

O processo de expansão do setor de serviços em termos de emprego tem se intensificado desde a segunda metade do século XX. Em contraste com algumas economias avançadas, na América Latina (AL), os principais movimentos foram parcialmente notados antes mesmo do completo desenvolvimento industrial da região. Desta forma, nos países em desenvolvimento latino-americanos, o crescimento do emprego no setor de serviços foi identificado como distinto dos demais. Apesar de as teorias tradicionais – baseadas principalmente em fatores de oferta e demanda – parecerem, ao menos em parte, dar conta do processo de transição das economias desenvolvidas, elas parecem menos aplicáveis à experiência latino-americana. O debate mais recente ressalta a importância da análise das mutações societárias e configurações político-institucionais observadas nas últimas décadas para a compreensão dos determinantes e principais características do emprego terciário. Por essa perspectiva poderiam ainda ser explicadas diferenças na participação do setor de serviços entre distintos países ou a importância relativa dos vários subsetores de serviços no emprego. Contudo, essas avaliações mais recentes investigam as razões por trás das diferentes trajetórias e características do desenvolvimento do emprego terciário somente para o contexto de economias desenvolvidas. Desta forma, os determinantes da terciarização latino-americana permanecem inexplicados. Tendo isso em consideração, o estudo busca investigar os fatores determinantes da expansão relativa do emprego no setor de serviços latino-americano em um conjunto de 18 países da região no período 1980-2014. Os principais resultados apontam que, embora o setor de serviços seja predominantemente baseado no subsetor distributivo, a análise de longo prazo evidencia alguns movimentos, como o crescimento em todos os países analisados da participação dos ocupados no subsetor de serviços produtivos e o aumento da participação dos ocupados na atividade de saúde no interior do subsetor social. Tratando especificamente do período 2000-2014, o aumento da participação dos ocupados no agregado do setor de serviços no total dos ocupados foi influenciado por um distinto conjunto de fatores – escolaridade média, PIB *per capita*, participação feminina na força de trabalho e urbanização. Em oposição, incrementos na desigualdade salarial tendem a inibir a expansão do percentual dos ocupados no setor de serviços com relação ao total dos ocupados. Ademais, assim como o processo de expansão relativa do emprego em serviços regional se iniciou a um nível de produto *per capita* inferior àquele das economias avançadas, os achados empíricos indicam que o ponto de máximo do indicador de participação dos ocupados no setor de serviços no total dos ocupados deve ser alcançado a um nível de produto *per capita* inferior ao das economias desenvolvidas. Ao contrário do resultado encontrado para economias avançadas, o efeito do diferencial de produtividade indústria-serviços não foi significativo. A análise por subsetores evidencia os efeitos diversos dos fatores-determinantes sobre cada um dos quatro subsetores de análise. Dentre eles, o efeito do diferencial de produtividade indústria-serviços representou a inibição do percentual dos ocupados nos subsetores mais produtivos sem correspondente crescimento da participação dos ocupados nos subsetores de menor produtividade. Ademais, os achados para o subsetor de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios apontam a existência de uma relação de complementariedade entre o setor de serviços e o industrial. Por fim, uma das resultantes das reformas estruturais do final do século XX, a construção de mercados de trabalho mais flexíveis, mostrou-se influente somente sobre a expansão relativa do subsetor de finanças.

Palavras-chave: Participação do setor de serviços no emprego. América Latina. Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

From the second half of the 20th century, service sector employment began to gain momentum. In contrast with some advanced economies, major shifts were partially detected even before industrialization was in full swing in Latin American (LA) region. Therefore, researchers have identified service sector employment growth in LA developing countries as a distinctive one. Although traditional theories—which hinge heavily on supply and demand factors as explanations for service sector employment growth—seem to partially account for the transition process of developed economies, it seems less applicable to the LA experience. The most recent and ongoing debate highlights the determinants and main characteristics of service sector employment as underpinned by societal mutations and political institutional configurations observed throughout the last decades. This perspective would better address cross-national differences in the share of the service sector employment or the distinct importance of the various service subsectors in employment. However, these most recent and ongoing assessments investigate the reasons behind different trajectories and characteristics of the development of service sector employment only among developed economies. Therefore, the determinants of LA tertiarization remain unanswered. Bearing that in mind, this study seeks to assess the determinants of LA service employment share expansion based on 18 LA countries over the 1980–2014 period. The main results suggest that although the service sector is predominantly based on the distributive subsector activities, some interesting moves took place in the long-term. It is remarkable that the higher variations were observed in the producer subsector, and, within the social subsector, in health activities. Regarding the specific period from 2000 to 2014, the expansion in the service employment share was influenced by a distinct set of factors—average number of years of schooling, GDP per capita, female labor force participation, and the degree of urbanization. In contrast, increases in wage inequality tend to inhibit the expansion of employment in the service sector as a share of total employment. Furthermore, as well as the service sector expansion started in LA at a lower level of GDP per capita, the empirical findings showcase that the turning point for the indicator of service sector employment share must be reached at a lower level of GDP per capita in comparison with the advanced economies. In contrast with the results found for advanced economies, the effect of the productivity gap of services in relation to manufacturing was not statistically significant for the LA region. The analysis by service subsectors highlights the distinct effects of the determining factors on each of the four subsectors under analysis. Among them, the effect of the productivity gap of services in relation to manufacturing represents the inhibition of the employment share in the most productive service subsectors without a corresponding growth in the share of employment in the less productive service subsectors. Furthermore, the findings for the financing, insurance, real estate and business services subsector point out to the existence of a relation of complementary between the service sector and the industrial one. Finally, one of the resulting of the late twentieth-century structural reforms, the achievement of more flexible labor markets, proved to be influential only on the relative expansion of the financial subsector.

Keywords: Service sector employment share. Latin America. Economic Development.

LISTA DE SIGLAS

AL	América Latina
ARG	Argentina
BOL	Bolívia
BP	Breusch-Pagan
BRA	Brasil
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPALSTAT	Comisión Económica para América Latina y el Caribe Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas
CHL	Chile
COL	Colômbia
CRI	Costa Rica
DP	Desvio-Padrão
EBES	Estado de Bem-Estar Social
ECU	Equador
ELV	El Salvador
EUA	Estados Unidos da América
FT	Força de Trabalho
GTM	Guatemala
HON	Honduras
ICP	International Comparison Program
IED	Investimento Estrangeiro Direto
ILO	International Labour Organization
ILOSTAT	International Labour Organization Database
IME	Indústria Maquiladora de Exportação
ISIC	International Standard Industrial Classification of All Economic Activities
LA	Latin American
LASPP	Latin American Social and Public Policy
MCE	Modelo de Correção de Erros
MEI	Microempreendedor Individual

MEX	México
MQG	Mínimos Quadrados Generalizados
NEE	Núcleo de Estudos em Educação
NIC	Nicarágua
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAN	Panamá
PEA	População Economicamente Ativa
PER	Peru
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Paridade Poder de Compra
PRY	Paraguai
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
P10	Percentil 10
P50	Percentil 50
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
URY	Uruguai
VEN	Venezuela

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CAPÍTULO 2

Mapa 1- Ocupados no setor de serviços, 2014 (em % Total de ocupados).....	95
--	----

CAPÍTULO 3

Esquema Analítico 1a - Determinantes do crescimento ou inibição da participação do setor de serviços no emprego latino-americano.....	159
Esquema Analítico 1b - Determinantes do crescimento ou inibição da participação do setor industrial no emprego latino-americano.....	159
Esquema Analítico 1c - Determinantes do crescimento ou inibição da participação do subsetor de comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes no emprego latino-americano.....	174
Esquema Analítico 1d - Determinantes do crescimento ou inibição da participação do subsetor de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios no emprego latino-americano.....	174
Esquema Analítico 1e - Determinantes do crescimento ou inibição da participação do subsetor de transporte, armazenagem e comunicações no emprego latino-americano.....	175
Esquema Analítico 1f - Determinantes do crescimento ou inibição da participação do subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais no emprego latino-americano.....	175
Mapa 1 - Ocupados no setor de serviços, média 2000-2014 (em % Total de ocupados).....	176

LISTA DE GRÁFICOS

CAPÍTULO 2

Gráfico 1A - Evolução da participação dos ocupados nos setores industrial e de serviços (em % Total de ocupados) - Média 35 Países da OCDE (1991-2014).....	88
Gráfico 1B - Evolução da participação dos ocupados nos setores industrial e de serviços (em % Total de ocupados) - Média 18 Países da AL (1980-2014).....	88
Gráfico 2 - Evolução PIB <i>per capita</i> em PPC (em milhares) - Média 18 Países da AL (1990-2014).....	91
Gráfico 3 - Evolução diferencial de produtividade indústria-serviços - Média 18 Países da AL (1991-2014).....	91
Gráfico 4 - Ocupados no setor de serviços (em % Total de ocupados) x PIB <i>per capita</i> em dólares PPC, 2014.....	96
Gráfico 5A - Ocupados no setor de serviços, por sexo (em % Total de ocupados, por sexo) - 17 Países AL (1990).....	100
Gráfico 5B - Ocupados no setor de serviços, por sexo (em % Total de ocupados, por sexo) - 17 Países AL (2014).....	100
Gráfico 6 - Variação em p.p. dos ocupados no subsetor de serviços distributivos (em % Total de ocupados) - 14 Países da AL (1980/2014).....	106
Gráfico 7 - Variação em p.p. dos ocupados no subsetor de serviços sociais (em % Total de ocupados) - 16 Países da AL (1980/2014).....	108
Gráfico 8 - Variação em p.p. dos ocupados no subsetor de serviços pessoais (em % Total de ocupados) - 15 Países da AL (1980/2014).....	109
Gráfico 9 - Variação em p.p. dos ocupados no subsetor de serviços produtivos (em % Total de ocupados) - 16 Países da AL (1980/2014).....	112

CAPÍTULO 3

Gráfico 1 - Taxa de variação anual da massa salarial real e do consumo dos lares – América Latina e Caribe (1995-2014).....	161
--	-----

LISTA DE QUADROS

CAPÍTULO 1

Quadro 1 - Esquema Analítico. Abordagem Tradicional e Abordagem Alternativa..... 29

Quadro 2 - Resumo Abordagens Teóricas..... 64

CAPÍTULO 2

Quadro 1 - Classificação dos Subsetores do Setor de Serviços..... 84

Quadro 2 - Indicadores Demográficos e Socioeconômicos - 18 Países AL (2014)..... 97

Quadro 3 - Indicadores Inserção externa latino-americana - 18 Países AL (2014)..... 111

Quadro 4 - Resumo variação participação da população ocupada nos subsectores de serviços - Países e grupos de países (1980/2014)..... 115

Quadro 5 - Distribuição dos ocupados no setor de serviços por atividades, 2014 (em % Total de ocupados)..... 116

CAPÍTULO 3

Quadro 1 - Compilação da literatura de determinantes do crescimento da participação do setor de serviços no emprego..... 139

Quadro 2 - Variáveis da regressão, descrição e fonte dos dados (2000-2014)..... 145

Quadro 3 - Resumo Estatísticas Indicadores Determinantes - 18 Países AL (média 2000-2014) 179

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 2

Tabela 1 - Distribuição dos ocupados por setores, anos selecionados (em % Total de ocupados).....	92
Tabela 2 – Distribuição dos ocupados por subsetores de serviços, anos selecionados (em % Total de ocupados).....	103

CAPÍTULO 3

Tabela 1 - Resumo das Estatísticas Descritivas Setor de Serviços, Indústria e Subsetores de Serviços.....	180
Tabela 2 - Determinantes da participação do setor de serviços no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios.....	181
Tabela 3 - Determinantes da participação do setor industrial no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios.....	182
Tabela 4 - Determinantes da participação do subsetor de comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios.....	183
Tabela 5 - Determinantes da participação do subsetor de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios.....	184
Tabela 6 - Determinantes da participação do subsetor de transporte, armazenagem e comunicações no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios.....	185
Tabela 7 - Determinantes da participação do subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios.....	186
Tabela 8 - Determinantes da participação do setor de serviços no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak.....	187
Tabela 9 - Determinantes da participação do setor industrial no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak.....	188
Tabela 10 - Determinantes da participação do subsetor de comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak.....	189
Tabela 11 - Determinantes da participação do subsetor de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak.....	190
Tabela 12 - Determinantes da participação do subsetor de transporte, armazenagem e comunicações no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak.....	191
Tabela 13 - Determinantes da participação do subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak.....	192
Tabela 14 - Resumo das Estatísticas Descritivas Atividades de Serviços Selecionadas....	193
Tabela 15 - Determinantes da participação da atividade de administração pública e defesa e seguro social compulsório no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios.....	194
Tabela 16 - Determinantes da participação da atividade de saúde e trabalho social no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios.....	195
Tabela 17 - Determinantes da participação da atividade de educação no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios.....	196
Tabela 18 - Determinantes da participação da atividade de domicílios privados no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios.....	197

Tabela 19 - Determinantes da participação da atividade de administração pública e defesa e seguro social compulsório no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak.	198
Tabela 20 - Determinantes da participação da atividade de saúde e trabalho social no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak.....	199
Tabela 21 - Determinantes da participação da atividade de educação no emprego. 2000 - 2014. Especificação de Mundlak.....	200
Tabela 22 - Determinantes da participação da atividade de domicílios privados no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak.....	201

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - DETERMINANTES DO CRESCIMENTO DO EMPREGO NO SETOR DE SERVIÇOS: APORTES TEÓRICOS	25
1 INTRODUÇÃO	25
2 CONTEXTUALIZAÇÃO: OS SERVIÇOS NO PROCESSO DE MUDANÇA ESTRUTURAL	29
3 O CRESCIMENTO DO EMPREGO EM SERVIÇOS PELAS ÓTICAS DE OFERTA E DEMANDA: A ABORDAGEM TRADICIONAL	35
3.1 Tese Fisher-Clark: Enfoque predominantemente de demanda	36
3.2 A Doença de custos de William Baumol: Enfoque predominantemente de oferta	38
3.3 Jean Fourastié: Enfoque conjunto de oferta e demanda	41
3.4 A título de primeiras conclusões	44
4 AS CATEGORIAS DE OFERTA E DEMANDA EXPLICAM O CRESCIMENTO DO EMPREGO EM SERVIÇOS?	45
4.1 Críticas: Traços Gerais	45
4.2 A abordagem tradicional à luz da experiência latino-americana	52
5 ABORDAGEM ALTERNATIVA: AS VERTENTES SOCIOECONÔMICA E POLÍTICO-INSTITUCIONAL	57
5.1 A Vertente Socioeconômica	57
5.2 A vertente político-institucional	61
6 CONCLUSÕES	65
APÊNDICE METODOLÓGICO	65
CAPÍTULO 2 - A TRANSIÇÃO PARA O EMPREGO NO SETOR DE SERVIÇOS: UM PADRÃO PARA A AMÉRICA LATINA?	70
1 INTRODUÇÃO	70
2 CONTEXTUALIZAÇÃO: A AMÉRICA LATINA EM QUATRO DÉCADAS	73
3 DADOS E ESTRATÉGIA EMPÍRICA	79
4 UM OLHAR SOBRE A TERCIARIZAÇÃO LATINO-AMERICANA	85
4.1 Panorama do setor de serviços latino-americano (1980-2014)	85
4.2 Um padrão para o setor de serviços latino-americano?	101
5 CONCLUSÕES	120
ANEXO IIA	123
ANEXO IIB	124
ANEXO IIC	125
ANEXO IID	132
CAPÍTULO 3 – DETERMINANTES DO CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS NO EMPREGO LATINO-AMERICANO (2000-2014)	135
1 INTRODUÇÃO	135
2 DADOS E ESTRATÉGIA EMPÍRICA	140
2.1 Dados	140
2.2 Estratégia Empírica: o modelo de dados em painel	147

3 RESULTADOS	150
3.1 Quais fatores determinam a expansão relativa da participação do setor de serviços no emprego latino-americano?	151
3.2 Quais fatores determinam a expansão relativa da participação dos subsetores de serviços no emprego latino-americano?	160
3.2.1 Modelo Básico	160
3.2.2 Perfil demográfico e socioeconômico	164
3.2.3 Inserção externa latino-americana	167
3.2.4 Desigualdade salarial e direitos trabalhistas	170
3.2.5 Tamanho do Estado	172
4 O CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SERVIÇOS: QUAIS CONFIGURAÇÕES PARA OS PAÍSES LATINO-AMERICANOS?	176
5 CONCLUSÕES	202
ANEXO IIIA	207
ANEXO IIIB	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
REFERÊNCIAS	218

INTRODUÇÃO

As primeiras evidências de incremento acentuado no nível de emprego no setor de serviços têm início entre as décadas de 1960 e 1970, no contexto de países desenvolvidos. Nas décadas posteriores, os países-membro da OCDE perderam ao redor de um quinto de seus empregos industriais (ESPING-ANDERSEN, 1999). Em contraponto, já no final dos anos 1970, o setor de serviços contava com mais da metade do emprego total em países como França, Alemanha, Japão, Holanda, Suécia, Estados Unidos e Reino Unido (ELFRING, 1989).

No cenário de países desenvolvidos, tal processo de incremento da participação do setor de serviços nos indicadores de produto e emprego foi diagnosticado como um movimento de mudança estrutural. Esse foi compreendido como parte de um processo de desenvolvimento econômico de longo prazo (ROWTHORN; COUTTS, 2004; ROWTHORN; RAMASWAMY, 1997; WREN, 2013), ou uma das três grandes mutações do mundo do trabalho, segundo definiu Askenazy (2009)¹.

Para a lógica de economias em desenvolvimento, como aquelas da região latino-americana, o mesmo movimento é em geral caracterizado como “precoce” – trata-se de países cuja expansão relativa do emprego em serviços ocorreu a níveis inferiores de renda *per capita*, antes de que houvessem atingido o pleno desenvolvimento de suas estruturas produtivas.

Independente do caráter atribuído à expansão relativa do setor de serviços – natural ou precoce –, esse setor se caracteriza como o maior *locus* de expansão do emprego nas economias contemporâneas, com a expectativa de que a maior parcela das ocupações continue se desenvolvendo em seu interior (BOSCH; LEHNDORFF, 2005). Apesar desta evidência, poucas são as análises que têm esse setor como seu objeto de estudo. Por vezes, o setor de serviços é tratado como um resíduo na classificação setorial ou como um ponto de chegada do processo de desenvolvimento econômico. Conforme define Gadrey (2003), os serviços são definidos por uma dupla negação, todas as atividades não classificadas como indústria ou agricultura.

A caracterização dada correntemente aos serviços é em certa medida inesperada se tomarmos em consideração as expectativas construídas no decorrer do século XX, sobretudo nas décadas do pós-guerra. Pela visão de Jean Fourastié (Capítulo 1), os serviços seriam ‘a grande esperança’, o setor de confluência de todos aqueles que perderam seus postos de

¹ As outras duas grandes mutações seriam a concepção taylorista e o processo de industrialização. Hirata (2016), em referência a essa definição, diz ser necessário igualmente considerar a maior e crescente inserção feminina na força de trabalho no conjunto dessas mutações.

trabalho nos demais setores, assim como um indicativo de progresso social. Além disso, conforme destacam Bosch e Lehndorff (2005), uma das aspirações dos trabalhadores industriais do século XX era a de que seus filhos pudessem aceder a ocupações de serviços, um signo de mobilidade social. Em pouco menos de um século esse cenário se alterou bruscamente – os serviços são tomados como reduto das ocupações de baixa qualificação, remuneração, e, na América Latina, são um sinônimo, uma espécie de representação cognitiva do trabalho informal.

Com efeito, nas décadas finais do século XX a classe trabalhadora não é a mesma de meados daquela década. Embora essa afirmação não signifique assumir seu desaparecimento, segundo pleiteado por alguns teóricos à época, podem ser observadas algumas alterações (ANTUNES; ALVES, 2000). Dentre elas, a redução do número de trabalhadores fabris, em ocupações estáveis, e altamente especializados, forjados nos sistemas produtivos fordista e taylorista. Em contraste, a figura desse trabalhador passa a dar lugar a de um novo trabalhador e a um grande contingente – em expansão – de ocupados em serviços, cujas atividades são exercidas sob as mais diversas modalidades: terceirização, subcontratação e trabalho a tempo parcial. Como ponto de destaque, parcela significativa dessa mão-de-obra passa a ser composta por mulheres (ANTUNES; ALVES, 2000).

Na literatura tradicional de emprego em serviços ('Abordagem Tradicional', no Capítulo 1), o crescimento desse indicador é observado como um processo dotado de certo grau de automatismo. Isto é, a partir de incrementos nas variáveis de relevância – renda *per capita*, diferencial de produtividade entre indústria e serviços e progresso técnico aliado à alteração na estrutura de consumo – observa-se um contínuo deslocamento dos trabalhadores ocupados para o terceiro dos setores. Esse deslocamento possui um só sentido: do primário (agricultura) para o secundário (indústria) e, por fim, para o terciário (serviços). Ainda, em recurso à terminologia Rostowiana (1960), essa tendência seria o resultado do alcance da maturidade de uma determinada sociedade, descrita por seu embasamento no consumo de massas, e pelo peso crescente de ocupações de serviços.

Contudo, a unilateralidade do desenvolvimento descrita por essas teorias se aplica a todas as experiências de desenvolvimento? Isto é, o movimento subsequente observado nas economias em desenvolvimento seria um mero desdobramento daquele notado em países desenvolvidos, sem contornos próprios? A análise da experiência latino-americana revela que não. Na região, o cenário de transição setorial se distanciou daquele descrito tradicionalmente. À redução dos ocupados na agricultura se seguiu a expansão dos ocupados em atividades de serviços, sem que o setor industrial houvesse alcançado seu completo desenvolvimento. Desta

forma, a trajetória de desenvolvimento do setor de serviços latino-americano parece mais se aproximar de um nó Górdio na teoria tradicional do que de um mero desdobramento das experiências pioneiras.

A literatura desenvolvida em começos do século XXI, tendo em consideração a insuficiência² da ‘Abordagem Tradicional’ em responder as questões próprias à terciarização, mesmo de países desenvolvidos, tem se voltado para novos termos. Por essa nova leitura, além das variáveis econômicas clássicas de produto *per capita* e diferencial de produtividade, as alterações socioeconômicas e político-institucionais experimentadas nas últimas décadas podem contribuir para a explicação dos determinantes do crescimento do percentual do emprego representado por serviços. Ainda mais especificamente, ao porquê de determinados países serem mais efetivos em expandir empregos no setor em questão frente à queda relativa dos dois demais setores. Dentre as novas variáveis consideradas estão alterações na estrutura demográfica, transformações no modo de vida, a crescente participação feminina na força de trabalho, políticas de fixação salarial, desigualdade salarial, comércio internacional e o gasto público social.

Apesar de essa literatura representar um avanço no que se refere à análise dos fatores causais de expansão terciária, seu foco são países desenvolvidos. A tese busca, portanto, preencher essa lacuna na literatura para os países em desenvolvimento da região latino-americana, objetivando responder quais os fatores que determinam a expansão da participação dos ocupados no setor de serviços latino-americano no período 1980-2014. O trabalho se fundamenta na hipótese de que o recurso às variáveis de caráter socioeconômico e político-institucional pode contribuir para o entendimento da expansão do emprego representado por serviços. Essa hipótese é testada para um conjunto de 18 países latino-americanos, a saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Em geral, a terciarização é vista como uma fase mais “branda” da mudança estrutural. Diferente da transição da força de trabalho entre os setores agrícola e industrial, que pressupunha a migração do meio rural para o urbano, a transição da força de trabalho da indústria para os serviços se caracterizaria somente pela migração entre setores e ocupações. Contudo, na América Latina, essa caracterização não descreve a região em sua totalidade. Em alguns dos países latino-americanos, em especial nos menores países da América Latina – o

² Os termos “insuficiência” e “insuficiente” são utilizados ao longo do texto como sinônimos da expressão “não aplicáveis à toda especificidade histórica”.

grupo dos “países pequenos” (Capítulo 2) –, o movimento de expansão relativa do setor de serviços envolve não somente a migração entre setores e ocupações, mas igualmente o deslocamento do meio rural para o meio urbano.

Em termos de mercado de trabalho, a região tratada possui algumas especificidades: (i) o estabelecimento do mercado de trabalho assalariado, um dos alicerces do capitalismo moderno, ocorreu apenas no decorrer do século XX (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015); (ii) a relação entre crescimento econômico e nível de emprego é menos estreita que aquela observada em países desenvolvidos. Isto é, na região latino-americana, diante de fases descendentes do ciclo econômico, a transição dos trabalhadores não necessariamente ocorre para a situação de desocupação, mas para a economia informal, de menor produtividade laboral média (WELLER, 2017); (iii) parcela do emprego gerado na América Latina é derivada da pressão da oferta da mão de obra (que tende a se concentrar na economia informal), e não da demanda por mão de obra. Este fator se deve, em parte, aos frouxos esquemas de proteção social existentes na região, que funcionariam como estabilizadores automáticos em períodos de crise (WELLER, 2017); (iv) a maioria dos países da região possui níveis intermediários ou severos de heterogeneidade estrutural, descritos pela coexistência de setores de distintos graus de desenvolvimento (alta, média e baixa produtividades). Esse fator possui alto impacto sobre os mercados de trabalho da região (WELLER, 2017).

Cabe notar que esse não se trata de um estudo sobre o processo de mudança estrutural do ponto de vista macroeconômico. Seu propósito é o de ser uma análise do desenvolvimento de longo prazo do setor de serviços na região latino-americana, pela ótica das instituições do mercado de trabalho e das alterações socioeconômicas observadas nas últimas décadas. Sempre que cabível e aplicável, recorre-se, contudo, à ampla literatura desenvolvida sobre a temática pela macroeconomia, da qual a análise se beneficia.

Como nos países desenvolvidos, na América Latina, a instituição “mercado de trabalho” é também uma das principais fontes de provisão de bem-estar (FRANZONI, 2007), com o acréscimo de que, na região, em razão dos mais frouxos esquemas de proteção social, a participação no mercado de trabalho se torna mais premente. Trata-se, portanto, de estudar o setor de maior peso relativo em termos de emprego em uma região na qual o mercado de trabalho é um importante provedor de bem-estar. Tendo em vista o peso relativo desse setor e a expectativa de que ele siga representando as maiores parcelas do emprego em comparação aos dois demais setores econômicos, a compreensão da trajetória seguida pelos países latino-

americanos no desenvolvimento de seu setor de serviços e dos principais fatores por trás desse movimento parece justificar a análise proposta.

Além desta introdução e das considerações finais, a tese se subdivide em três capítulos. A estrutura da tese foi pensada de forma a privilegiar distintas formas de análise do nosso objeto de estudo: teórica (Capítulo 1), empírico-descritiva (Capítulo 2) e econométrica (Capítulo 3). Essa escolha se justifica pela própria trajetória de estudo do setor de serviços. Colin Clark, um dos autores pioneiros na literatura dos serviços (Capítulo 1), conta que, na época em que escreveu a versão original de *The Conditions of Economic Progress*, de 1940, análises factuais não possuíam apreço acadêmico na Inglaterra, em consonância com a insuficiência de estatísticas ao nível nacional, e no uso das existentes. Dentre outros, esse fato o levou, nas décadas posteriores, em outro cenário, a reeditar o livro em questão com um amplo conjunto de estatísticas. Essa se tornou a edição de 1951 de *The Conditions* (CLARK, 1951). Posteriormente, no final da década de 1980, Elfring (1988) conta que, devido à insuficiência de dados comparativos e técnicas econométricas mais avançadas, as análises sobre o emprego no setor de serviços empregavam habitualmente o método “kuznetsiano”. O autor pleiteava que, uma vez que houvesse novas e melhores estimativas para o setor de serviços, estudos econométricos contribuiriam para a análise. Tendo isso em consideração, a tese busca contribuir para a literatura de serviços por essas três formas de análise.

Os capítulos se subdividem da seguinte forma: o Capítulo 1 contextualiza o setor de serviços no cenário de mudança estrutural e de desindustrialização, e apresenta o referencial teórico de estudo do emprego nesse setor. O referencial se desdobra em duas abordagens, denominadas ao longo do texto ‘Abordagem Tradicional’ e ‘Abordagem Alternativa’. Neste capítulo é também discutido o desenvolvimento do setor de serviços latino-americano, em contraste com as principais expectativas construídas pela análise dos enfoques da ‘Abordagem Tradicional’.

O Capítulo 2, de natureza empírica, analisa, a partir de um conjunto de estatísticas descritivas, quais as características da expansão relativa do setor de serviços latino-americano. Em especial, nesse capítulo, busca-se responder quais os contornos do setor de serviços na região, e se o crescimento da participação relativa dos serviços no total dos ocupados a partir dos anos 1980 seria característico do setor como um todo, ou teria privilegiado determinado grupo de atividades ou subsetor. Ademais, procura-se avaliar se seria possível notar um padrão de desenvolvimento do setor nos países que compõem a região. Essa investigação é elaborada ao nível do setor de serviços, dos subsetores do setor de serviços e das atividades que o compõem, no período 1980-2014. Os principais resultados são contrapostos àqueles dos

demais setores econômicos e ao cenário observado em economias desenvolvidas. A análise se fundamenta em duas bases de dados da OIT.

O Capítulo 3 estima, pelo modelo de dados em painel, ao nível do setor de serviços, de seus subsetores e de algumas atividades selecionadas, quais os fatores-determinantes da expansão relativa do setor de serviços latino-americano. Nessa análise, são levados em consideração os fatores apontados pela ‘Abordagem Tradicional’ e pela ‘Abordagem Alternativa’, compilados no Capítulo 1. O exercício realizado nesse capítulo busca ainda responder uma questão secundária: quais fatores justificam a alta heterogeneidade da participação do emprego em serviços em uma região reconhecidamente heterogênea? Nesse capítulo, a análise trata unicamente do período 2000-2014. A base de dados utilizada para a variável de participação relativa do setor de serviços no total dos ocupados é a da CEPALSTAT.

Algumas das principais conclusões alcançadas ao longo dos próximos três capítulos podem ser antecipadas: embora o setor de serviços represente a maior parcela do total de ocupados na região, há uma grande heterogeneidade desse setor no mapa regional, o que revela que alguns países se mostram mais efetivos em expandir empregos no setor em questão, frente à queda relativa dos dois outros setores. Os movimentos e estratégias adotados pelos distintos países da América Latina são diversos, e afetados por fatores exógenos ao mercado de trabalho. Embora predominantemente baseado em serviços distributivos, a análise de longo prazo evidencia alguns movimentos de destaque do setor de serviços regional. Dentre eles, o crescimento em todos os países analisados da participação dos ocupados no subsetor de serviços produtivos e o aumento da participação dos ocupados na atividade de saúde no interior do subsetor social.

No período 2000-2014, o aumento da participação do agregado do setor de serviços no total de ocupados foi influenciado por um distinto conjunto de fatores – escolaridade média, PIB *per capita*, participação feminina na força de trabalho e urbanização. Em oposição, incrementos na desigualdade salarial tendem a inibir a expansão do percentual dos ocupados no setor de serviços no total dos ocupados. Ademais, assim como o processo de expansão relativa do emprego em serviços regional se iniciou a um nível de produto *per capita* inferior àquele das economias avançadas, os achados empíricos do Capítulo 3 indicam que o ponto de máximo desse indicador deve ser alcançado a um nível de produto *per capita* inferior ao das economias desenvolvidas.

A análise por subsetores evidencia os efeitos diversos dos fatores-determinantes sobre cada um dos quatro subsetores de análise. Parte dos resultados alcançados sugere-se estar

alinhada ao modelo de crescimento econômico vigente durante parte do período 2000-2014. Um resultado geral é o de que o efeito do PIB *per capita* se fez sentir apenas sobre dois dos subsetores: de comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes e de finanças, seguros, serviços imobiliários e negócios. O efeito do diferencial de produtividade indústria-serviços representou a inibição do percentual dos ocupados nos subsetores mais produtivos (finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios e transporte, armazenagem e comunicações) sem correspondente crescimento da participação dos ocupados nos subsetores de menor produtividade (comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes e serviços comunitários, sociais e pessoais). Por fim, uma das resultantes das reformas estruturais do final do século XX, a construção de mercados de trabalho mais flexíveis, mostrou-se influente somente sobre a expansão relativa do subsetor de finanças.

Esses achados corroboram, em certa medida, as expectativas de Jean Fourastié (FOURASTIÉ, 1949[1971]) (Capítulo 1): os fatores-motrizes do crescimento da participação relativa do setor de serviços são aqueles relacionados ao progresso social, em seu sentido mais amplo: populações crescentemente escolarizadas, crescente participação feminina na força de trabalho, maior grau de urbanização e progresso econômico, medido pelo PIB *per capita*.

CAPÍTULO 1 - DETERMINANTES DO CRESCIMENTO DO EMPREGO NO SETOR DE SERVIÇOS: APORTES TEÓRICOS

1 INTRODUÇÃO

As primeiras evidências de incremento acentuado no nível de emprego no setor de serviços têm início entre as décadas de 1960 e 1970, no contexto de países desenvolvidos. Entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1990, os países-membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) perderam cerca de um quarto de seus empregos industriais (SPING-ANDERSEN, 1999). No final dos anos 1970, o setor de serviços respondia por mais da metade do emprego total em países como França, Alemanha, Japão, Holanda, Suécia, Estados Unidos e Reino Unido (ELFRING, 1989).

No cenário de países desenvolvidos, tal processo de incremento da participação do setor de serviços nos indicadores de produto e emprego foi diagnosticado como um movimento de mudança estrutural. Este foi compreendido como parte integrante de um processo de desenvolvimento econômico de longo prazo (ROWTHORN; COUTTS, 2004; ROWTHORN; RAMASWAMY, 1997; WREN, 2013). Nesse contexto, as leituras feitas com relação ao processo de mudança estrutural privilegiaram tanto aspectos positivos quanto negativos do movimento em questão. Interpretações otimistas do fenômeno (ROWTHORN; COUTTS, 2004; ROWTHORN; RAMASWAMY, 1997) o viram como um resultado natural do desenvolvimento econômico de longo prazo. Por outro lado, as análises que observaram a mudança estrutural como um fenômeno negativo têm como embasamento a visão de que a garantia de altos níveis de produtividade e crescimento econômico pressupõe uma alta participação da indústria no total do emprego de determinado país.

O mesmo movimento, de redução relativa do emprego industrial e de expansão do percentual do emprego representado por serviços, foi percebido nas décadas posteriores no cenário de economias em vias de desenvolvimento. Contudo, para esses países, esse quadro não é observado como portador das mesmas “virtudes” que para países desenvolvidos. Se para a lógica de economias desenvolvidas a redução relativa do emprego industrial pode ser caracterizada como positiva, uma vez que tal declínio corresponda à absorção integral do emprego pelo setor de serviços, para a lógica de economias em desenvolvimento, como aquelas da região latino-americana, o mesmo movimento é em geral caracterizado como “precoce”. Essa caracterização se baseia no fato de se tratar de países que desenvolveram seus respectivos setores de serviços antes de seu completo desenvolvimento produtivo, a menores

níveis de renda *per capita*. Isto é, sem que pudessem se beneficiar dos ganhos decorrentes do desenvolvimento produtivo.

Independente do caráter negativo ou positivo que se atribua ao movimento de mudança estrutural, os serviços se concretizam como parcela representativa e crescente do produto e emprego das economias contemporâneas, destacando-se a expectativa de que a maior porção do emprego continue se desenvolvendo no seu interior (BOSCH; LEHNDORFF, 2005). A partir desta constatação essas mesmas economias podem ser denominadas *economias de serviços*.

Em contraponto a esta evidência, o papel fundamental desempenhado pelos serviços em geral não se traduz em posição de centralidade nas análises econômicas (DJELLAL; GALLOUJ, 2007). O caráter autônomo atribuído a esse setor se resume muitas das vezes à visão de que ele seria um ponto de chegada no processo de desenvolvimento econômico, conforme considerado pelas teorias etapistas do desenvolvimento (RUBALCABA, 2007).

Tal baixa centralidade teórica pode-se supor estar associada a quatro principais fatores, a saber: o caráter residual com o qual os serviços são abordados, a recorrente orientação analítica voltada para o curto prazo, a visão improdutiva designada aos serviços e a dificuldade de construção de um referencial analítico adequado ao estudo do setor.

No que se refere ao caráter residual do setor em questão, conforme definido por Gadrey (2003), os serviços são comumente definidos por uma dupla negação – são eles todas as atividades não classificadas como indústria ou agricultura. No tocante à temporalidade das análises, investigações que somente se debruçam sobre o curto prazo encobrem mutações, a exemplo da manifesta na transição em questão (DROUIN, 2011). Adicionalmente, o papel improdutivo atribuído aos serviços, presente em autores como Smith (ELFRING, 1988; RUBALCABA, 2007; STORRIE, 2002) ou Marx (ELFRING, 1988), permeia a própria história do pensamento econômico. Esse ponto se torna ainda mais significativo tendo em consideração que os serviços eram tidos como improdutivos em meio a uma classificação em três setores “calcada no produto” (ARCHIBUGI, 1994, p. 2, tradução própria), observada em Allan Fisher (FISHER, 1935) e Colin Clark (CLARK, 1940), por exemplo. Posteriormente, pode-se ainda considerar que os modelos desenvolvidos no *mainstream* econômico neoclássico baseavam-se em uma economia de bens, pouco respondendo a economias baseadas em serviços (RUBALCABA, 2007).

Por fim, uma quarta via de explicação para a atrofia nos estudos referentes aos serviços supõe que tal fato pode mesmo ser atribuído à dificuldade de construção de um referencial teórico-analítico. Desse espera-se que se adeque à abordagem da nova realidade

socioeconômica desvelada por esta fase da transição setorial. Isto se deve ao fato de que a transferência direta do instrumental tradicionalmente utilizado, herdado da economia industrial, para a economia de serviços parece problemática (DJELLAL; GALLOUJ, 2007). Isto é, as diferenças existentes entre uma economia de serviços e uma economia industrial – maior presença de relações interpessoais, diferença na mensuração de produtividade, intangibilidade do produto – parecem requerer a utilização de um novo ferramental. Os serviços, dessa forma, constituem-se, ainda, em um espaço nebuloso na análise econômica, o espaço da intangibilidade, improdutividade, dos mitos e lendas, onde é perigoso se aventurar (DJELLAL; GALLOUJ, 2007).

Além dos fatores acima descritos, deve-se considerar o contexto histórico no qual as teorias tradicionais de estudo dos serviços, encabeçadas por Allan Fisher (FISHER, 1935), Colin Clark (CLARK, 1940[1951]), William Baumol (BAUMOL, 1967) e Jean Fourastié (FOURASTIÉ, 1949[1971]), e foco da seção subsequente, foram construídas ou se desenvolveram. Este fator parece, ao menos em parte, justificar suas principais proposições. Conforme apontado por Furtado (1977), a interpretação de Colin Clark, baseada na noção de progresso econômico, foi adequada, no imediato pós-guerra, às necessidades da reconstrução e do desenvolvimento europeu, centro das preocupações políticas naquela ocasião. Por outro lado, o período de prosperidade europeia dos Anos Dourados do pós-guerra, ou Trinta Gloriosos³, conforme posteriormente denominou Jean Fourastié, parece ter influenciado a presença de certo automatismo na explicação do processo de transformação setorial.

Cabe ainda notar o lugar de destaque que a variável de produtividade – e as discussões acerca de como incrementá-la – tiveram na sociedade francesa durante o período da Guerra Fria, como forma de afugentar investidas comunistas. Tal fato desembocou na criação em fevereiro de 1950 da Agência Francesa para o crescimento da produtividade (*Agence Française pour l'accroissement de la productivité*), e, posteriormente, em junho do mesmo ano, do Comitê nacional da produtividade (*Comité national de la productivité*). Deve-se ressaltar que as discussões na França com relação a este conceito foram principalmente baseadas nas teorias de Fourastié (DENORD, 2009).

Leituras posteriores do fenômeno da terciarização, como a aqui empreendida, resguardadas pela própria historicidade, podem incorrer em anacronismos, dado que as primeiras investigações são análises que antecederam e anteciparam questões que ainda não haviam se efetivado em bases reais. Tais leituras, feita a devida ponderação, parecem ainda

³ Em 1989, no posfácio à última edição de ‘A Grande Esperança do Século XX’, Fourastié denominou os ‘Trinta Gloriosos’ como o período de realização de ‘A Grande Esperança’.

assim necessárias. Isto se deve ao fato de que o estudo dos fatores que influenciam economias ou socioeconomias de serviços próprias a cada país ou “mundo”⁴ tem evidenciado que qualquer escolha político-social adotada no tocante à expansão de empregos em serviços é repleta dos mais variados efeitos distributivos. Dentre eles podem ser citados a qualidade das ocupações geradas ou o nível de desigualdade salarial observado. Este fator parece legitimar o aprofundamento dos estudos referentes a este tema.

As primeiras proposições teóricas feitas com relação ao emprego em serviços não se mostraram robustas em explicar os fatores que influenciam seu crescimento. A partir desta observação, isto é, a de que as proposições tradicionais não são suficientes em explicar o movimento descrito, este capítulo tem por objetivo traçar a evolução do referencial teórico-analítico dedicado ao estudo do emprego no setor de serviços.

O capítulo está organizado da seguinte forma: a seção 2 busca contextualizar o cenário de expansão do emprego no setor de serviços. Em um primeiro momento discute-se o processo de mudança estrutural. Posteriormente, avalia-se o cenário corrente, de redução relativa do emprego industrial e expansão do emprego representado por serviços no total do emprego. A seção 3 apresenta os primeiros enfoques que buscaram elucidar os fatores explicativos para a expansão do emprego em serviços. São eles a Tese Fisher-Clark (enfoque predominantemente de demanda), a doença de custos de William Baumol (enfoque predominantemente de oferta) e as proposições de Jean Fourastié (enfoque conjunto de oferta e demanda). Ao longo do texto, denominam-se esses três enfoques de ‘Abordagem Tradicional’. Por estas proposições teóricas, o crescimento do emprego em serviços decorreria de variáveis de oferta e demanda, nomeadamente o aumento da renda *per capita* (Allan Fisher (FISHER, 1935) e Colin Clark (CLARK, 1940)), o diferencial de produtividade entre setores (Baumol (BAUMOL, 1967)) e a alteração na estrutura de consumo aliada aos distintos níveis de progresso técnico dos setores – Jean Fourastié (FOURASTIÉ, 1949).

A seção 4 se dedica à apresentação de estudos posteriores à abordagem tradicional que corroboraram ou refutaram suas proposições. A subseção 4.1 trata das críticas feitas a aspectos que dão sustentação aos enfoques da ‘Abordagem Tradicional’: característica de bem de luxo dos serviços, baixa produtividade das atividades terciárias, trajetória de deslocamento intersetorial dos trabalhadores e diversidade das atividades do setor de serviços. Na subseção 4.2, dá-se destaque à experiência concreta latino-americana, que se contrapõe às principais

⁴ Referência à classificação de economias e sociedades de serviços proposta por Gadrey (2003), posteriormente aprofundada em Gadrey (2005). A partir dela, os países analisados pelo autor se enquadrariam em quatro grupos ou mundos (liberal ou anglo-saxão; nórdico; continental e familista). Uma discussão mais detalhada é apresentada na subseção 5.1.

proposições teóricas da abordagem tradicional. Na seção 5 busca-se apresentar uma nova abordagem, denominada, neste capítulo, ‘Abordagem Alternativa’, que se desdobra na ‘vertente socioeconômica’ e na ‘vertente político-institucional’. De acordo com essa nova abordagem, fatores socioeconômicos e político-institucionais também poderiam contribuir para a elucidação dos determinantes do crescimento do emprego em serviços. O esquema analítico ao final desta introdução retrata de forma sucinta esta classificação analítica. Uma descrição mais detalhada pode ser encontrada no Quadro 2 ao final do capítulo. Na seção 6 são sintetizadas as principais conclusões. No apêndice metodológico são apontadas algumas breves considerações metodológicas necessárias para a passagem deste capítulo teórico para os demais capítulos, de natureza empírica.

Podem-se adiantar duas conclusões alcançadas: (i) o arcabouço teórico tradicional mostra-se insuficiente em explicar o crescimento do emprego em serviços; (ii) os fatores que influenciam o crescimento do emprego em serviços não são questão equacionada na literatura. Desse modo, a incorporação à análise de fatores além dos apontados tradicionalmente parece oferecer maior poder explanatório sobre o processo em questão. A partir disto, a contribuição deste capítulo para a literatura de serviços se concentra em sistematizar as diferentes hipóteses explicativas, chamando a atenção para um aspecto até então negligenciado pela literatura canônica de emprego em serviços. Isto é, o de que fatores ligados aos ambientes socioeconômico e político-institucional são também explicativos.

Quadro 1 - Esquema Analítico. Abordagem Tradicional e Abordagem Alternativa

Abordagem Tradicional	Abordagem Alternativa
Enfoque predominantemente de demanda Enfoque predominantemente de oferta Enfoque conjunto de oferta e demanda	Vertente socioeconômica Vertente político-institucional

Fonte: Elaboração própria.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO: OS SERVIÇOS NO PROCESSO DE MUDANÇA ESTRUTURAL

Na literatura de desenvolvimento econômico (ROWTHORN; COUTTS, 2004; ROWTHORN; RAMASWAMY, 1997; PALMA, 2005), a transição para uma economia baseada em serviços é em geral caracterizada como resultado de um processo de “mudança estrutural”. A partir desse processo, o emprego, inicialmente concentrado no setor agrícola,

seria deslocado para os demais dois setores econômicos (indústria e serviços), tendo como ponto de chegada a expansão relativa do setor de serviços.

Conforme ressaltam McMillan e Rodrik (2011), esse processo não é homogêneo, uma vez que existe grande variedade no padrão de mudança estrutural observado entre países e regiões. Ilustrativamente, o processo de mudança estrutural asiático repercutiu em aumentos da produtividade do trabalho, ao passo que o mesmo movimento, no contexto das economias latino-americanas, coincidiu com a redução da produtividade do fator trabalho (MCMILLAN; RODRIK, 2011).

Duas principais leituras são feitas com respeito a este processo: pela primeira das leituras, em economias desenvolvidas, a mudança estrutural é um movimento natural, decorrente do maior desenvolvimento econômico das nações (ROWTHORN; COUTTS, 2004; ROWTHORN; RAMASWAMY, 1997), capaz de promover benefícios no longo prazo (ROWTHORN; COUTTS, 2004). Dentre os benefícios advindos do processo de mudança estrutural estão o crescimento da produtividade geral da economia e a expansão da renda (MCMILLAN; RODRIK, 2011). Pela segunda das leituras, mais pessimista quanto ao processo em questão, a perda relativa de empregos na indústria seria negativa para a economia, dado que uma unidade de valor adicionado no setor industrial não equivaleria a uma unidade de valor adicionado advinda do setor de serviços. Essa visão se baseia, dentre outros, em uma leitura kaldoriana (KALDOR, 1960) do processo de desenvolvimento econômico. A partir dela, uma vez que somente o setor industrial possui propriedades de encadeamento “para frente” e “para trás”, o predomínio do emprego nesse setor seria a única alternativa de manutenção de maiores taxas de produtividade e crescimento econômico (PALMA 2005; TREGENNA, 2009).

A fase corrente de desenvolvimento econômico é caracterizada pela redução do percentual do emprego total representado pelo setor industrial – fenômeno denominado desindustrialização –, e pela expansão da proporção do emprego representada por serviços – fenômeno denominado terciarização⁵. Conforme notam Oreiro e Feijó (2010), essa é a definição clássica de desindustrialização, elaborada por Rowthorn e Ramaswany (1999), que categoriza o fenômeno como a redução do percentual do emprego industrial no emprego total de determinada nação, de forma persistente.

Tregenna (2009) oferece uma definição ampliada para o fenômeno. De acordo com essa nova classificação, uma vez que a redução do emprego industrial no total do emprego

⁵ Essa é a definição considerada para a variável “emprego”. Uma definição mais geral seria a de que a terciarização é “o crescimento do setor terciário com relação à indústria” (ARCHIBUGI, 1994, p. 2).

pode decorrer do crescimento da produtividade industrial, pode-se admitir um cenário em que, mesmo diante da tendência de queda relativa do emprego industrial, não se observe o mesmo movimento no indicador de valor adicionado industrial com relação ao produto. A proposta de Tregenna (2009) é, portanto, a de que a definição de desindustrialização considere as variáveis de emprego e de valor adicionado: um país estaria se desindustrializando caso a redução do emprego industrial no emprego total coincidisse com a redução do valor adicionado industrial no produto.

Nas economias desenvolvidas, o processo de desindustrialização se iniciou entre as décadas de 1960 e 1970, ao passo que nas economias em desenvolvimento latino-americanas esse movimento foi inicialmente observado entre as décadas de 1980 e 1990, e em meio à implementação das reformas de mercado (financeira, comercial, trabalhista) (OREIRO; FEIJÓ, 2010; PALMA, 2014)⁶. Nesse mesmo momento, passou-se a observar um quase contínuo aumento da proporção do emprego representado pelo setor de serviços.

No que se refere à desindustrialização iniciada nas décadas de 1960 e 1970, no contexto de países desenvolvidos, a tendência de queda relativa do emprego industrial é atribuída a cinco hipóteses principais, elencadas por Palma (2005) – hipóteses (i) a (iv) – e Rowthorn e Coutts (2004) – hipótese (v): (i) ilusão estatística; (ii) redução da elasticidade-renda da demanda por manufaturas; (iii) rápido crescimento da produtividade no setor industrial; (iv) nova divisão internacional do trabalho e (v) redução da taxa de investimento.

No que se refere à hipótese de “ilusão estatística”, o processo de desindustrialização adviria da emergência de formas de subcontratação. Atividades anteriormente desempenhadas internamente à indústria passam a ser transferidas para o setor de serviços, e contabilizadas como parte do emprego nesse setor. Contudo, ao nível global da economia, trata-se somente da transferência intersetorial de emprego, e não de geração ou perda de ocupações. Com relação à hipótese (ii), uma vez que no processo de desenvolvimento econômico a elasticidade-renda da demanda por manufaturas apresenta redução, à medida que determinada economia se desenvolve, pode-se esperar que bens manufaturados ocupem uma menor proporção na renda total, o que não ocorre com os serviços, de maior elasticidade-renda da demanda. Pela variável de produtividade, hipótese (iii), o crescimento da produtividade industrial implica a necessidade de um menor número de trabalhadores para a produção do mesmo *quantum* de bens industriais. Deste fator decorreria a redução do emprego no setor industrial. A hipótese (iv) se refere à possibilidade de transferência para o exterior de

⁶ Os trabalhos citados utilizam o indicador clássico de desindustrialização como métrica: redução do percentual do emprego industrial no emprego total.

determinadas atividades industriais. Nos casos em que tais atividades são menos intensivas em tecnologia e mais intensivas em mão de obra, é possível que a transferência ao exterior gere redução da mão de obra industrial, e maior exportação de produtos mais intensivos em tecnologia e em mão de obra qualificada. Adicionalmente, conforme apontam Rowthorn e Coutts (2004), o crescimento do comércio internacional pode gerar uma maior pressão por aumentos de produtividade, que também tendem a reduzir a demanda por trabalhadores. Por fim, pela hipótese (v), dado que grande parcela do investimento é direcionada para atividades do setor manufatureiro, a redução na taxa de investimento tende a contribuir para a redução do emprego naquele setor.

Além das hipóteses acima elencadas com respeito ao fenômeno de desindustrialização, Rowthorn (1994 apud PALMA, 2005) relaciona o processo de desindustrialização ao movimento da renda *per capita*. A associação entre as duas variáveis (participação da indústria no emprego e renda *per capita*) seria descrita por um formato de U invertido. Isto é, a menores níveis de renda *per capita*, o percentual do emprego representado pela indústria possui tendência ascendente. À medida que se alcançam níveis de renda *per capita* mais altos, a tendência ascendente do emprego industrial é substituída pela de estabilidade e, posteriormente, pela de descenso.

Embora confirme empiricamente a relação de “U invertido”, Palma (2005) aponta três novas características do fenômeno de desindustrialização: (i) para os países de renda média e alta, a relação entre emprego industrial e renda *per capita* não é estável no tempo, ela segue uma contínua tendência decrescente, mesmo nos países que ainda não alcançaram o ponto de inflexão; (ii) observa-se uma queda no nível de renda *per capita* correspondente ao ponto de inflexão. Logo, existe a tendência de que o momento no qual o emprego industrial começa a decrescer em termos relativos seja encontrado de forma mais acelerada; (iii) sobre a desindustrialização agem os efeitos da “Doença Holandesa”, entendida por Palma (2005) como um fenômeno de desindustrialização adicional, comum em países que aumentam repentinamente suas exportações de produtos primários ou de determinadas atividades de serviços de exportação, como turismo e financeiros. A referida “doença” pode igualmente se manifestar em países que apresentaram mudanças súbitas de política econômica, como aqueles do Cone Sul latino-americano nas décadas de 1980 e 1990. Tais alterações repentinas de política econômica na região latino-americano serão retomadas com maiores detalhes no Capítulo 2.

Cabe notar que a definição de Doença Holandesa apresentada por Palma (2005) não é a clássica. A definição usualmente utilizada associa os efeitos de um forte setor exportador de

produtos naturais em determinado país à sobrevalorização da taxa de câmbio. Por ela, a sobrevalorização cambial decorrente da exportação de recursos naturais tende a favorecer os setores mais comercialmente fechados da economia, como parte das atividades de serviços, e a impor dificuldades à expansão do setor industrial, mais aberto ao exterior.

Dada a relação existente entre desindustrialização e renda *per capita*, a trajetória de desenvolvimento econômico das economias latino-americanas é em geral caracterizada como uma desindustrialização precoce (PALMA, 2005). Trata-se de países cuja proporção do emprego industrial no emprego total começou a declinar a níveis de renda *per capita* inferiores aos de economias que já haviam passado pelo mesmo processo. Na região latino-americana, esse movimento foi mais rápido nos países do Cone Sul mais o Brasil (PALMA, 2005).

Com respeito ao objetivo próprio a esse capítulo – compreender teoricamente o desenvolvimento do setor de serviços pela ótica do emprego –, cabe notar a relação entre emprego industrial e emprego em serviços. A associação entre essas duas variáveis se estabelece no que se refere ao caráter do processo desindustrializante, “positivo” ou “negativo”, que são duas conotações diretamente associadas à capacidade de expansão do setor de serviços. A “desindustrialização positiva” seria aquela caracterizada por um processo normal na trajetória de crescimento econômico de economias maduras, decorrente do aumento da produtividade industrial. Por essa ótica, os trabalhadores que perderam seus empregos no setor industrial encontrariam novas ocupações no setor de serviços. A capacidade de absorção da mão de obra industrial pelo setor de serviços seria, portanto, integral (ROWTHORN; WELLS, 1987 apud TREGENNA, 2009). Por outro lado, a desindustrialização poderia ser caracterizada como “negativa” quando decorrente de falhas econômicas diante das quais os trabalhadores que perderam seus empregos no setor industrial não são absorvidos em ocupações do setor de serviços (ROWTHORN; WELLS, 1987 apud TREGENNA, 2009). Trata-se, portanto, da desindustrialização acompanhada do crescimento do desemprego.

Um primeiro esforço de síntese revela alguns aspectos de relevância para a análise que seguirá nas próximas seções: o processo de desenvolvimento econômico é heterogêneo, em especial quando são tomadas em consideração as especificidades de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Se para a lógica de economias desenvolvidas a redução relativa do emprego industrial pode ser caracterizada como natural ou positiva, para a lógica de economias em desenvolvimento, como aquelas da região latino-americana, o mesmo movimento é em geral caracterizado como “precoce”.

As explicações com relação ao movimento de desindustrialização, que desemboca, ao menos em parte, na expansão relativa do emprego no setor de serviços, a depender de sua capacidade de absorção, relacionam-se a múltiplos fatores. Dentre eles podem ser mencionados a expansão da produtividade industrial, a menor elasticidade-renda da demanda por bens industriais, subcontratação no setor de serviços de atividades anteriormente desempenhadas na indústria (hipótese da ilusão de ótica), a transferência para o exterior das atividades mais intensivas em mão de obra e a queda na taxa de investimento industrial. A essas hipóteses-base, parte da literatura acrescenta a associação existente entre a trajetória da renda *per capita* e o emprego industrial, que poderia ser descrita pelo formato de um “U invertido”, bem como a hipótese de “Doença Holandesa”.

Ponto de destaque é o fato de que a visão positiva ou negativa atribuída ao movimento de desindustrialização está alinhada à relação entre a queda relativa do emprego industrial e a expansão relativa do emprego no setor de serviços. Por este enfoque, a desindustrialização positiva seria aquela em que as perdas relativas de emprego industrial repercutissem na realocação integral dos trabalhadores no setor de serviços, ao passo que a desindustrialização negativa seria descrita pela redução de empregos industriais no emprego total acompanhada pelo aumento da taxa de desemprego.

Esta seção não buscou esgotar as hipóteses referentes aos movimentos de mudança estrutural e desindustrialização, mas apresentar um referencial que contextualize o crescimento relativo do emprego no setor de serviços – o setor-foco das demais seções deste capítulo. Diante disto, a próxima seção se dedica à exposição dos principais enfoques teóricos utilizados na explicação do crescimento do emprego terciário. Conforme será apresentado, parte dos enfoques aciona alguns dos fatores descritos nesta seção como relevantes no processo de desindustrialização, como crescimento da produtividade industrial, crescimento da renda *per capita* e alteração na elasticidade-renda da demanda.

3 O CRESCIMENTO DO EMPREGO EM SERVIÇOS PELAS ÓTICAS DE OFERTA E DEMANDA: A ABORDAGEM TRADICIONAL

Três enfoques se apresentam com vistas a explicar os principais determinantes da transição para uma economia de serviços como parte integrante de um processo de desenvolvimento de longo prazo. O primeiro deles baseia-se em fatores predominantemente de demanda, e se condensa nos trabalhos de Fisher (1935) e Clark (1940), o segundo se centra em determinantes predominantemente de oferta, e está assentado em Baumol (1967), e o terceiro encontra-se em Fourastié (1949)⁷. Este último aciona tanto fatores de oferta quanto de demanda. Estes são aqui denominados, para fins explanatórios, sob o título de *Abordagem Tradicional*.

A classificação em fatores de oferta e demanda baseia-se em autores como Wren (2013), ao passo que a inclusão de Fourastié (1949) reflete opção própria de análise. A classificação elaborada neste capítulo se apoia no destaque que variáveis de oferta ou demanda ganham em cada uma das análises. Em Fisher e Clark, os desejos de consumo ganham posição central frente às decisões de produção, e, em Baumol, a produtividade, ou os diferenciais de produtividade entre os setores, impõem-se às elasticidades de demanda. Apenas a teoria de Fourastié considera, com igual importância, esses dois conceitos.

Cabe notar que essa classificação é apenas uma simplificação analítica; não significa que esses autores se eximam do recurso a variáveis de demanda, no que se refere a Baumol, e de oferta, nos casos de Fisher e Clark. Ao contrário, a análise dos trabalhos mencionados evidenciou que fatores de oferta também se encontram presentes em Fisher e em Clark, e de que Baumol não deixa de lado o uso de fatores de demanda como as elasticidades. Contudo, esses não são seus pontos centrais de análise e argumentação, funcionam apenas como um acessório ao exame proposto.

Diante desta constatação geral, a classificação elaborada neste capítulo representa um afastamento da classificação original, que faz referência aos enfoques ‘de demanda’ e ‘de oferta’, como em Wren (2013). No decorrer deste capítulo, os dois primeiros enfoques são denominados ‘enfoque predominantemente de demanda’ e ‘enfoque predominantemente de oferta’. A leitura de Fourastié é nomeada ‘enfoque conjunto de oferta e demanda’.

Com o objetivo de apresentar os principais argumentos teóricos que esses três enfoques oferecem quanto ao crescimento do emprego em serviços, esta seção se subdivide

⁷ Referência à primeira edição de cada uma das obras. No entanto, no decorrer do texto, com exceção de Fisher (1935), as citações são feitas a edições posteriores, às quais se teve acesso.

em três subseções. Na subseção 3.1 é detalhada a tese Fisher-Clark (enfoque predominantemente de demanda), na subseção 3.2 é analisada a ‘Doença de Custos’ de Baumol (enfoque predominantemente de oferta) e na subseção 3.3 é descrita a teoria de Fourastié (enfoque conjunto de oferta e demanda).

3.1 Tese Fisher-Clark: Enfoque predominantemente de demanda

Pelo enfoque predominantemente de demanda, assim como as necessidades da vida econômica se apresentam de forma diversificada e categorizada em termos de setores econômicos (primário, secundário e terciário)⁸, a demanda por distintos bens e serviços igualmente apresenta inclinação a manifestar-se de forma díspar e hierarquizada com base no caráter de urgência que o consumo de determinado item denota. Esta afirmação está baseada na análise da alocação dos orçamentos familiares empreendida por Fisher (1935) e Clark (1951).

Em termos últimos, a partir de Clark (1951), a proporção da renda despendida em certo item é determinada por sua “ordem de urgência”⁹. O gasto com comida, aluguel e combustível atenderia necessidades mais prementes, ao passo que os gastos com artigos como móveis, vestimenta e itens diversos representariam necessidades menos urgentes ou mais postergáveis. Fisher (1935), por sua vez, sustenta sua análise nas leis de consumo definidas por Engel (ENGEL, 1857) e em outros estudos de orçamento familiar que corroboraram em grande medida os achados deste autor. No entanto, a proposição central que relaciona a demanda ao nível de renda está alinhada entre os dois autores, isto é: diante de aumentos de renda, a proporção da mesma alocada para distintos itens se altera; diminui-se a proporção da renda gasta com itens que representam necessidades mais imediatas, os primeiros a alcançarem os limites da saturação, como alimentos, e aumenta-se aquela direcionada a itens diversos menos prementes. Cabe notar que a demanda por estes itens tende a aumentar a uma taxa maior que o aumento da renda, isto é, a elasticidade-renda da demanda é superior a ‘um’, situação que configuraria um ‘bem de luxo’, a partir da classificação proposta por Engel (ENGEL, 1857).

⁸ Definição inicialmente elaborada por Fisher (1935), com base na forma como as atividades que compõem os dois primeiros setores eram denominadas à época na Austrália e na Nova Zelândia. Nessa leitura eles foram originalmente denominados ‘estágios de produção’. Contudo, de forma a manter o paralelismo com a literatura corrente, foi feita a opção por utilizar a terminologia ‘setor’ ao longo do texto. Cabe ressaltar que, ainda que predominantemente representado por serviços, conforme explícito na página 28 do trabalho em questão, há também menção por parte do autor à presença de bens no setor terciário.

⁹ Termo utilizado por Clark (1951) com base no estudo de Allen e Bowley (1935).

Ao nível de um país, a análise dos hábitos de consumo de determinados grupos de renda resulta que, em situações de renda *per capita* crescente, observa-se uma estreita relação entre a proporção da renda direcionada a certo de tipo de *commodity* e a distribuição do emprego entre os distintos setores de atividade. Países de menor progresso material relativo, mensurado em termos da renda real média, apresentariam uma maior proporção de sua população ocupada em atividades primárias, ao passo que países de maior progresso material relativo tenderiam a deslocar de forma crescente contingentes populacionais expressivos para atividades secundárias e terciárias. Esta relação é conhecida como tese Fisher-Clark.

Dada a relação intrínseca entre produção e consumo pressuposta por Fisher (1935), tem-se que, à medida que a importância relativa dos itens de gasto se altera em determinada sociedade, cabe ao produtor alterar sua estrutura de produção de forma a assegurar a oferta nas proporções corretas dos itens que os indivíduos desejam consumir ou venham a desejar consumir. Nesse sentido, a distribuição do emprego ocorre de forma a atender ‘novos desejos’ (FISHER, 1935, p. 38, tradução própria). A partir de Fisher, os trabalhadores de atividades que podem ser supridas a partir da utilização de um menor número de ocupados são deslocados para atividades que atendem a necessidades menos prementes, mas que se tornaram mais desejáveis. A importância crescente dessas atividades que atendem a necessidades menos prementes, e que são em geral serviços, caracteriza o terciário.

Por estes argumentos obtém-se a proposição central para o entendimento da alocação da população ativa entre setores: a população trabalhadora é distribuída entre os distintos setores econômicos de forma a suprir a oferta dos itens demandados, crescentemente representados por necessidades menos urgentes.

Este movimento faseológico (FURTADO, 1977) possui um sentido unilateral ou progressão cronológica (ANXO; STORRIE, 2002, p. 28): da agricultura para a manufatura, e da manufatura para o comércio e serviços. Pressupõe-se uma associação direta entre distintos níveis de desenvolvimento e distintas formas de alocação da população trabalhadora. Desta forma, uma alta proporção de indivíduos engajados em atividades do terciário tem como premissa sociedades que alcançaram níveis de renda média (ou *per capita*) mais elevados. Nesse sentido, Fisher (1935) afirma que aqueles países com os mais altos padrões de vida devem ser também aqueles que empregam a maior proporção de sua população na produção de ‘bens de luxo’¹⁰.

¹⁰ A argumentação apresentada se assemelha àquela construída nas décadas posteriores por Walt W. Rostow. De acordo com o Rostow (1960), do estágio do consumo de massas, o quinto estágio de crescimento econômico,

Em síntese, por este enfoque os desejos de consumo são uma variável de relevância. Em situações de renda *per capita* crescente eles tendem a se alterar, dado que necessidades mais prementes como comer são substituídas pelo consumo de itens menos prementes, porém mais desejáveis. O consumo de serviços se enquadra nesse último grupo. Por esta lógica, a população ativa tenderia a deslocar-se entre setores, de forma a atender a oferta dos artigos que passam a ser demandados. Em um movimento por fases, o setor primário daria lugar ao secundário e, por fim, ao terciário. Contudo, variáveis atreladas à esfera da oferta não são centrais nesta argumentação. A próxima subseção se dedica ao enfoque que se assenta em fatores de oferta.

3.2 A Doença de custos de William Baumol: Enfoque predominantemente de oferta

Pelo enfoque predominantemente de oferta, Baumol (1967) argumenta que, devido à natureza intrinsecamente baseada em relações interpessoais de parte das atividades de serviços, incrementos contínuos em produtividade não seriam factíveis sem que houvesse perda de qualidade em sua execução. A perda de qualidade seria devida à execução destas atividades por “amadores”. Dadas certas hipóteses simplificadoras, essa característica produziria aumentos de preços destas atividades e deslocamento intersetorial da mão de obra no sentido do setor de menor produtividade.

Como premissa básica, as atividades econômicas poderiam ser categorizadas com base no papel desempenhado pelo trabalho em sua estrutura tecnológica. Nos termos de Baumol (1967), em determinadas atividades, o trabalho é um instrumento, um requisito para o alcance do produto final, ao passo que, em outras, ele é o produto final.

Desta classificação resultariam dois setores essencialmente distintos, o setor progressivo (BAUMOL, 1967) e o setor não progressivo (BAUMOL, 1967) ou estagnante (BAUMOL; BLACKMAN; WOLF, 1985). As atividades do setor progressivo são definidas como aquelas nas quais aumentos de produtividade cumulativos seriam observados por ação de fatores como inovação, acúmulo de capital e economias de escala, e as atividades estagnantes são aquelas nas quais somente ganhos pontuais de produtividade são possíveis devido à sua própria natureza. Posteriormente (BAUMOL; BLACKMAN; WOLF, 1985), as

resultariam dois fatores: o aumento da renda real *per capita* e a mudança na estrutura da força de trabalho, representada também pela expansão da proporção de ocupações relacionadas aos serviços.

“atividades assintoticamente estagnantes”¹¹ são incluídas na análise. Estas seriam atividades híbridas, que comportam em proporções fixas fatores dos setores estagnante e progressivo da economia. São exemplos os serviços de transmissão televisiva e computação eletrônica.

Ilustrativamente, no setor progressivo, incluem-se as atividades industriais, e, no setor não progressivo, parte das atividades de serviços, ou, conforme definidos por Baumol (2012), os serviços pessoais¹². Cabe enfatizar que o termo “estagnante” é válido apenas para parte das atividades de serviços. O setor de serviços como um todo contém algumas das atividades mais progressivas bem como algumas das atividades mais estagnantes da economia (BAUMOL; BLACKMAN; WOLFF, 1985). A partir de Baumol, Blackman e Wolff (1985), dentre as atividades de serviços pertencentes ao setor progressivo estão aquelas de comunicação e radiodifusão, comércio e bens imóveis. As atividades de finanças e seguros e as atividades do Governo compõem o setor não progressivo da economia¹³.

Nas atividades estagnantes, tentativas de aumento da produtividade resultariam, via de regra, em perda de qualidade. Neste grupo, inclui-se parcela dos serviços considerados vitais para a sobrevivência e bem-estar das sociedades, como atividades dos governos municipais, serviços legais, programas de bem-estar direcionados aos mais pobres, educação, artes, restaurantes e entretenimento, e uma diversidade de outros serviços ofertados publicamente (BAUMOL, 2012).

A adoção da classificação das atividades econômicas em setores progressivo ou estagnante, aliada à consideração de três suposições simplificadoras, dá origem à lei tendencial, e, portanto, de caráter inelutável, denominada doença de custos. Tomando por base a premissa de que os salários dos dois setores de atividade se movimentam na mesma direção, observa-se que o crescimento dos salários observado no setor progressivo, em decorrência dos ganhos de produtividade conquistados, tem por consequência estender-se ao setor estagnante. Neste último, por definição, a produtividade inexistente ou apresenta acréscimos pontuais. No setor progressivo, os ganhos de produtividade mais que superam o

¹¹ A denominação se refere ao fato de que, nas fases iniciais, são observados rápidos aumentos de produtividade e queda de custos, ao passo que, com o passar do tempo, observam-se aumentos de custos, em alinhamento com a trajetória do setor estagnante (BAUMOL; BLACKMAN; WOLFF, 1985).

¹² Em Baumol, os serviços pessoais são definidos de forma distinta daquela cunhada por Malthus em substituição à expressão ‘trabalho improdutivo’; esta é igualmente empregada em sentido distinto daquele presente nas classificações das atividades econômicas, a exemplo das abordagens de Elfring (1988) e Singelmann (1978). Para Baumol, os serviços pessoais são aqueles cuja quantidade de trabalho do provedor não pode ser reduzida e cuja oferta é direcionada diretamente ao usuário. Consultas médicas exemplificam esta denominação (BAUMOL, 2012).

¹³ Cabe notar que a classificação de Baumol, Blackman e Wolff (1985) se baseia unicamente em dados para a economia norte-americana no período 1947-1976.

crescimento dos custos reais¹⁴ com o fator trabalho. Contudo, no setor estagnante, esta compensação não se manifesta; isto é, os aumentos de salários sobrepujam os ínfimos acréscimos de produtividade, se existentes. Neste setor, portanto, em um comportamento de inflação endógena (TRONTI; SESTINI; TOMA, 2002), o aumento de salários é transferido para o aumento de custos e preços das atividades ofertadas.

Este raciocínio decorre da consideração de três suposições simplificadoras relacionadas ao movimento e à composição dos custos relativos ao fator trabalho –, isto é: (i) somente os custos referentes ao fator trabalho são considerados; (ii) os salários são equivalentes em ambos os setores e se movimentam conjuntamente (em curso crescente ou decrescente), de forma a se igualar¹⁵; e (iii) os salários do setor mais produtivo crescem em linha com seus ganhos de produtividade¹⁶.

Deste encadeamento decorre fator crucial na argumentação da Doença de Custos: o aumento *não interrompível*¹⁷, *cumulativo, progressivo e universal*¹⁸ de custos poderia levar ao declínio ou desaparecimento *do mercado* das atividades do setor estagnante, uma vez que a demanda por tais atividades não tende a ser particularmente inelástica¹⁹.

¹⁴ Cabe pontuar que a argumentação da doença de Custos toma em consideração os custos reais. Desta forma, o aumento de custos diz respeito a uma taxa de crescimento dos custos dos serviços pessoais significativamente superior à taxa de crescimento média da inflação de todos os bens e serviços da economia.

¹⁵ Caso contrário, atividades cujas taxas de salário se situam consideravelmente atrás tenderiam a perder sua força de trabalho. Esta argumentação parece tomar como premissa, contudo, uma livre movimentação dos trabalhadores entre atividades, não condicionada a fatores como qualificação ou localização geográfica, ou a características como gênero e raça, por exemplo. Este fato é recorrentemente criticado nas últimas décadas pelos teóricos da *'mismatching theory'*, como em Mortensen e Pissarides (1999).

¹⁶ Baumol (1967) argumenta que esta suposição tem embasamento realista. Isto é, os trabalhadores organizados percebem rapidamente seus ganhos de produtividade, e tendem a ajustar sua barganha salarial conforme estes ganhos. Esse fato é relevante quando confrontado com observação presente em Salverda e Schettkat (2007), isto é, a validade da argumentação de Baumol se situa em ambientes coordenados de fixação salarial. Empiricamente, em especial desde a década de 1970, observa-se que os ganhos de produtividade observados nos Estados Unidos – país cuja política de fixação salarial ocorre de forma desregulamentada – não representaram ganhos salariais equivalentes. No período 1979-2013, nos EUA, a produtividade cresceu oito vezes mais rapidamente que os ganhos salariais do trabalhador típico (BIVENS; GOULD; MISHEL; SHIERHOLZ, 2014). Na década de 1960, na qual o autor propõe as primeiras análises, os salários tendiam, contudo, a acompanhar o movimento da produtividade. Pode-se levantar ainda que no enfoque de Baumol não se considera que ganhos de produtividade possam ser revertidos em novas formas de uso do tempo, como o aumento do tempo dedicado a lazer. De acordo com Blanchard (2004), os ganhos de produtividade observados na Europa no final do século XX e início do século XXI foram revertidos em aumentos do tempo de lazer e não em rendimentos monetários do trabalho.

¹⁷ Desta forma, esforços de contenção deste movimento, ainda que aparentemente bem-sucedidos no curto prazo, mostrar-se-ão, no longo prazo, simples atenuantes (BAUMOL, 1967). Esta doença não é, portanto, passível de cura – sua natureza é, por definição, não interrompível (LE PEN, 2013).

¹⁸ Esta última característica é pontuada em Baumol (2012).

¹⁹ Mas, nesse caso, deve-se ponderar o grau de dispensabilidade dessas atividades estagnantes – atividades como as de educação, menos dispensáveis, tendem, de acordo com Baumol (1967), a ser relativamente elásticas quanto à renda e inelásticas com relação a preços. Com base em seu grau de dispensabilidade, as atividades de produtividade constante podem adicionalmente ser decompostas em dois grupos – atividades como as de comércio varejista e educação seriam menos dispensáveis comparativamente aos serviços de atividades da categoria dos bens de luxo, tais quais cerâmica e vidraçaria.

A alternativa de que a oferta dessas atividades seja mantida, ou de que a fração do produto relativo desses dois setores mensurado em unidades físicas mantenha-se constante²⁰, passa a depender de duas possibilidades, da intervenção governamental mediante subsídios, ou de ser a demanda inelástica com relação ao preço ou elástica quanto à renda. Essa alternativa acaba por induzir uma realocação desbalanceada dos trabalhadores entre os dois setores considerados. O setor progressivo, no qual ganhos de produtividade se manifestam, passa a demandar um número decrescente de trabalhadores, que se deslocam ao setor estagnante, de forma a manter a sua participação relativa no produto constante. Observa-se, portanto, como tendência, o deslocamento de um crescente número de trabalhadores do setor progressivo para aquele de baixa produtividade, ao passo que, no primeiro dos setores, a quantidade de trabalhadores tende a se aproximar de zero.

Por esta compreensão, o fator determinante da alocação dos trabalhadores entre os setores de atividade é o diferencial de produtividade existente entre os mesmos. Isto é, o setor progressivo, intrinsecamente gerador de ganhos de produtividade, tem por pressuposto gerar o mesmo volume de produção a partir da utilização de um menor volume de trabalhadores. O setor estagnante, devido à sua estrutura tecnológica, baseia-se na absorção de crescente volume de trabalhadores. O aumento observado no emprego em serviços e a queda do emprego industrial decorreriam desse mecanismo.

A próxima subseção expõe os principais achados de Fourastié. Este autor, assim como Baumol, dá especial ênfase ao papel da produtividade, ou progresso técnico, no deslocamento da população ativa para atividades de serviços. Contudo, a análise de Fourastié distancia-se da de Baumol ao incorporar a importância do padrão de consumo para o deslocamento intersetorial do emprego.

3.3 Jean Fourastié: Enfoque conjunto de oferta e demanda

Com vistas a explicar os fatos econômicos e sociais que, de sua perspectiva, dominavam a sociedade desde inícios do século XIX²¹, Fourastié baseia sua análise na preponderância do progresso técnico incidente sobre a produção. Conforme pontuado em Fourastié (1971), a análise empreendida na obra em questão trata somente dos países desenvolvidos, não versando sobre os países por ele ditos subdesenvolvidos. Estes são

²⁰ Em Baumol (2012), o autor explicita que esse suposto não necessariamente é verdadeiro, ainda que implique, de forma expressiva, a distribuição da força de trabalho.

²¹ Refere-se aos cerca de 150 anos que antecedem a “Grande Esperança do século XX”, período este recorrentemente demarcado pelo autor no decorrer do livro.

definidos como os países cuja taxa de crescimento demográfico ultrapassa a taxa do progresso técnico.

O progresso técnico, ou o crescimento do volume da produção decorrente da utilização de um mesmo ou decrescente volume de mão de obra, manifesta-se de forma heterogênea entre as distintas atividades da vida econômica. Esse fator também define a repartição das atividades em três setores econômicos *profundamente distintos*: primário, dotado de atividades de progresso técnico médio; secundário, de considerável progresso técnico, e terciário, composto por atividades que se mostram insensíveis ou pouco sensíveis à ação do progresso técnico. Ilustrativamente, no primeiro dos casos (setor primário) estariam inclusas as atividades agrícolas, no setor de alto progresso técnico (secundário) aquelas ligadas à indústria, ao passo que, no último dos setores descritos (terciário), seriam enquadradas atividades como as de comércio, administração, profissões liberais e serviços pessoais.

O papel-chave do progresso técnico no tocante à demarcação tripartite dos setores não se restringe a ela, ele igualmente dita os movimentos observados da população ativa entre os setores considerados. Por esta ótica, o progresso técnico não somente possibilitaria a geração de uma maior quantidade de bens disponíveis a partir da utilização de um número constante ou decrescente de trabalhadores, como também afetaria preços e salários: em termos relativos, os preços dos bens primários e secundários com relação aos terciários cairiam e os rendimentos reais dos trabalhadores²² tenderiam a aumentar em consonância à queda de preços. Por conseguinte, as possibilidades de consumo dos trabalhadores se ampliariam.

As maiores possibilidades de consumo dos trabalhadores, derivadas dos mais altos rendimentos do trabalho ou do aumento da produção, concorrem para o incremento do consumo, em *volume*. Contudo, também alteram sua *estrutura* – “desde que surge a abundância, surge a saciedade²³” (FOURASTIÉ, 1971, p. 25). Isto é, o homem passa a apreciar bens distintos daqueles que apreciava, os quais lhe passaram a ser ofertados em abundância. À medida que as possibilidades de consumo da população para os bens dos setores de médio e de considerável progresso técnico aumentam, a partir de determinado ponto o homem passa a saturar-se desses bens. O consumo dos bens desses mesmos setores estagna desde então.

Em um primeiro momento, este processo é observado nos bens ditos primários, que atendem necessidades mais imediatas, e, em um segundo momento, nos bens do setor

²² A partir de Fourastié, assim como a relativa saturação progressiva do consumidor, o aumento do rendimento do trabalho é um dos princípios decorrentes da ação do progresso técnico.

²³ Saturação ou inelasticidade da procura em relação à oferta.

secundário. Portanto, tal mecanismo é válido para as atividades cujo progresso técnico possibilita incrementos da produção sem que haja um simultâneo aumento sensível do consumo, isto é, para os dois primeiros setores. De forma quase direta, os setores que experimentam quedas relativas na demanda por suas atividades se deparam com crises²⁴ de desemprego. Tal descompasso propulsiona um *necessário deslocamento* ou *migração da população ativa*²⁵, denominado *período de transição*, que ocorre na direção do setor de menor progresso técnico relativo, o terciário “de insaciáveis apetites” (FOURASTIÉ, 1971).

Como extensão do argumento, a partir de tal mecanismo de deslocamento da população ativa para os setores cujos itens são mais demandados, produção e consumo acabarão por coincidir na escala nacional, para cada setor, serviço e produto, de forma *inelutável*²⁶. Isto se deve ao fato de que desníveis entre produção e consumo só seriam possíveis se houvesse a possibilidade de se constituírem estoques.

A partir de Fourastié, a constituição de estoques em serviços não seria uma possibilidade. Para os demais bens, para que produção e consumo apresentassem desníveis duradouros seria necessária a manutenção de estoques em quantidades expressivas. Segundo o autor, este último ponto ainda não foi verificado em escala considerável.

O período de transição, aquele “durante o qual as mudanças no modo de vida afetam uma parte considerável da população ativa” (FOURASTIÉ, 1971, p. 96) se desdobra em três tempos, na seguinte ordem: arranque, expansão e término. Na fase de arranque, os trabalhadores até então ocupados no setor de médio progresso técnico migram para o setor secundário, dados os limites à expansão do consumo primário. O secundário passa então a se expandir e a ocupar posição de destaque frente ao setor primário²⁷. Os contingentes de população ativa que se estabeleceram no secundário não tendem, contudo, a crescer ininterruptamente. Neste momento, denominado fase de expansão, a população dita

²⁴ Por esta leitura, crises podem ser definidas como o “estado de constrangimento que resulta da ruptura de um certo ritmo na evolução de um fenômeno. Em matéria econômica esta ruptura afeta a produção e o consumo, isto é, o trabalho, as rendas, o nível de vida” (FOURASTIÉ, 1971, p. 157). As crises tratadas na análise empreendida distinguem-se das tradicionais, condicionadas às condições econômicas permanentes, devido à sua natureza geradora, isto é, o progresso técnico.

²⁵ “Este fenômeno de deslocamento da demanda de consumidores provoca necessariamente migrações constantes na população ativa e é esta evolução que conduz e conduzirá uma parte cada vez mais importante da população ativa para o setor terciário” (FOURASTIÉ, 1971, p. 18).

²⁶ Neste momento, o autor parece tomar como pressuposto a ‘Lei de Say’, conforme pontuado por Tabatoni (2005).

²⁷ Ressalta-se que, ainda que durante a maior parte de sua narrativa o autor considere, assim como Fisher e Clark, um movimento direto e linear, do primário para o secundário, e do secundário para o terciário, em determinado momento (FOURASTIÉ, 1971, p. 102), Fourastié chama atenção para o caso americano – na fase de arranque, o movimento de migração ativa para o setor secundário foi expressivo ao ponto de encobrir processo simultâneo que também ocorria, isto é, o de transferência de parcelas da população ativa do primário para o terciário. Como será avaliado em seção subsequente, este ponto foi posteriormente elaborado por Singelmann (1978b), sob a forma de crítica à tese Fisher-Clark.

secundária tende a estagnar-se²⁸, para então, ao encontrar seu limite, na chamada fase de término, declinar. Isso ocorre em prol do aumento da população terciária, cujos limites são menos sensíveis aos efeitos do progresso técnico.

Em termos cronológicos, este mecanismo teria se manifestado em dois momentos históricos distintos, o despovoamento dos campos e subsequente aumento da população urbana industrial, e o incremento na população terciária. Neste último ponto, a produção do terciário, de baixo progresso técnico, por definição, não observa manifestações de saturação do consumo em seu interior. Decorre daí uma *incessante* e crescente busca por bens e serviços terciários. Como em um *processo evolutivo*, de forma incessante o setor primário dá espaço ao secundário e, sobretudo, ao terciário.

Deve-se notar que, por esta perspectiva, o desemprego é um problema temporário, devido ao papel duplo desempenhado pelo progresso técnico – ele é o fator que dá início ao desemprego e conseqüente necessidade de migração dos trabalhadores inseridos em atividades de maior progresso técnico relativo, mas é igualmente o responsável pela realocação dos trabalhadores nos outros ramos de menor progresso técnico. Por fim, os limites de expansão do terciário são estabelecidos pelo teto que deve ser alcançado pelos outros dois setores.

3.4 A título de primeiras conclusões

Pode-se notar que, por essas três perspectivas, a explicação dominante para o crescimento do emprego em serviços decorreria do uso das categorias econômicas de oferta e demanda. Em particular, das seguintes variáveis: diferencial intersetorial de produtividade, aumentos da renda *per capita* e progresso técnico. Como semelhança, os três enfoques pressupõem certo grau de automatismo no processo em questão. De forma inelutável, ao se alcançar um mais alto nível de renda *per capita* (Fisher e Clark), obter incrementos de produtividade no setor progressivo (Baumol) ou atingir maiores níveis de progresso técnico nos setores primário e secundário juntamente com a saturação do consumo por itens desses setores (Fourastié) pressupõe-se gerar uma maior proporção da população ativa ocupada em serviços.

²⁸ A nomenclatura ‘expansão’ se deve ao fato de ser nesta fase que os efeitos do progresso técnico são mais pronunciados sobre o nível de vida. Isto é, os investimentos são realizados e a ação do progresso técnico possibilita a continuidade da extração de uma quantidade crescente de produtos desses investimentos.

Assume-se ainda a universalidade das variáveis utilizadas, com a exceção de Fourastié. Isto é, embora essas proposições compreendam que os fatores envolvidos possam variar em grau entre países e no tempo, esses são ainda colocados como determinantes de todos os processos de transição analisados. Nota-se ainda que essa mesma afirmação parece válida para quaisquer das heterogêneas atividades de serviços.

Nessas análises, a transição da população entre os setores segue um movimento específico: do primário para o secundário e do secundário para o terciário, conforme Fisher, Clark e Fourastié. Ou, a partir de Baumol, do setor progressivo para o setor estagnante. Assume-se também uma visão evolutiva: o desenvolvimento (ou evolução) das sociedades têm como fim a transição para os serviços. Conforme sinaliza Archibugi (1994), por estes enfoques, a terciarização é ela um sinal de progresso econômico.

Ainda por essas interpretações, a interação entre os três setores ocorre apenas na transferência da população ocupada. Não se consideram os encadeamentos intersetoriais possíveis, como a utilização de trabalhadores de serviços na indústria ou seu inverso, e os ganhos decorrentes dessa interação. Esse fato se torna relevante diante da crescente essencialidade dos serviços para o incremento da competitividade empresarial, ou por seu caráter horizontal de afetar os demais setores econômicos, como no caso dos serviços prestados às empresas (*business services*)²⁹. Esses são serviços também direcionados ao setor industrial. Ilustrativamente, dentre eles se incluem os serviços de contabilidade. A esses enfoques se seguiram análises que neles se basearam ou a eles se contrapuseram. A próxima seção busca assinalar as principais críticas e confirmações empíricas às teses apresentadas nesta seção. Em especial temos como norte responder à seguinte questão: quão robustas são as categorias de oferta e demanda em explicar o crescimento do emprego em serviços?

4 AS CATEGORIAS DE OFERTA E DEMANDA EXPLICAM O CRESCIMENTO DO EMPREGO EM SERVIÇOS?

4.1 Críticas: Traços Gerais

As teses contempladas pela abordagem tradicional têm sido recorrentemente contestadas em aspectos teóricos, e corroboradas ou falseadas empiricamente. Esta

²⁹ Ver, por exemplo, Rubalcaba (2007) e Santos (2018).

observação alimenta a crença aqui difundida de que a explicação dos fatores subjacentes à expansão do emprego em serviços não é um ponto equacionado na literatura.

Esta seção busca apresentar parte das análises que objetivaram avaliar os principais argumentos relativos à abordagem tradicional. Para tal, segue-se a seguinte lógica: expõem-se inicialmente os trabalhos que se dedicaram a identificar evidências ou contraposições à tese Fisher-Clark. Nesses trabalhos, a argumentação se baseia na análise das trajetórias de deslocamento e de duas variáveis: renda *per capita* e elasticidades. Em um segundo momento, apresentam-se análises que se dedicaram a debater a validade dos argumentos de Baumol, sobretudo por meio da investigação da variável de produtividade e de sua forma de mensuração. Posteriormente, as principais proposições de Fourastié são contrapostas a análises e suas evidências posteriores.

Tratando da tese Fisher-Clark, observa-se que, ainda que consistente com a realidade de economias europeias, essa se mostra menos apta a explicar as trajetórias de transição setorial próprias a outras experiências, conforme exposto em Singelmann (1978b)³⁰. Na experiência europeia, o emprego agrícola se direcionou primariamente ao setor industrial e apenas posteriormente ao setor terciário, conforme a proposição teórica em questão. A mesma tese não foi, contudo, verificada diretamente para as experiências de países como Estados Unidos, Canadá e Japão. Nos dois países da América do Norte, o padrão de transformação setorial foi observado a partir de um deslocamento simultâneo do emprego do setor agrícola para os setores industrial e de serviços, ao passo que, no Japão, à queda no emprego agrícola correspondeu um deslocamento para o emprego em serviços. Essa trajetória também foi observada nos países europeus de desenvolvimento tardio (STORRIE, 2002).

Soma-se a essa evidência o fato de que as tendências observadas por essa tese consideram ainda o setor de serviços como um todo, sem tomar em conta a heterogeneidade que ele apresenta e o fato de que diferentes subsectores e/ou atividades devem obedecer a lógicas econômicas distintas (GADREY, 2001). Diante disso, pode-se questionar a validade de uma única explicação, dada a variedade de atividades que compõem o setor de serviços.

Outro ponto central da argumentação de Fisher e Clark é a classificação dos serviços por sua elasticidade como bens de luxo. Essa classificação, conforme tratado na subseção 3.1, dá sustentação à construção teórica de que o crescimento da renda *per capita* leva ao crescimento da participação do emprego em serviços no total do emprego. Empiricamente, essa argumentação pôde ser reavaliada a partir dos resultados encontrados por Fuchs (1968

³⁰ A análise de Singelmann (1978b) se refere à observação de sete países (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Gales, Alemanha, França, Itália e Japão) no período 1920-1970.

apud KON, 2016) para a economia americana entre 1929 e 1963. Fuchs contrapôs-se à classificação dos serviços como bens de luxo diante da verificação de que a elasticidade-renda dos serviços não era significativamente superior àquela dos demais bens.

Pode-se ainda considerar que parte das atividades descritas como terciárias, a exemplo dos serviços de distribuição, é indispensável nos estágios iniciais de desenvolvimento econômico, sobretudo em economias de menor desenvolvimento relativo, o que inviabilizaria sua classificação como bens de luxo. Este foi um dos resultados de investigação sobre a África Ocidental nas primeiras décadas do século XX empreendida por Bauer e Yamey (1951). Nota-se, no entanto, que este resultado não parece se resumir a este contexto, dado que o papel desempenhado por serviços desta natureza em estágios iniciais de desenvolvimento consta também em trabalhos da literatura latino-americana, como em Oliveira (2003).

O final do século XIX na região latino-americana endossa esse argumento. Ao final daquele século, pôde-se observar um desenvolvimento de atividades relacionadas ao crescimento do até então ínfimo setor exportador da região, e que atendiam às suas necessidades. Dentre elas podem ser citadas, além da indústria manufatureira, atividades de serviços como comunicações, transportes e serviços financeiros (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015).

Ainda, pode-se esperar que a demanda por parte dos serviços de consumo como saúde, educação ou serviços pessoais não cresça diretamente com o crescimento da renda *per capita*. Isto se deve ao fato de a mesma ser influenciada por distintos arranjos institucionais envolvendo a oferta pública desses serviços. Nesse sentido, em países nos quais serviços dessa natureza são ampla e publicamente ofertados espera-se uma menor demanda privada (SALVERDA; SCHETTKAT, 2007).

Em contraponto aos resultados apresentados nos parágrafos precedentes, outras análises parecem atestar o indicador de produto *per capita*³¹ como fator relevante para a explicação do crescimento do emprego em serviços. Este fator encontra respaldo empírico em análises tais como as de D'Agostino, Serafini e Ward-Warmedinger (2006), Messina (2004), OCDE (2000) e Wren, Fodor e Theodoropoulou (2013)³². A mesma afirmação é válida para a análise das elasticidades de demanda, como em Kalwij *et al.* (2007). Tratando das duas

³¹ Os trabalhos mencionados na sequência utilizam o indicador de produto *per capita* como substituto daquele de renda *per capita*. Para discussão, referir-se ao apêndice metodológico deste capítulo.

³² Messina (2004) apoia-se no estudo de 27 países integrantes da OCDE, resultado este que reforçou o achado de OCDE (2000). Posteriormente, D'Agostino, Serafini e Ward-Warmedinger (2006) investigam 13 países da UE15 e Wren, Fodor e Theodoropoulou (2013) analisam 10 ou 13 países da OCDE (a depender do modelo especificado), englobando o período 1977-2004.

últimas décadas do século XX, esses autores retratam uma alta influência das elasticidades de demanda na crescente participação dos serviços nos orçamentos familiares. Neste sentido, seria correta a caracterização dos serviços como bens de luxo, ao menos para os países europeus investigados (França, Alemanha Ocidental, Holanda, Espanha e Reino Unido). Apenas para os Estados Unidos, sexto país analisado nesse estudo, alterações nos gastos orçamentários domiciliares representaram um decréscimo, ainda que pequeno, na participação dos serviços no orçamento. Esse último resultado vai de encontro à intuição inicial estabelecida por Fisher e Clark.

No tocante à hipótese de Baumol, pode-se argumentar contrariamente à tese de baixos ganhos de produtividade do setor de serviços, dado que a padronização, bem como o uso de máquinas possibilitam ganhos de eficiência e o surgimento de uma oferta a relativamente baixo custo (ELFRING, 1989). De acordo com Elfring, serviços de restaurantes *fast-food* exemplificariam esse cenário. Ademais, caso a produtividade fosse um fator determinante para a participação do emprego no setor de serviços, os países tenderiam a apresentar uma evolução semelhante no tempo, uma vez que as mudanças tecnológicas tendem a se difundir rapidamente entre os países (OCDE, 2000); fato esse que não é verificado empiricamente.

Dada a simplicidade do modelo de Baumol, pode-se esperar que, na ausência ou relaxamento das hipóteses simplificadoras por ele levantadas, países distintos apresentem resultados diferenciados (TRONTI; SESTINI; TOMA, 2002). A própria aplicação do conceito de produtividade aos serviços, central na argumentação de Baumol, pode ser questionada. A produtividade em serviços, ao menos para os serviços que podem ser padronizados, é em geral medida seja pela utilização do método industrial (no qual os serviços são considerados como bens industriais e mensurados pelos métodos usuais, como valor adicionado no setor por número de ocupados no setor), seja pela forma como ela é afetada pelas características próprias aos serviços, como intangibilidade ou relações interpessoais. Tais questões de mensuração se tornam particularmente problemáticas no caso dos serviços públicos, que possuem características próprias, como sua não precificação ou seu caráter coletivo (DJELLAL; GALLOUJ, 2013). Nos termos de Rubalcaba (2007), métodos comumente utilizados para o cálculo da produtividade industrial falham quando aplicados diretamente aos serviços, em especial se tomados em consideração os problemas decorrentes da mensuração do produto em serviços, necessária à análise dos diferenciais de produtividade (STORRIE, 2002).

Toma-se em conta o fato de que a argumentação de Baumol antecede o período de maior dinamismo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que geram ganhos

de produtividade vultosos (WREN, 2013). Em se considerando que determinadas atividades de serviços são notadamente absorvedoras de tais tecnologias, a doença de custos não seria verificada em todas as atividades de serviços. Em determinadas atividades, como finanças e seguros, negócios, transporte, armazenagem e comunicação, ganhos de produtividade ultrapassariam inclusive os observados em atividades relacionadas à indústria (WREN, 2013).

Deve-se ressaltar que o próprio autor, em Baumol (2007), reitera o fato de que a doença de custos seria inerente apenas aos serviços ditos estagnantes, cuja produtividade apresenta baixo crescimento em termos relativos, não sendo aplicável a atividades de alta produtividade, como telecomunicações, por exemplo (subseção 3.2). Logo, mais do que se contrapor, essa evidência parece reforçar a argumentação de Baumol de que a doença de custos seria observada apenas em atividades estagnantes. O que está em jogo parece ser a forma como os avanços tecnológicos possibilitam que determinada atividade, inicialmente classificada como estagnante, passe a ser classificada como progressiva.

Considerando quinze países europeus no período 1993-2003, a relação negativa entre crescimento da produtividade e emprego não se mostrou válida na medida que as variadas categorias de serviços foram desagregadas. A exceção foram as atividades de serviços produtivos. Esse resultado foi encontrado por Rubalcaba (2007), considerando as seguintes categorias de serviços: transporte, distribuição, serviços financeiros, P&D, serviços públicos, serviços pessoais, serviços profissionais, serviços imobiliários, hotéis de restaurantes, aluguel de máquinas e equipamentos, serviços de computação, serviços de negócios e outros serviços de negócios. Contrariamente, os resultados apontaram que, para esse grupo de países, os níveis de produtividade laboral, medida pelo indicador de valor adicionado por trabalhador, são mais altos em países nos quais os serviços possuem um maior peso relativo no total do emprego.

Com efeito, a observação de distintas conjunturas econômicas retrata que a relação entre crescimento da produtividade e dos salários reais não é necessariamente direta. Em um conjunto de economias desenvolvidas³³, no período 1999-2011, a produtividade média do trabalho cresceu duas vezes mais do que o salário médio. Nos Estados Unidos, nesse mesmo período, o aumento da produtividade não-agrícola foi equivalente a 85%, ao passo que o aumento do salário-hora real foi de 35% (OIT, 2013). Em contraponto, no subperíodo 2008-2011, momento de recuperação econômica, e no qual a produtividade permaneceu positiva, o crescimento dos salários reais foi mais alinhado ao crescimento da produtividade (OIT, 2013).

³³ Na análise de OIT (2013) são considerados 36 países.

Em análise da economia brasileira na década de 2000, Jacinto e Ribeiro (2015) não verificaram a existência da doença de custos no período 2000-2009. Esta afirmação se baseia na análise dos serviços intermediários, isto é, aqueles consumidos pela indústria. Como resultado, os autores pontuam a alta produtividade de parte das atividades de serviços, sobretudo daqueles direcionados às empresas.

Esses achados não parecem esgotar a discussão, dado que outros estudos dedicados ao período entre 1970 e 2003 reforçam empiricamente a proposição de Baumol. D'Agostino, Serafini e Ward-Warmedinger (2006)³⁴ e Messina (2004) têm como resultado que os diferenciais de produtividade entre indústria e serviços permanecem como um fator importante para explicar a expansão do emprego em serviços. Em particular, em análise para as décadas de 1980 e 1990, Kalwij *et al.* (2007) encontram evidências de que o efeito-preço postulado por Baumol gera aumentos na participação dos serviços nos orçamentos familiares. Isto é, conforme tratado na subseção 3.2, dado que, pela hipótese de Baumol, determinadas atividades de serviços não incorporam ganhos de produtividade em virtude de sua natureza interpessoal, a demanda contínua por essas atividades representa um aumento de preços nas mesmas. Pelos resultados de Kalwij *et al.* (2007), o crescimento de custos nessas atividades significou um aumento na proporção dos orçamentos familiares representado por serviços.

Voltando à análise de Fourastié, os resultados encontrados para países em vias de desenvolvimento vão de encontro à proposição desse autor. Isto é, o de que haveria uma passagem inelutável do emprego agrícola ao industrial e posteriormente ao terciário. Para estes países, a superação do setor agrícola pelo industrial se deu em meio a uma já vultosa população ativa terciária em termos de emprego. Nos países em vias de desenvolvimento, o crescimento terciário teria decorrido do êxodo rural, e não de aumentos da produtividade industrial (JANY-CATRICE, 1993). Contudo, este achado deve ser lido com cautela. Das teorias analisadas na seção 3, a de Fourastié é a menos universalista. Esta se aplica apenas aos países desenvolvidos. O mesmo achado parece ainda assim reiterar aspecto considerado na análise de Fourastié: de que os fatores por eles descritos explicariam o processo de crescimento terciário de países desenvolvidos. Ou seja, não existe universalismo no processo em questão. Na próxima subseção esse aspecto de debate é retomado, tratando especificamente dos países em desenvolvimento latino-americanos.

³⁴ D'Agostino, Serafini e Ward-Warmedinger (2006) tratam do período 1970-2003 e Messina (2004) do período 1970-1998. O primeiro dos estudos analisa os países que compõem a UE15, com a exceção de Luxemburgo e Irlanda, e, o segundo deles, 27 países da OCDE.

Um esforço de síntese dos principais achados desta subseção revela algumas das principais limitações dos enfoques analisados: a trajetória de transição setorial descrita por essas teorias (agricultura-indústria-serviços); a classificação dos serviços como bens de luxo; a forma de mensuração da produtividade em serviços e a não consideração de que parte das atividades de serviços pode se beneficiar de aumentos de produtividade em função do uso de tecnologias de informação e comunicação. Para os três enfoques considerados, existem evidências favoráveis e contrárias às suas proposições centrais. Os resultados parecem depender em grande medida do período analisado e dos países investigados.

No que se refere à tese Fisher-Clark, a trajetória por ela descrita parece ter sido o caminho perseguido pelos países europeus de desenvolvimento pioneiro, pouco descrevendo o caminho setorial tomado por países como os Estados Unidos, Japão ou os países europeus de desenvolvimento tardio. Esta afirmação é igualmente válida para a teorização de Fourastié, que também previa uma trajetória de deslocamento intersetorial única. Adicionalmente, a própria classificação dos serviços como bens de luxo, que sustenta empiricamente a tese Fisher-Clark, pode ser reavaliada. Essa afirmação se baseia no fato de que, parte dos serviços, como os serviços de distribuição, foram indispensáveis nas fases iniciais de desenvolvimento econômico em economias como as latino-americanas. Outro aspecto que merece consideração é o de que a demanda por alguns serviços, como os de saúde e educação, a depender do grau e qualidade da oferta pública, não respondem de forma direta à expansão da renda. Por outro lado, alguns estudos empíricos atestam a relação positiva existente entre crescimento da renda *per capita* e expansão do emprego no setor de serviços, bem como a alta influência das elasticidades de demanda na crescente participação dos serviços nos orçamentos familiares.

No que se refere aos principais pontos envolvidos na teorização de Baumol, pode-se argumentar que fatores como a padronização possível em determinados serviços (a exemplo daqueles de alimentação *fast-food*), o papel desempenhado pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação e a rápida difusão das mudanças tecnológicas entre países não seriam compatíveis com a caracterização de baixa produtividade atribuída aos serviços. Do mesmo modo, métodos comumente utilizados para o cálculo da produtividade industrial falham quando aplicados diretamente aos serviços.

As críticas apresentadas ao longo desta seção podem ser reiteradas a partir do exemplo concreto da terciarização latino-americana, conforme descrito na próxima subseção. Em especial, busca-se responder à seguinte questão: a terciarização latino-americana foi meramente um desdobramento daquela observada em economias desenvolvidas, ou ela possui seus próprios contornos?

4.2 A abordagem tradicional à luz da experiência latino-americana

Ademais das críticas gerais direcionadas aos enfoques pertencentes à abordagem tradicional, discutidas na subseção 4.1, pode-se notar que, no que se refere à trajetória tomada por países em desenvolvimento, esta parece menos efetiva em explicar as razões por trás do crescimento do emprego em serviços.

Diante disto, esta seção busca avaliar as especificidades do processo de expansão do emprego em serviços de um conjunto específico de países em desenvolvimento: os países da América Latina, que serão o tema dos dois demais capítulos. Em particular, busca-se responder quais traços distinguem os primeiros movimentos de expansão do emprego em serviços na região latino-americana daqueles observados em economias avançadas, nas quais as primeiras teorias sobre a temática foram concebidas. Deve-se notar que a discussão apresentada ao longo desta seção se atém ao primeiro momento de expansão da parcela do emprego representada por serviços na região, ocorrida em meados do século XX, dado que o movimento observado ao final daquele século, de expansão do emprego terciário coincidente ao processo de desindustrialização, foi abordado na seção 2 e será retomado no Capítulo 2, por meio da análise de estatísticas descritivas.

Os aspectos considerados ao longo da seção são os seguintes: a trajetória de deslocamento intersetorial na região latino-americana, que se contrapõe àquela observada nas economias desenvolvidas; a presença de brechas de produtividade entre os setores econômicos; o papel da crescente urbanização na geração de empregos terciários; a caracterização atribuída pelas primeiras análises à expansão do emprego em serviços na América Latina – “espúria” – e as críticas a esse tratamento do crescimento do terciário regional.

Como abordado na seção 3 deste capítulo, as teorias pertencentes à abordagem tradicional pressupõem em geral uma relação linear no deslocamento da mão de obra entre os setores, na seguinte ordem: primário (agricultura) – secundário (indústria) – terciário (serviços). A expansão do setor de serviços latino-americano se caracteriza, contudo, por uma quebra dessa trajetória linear de deslocamento intersetorial³⁵. No grupo de países que compõem a região, em oposição ao movimento setorial postulado pela abordagem tradicional, o crescimento do emprego terciário adveio do declínio do emprego agrícola, decorrente do

³⁵ Cabe notar que as primeiras análises elaboradas para a América Latina, tratadas nesta subseção, não consideram a terciarização como a expansão dos serviços diante do declínio do setor industrial, somente como a expansão do setor de serviços.

êxodo rural. Chama a atenção o fato de que, na região, a redução relativa do emprego agrícola e o crescimento relativo do emprego terciário foram movimentos simultâneos e de quase igual magnitude (PINTO, 1984).

Como ilustração, na década de 1970, 41,3% da força de trabalho se encontrava ocupada em atividades agrícolas, contra 54,0% na década de 1950 (KAZTMAN, 1984). O cenário de descenso da força de trabalho agrícola manteve-se nas décadas seguintes. Por outro lado, na década de 1980, a participação do emprego em serviços no emprego total latino-americano era bastante similar àquela de países desenvolvidos nos anos 1960. Em países como Venezuela, Colômbia, Chile, Argentina e Uruguai, em 1980, o emprego terciário era igual ou sobrepunha o de países desenvolvidos nessa mesma década (PINTO, 1984).

Para além do caráter não-linear da terciarização latino-americana (KAZTMAN, 1984), o movimento pode ser contrastado com outro fator determinante da expansão do emprego em serviços, apontado pelo enfoque predominantemente de oferta (seção 3): o crescimento das brechas de produtividade entre os setores industrial e de serviços. Conforme Weller (2000), ao menos até a década de 1970, a expansão de empregos em serviços ocorreu simultaneamente à redução das brechas de produtividade intersetoriais na região. Diante dessa evidência, pelo menos nesse período, o fator ‘diferencial de produtividade entre setores’ parece não ter sido a variável predominante na expansão do setor considerado.

Cabe notar que o movimento descrito, de expansão do emprego representado por serviços, ganhou terreno no contexto de um intenso crescimento demográfico e de um rápido processo de urbanização, sobretudo no interregno 1950-1980 (RAMOS, 1984). Ilustrativamente, a variação no percentual da população urbana latino-americana foi de 32%, em 1930, para 65%, em 1980, sendo maior nos países do Cone Sul (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015). Tais movimentos desembocaram em algo semelhante ao que Lewis (1954) denominou “oferta ilimitada de mão de obra” (LEWIS, 1954), isto é, a existência de um contingente de força de trabalho superior à demanda por esse fator. Na existência desse contexto, tanto novos setores poderiam ser criados quanto antigos setores poderiam ser expandidos, sem encontrar na escassez de mão de obra um fator limitador³⁶.

Para além da maior pressão da oferta de mão de obra gerada pelo direcionamento dos trabalhadores às cidades, o crescimento da população habitante em áreas urbanas na região pode ser relacionado à expansão do setor de serviços por dois fatores em especial: (i) as

³⁶ O argumento expandido retrata que, sob essas condições, o preço do trabalho seria o do salário ao nível de subsistência. Cabe notar que, de acordo com Lewis (1954), esse argumento é válido somente para a força de trabalho não qualificada.

teorizações elaboradas com respeito ao deslocamento intersetorial da mão de obra apresentadas ao longo deste capítulo (seção 3) pressupõem a livre mobilidade da mão de obra. Na América Latina, conforme ressaltam Bértola e Ocampo (2015), o processo de urbanização foi em parte responsável pelo desaparecimento gradual de formas servis e coercitivas de relações de trabalho. Isto é, a partir dele tornou-se possível a maior mobilidade da força de trabalho, necessária para a transição entre setores e (ii) o crescimento da população urbana levou à expansão do total de assalariados dos setores público e privado, parte deles ocupados no setor de serviços (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015), gerando o aumento da demanda por uma vasta gama de atividades de serviços, como os bancários, de seguros, iluminação, eletricidade, transporte, educação e saneamento (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015).

No desenvolvimento econômico latino-americano, fator significativo é o de como as distintas fases de desenvolvimento são capazes de absorver contingentes crescentes de mão de obra. Por exemplo, conforme ressaltam Bértola e Ocampo (2015), a fase de desenvolvimento primário-exportadora não se mostrou eficaz em absorver parte significativa da força de trabalho, que foi mantida sob a influência das formas rurais tradicionais. O mesmo processo foi observado no intervalo 1950-1980. Nesse período, o rápido crescimento da população não foi acomodado em atividades agrárias, as quais possuíam baixa capacidade de absorção devido à sua estrutura concentradora de terras (RAMOS, 1984). Similarmente, o setor industrial, tratado como o canal alternativo, possuía baixa capacidade de assimilação da força de trabalho, devido à sua tecnologia menos flexível e poupadora de mão de obra. Segundo esta ótica, por extensão, e por *default*, o setor de serviços tornou-se, então, o direcionamento principal da população não ocupada nos demais setores.

Diante desta evidência, parte das análises subsequentes privilegiou o enfoque de desequilíbrios estruturais como explicativo do movimento em questão. Por esta perspectiva, o crescimento dos serviços seria mais bem explicado pela hipertrofia³⁷ decorrente do subdesenvolvimento da base industrial do que por um processo natural (JANY-CATRICE, 1993), conforme descrito pela abordagem tradicional ou observado em algumas das experiências investigadas por Singelmann (1978b) (subseção 4.1).

Esta constatação levou os primeiros estudos a denominarem o processo de expansão do setor de serviços na América Latina de ‘terciarização espúria’ (PINTO, 1984; CARNEIRO, 1994). Esta seria decorrente da baixa capacidade de absorção do setor industrial e geradora de empregos de baixa produtividade, rendimentos e qualidade, em oposição à

³⁷ Refere-se ao sobredimensionamento do setor de serviços em função do fraco desenvolvimento da base industrial (JANY-CATRICE, 1993).

‘terciarização genuína’ dos países desenvolvidos (WELLER, 2004). Essa última adviria do desenvolvimento da estrutura produtiva e do alcance de um alto nível de vida (WELLER, 2004). Pode-se notar, portanto, que, se para os países desenvolvidos, o crescimento do terciário foi observado pelos teóricos seminais como um sinal de progresso econômico, para os países em desenvolvimento, o direcionamento para o emprego e produto terciários foi analisado como um reforço ao seu subdesenvolvimento (ARCHIBUGI, 1994).

Por este ângulo, o terciário, menos dinâmico e gerador de ocupações de baixa qualificação, poderia ser descrito como um refúgio dos trabalhadores não absorvidos pelo núcleo econômico dinâmico (a indústria) (CARNEIRO, 1994). Soma-se a isso a existência de baixas barreiras à entrada nesse setor, sobretudo considerando que parte das atividades nele geradas é pertencente à esfera informal (CARNEIRO, 1994; WELLER, 2004). Esse quadro se torna ainda mais complexo diante dos frouxos esquemas de proteção social existentes à época, que tornavam ainda mais premente a inserção laboral (KLEIN; TOKMAN, 2000). Como exemplo, ao final da década de 1960, de um grupo de 22 países da América Latina somente quatro possuíam esquemas de auxílio desemprego – Brasil, Chile, Equador e Uruguai³⁸.

A caracterização da terciarização latino-americana como ‘espúria’ não é, no entanto, isenta de contestação, sobretudo em dois pontos: (i) a denominação ‘espúria’ se refere à trajetória traçada pelas economias desenvolvidas como a ideal e (ii) o conceito de um setor de serviços de baixo dinamismo mascara a heterogeneidade presente neste setor.

Com relação à contraposição terciarização espúria e genuína, Oliveira (2003) aponta que a existência de um terciário ‘inchado’, isto é, que “possui dimensões que não deveria possuir”, é consequência direta da aplicação da teoria de Colin Clark (CLARK, 1940) aos países em desenvolvimento. A hipótese de sobreterciarização³⁹ é igualmente refutada por autores como Ramos (1984) e García (1983), considerando a relação entre os setores industrial e de serviços. Tratando de um grupo de países da América Latina no período 1950-1980, Ramos (1984) encontra uma relação positiva entre emprego secundário e terciário. Adicionalmente, García (1983), em análise para o mesmo período, contesta a baixa capacidade de absorção da indústria. No período, a indústria, devido a seus efeitos indutores, teria contribuído indiretamente para a geração de empregos em atividades externas a ela⁴⁰.

Adicionalmente, pela visão de Weller (2004), o setor de serviços poderia ser mais bem descrito por sua alta heterogeneidade, o que daria origem a um processo de “inclusão e

³⁸ Referir-se ao anexo VI.1 do Capítulo 6 de Kerstenetzky (2012). No caso brasileiro, trata-se do FGTS.

³⁹ Refere-se ao alcance, pelo terciário, de uma participação precoce no emprego total.

⁴⁰ Esse resultado se alinha a um dos pontos tratados por Rostow (1960). Isto é, o de que, na fase de decolagem (no original, *take-off*), a indústria tende a apresentar efeitos indutores sobre os demais setores econômicos.

exclusão laboral” (WELLER, 2004). Essa caracterização se baseia no fato de que o setor é capaz de gerar tanto empregos de mais alta qualidade e competitividade sistêmica (‘inclusão laboral’) quanto um excedente de mão de obra não compatível com o crescimento da demanda por mão de obra, gerador de empregos de menor qualidade e produtividade (‘exclusão laboral’).

Algumas principais conclusões podem ser depreendidas da análise da experiência latino-americana de expansão terciária. Em primeiro lugar, embora elucidativa, a abordagem tradicional não dá conta de explicar todos os processos de transição setorial. Nesse sentido, o processo de terciarização da América Latina se assemelharia mais a um nó Górdio para a abordagem tradicional do que a um desdobramento das primeiras experiências de desenvolvimento.

As principais alterações na estrutura setorial de emprego da América Latina foram parcialmente detectadas mesmo antes do auge de sua industrialização, o que levou as primeiras teorizações com respeito a este fenômeno caracterizarem o processo como uma terciarização “espúria”. Esta seria decorrente da baixa capacidade de absorção do setor industrial e geradora de empregos de baixa produtividade, rendimentos e qualidade. A partir dessa primeira avaliação, a expansão do setor de serviços seria derivada de limitações próprias aos demais dois subsetores: baixa capacidade de absorção do emprego pela agricultura, devido à sua estrutura concentradora de terras, e baixo dinamismo do setor industrial. O deslocamento dos trabalhadores para os serviços seria, portanto, uma espécie de *default* do desenvolvimento regional. As primeiras investigações sobre o fenômeno na América Latina privilegiaram, então, o conceito de uma sobreterciarização, isto é, o terciário teria alcançado precocemente altos níveis de participação no emprego.

Contudo, a noção de uma terciarização espúria igualmente não parece dar conta de explicar esse processo, devido a três principais fatores: (i) a denominação espúria reflete a expectativa de que o processo observado na região siga a mesma trajetória observada nas economias desenvolvidas; (ii) não existem evidências conclusivas quanto à relação negativa entre os setores industrial e de serviços. Pelo contrário, em determinantes momentos a expansão do emprego nesses setores parece ter ocorrido de forma complementar e (iii) a expansão de empregos em atividades de serviços ocorreu em atividades de alto e baixo conteúdo tecnológico, formais e informais, evidência que ressalta a grande heterogeneidade do setor.

Na região, o processo de êxodo rural e de expansão urbana parece ter sido um fator relevante na expansão do emprego em serviços. Da maior taxa de urbanização decorreram

fenômenos como a maior mobilidade da mão de obra, que possibilita o deslocamento intersetorial dos trabalhadores, e o crescimento de uma vasta gama de serviços e de profissionais neles atuantes.

Por ora, tendo em vista o aspecto ainda inconclusivo do exame até este ponto, propõe-se avaliar na próxima seção uma nova abordagem. Esta também se dedica ao estudo do emprego em serviços, mas pelo recurso a fatores outros além daqueles tratados na seção 3. Na seção que segue procuramos responder às seguintes questões: para quais termos a teoria tem se voltado ao estudar o emprego em serviços? Como ela se complementa aos enfoques anteriormente examinados?

5 ABORDAGEM ALTERNATIVA: AS VERTENTES SOCIOECONÔMICA E POLÍTICO-INSTITUCIONAL

5.1 A Vertente Socioeconômica

Esta subseção se dedica a apresentar o que denominamos vertente socioeconômica, pertencente à Abordagem Alternativa. Por esta visão, observam-se nas últimas décadas mutações societárias que contribuem para a crescente demanda por serviços e para o aumento do número de ocupados neste setor.

A partir deste enfoque, os agentes econômicos são entendidos como atores sociais cujos ‘comportamentos e cálculos se inscrevem em regras, instituições e convenções’ (GADREY, 2003, p. 3, tradução própria). Nesse sentido, a mais completa compreensão do que se denomina convencionalmente *economia de serviços* deveria também perpassar a análise da sociedade de serviços, das relações de serviço, de suas regras e instituições, dado que o processo de crescimento do setor terciário seria influenciado por outras variáveis além do nível de desenvolvimento econômico.

Dentre tais transformações podem ser nomeadas a alteração na estrutura demográfica, as transformações no modo de vida e a crescente participação feminina na força de trabalho. No primeiro dos casos, podem ser citados o processo de envelhecimento populacional em curso, as menores taxas de fecundidade ou o aumento dos arranjos familiares nucleares. Dentre as transformações no modo de vida estão a menor disponibilidade de se recorrer à ajuda de parentes consanguíneos ou mesmo, conforme ressaltado em Djellal e Gallouj (2007), a construção de uma nova relação com o tempo, a qual passa a ser ditada pelo imediatismo.

As mutações observadas impactariam, sobretudo, a demanda por aqueles serviços direcionados ao consumo final dos domicílios.

Esta última, a construção de uma nova relação com o tempo, traduz-se em serviços que representam seja um “ganho de tempo”, a exemplo dos serviços de *delivery*⁴¹, seja em casos nos quais o tempo é apropriado enquanto um recurso para a realização de tarefas múltiplas, as quais podem ser associadas a momentos de lazer, por exemplo⁴². O mesmo pode ser também observado na externalização total ou parcial das atividades domésticas, que consiste em dirigir a outros as atividades anteriormente desempenhadas pelo membro ou membros do domicílio (GADREY, 1989 apud DJELLAL; GALLOUJ, 2007).

De forma particular, a maior orientação feminina com relação ao trabalho remunerado se intensificou no contexto da transição para uma economia de serviços (GADREY, 2003). Conforme explicita Méda (2019, tradução própria), “a época da terciarização é a época da femininização”. Esse fato teria imposto novas tensões à necessidade de articulação dos tempos sociais⁴³ (DEVETTER; JANY-CATRICE; RIBAUT, 2009), sobretudo no que se relaciona à conciliação entre trabalho remunerado e não remunerado. Esses fatores apontam para a indisponibilidade das famílias de ainda funcionarem como ‘reservatório tradicional de oferta de cuidados’ (ESPING-ANDERSEN, 2009).

A partir desta abordagem compreende-se que o processo de incremento de empregos em serviços decorreria da externalização de atividades anteriormente realizadas no âmbito doméstico, destacadamente pelas mulheres das famílias, social e culturalmente concebidas como cuidadoras por excelência. As alterações societárias apontadas parecem concorrer para o surgimento ou intensificação do que Singelmann (1978a apud DEVETTER; JANY-CATRICE; RIBAUT, 2009) denominou *novas necessidades*, satisfeitas sob a forma da delegação a outros, geralmente mulheres, de serviços como os de limpeza, alimentação ou cuidados.

Pela externalização seria suprida a necessidade de articulação de tempos sociais ou alcançado o apaziguamento de conflitos intrafamiliares. Isto é, as tensões geradas ou intensificadas, seja no tocante à alocação do tempo entre trabalho produtivo ou reprodutivo, ou à repartição das tarefas domésticas entre os membros familiares parece, ao menos em

⁴¹ Embora não tratado por esta vertente, pode-se igualmente pensar no ganho de tempo gerado por serviços de tecnologia, como os ofertados por aplicativos, de serviços de transporte ou alimentação, por exemplo.

⁴² O exemplo clássico dessa trajetória se expressa no conceito americano de *retailment* (*retail + entertainment*), segundo o qual a necessidade de recurso a serviços pode ser confundida com momentos de lazer, como uma ida ao shopping, que pode representar tanto a demanda por atividades de serviços de comércio como uma atividade de entretenimento.

⁴³ Por tempos sociais entende-se “um conjunto de representações coletivas, próprias à determinada sociedade, que informa a relação que os indivíduos possuem com o tempo” (HIRSCH, 2014, p. 2, tradução própria).

algum grau, ser dirimida pela externalização das tarefas domésticas a outrem (DEVETTER; ROUSSEAU, 2011).

Por seu caráter intensivo em trabalho, parcela das atividades do setor de serviços possui alta substitutibilidade entre a auto provisão e a aquisição no mercado por parte das famílias (ESPING-ANDERSEN, 1999) dos serviços de um provedor remunerado. A partir da intensificação da participação feminina em atividades remuneradas conjugada ao aumento do rendimento familiar total associado à própria inserção do membro feminino da família em atividades remuneradas⁴⁴ o recurso à externalização se torna ainda mais premente. Não obstante, parte desses serviços é ainda exercida no âmbito doméstico, como aqueles desempenhados pelas empregadas domésticas, e, mais recentemente, pelas cuidadoras domiciliares.

Em contraponto ao visto na abordagem tradicional, distinções entre países ou grupos de países podem ser incorporadas à análise. Isto é, ainda que as transformações mencionadas se manifestem em maior ou menor grau em diferentes países, o nível de emprego gerado e a importância relativa de cada subsetor⁴⁵ são distintos entre as nações. Diante disto, a partir de Gadrey (2003, 2005), os países poderiam ser classificados em dois grupos antípodas. O primeiro deles, composto pelos países nórdicos (Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega), possui maior peso relativo dos serviços sociais e daqueles direcionados às empresas, e menor representação dos serviços pessoais e de comércio. O segundo deles é caracterizado particularmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, mas também pelo Canadá e pela Austrália (tipo Anglo-Saxão), cuja participação dos serviços sociais é menos representativa, em oposição àquela dos serviços pessoais e de comércio. Neste último grupo, os serviços direcionados às empresas são igualmente expressivos, assim como no grupo nórdico.

Dois grupos adicionais podem ainda ser considerados (GADREY, 2005). Em posição intermediária aos grupos antípodas estaria situado o “mundo” continental, representado por França, Alemanha e Bélgica. Os países do Sul da Europa e o Japão em conjunto ganham a denominação de mundo familista, caracterizado pelo baixo desenvolvimento dos serviços sociais e alta participação dos serviços pessoais e de comércio, em perfil semelhante àquele do mundo liberal.

⁴⁴ Isto foi anteriormente apontado por Fuchs (1980), e posteriormente por Freeman (2007), de uma perspectiva de demanda.

⁴⁵ O autor considera quatro subsetores: distributivo (transporte, comunicação e comércio), pessoal (em grande parte composto pelos serviços domésticos), serviços às empresas e serviços sociais (educação, saúde e administração pública).

Cabe notar que o tipo de subsetor mais expressivo em cada um dos grupos acima considerados seria resultante de escolhas políticas e sociais distintas (DEVETTER; JANY-CATRICE; RIBAUULT, 2009). Isto é, a preponderância relativa em serviços de saúde e educação em determinado grupo de nações reflete escolhas político-sociais distintas daquelas de socioeconomias cujos serviços pessoais e de comércio são os mais pronunciados. Essas escolhas político-sociais são, por sua vez, reflexo do desenho das convenções e instituições nacionais, descritas sob a forma de *convenções nacionais*.

Dois tipos de *convenções nacionais*⁴⁶ poderiam ser privilegiados, a saber: *convenção de igualdade e solidariedade nacional* e *convenção de gênero e família* (GADREY, 2003). Estas teriam influência sobre a forma que toma a economia de serviços de um país ou “mundo”. A primeira delas diz respeito ao nível de igualdade e solidariedade observável entre classes e grupos sociais, podendo estender-se ademais à análise de territórios e gerações. Quanto à convenção de gênero e família, esta diz respeito à igualdade, desigualdade ou diferença de papéis sociais entre gêneros, seja nas esferas econômica, doméstica ou política (GADREY, 2003). Nesse sentido, uma sociedade mais desigual nos dois sentidos apontados pelas convenções não pode conceber a mesma economia de serviços que uma sociedade mais igualitária (DEVETTER; JANY-CATRICE; RIBAUULT, 2009).

Em síntese, esta vertente incorpora ao exame transformações sociais, sejam elas mudanças no modo de vida, na estrutura dos domicílios ou na participação feminina na força de trabalho. Ao exame dos determinantes do crescimento do emprego em serviços são também adicionadas explicações próprias à divisão do emprego por subsectores de serviços. Em resposta às transformações sociais, as escolhas político-sociais, descritas sob a forma de convenções, tornam-se relevantes em explicar o porquê de determinadas nações ou grupos de países diferirem quanto a seus subsectores de serviços mais expressivos. Contudo, em um quadro geral essa vertente parece carecer de análise mais específica de alterações próprias ao mercado de trabalho e das instituições a ele subjacentes. Tendo esta evidência em mente complementa-se a análise pela adição da vertente político-institucional, tratada na subseção 5.2.

⁴⁶ O autor define *convenções* como ‘os quadros cognitivos largamente compartilhados, frequentemente implícitos, que têm em geral uma longa história, são elas os valores, as concepções do bem e da justiça’ (GADREY, 2003, p. 105, tradução própria). Tais convenções podem, contudo, variar no tempo.

5.2 A vertente político-institucional

Conforme analisado na subseção precedente, pela vertente socioeconômica, as alterações societárias observadas nas últimas décadas seriam variáveis-chave para a compreensão do porquê da expansão de empregos em serviços. A essa nova leitura do problema central, isto é, quais fatores determinam a criação de empregos em serviços, podem-se adicionar variáveis político-institucionais. As mesmas trazem para a análise o papel do Estado como promotor de empregos em serviços, um ator até então negligenciado. Dentre as variáveis consideradas podem-se citar políticas de fixação salarial, taxas de reposição salarial⁴⁷, políticas ligadas à condição de desemprego, o grau de sindicalização e a generosidade das políticas de bem-estar.

Empreende-se esse esforço pela investigação do que denominamos vertente político-institucional, foco desta subseção. Por esta ótica, distintas configurações político-institucionais gerariam diferentes economias de serviços (WREN, 2013). Essa observação se refere ao grau e à distribuição pelos subsetores dos empregos gerados em serviços, mas também aos efeitos distributivos deles resultantes.

O foco ao longo da subseção será dado à primeira das dimensões: a expansão específica de empregos em serviços, conforme proposta primária deste capítulo. Os distintos efeitos distributivos serão acionados apenas como suporte à análise.

Como argumento central, instituições que regulamentam o mercado de trabalho parecem concorrer para a conformação do emprego nas atividades de serviços e para as principais características das ocupações que se desenvolvem em seu interior. Esses pontos foram também levantados na literatura dos anos 1990 e começo dos anos 2000 (BERTOLA, 2001; D'AGOSTINO; SERAFINI; WARD-WARMEDINGER, 2006), mas ainda assim sob a consideração de rigidezes intrínsecas às instituições de mercado de trabalho.

Essas instituições não apenas afetariam a expansão de empregos em si, mas em quais atividades de serviços ela ocorreria em maior ou menor grau. Como exemplo, taxas de reposição salarial de curto prazo e benefícios ligados à condição de desemprego agem como inibidores da expansão de empregos de baixa produtividade e rendimentos (NELSON; STEPHENS, 2013), próprios aos setores não dinâmicos de serviços. Similarmente, medidas como a manutenção de rendimentos salariais altos em termos relativos, entendidos como

⁴⁷ Refere-se à proporção da renda que é repostada por benefícios relacionados à condição de desemprego e à duração desses benefícios.

aqueles acima de um salário de equilíbrio, tendem a obstruir o crescimento de empregos em setores de baixa remuneração (WREN, 2013).

A forma como as políticas de fixação salarial é conformada também parece afetar a expansão de empregos no nosso setor de interesse. Nos termos de Wren (2013), países/regimes⁴⁸ baseados em políticas de fixação coordenada de salários, em geral pautadas por maiores níveis de igualdade salarial, tendem a inibir a criação de empregos privados nas atividades dos setores de serviços não dinâmicos e dinâmicos. Neste último caso, isto se deve ao fato de que os incentivos dos trabalhadores qualificados em investir em educação seriam reduzidos, se os salários não tendessem a se desviar significativamente da média. Dado que é nesse setor que se concentram os trabalhadores mais qualificados, é possível que se observe uma redução no número de empregos em seu interior. A menor geração de empregos no setor privado pode, no entanto, ser contrarrestada pela geração de empregos públicos.

Observa-se ainda que em setores de maior sindicalização os mecanismos de negociação salarial conduzem a maiores salários e qualidade das ocupações. Como resultado, gera-se um menor número de postos de trabalho em atividades de baixa remuneração e qualidade. O contraponto à menor geração de empregos em serviços seria o alcance de uma maior igualdade salarial (WREN, 2013).

No que se refere às políticas sociais que possuem efeito no âmbito do mercado de trabalho, seja quanto à empregabilidade ou reinserção profissional, existem as políticas de cuidados ou ativas de mercado de trabalho⁴⁹. Elas têm como efeito a expansão do emprego feminino, o qual ocorre, sobretudo, em atividades de serviços (NELSON; STEPHENS, 2013).

Cabe notar que, por esta ótica, as políticas não são neutras de um ponto de vista distributivo. Isto é, a depender da forma como são gestadas, suas implicações são diversas sobre a qualidade do emprego ou a desigualdade entre salários. Parece-nos apropriado então trazer à análise os efeitos distributivos mencionados no início desta subseção. Isto é, distintos governos, ao gestar suas políticas, levam em conta não somente a quantidade de empregos gerada em serviços. À variável emprego somam-se o nível de desigualdade salarial que cada país ou regime considera aceitável e a distribuição do emprego entre público e privado, por exemplo. Como ilustração, empregos públicos representam em geral menores níveis de

⁴⁸ A análise se refere aos dois regimes considerados pelos autores, liberal, representado por países como os EUA e Reino Unido, e regime coordenado, o qual se desdobra nas vertentes socialdemocrata (exemplificado por Suécia e Dinamarca) e democrata cristã (Holanda e Alemanha são países representativos). No primeiro dos regimes, os salários são estipulados de forma flexível, em contraponto ao segundo dos casos, no qual os salários são fixados de forma coordenada.

⁴⁹ Políticas dedicadas à inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Programas de treinamento e capacitação exemplificam.

desigualdade salarial. Em contrapartida podem significar maiores custos fiscais (WREN, 2013).

O ponto de destaque é o de que a geração de empregos depende da forma como distintas configurações político-institucionais estão organizadas. Em determinada configuração, uma maior igualdade salarial pode, por exemplo, ser privilegiada em detrimento de empregos em serviços privados. Neste caso, a geração de empregos poderia ocorrer pela esfera pública. Ou o inverso, isto é, privilegiar a maior geração de empregos privados frente a um maior nível de igualdade salarial.

Wren, Fodor e Theodoropoulou (2013) notam, contudo, que uma saída para essa escolha entre efeitos distributivos – o “Trilema do emprego no setor de serviços”⁵⁰ (IVERSEN; WREN, 1998; WREN, FODOR; THEODOROPOULOU, 2013) – pode residir no aumento do peso dos serviços dinâmicos em determinado país, facilitado pelo crescente ganho de importância do comércio internacional. Reiterando que, por definição, os serviços dinâmicos são aqueles de alta produtividade, alta intensidade em tecnologias de informação e comunicação e alta abertura ao comércio internacional. Além do efeito direto de expansão do emprego nesses setores dinâmicos de serviços, o incremento de serviços dessa natureza pode igualmente repercutir na expansão – indireta – de empregos na base da distribuição. Esse mecanismo se deve às altas elasticidades da demanda existentes pelos serviços do setor não dinâmico (WREN; FODOR; THEODOROPOULOU, 2013).

Podem-se notar três estratégias de geração de empregos em serviços, em alinhamento com a classificação tradicional em regimes de bem-estar elaborada inicialmente por Esping-Andersen (1990): a estratégia liberal, de aumento de emprego privado a expensas de uma maior desigualdade de rendimentos, a estratégia social democrata, na qual políticas salariais igualitárias foram mantidas em concordância com a geração de empregos públicos e maior taxa, e a resposta democrata cristã, sob a qual políticas mais igualitárias combinadas a um, em termos relativos, enxuto setor de serviços públicos, representaram baixa criação relativa de empregos em serviços (WREN, 2013, 2017).

Nosso exame pode ser complementado pela análise da economia brasileira recente. Tratando em particular do período 2002-2014, intervalo de crescente formalização, redução da desigualdade de rendimentos, queda da taxa de desemprego e implementação de significativos arranjos institucionais, como as políticas de valorização do salário mínimo e do

⁵⁰ Os efeitos distributivos do “Trilema” seriam a criação de empregos, o alcance de uma maior igualdade de rendimentos e restrições fiscais.

Microempreendedor Individual (MEI), os resultados de Kerstenetzky e Machado (2018) vão ao encontro de parte das principais conclusões desta vertente.

No período considerado, o setor de serviços foi, assim como na experiência internacional, alto gerador de empregos. No que tange ao subsetor de serviços sociais, no qual se concentram em grande medida os empregos públicos, os maiores rendimentos em comparação aos demais subsetores (produtivo, distributivo e pessoal) não representaram maiores níveis de desigualdade. De forma oposta, o subsetor de serviços sociais teria contribuído para mitigar o dualismo do setor de serviços (KERSTENETZKY; MACHADO, 2018). Em ambiente de intensificação dos arranjos institucionais de mercado de trabalho (política de valorização do salário mínimo e MEI, por exemplo), houve aumento da taxa de ocupação. Foi igualmente significativo o fato de a geração de empregos em serviços ocorrida neste interim não ter se mostrado oposta ao aumento da qualidade da inserção, seja ela medida pelo nível de formalização, rendimento médio, ou pobreza no trabalho (KERSTENETZKY; MACHADO, 2018).

Conclui-se que a partir da consideração das principais proposições desta vertente o debate se avoluma. Isto é, a forma como as políticas de mercado de trabalho é gestada tem se mostrado fator de relevância em explicar a geração de empregos em serviços. Além disso, distintas configurações político-institucionais têm em mente não apenas a geração de empregos em si, mas um conjunto de efeitos distributivos, e a aceitação desses variados efeitos difere entre distintos grupos de países. A consideração desses fatores nos parece então complementar à análise desenvolvida até este momento.

Quadro 2 - Resumo Abordagens Teóricas

Teorias	Principais fatores explicativos	Autores
Abordagem Tradicional		
Enfoque predominantemente de demanda	(i) Renda <i>per capita</i> crescente; (ii) elasticidades de demanda > 1 (bem de luxo)	Clark (1940[1951]); Fisher (1935)
Enfoque predominantemente de oferta	Diferencial intersetorial de produtividade	Baumol (1967, 2007, 2012) e Baumol, Blackman e Wolf (1985)
Enfoque conjunto de oferta e demanda	(i) Progresso técnico; (ii) alteração no padrão de consumo	Fourastié (1949[1971])
Abordagem Alternativa		
Vertente Socioeconômica	(i) Alteração na estrutura demográfica; (ii) transformações no modo de vida; (iii) crescente participação feminina na força de trabalho	<i>Aportes primários:</i> Gadrey (2003, 2005) <i>Aportes secundários:</i> Devetter, Jany-Catrice e Ribault (2009); Devetter e Rousseau (2011); Djellal e Gallouj (2007)
Vertente Político-Institucional	Instituições de mercado de trabalho afetam geração de empregos em serviços, positiva e negativamente. (i) Taxas de reposição salarial; (ii) benefícios ligados à condição de desemprego; (iii) políticas de fixação salarial; (iv) grau de sindicalização; (v) políticas sociais; (vi) desigualdade salarial; (vii) comércio internacional; (viii) investimento em educação.	Kerstenetzky e Machado (2018); Nelson e Stephens (2013); Wren (2013, 2017)

Fonte: Elaboração própria.

6 CONCLUSÕES

No processo de desenvolvimento econômico de longo prazo, a expansão do setor de serviços é em geral caracterizada como um ponto de chegada. À redução relativa do emprego industrial tende a seguir a expansão relativa do emprego em serviços. Contudo, se para a lógica de economias desenvolvidas esse movimento é por vezes enxergado como um fenômeno natural, para o contexto de economias em desenvolvimento, a perda relativa de empregos no setor industrial é caracterizada como um fenômeno precoce.

Independente da caracterização que se assume com relação ao processo em questão ('natural' ou 'precoce'), os serviços representam de forma crescente parcela expressiva do emprego nas economias contemporâneas. Contudo, esse resultado não reverbera no número de análises dedicadas ao estudo deste setor econômico, sobretudo no que se refere ao eixo do emprego. Parte da dificuldade inicial no estudo dos serviços parece ser a utilização de um referencial que se adequa de forma fidedigna ao entendimento deste setor. O referencial construído em economias até então industriais parece não dar conta do problema em questão.

Desta forma, desde sua intensificação, o crescimento do emprego em serviços desafia as categorias analíticas tradicionais de oferta e demanda – as quais denominamos 'Abordagem Tradicional' – para a explicação de suas origens e implicações. Pela abordagem tradicional, em seus três principais enfoques (enfoque predominantemente de demanda, enfoque predominantemente de oferta e enfoque conjunto de oferta e demanda), incrementos de renda *per capita*, do diferencial de produtividade entre setores ou a mudança no padrão de consumo atrelada ao maior progresso técnico seriam o estopim para o processo (inelutável) de transição setorial.

Pelo enfoque predominantemente de demanda, o crescimento do emprego no setor de serviços decorreria de maiores níveis de renda *per capita*, nos sentidos diacrônico e sincrônico. No sentido diacrônico, ao nível de determinado país, aumentos de renda *per capita* gerariam a expansão do setor em questão, e, no sentido sincrônico, países de maior renda *per capita* possuiriam maior proporção do emprego representado por serviços. Pelo enfoque predominantemente de oferta, o crescimento do emprego no setor de serviços seria decorrente do diferencial de produtividade existente entre os setores industrial e de serviços. De forma a manter a parcela do produto de cada setor constante, os trabalhadores tenderiam a se deslocar do setor mais produtivo para o setor menos produtivo. Pelo terceiro dos enfoques da Abordagem Tradicional, o enfoque conjunto de oferta e demanda, o crescimento do emprego terciário responderia tanto aos efeitos do progresso técnico sobre os setores quanto à

saturação dos consumidores com relação aos itens ofertados pelos dois demais setores econômicos.

Por esses três enfoques, o deslocamento da população ativa para os serviços seria dotado de certo grau de automatismo. Ao serem incrementados os fatores acima mencionados, as economias tenderiam, de forma inelutável, a concentrar sua maior porção de trabalhadores no terceiro dos setores. Em uma lógica por fases, e em um só sentido, o setor primário daria lugar ao secundário e, posteriormente, ao setor terciário.

Interessante notar que o crescimento terciário foi apontado pelos teóricos seminais como um ponto de chegada do desenvolvimento ou de progresso das sociedades. Embora a tônica corrente, presente inclusive no discurso político, não ignore o movimento, se ele é visto como um ponto de chegada, é ao menos um fim não desejado. Fazem, por exemplo, parte do discurso político europeu alusões à reindustrialização do continente, mas que, por vezes, não são sinônimo de uma reindustrialização com emprego, em referência à indústria 4.0.

Aos primeiros enfoques se seguiram investigações diversas, a partir das quais pode-se extrair que a validade dos mesmos não tem se mostrado conclusiva. Existem evidências a favor e contrárias a eles. Os resultados parecem depender em grande medida do período analisado e dos países investigados. Alguns aspectos centrais das teorizações tradicionais podem ser questionados empiricamente: o caráter de bem de luxo dos serviços, a baixa produtividade das atividades pertencentes ao terciário, o curso intersetorial do emprego, a impossibilidade de padronização de determinadas atividades de serviços ou a própria forma de mensuração da produtividade dos serviços.

Ponto recorrente é o de que as teses tradicionais, ainda que esclarecedoras, mostraram-se menos efetivas em aclarar as razões dos níveis destoantes de emprego em serviços observados em diferentes países, ou o curso distinto daquele determinado pela teoria tradicional. Isto é, o entendimento de que essas proposições teóricas são investidas de certo grau de universalismo se contrapõe à experiência prática. O estudo da experiência latino-americana de terciarização permitiu verificar em bases concretas essa afirmação.

A análise buscou a partir dessa constatação geral voltar-se para um referencial alternativo. Este parece conceder um novo ferramental para a nossa questão-chave. Variáveis como a mudança na estrutura demográfica, no modo de vida, na participação feminina na força de trabalho, ou mais específicos à configuração político-institucional, como a forma que tomam as políticas de fixação salarial ou o grau de sindicalização parecem igualmente influenciar a geração de empregos em serviços. Esse processo não é, contudo, neutro de um ponto de vista distributivo. Isto é, a geração de empregos em serviços é parte de um *mix* de

efeitos distributivos que os governos têm em mente ao gestar suas políticas. Como ilustração, governos que objetivem menores níveis de desigualdade salarial podem incorrer em uma menor geração de empregos em setores não dinâmicos de serviços (privados). Esse fato pode ser parcialmente contrarrestado pela criação de empregos públicos.

Trata-se, portanto, de um conjunto de escolhas tomado por cada país ou grupo de países, atrelado às convenções nacionais. Em determinadas experiências, a presença de um maior nível de desigualdade salarial é aceitável, como no caso liberal. Em outras, esse fator é comparativamente menos aceitável e a geração de empregos em serviços públicos é uma via compatível à ainda manutenção de altos níveis de emprego em serviços. Esse é o caso dos países nórdicos.

Disto resulta que diferentes regimes diferem também nos subsetores mais pronunciados de serviços, ponto este cego na abordagem tradicional. Como exemplo, o subsetor de serviços sociais é pronunciado no caso nórdico, em detrimento dos serviços pessoais e de comércio. O caso liberal segue um quadro oposto, isto é, preponderância relativa dos serviços pessoais e de comércio.

Pôde-se então observar por esta ótica que parte das análises tem dissociado o debate de relações causais diretas. A partir delas os fatores envolvidos parecem múltiplos bem como suas consequências. Isto é, qualquer escolha adotada no que se refere à geração de emprego em serviços tem se mostrado prenhe de efeitos distributivos e resultado de escolhas e transformações político-sociais.

Ao final desse esforço teórico não se propõe atestar a invalidade dos primeiros enfoques, apenas sua insuficiência em responder à pergunta central. Produtividade, progresso técnico ou renda *per capita* parecem ainda variáveis econômicas de relevância. No entanto, análises que a elas se resumam podem omitir fatores que também parecem contribuir para a construção de um quadro mais amplo do problema em questão. Esse foi apenas um esforço inicial. O debate não parece exaurido. Pelo contrário, carece de análises alternativas, teóricas e empíricas que a ele se somem.

A partir do próximo capítulo a análise se volta especificamente para a região latino-americana. Nele, a partir de um conjunto de estatísticas descritivas, busca-se analisar os principais traços evolutivos do setor na região no período 1980-2014. Haveria um padrão segundo o qual o setor de serviços latino-americano poderia ser descrito?

APÊNDICE METODOLÓGICO

Este apêndice busca apresentar brevemente algumas considerações metodológicas, necessárias para a abordagem empírica dos dois próximos capítulos. São elas: (i) a métrica utilizada para computar os ocupados no setor de serviços; (ii) a forma de mensuração da renda média; (iii) a estratégia de medição da produtividade intersetorial e (iv) a nomenclatura utilizada para caracterizar a população ativa.

Pela perspectiva da Abordagem Tradicional, as menções feitas com relação ao deslocamento da população ativa se referem a números absolutos. A análise empírica utilizada nos próximos capítulos se baseia, contudo, em um indicador relativo – total de ocupados em determinado setor com relação ao total de ocupados, como é comum na literatura relacionada. Esse enfoque é, por exemplo, o utilizado nas análises sobre desindustrialização (seção 2 deste capítulo). Mesmo em se tratando de medidas distintas, a análise se justifica pelo fato de que as teorias por elas descritas (seção 3) não levam em consideração mudanças abruptas no indicador de total de ocupados, ou a possibilidade de desalento da população potencialmente ativa⁵¹. Caso contrário, variações positivas e negativas no indicador considerado poderiam decorrer de grandes oscilações no total de ocupados, e não necessariamente de uma maior expansão/retração do montante de ocupados no interior do setor analisado. Por sua vez, pelas teorias analisadas, os casos de retração no total de ocupados resultam de uma menor capacidade de absorção do setor de serviços. Desta forma, pode-se tomar como válida a passagem do indicador de total absoluto de ocupados no setor de serviços para a métrica relativa de “participação dos ocupados no setor de serviços com relação ao total de ocupados”.

Com relação ao ponto (ii), pelo “enfoque predominantemente de demanda”, o progresso material relativo de determinado país é mensurado pelo indicador de renda real média (seção 3). No entanto, nos demais capítulos deste trabalho, o indicador de desenvolvimento econômico utilizado é o de PIB *per capita*. A adoção dessa métrica tem como referência dois critérios: a disponibilidade desse indicador para muitos países e períodos e a comparabilidade com as análises anteriores, que se baseiam nessa medida. Dentre elas, D’Agostino, Serafini e Ward-Warmedinger (2006); Messina (2004) e Wren (2013).

No que se refere ao ponto (iii), a análise de Baumol faz alusão ao diferencial de produtividade entre os setores progressivo e não progressivo. Conforme tratado nas seções 3 e

⁵¹ Nem poderiam, dada a época em que essas teorias foram produzidas, e dado que se trata de matéria mais recente de estudo da economia do trabalho, iniciada na década de 1950.

4, a literatura subsequente tomou o setor industrial como representativo do setor progressivo e o setor de serviços como representativo daquele não progressivo. Ainda como tratado naquelas seções, essa correspondência não é fidedigna, uma vez que algumas das atividades de serviços são altamente progressivas. Contudo, nos próximos capítulos, a métrica utilizada é a do diferencial de produtividade entre os setores industrial e de serviços. Uma análise mais acurada deveria selecionar dentre as atividades de serviços somente aquelas de baixa produtividade ou em que o contato interpessoal fosse relevante na sua prestação. Todavia, por razões de insuficiência de dados para a região estudada, esse nível de desagregação não foi possível para todos os países analisados, e recorreremos à métrica mencionada, com a ressalva de sua limitação.

Por fim, as referências constantes da literatura sobre o tema fazem menção ao indicador de “emprego em serviços”. Em se tratando da região latino-americana, foco dos demais capítulos, em virtude de sua alta taxa de informalidade, talvez a referência ao indicador de “ocupados em serviços” fosse mais correta. Nos capítulos seguintes se privilegia, portanto, o uso da nomenclatura de ocupados no setor de serviços. No entanto, quando, em referência à região latino-americana, a menção for feita ao indicador alternativo, de emprego, em alinhamento com a nomenclatura utilizada pelos estudos de referência (D’AGOSTINO; SERAFINI; WARD-WARMEDINGER, 2006; MESSINA, 2004; OCDE, 2000; WELLER, 2004; WREN, 2013), deve-se considerar que essa métrica também considera o trabalhador por conta-própria ou informal.

CAPÍTULO 2 - A TRANSIÇÃO PARA O EMPREGO NO SETOR DE SERVIÇOS: UM PADRÃO PARA A AMÉRICA LATINA?

1 INTRODUÇÃO

No capítulo 1 discutiu-se a limitação presente no que se denominou ‘Abordagem Tradicional’ em responder às questões próprias à transição para economias baseadas em serviços, e, em particular, às questões da terciarização latino-americana. Apesar de a literatura mais recente de estudos dos serviços investigar as razões por trás das diferentes trajetórias e características do setor em economias desenvolvidas (‘Abordagem Alternativa’), as características próprias à terciarização de países em desenvolvimento, e da América Latina, em particular, permanecem, em parte, inexploradas. A identificação da trajetória latino-americana de terciarização resta, portanto, em aberto, e algumas questões podem ser levantadas: (i) quais os contornos do setor de serviços na América Latina? (ii) O crescimento do emprego em serviços desde os anos 1980 foi característico do setor como um todo, ou privilegiou determinado grupo de atividades⁵² ou subsetor? (iii) É possível notar um padrão de desenvolvimento do emprego em serviços nos países que compõem a região? (iv) Embora o movimento seja o mesmo para a região, isto é, o crescimento da participação dos ocupados no setor de serviços no total dos ocupados, é possível notar diferenças entre os distintos países?

O capítulo busca responder a essas questões pela utilização de uma análise descritiva de dados, que investiga 18 países latino-americanos no período 1980-2014. O período de análise representa momentos distintos de desenvolvimento econômico e social na região – guerras civis e revoluções, como a guerra civil salvadorenha ou a Revolução Sandinista na Nicarágua⁵³, crises econômicas, ajustes macroeconômicos, reestruturação dos mercados de trabalho, crescimento do desemprego e da informalidade, permanência ou ruptura com regimes autoritários. Soma-se a esses fatores um momento final, a inícios do século XXI, de crescimento alinhado a resultados positivos para o mercado de trabalho (aumento das taxas de ocupação, queda das taxas de desemprego, de informalidade e de inatividade, essa última em função da menor taxa de desalento).

Esses cenários e características próprias à região devem, portanto, permear a análise proposta neste capítulo. Conforme ressaltado por Weller (2017), o mercado de trabalho não é

⁵² No decorrer do texto, os termos “atividade” e “ramo” são utilizados de forma intercambiável.

⁵³ A guerra civil salvadorenha se estendeu de 1980 a 1992, e a Revolução Sandinista de 1979 a 1990.

uma instituição isolada; enquanto instituição ele é influenciado pelos contextos econômico, social e institucional. Desta forma, a leitura utilizada ao longo deste capítulo privilegia essa compreensão do mercado de trabalho, em alinhamento com os enfoques e vertentes discutidos no capítulo 1.

Observa-se que se em determinados contextos nacionais as medidas de mudança na composição setorial do emprego se manifestaram de forma *explícita*, em outros elas se desenvolveram de maneira *implícita*. Para o cenário de mudança *explícita*, pode-se mencionar que uma das pautas da ditadura argentina, finda a inícios da década de 1980, era a de rompimento com seu passado industrial. Por outro lado, de forma *implícita*, o governo pós transição democrática no Uruguai dos anos 1990 adotou um conjunto de medidas de estabilização macroeconômicas que, de forma não intencional, comprometeu movimentos expansivos da indústria, embora tenha promovido a expansão do consumo doméstico.

Desta forma, o capítulo busca contextualizar o cenário de desenvolvimento do setor de serviços, sempre que aplicável chamando a atenção para as experiências individuais, ou de grupos de países, detalhados na seção 3. Essa escolha se deve ao fato de que, embora se trate de uma região, o que por definição faz com que os países a ela pertencentes comunguem de algum traço comum e distintivo – ao menos geográfico –, parece insuficiente uma análise que encubra os traços não homogêneos de seus países.

O tratamento da região latino-americana possui algumas especificidades. Como uma primeira observação, na região analisada, deve-se considerar que o estabelecimento do mercado de trabalho assalariado, um dos alicerces do capitalismo moderno, ocorreu apenas no decorrer do século XX (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015). Ademais, à diferença das análises para economias desenvolvidas, o tratamento da dinâmica do mercado de trabalho latino-americano merece algumas ressalvas: (i) a relação entre crescimento econômico e nível de emprego é menos estreita que aquela observada em países desenvolvidos. Isto é, na região latino-americana, diante de fases descendentes do ciclo econômico, a transição dos trabalhadores não necessariamente ocorre para a situação de desocupação, mas para a economia informal, de menor produtividade laboral média. Logo, nesse grupo de países, o ajuste é mais visível pela queda da produtividade do trabalho do que pela redução nos níveis de emprego (WELLER, 2017). Uma vez que parte das atividades de serviços, como o comércio, possui baixas barreiras à entrada, por vezes se observa um deslocamento de trabalhadores desocupados para essas atividades, recorrentemente informais – uma espécie de “colchão amortecedor” –, que age incorporando a força de trabalho desocupada em momentos de ciclo econômico recessivo (MELLO *et al.*, 1998; MELO; TELES, 2000). Isto faz com que

o setor de serviços e o emprego informal sejam tomados como sinônimos na região⁵⁴, ao menos em termos de representações cognitivas; (ii) parcela do emprego gerado na América Latina é derivada da pressão da oferta da mão de obra (que tende a se concentrar na economia informal), e não da demanda por mão de obra. Este fator se deve, em parte, aos frouxos esquemas de proteção social existentes na região, que funcionariam como estabilizadores automáticos em períodos de crise (WELLER, 2017). Logo, termos comuns na literatura que analisa países desenvolvidos como “desemprego por espera retroativa”, em referência à espera dos trabalhadores em situação de desemprego por empregos que se adequem a suas qualificações, parece não se aplicar ao caso latino-americano; (iii) o comportamento da oferta da mão de obra não apresenta características unicamente pro-cíclicas; seu caráter é mediado pelos níveis de pobreza de cada país. Para países que apresentam maiores taxas de pobreza, a oferta laboral tende a aumentar em fases descendentes do ciclo econômico, como forma de compensação de renda, sobretudo pela maior oferta da mão de obra de jovens (MACHINEA; KACEF; WELLER, 2009; WELLER, 2017), mecanismo conhecido na literatura como “efeito trabalhador adicional” (WOYTINSKY, 1942); (iv) a maioria dos países da região possui níveis intermediários ou severos de heterogeneidade estrutural, descritos pela coexistência de setores de distintos graus de desenvolvimento (alta, média e baixa produtividades). Esse fator possui alto impacto sobre os mercados de trabalho da região⁵⁵ (WELLER, 2017).

O capítulo parte de uma breve contextualização da América Latina no período selecionado, questionando com base em quais traços – cambiantes e permanentes – desenvolveu-se o setor de serviços na AL. Os resultados apontam que, embora o setor de serviços represente a maior parcela do total de ocupados na região, há uma grande heterogeneidade desse setor no mapa regional, o que revela que alguns países se mostram mais efetivos em expandir empregos no setor em questão, frente à queda relativa dos dois outros setores. Essa regularidade foi anteriormente notada por Wren (2013) para o contexto de economias desenvolvidas. Os movimentos e estratégias adotados pelos distintos países da AL são diversos, e afetados por fatores exógenos ao mercado de trabalho.

A análise de longo prazo evidencia alguns movimentos de destaque do setor de serviços regional, embora ele seja predominantemente baseado em serviços distributivos.

⁵⁴ Agradeço aos participantes da 23ª Latin American Social and Public Policy (LASPP) Conference por me terem ressaltado esse ponto.

⁵⁵ “A heterogeneidade estrutural é caracterizada pela coexistência na mesma economia de setores produtivos que seriam característicos das economias em diferentes momentos de seu desenvolvimento, juntamente com um grande peso relativo dos setores de baixa produtividade. Nos países da região, existe uma estrutura de exportação baseada em matérias-primas e pouca diversificada, com o conseqüente efeito na estrutura produtiva, onde as dificuldades de disseminação do progresso técnico impedem superar a situação e perpetuam as brechas de produtividade” (WELLER, 2017, p. 15, tradução própria).

Dentre eles, o crescimento em todos os países analisados da participação dos ocupados no subsetor de serviços produtivos e o aumento da participação dos ocupados na atividade de saúde no interior do subsetor social.

As próximas 3 seções abordam as perguntas anteriormente elencadas. Na seção 2 faz-se uma breve contextualização do cenário socioeconômico e político-institucional latino-americano no período 1980-2014. Na seção 3 são apresentados os dados e a estratégia empírica utilizada no capítulo. Na seção 4 é mapeada a evolução do setor de serviços no período selecionado. Em um primeiro momento se analisa o setor de serviços como um todo, tendo como pano de fundo os movimentos dos outros dois macrosetores. Em um segundo momento, contemplando a própria heterogeneidade do setor de serviços, analisa-se esse setor ao nível de seus subsectores e atividades. Na seção 5 são apresentadas as conclusões.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO: A AMÉRICA LATINA EM QUATRO DÉCADAS

A década de 1980 foi de continuidade na substituição do paradigma de ‘industrialização dirigida pelo Estado’ (CÁRDENAS; OCAMPO; THORP, 2000) pelo paradigma de ‘desenvolvimento liderado pelo mercado’ (OCAMPO; ROS, 2011); substituição que havia se iniciado ainda na década de 1970 em parte dos países latino-americanos (OCAMPO; ROS, 2011). A substituição de paradigmas envolvia um amplo conjunto de reformas, adotado em diferentes momentos e graus por cada país. Argentina, Chile e Uruguai iniciaram suas reformas nos anos 1970; o Chile entre 1973 e 1979⁵⁶, a Argentina entre 1976 e 1979, e o Uruguai entre 1974 e o início da década de 1980, todos sob governos ditatoriais. Contudo, para a maioria dos países latino-americanos, as reformas foram observadas apenas ao final dos anos 1980 (CANO, 2007).

Durante o período pelo qual se estendeu o paradigma de industrialização dirigida pelo Estado, a orientação industrializante da estrutura produtiva se refletiu em um expressivo crescimento da participação da indústria no total do emprego. Ilustrativamente, em 1977 a indústria representava 20% do emprego na região frente aos 10% de 1950 (MANSO, 2000). Esse movimento foi em alguma medida revertido nas décadas seguintes, e, com ele, as características da força de trabalho, forjadas em economias industriais. O trabalhador industrial, especializado e estável, passa a ser crescentemente substituído pela figura do trabalhador terceirizado, informal, temporário (ANTUNES; ALVES, 2000).

⁵⁶ Tokman denomina as reformas de mercado de trabalho no Chile, na ausência de um parlamento eleito, “flexibilização forçada” (TOKMAN, 2009, p. 273, tradução própria.)

O quadro de substituição de paradigmas coincide com o período da “crise da dívida” na região. Em termos de mercado de trabalho, um dos efeitos da crise e do ajuste da década de 1980 foi o crescimento do desemprego, em uma região historicamente caracterizada por altas taxas de informalidade. Esse movimento ocorreu em um contexto em que o setor agrícola manteve sua tendência declinante de participação no emprego, e de que, apesar do pequeno ensaio de retomada da indústria ao final da década, o cenário naquele período era de declínio industrial, em termos relativos (WELLER, 2000).

De forma oposta, notaram-se no terciário traços ambíguos, descritos sob uma maior expansão das atividades que se beneficiaram de medidas modernizantes, mas também de atividades geradoras de ocupações informais (WELLER, 2000). Cabe notar que esse último movimento – de expansão da informalidade – ocorreu em paralelo à relativa estagnação da produtividade das economias latino-americanas, sobretudo nos serviços urbanos (CEPAL, 2010).

De forma geral, a década de 1980 representou um ainda maior distanciamento da economia latino-americana com relação às maiores economias europeias e ao grupo de países composto por Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015).

A década seguinte foi de aprofundamento das reformas estruturais (comercial, financeira) na região, em contexto de crescente heterogeneidade estrutural (INFANTE, 2016; CEPAL, 2010). As políticas de abertura dessa década impactaram, sobretudo, os setores de maior complexidade, como aqueles de bens de capital (CANO, 2007). Embora as primeiras reformas tenham se iniciado na década de 1980 para a maioria dos países da região, as reformas próprias ao mercado de trabalho são resultado explícito apenas da segunda geração de reformas do Consenso de Washington (TOKMAN, 2009), sob o argumento de que os mercados de trabalho deveriam ser mais flexíveis (GALIANI, 2009; TOKMAN, 2009; WELLER, 2000). Tokman e Martinez (1999) denominaram tal movimento “flexibilização na margem”. Isto é, introduzem-se formas menos típicas de contratação sem se alterar o *core* dos contratos permanentes (TOKMAN, 2009). Esse conceito se vincula à discussão vigente à época para o continente Europeu, a partir do relatório da OCDE de 1994, intitulado *The OECD Jobs Study: Facts, Analysis, Strategies* (OCDE, 1994).

Por essa leitura, as instituições de mercado de trabalho tornaram as economias mais rígidas, e, portanto, menos aptas a se adaptarem às mudanças observadas diante das novas tecnologias e da globalização (OCDE, 1994). A partir disto, flexibilizar mercados de trabalho seria a medida aplicável para a maior geração de empregos, conceito que foi transposto à

análise dos países da América Latina. Em economias mais abertas, e, portanto, mais suscetíveis aos movimentos dos mercados interno e externo, salários, nível de emprego, formas de subcontratação ou de restrição de direitos trabalhistas se reafirmaram como variáveis de ajuste em tempos de crise (TOKMAN, 2009).

O movimento comum não pode ser, contudo, tomado como uniforme. Para a região latino-americana, a natureza, intensidade, momento de implantação das reformas e receptividade da população às mudanças por elas propostas foram diversos entre os distintos países que a compõem (THORP, 1998; TOKMAN, 2009). Pode-se mencionar a resistência que as tentativas de privatização encontraram na população do Uruguai e da Costa Rica (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015; FRANZONI, 2007; THORP, 1998), ou o caso mexicano, que após adotar o pacote mais amplo de reformas de mercado ainda na década de 1970, transitou em meados da década de 1980 para um conjunto de medidas heterodoxas (THORP, 1998). Pode-se citar ainda a resistência vista na Bolívia no início dos anos 2000, manifesta no conjunto de insurreições populares contra a privatização do sistema municipal de águas (“Guerra da Água”), e que resultou em uma quebra com o processo até então contínuo e aparentemente passivo de privatização dos serviços públicos (LINERA; SADER, 2007). Por outro lado, no caso panamenho, a especialização na oferta internacional de serviços (sobretudo de transporte) foi usada como argumento legitimador das reformas de mercado. Por este argumento, e devido à favorável posição geográfica do país, um projeto de desenvolvimento nacional não seria viável, ou relativamente menos viável que aquele de prestação de serviços de transporte voltado para o exterior (HIJO, 2007).

Ao final da década de 1990, as reformas tiveram que incorporar as especificidades do ambiente socioinstitucional de cada país, o que perpassou diferenciações entre contextos autoritários e democráticos e entre o grau de desenvolvimento das relações de trabalho e das negociações sociais (TOKMAN, 2009). Argentina e Peru basearam-se em reformas mais profundas (TOKMAN, 2009), como o fim da estabilidade do emprego público no caso peruano (BONILLA; MOROTTI, 2007). No caso argentino, as mudanças foram por ora com objetivos de flexibilização, por ora visando aumentar o grau de proteção dos trabalhadores. Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Nicarágua, Panamá e República Dominicana e Venezuela implementaram reformas de mercado de trabalho mais modestas (TOKMAN, 2009). Dentre as pautas mais recorrentemente reformadas está a da natureza do contrato de trabalho, que tendeu a transitar de contratos de duração indeterminada, que eram o tipo mais comum de contratação na região, para contratos de duração determinada. Essa alteração ocorreu principalmente no Peru, mas também em Argentina, Chile, Colômbia, Brasil e

Panamá (GALIANI, 2009; TOKMAN, 2009). Na Bolívia, o crescimento dos contratos de trabalho de duração determinada antecede a última década do século XX, remontando ao quinquênio final da década de 1980 (LINERA; SADER, 2007). Na região, outras formas até então menos típicas de relações de trabalho passaram a ser adotadas, tais quais a externalização da relação laboral mediante a subcontratação de serviços e o trabalho em domicílio, todas justificadas pela busca de maior flexibilização e redução de custos trabalhistas (TOKMAN, 2009).

No caso brasileiro, em específico, a década de 1990 representou alterações significativas no mercado de trabalho. Se até a década de 1980 a expansão do emprego coincidia com o crescimento do emprego assalariado, na década seguinte, a expansão do emprego ocorreu por vias do não assalariamento, do emprego sem registro e da subutilização da força de trabalho (POCHMANN, 2002). Em particular, o avanço da informalidade no Brasil nessa década foi atribuído a duas razões: o fraco e errático crescimento econômico e o processo de reorganização econômica, baseado, dentro outros, na flexibilização das relações de trabalho (KREIN; PRONI, 2010).

Em um grupo de países nos quais a expansão sindical ocorreu sob apoio do Estado e dos partidos políticos (TOKMAN, 2009), os anos 1990 representaram também o aprofundamento de medidas de descentralização da negociação coletiva, tradicionalmente exercida ao nível da indústria em países em desenvolvimento (LAMARCHE, 2015). Esse movimento ocorreu em um contexto de redução tendencial dos trabalhadores sindicalizados (TOKMAN, 2009)⁵⁷. Em outros casos, como o boliviano e o chileno, a descentralização antecede a década final do século XX. Na Bolívia, o movimento remonta à década de 1980, e, no Chile, aos anos 1970 (LINERA; SADER, 2007; TOKMAN, 2009). Como resultado desse movimento, em países como os pertencentes ao Cone Sul, a repressão às formas de representação coletiva significou grandes reduções nos salários reais (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015).

Na região, as baixas e decrescentes taxas de sindicalização, para além das historicamente altas taxas de informalidade, podem também estar associadas às formas mais fragmentadas de relações de trabalho que se avolumaram no período, e que desembocaram em crescente processo de individualização do trabalhador. Essas formas fragmentadas compõem, em especial, algumas estruturas produtivas da região, em alguns dos países mais ruralizados,

⁵⁷ A queda na taxa de densidade sindical é uma tendência internacional, com exceção dos países nórdicos excluindo a Noruega (THELEN, 2014).

baseados na agricultura camponesa. Esse último é, por exemplo, o caso nicaraguense, cuja atividade agrária se desenvolve a partir de uma produção agrária autônoma e familiar. Esse fator dificulta manifestações políticas como a participação sindical (SOTO; RODRIGUES, 2007).

Os efeitos das reformas foram dúbios: modestas e voláteis taxas de crescimento econômico atreladas à baixa geração de empregos e ao aumento da participação dos setores de baixa produtividade, modernização da estrutura produtiva acompanhada da redução da demanda por mão de obra (WELLER, 2017), interrupção da diversificação econômica em países como a Bolívia (LINERA; SADER, 2007), internacionalização das economias regionais e crescente desigualdade na distribuição de rendimentos (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015). Como resultado líquido, na década de 1990, a expansão do emprego ocorreu sobretudo em setores de baixa produtividade e de natureza informal (MACHINEA; KACEF; WELLER, 2009; THORP, 1998), que se tornaram reduto da mão de obra feminina no período (CEPAL, 2010).

Conforme ressaltam Machinea, Kacef e Weller (2009), em termos dos resultados do mercado de trabalho, as baixas taxas de geração de emprego na década de 1990 foram em parte justificadas pelo padrão observado internacionalmente de “crescimento sem emprego”. Autores como Pagés, Pierre e Scarpetta (2009) observam, contudo, o desdobramento na década de 1990 de dois distintos grupos de países no que diz respeito à relação entre crescimento e emprego. Pode-se mencionar, de fato, um fenômeno de “crescimento sem emprego” (baixa criação de empregos frente ao aumento da população em idade ativa em contexto de crescimento do PIB) para países como Argentina, Chile, Colômbia, Jamaica, Paraguai e Uruguai, mas a ela se soma um grupo mais bem descrito como um fenômeno de “emprego sem crescimento”. Esse último composto por Barbados, Equador, Honduras, Nicarágua e Venezuela, e definido por aumentos na oferta da mão de obra em cenário de baixo crescimento do produto e de baixas ou decrescentes taxas de crescimento da produtividade.

Voltando à relação entre o ambiente no qual o mercado de trabalho se desenvolve e os resultados nele observados, apontada na introdução, podem-se notar algumas nuances em termos do setor de serviços na década. A natureza das reformas observadas na década de 1990 parece ter ditado em algum grau quais as atividades de serviços de maior crescimento no período. Em grande número de países, as atividades de transporte e telecomunicações, que passaram por mais extensas privatizações, cresceram em demanda por suas atividades (PAGÉS; PIERRE; SCARPETTA, 2009). De igual forma, nessa década, observou-se uma

taxa de crescimento dos serviços domésticos superior àquela do emprego assalariado em países como Argentina, Brasil e México. As atividades de comércio, hotéis e restaurantes também apresentaram crescimento no período, em função da expansão de redes de lojas e supermercados, do comércio exterior e do turismo (WELLER, 2000).

Desta forma, os efeitos das mudanças na estrutura produtiva frente às reformas parecem ter afetado não apenas o montante de empregos gerado, mas também sua composição (WELLER, 2000). O mesmo pode ser notado em termos da nova composição público e privado. Em Bolívia, Brasil, Colômbia e Peru, o emprego assalariado cresceu a taxas inferiores às do emprego total, uma vez que as quedas observadas no emprego público não foram compensadas pelo crescimento do emprego privado. O contrário foi observado na Costa Rica, país no qual houve incremento na geração de empregos privados no período (WELLER, 2000), e a redução do emprego público foi apenas relativa (MAS, 2007).

A década de 2000, sobretudo a partir de 2003, foi de mudança na trajetória latino-americana observada nas duas décadas a ela anteriores. Nos primeiros anos dessa década houve alterações nas políticas sociais e econômicas, baseadas na maior participação do Estado. Ilustrativamente, o interregno 2004-2007 retrata a maior expansão econômica da história das economias latino-americanas desde o intervalo 1967-1974 (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015). Os fatores apontados para esse resultado são múltiplos. Dentre eles, o crescimento do financiamento externo, o aumento dos preços das *commodities* e o crescimento das remessas dos trabalhadores migrantes (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015)⁵⁸.

Em um primeiro subperíodo, 2003-2008, as exportações foram o principal fator de expansão do crescimento (WELLER, 2017). Em um segundo subperíodo, vigente de 2009 a 2012, no qual a estratégia de crescimento foi baseada no consumo das famílias conjugado ao investimento em formação bruta de capital fixo, o emprego se concentrou nas diferentes atividades terciárias. Assim como na década de 1990, nesse período, a expansão do emprego para trabalhadores de alta qualificação ocorreu no setor de serviços. Na outra ponta, a expansão das atividades de comércio e construção ocasionou o crescimento do emprego também para indivíduos de menor qualificação formal (WELLER, 2017). Esta evidência parece reforçar a leitura de Weller (2004) quanto ao terciário latino-americano, tratada no Capítulo 1. Isto é, para além de uma construção baseada unicamente no refúgio de

⁵⁸ Em alguns países da região, como Equador e Nicarágua, o número de indivíduos em idade ativa emigrantes é relevante. Diante disso, as remessas recebidas compõem parcela significativa dos orçamentos domésticos. Entre os destinos extrarregionais mais comuns estão os EUA e a Espanha (FRANZONI, 2007).

trabalhadores advindos dos demais setores econômicos, o setor de serviços também se configura como gerador de empregos que demandam maior qualificação.

No caso brasileiro, em particular, nos primeiros anos do século XXI pôde se observar um desvio de trajetória no que se refere ao desenvolvimento do setor de serviços – de um setor pouco dinâmico, gerador de ocupações mais precarizadas na ponta inferior na década de 1990 (POCHMANN, 2001) a um setor gerador de ocupações com melhores rendimentos e ocupações formais, cuja expansão se deu mediante a incorporação de uma população mais escolarizada comparativamente aos demais setores (KERSTENETZKY; MACHADO, 2018).

Como elementos comuns aos países latino-americanos, foram notados a queda do desemprego aberto nas zonas urbanas, efeito do aumento da taxa de ocupação, e o crescimento das taxas de formalização do emprego com redução dos diferenciais salariais (WELLER, 2017). Cabe notar que esse movimento ocorreu em um contexto de reintrodução de formas de regulação do mercado de trabalho por vários países da região (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015; WELLER, 2017). Esse foi por exemplo o caso brasileiro, que introduziu políticas como a de valorização do salário mínimo e a do microempreendedor individual (KERSTENETZKY; MACHADO, 2018). Além disso, nesse período, houve um menor efeito das reformas sobre a capacidade geradora de empregos relacionada ao crescimento econômico – a intensidade laboral do crescimento (WELLER, 2017).

Uma das explicações relacionadas à alteração na intensidade laboral do crescimento decorre da mudança do perfil do IED na região. Na década de 1990 seu foco foi, sobretudo, a aquisição de empresas – públicas, em especial –, que resultou na redução de empregos. Na década seguinte, os investimentos foram direcionados para a criação de capacidades produtivas, que repercutiram na geração de empregos, notadamente nas empresas maiores (CEPAL, 2014 apud WELLER, 2017; WELLER; KALDEWEI, 2013)

Tendo essas transformações como pano de fundo, como o setor de serviços se comportou frente às décadas de transformações políticas, sociais, econômicas e institucionais discutidas ao longo desta seção? A próxima seção descreve a estratégia empírica adotada, e, na seção 4, busca-se analisar os principais movimentos tomados pelo setor de interesse ao longo desse período.

3 DADOS E ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Este capítulo, de natureza empírica e baseado em uma análise descritiva de dados, busca responder às perguntas feitas na seção de introdução: (i) quais os contornos do setor de

serviços na América Latina?; (ii) o crescimento do emprego em serviços a partir dos anos 1980 foi característico do setor como um todo, ou privilegiou determinado subsetor ou grupo de atividades?; (iii) é possível notar um padrão de desenvolvimento do emprego em serviços nos países que compõem a região? e (iv) embora o movimento seja o mesmo para a região, isto é, o crescimento da participação dos serviços no total do emprego, é possível notar diferenças entre os distintos países?

São usadas duas fontes de dados: a base de emprego por amplos setores (agricultura, indústria e serviços) e a base de distribuição do emprego por atividades econômicas⁵⁹, ambas pertencentes à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os dados setoriais dessas bases se apoiam na *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities* (ISIC). Essa classificação possui uma versão original, de 1948, e três revisões realizadas entre 1968 e 2008 (ISIC Rev.2⁶⁰, ISIC Rev.3 e sua atualização de 2002 – ISIC Rev.3.1⁶¹, e ISIC Rev.4). Neste trabalho, utiliza-se a versão atualizada da segunda revisão da base (ISIC Rev.3.1). A escolha se fundamenta no fato de, entre as versões atualizadas, ser esta a que apresenta uma longa série temporal.

Nas bases citadas, a definição de ocupados é a que segue: “os empregados compreendem todas as pessoas em idade ativa que, durante um breve período específico, enquadravam-se nas seguintes categorias: a) emprego remunerado; ou b) trabalho autônomo. Os dados são desagregados por atividade econômica, que se refere à atividade principal do estabelecimento em que a pessoa trabalhou durante o período de referência, e não depende de obrigações ou funções específicas do trabalho da pessoa, mas das características da unidade econômica em que a pessoa trabalha.” (OIT, 2009, tradução própria.)

A OIT adota, portanto, uma perspectiva setorial na divisão da população ativa. Isto é, a classificação se baseia na atividade principal do estabelecimento ou negócio (no caso dos autônomos) no qual o indivíduo trabalha (abordagem setorial), e não na natureza da função do trabalhador (abordagem funcional). Por exemplo, um prestador de serviços de negócios (uma atividade de serviços), digamos um contador (uma ocupação de serviços), que exerce sua função em um estabelecimento do setor industrial é contabilizado como ocupado na indústria.

⁵⁹ No original, “Employment by broad sectors” e “Employment distribution by economic activity (by sex)”.

⁶⁰ United Nations (1968).

⁶¹ United Nations (2002).

Conforme notado por Bosh e Wagner (2005), a diferença entre as duas abordagens varia conforme o grau de terceirização das economias envolvidas⁶².

A investigação comporta 18 países latino-americanos, selecionados por razões de disponibilidade de dados. Esses são os países em geral investigados na literatura latino-americana, como em Franzoni (2007) e em Weller (2017). Os países selecionados são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A análise por subsetores e atividades se restringe, contudo, a 16 países, uma vez que não há disponibilidade de dados desagregados para Nicarágua e Paraguai.

Os dados para cada um desses 18 países em geral estão presentes para mais de um inquérito (pesquisa). A recomendação da OIT é de que, dentre as pesquisas disponíveis, a preferência seja dada àquelas baseadas em inquéritos sobre a força de trabalho, por serem pesquisas mais abrangentes, em termos de definição da força de trabalho ou dos ramos de atividade econômica (OIT, 2019)⁶³. Adotou-se preferencialmente esse critério ao selecionar a pesquisa a ser utilizada para cada país. Contudo, ele não pôde ser utilizado para quatro dos países selecionados, a saber: Costa Rica, Honduras, Nicarágua e Paraguai. Para esses países, as séries de força de trabalho eram temporalmente curtas, o que inviabilizaria a análise de longo prazo proposta. Nesses casos, selecionou-se, então, a série mais longa disponível. Cada uma das pesquisas adotada para os 18 países selecionados é descrita no Quadro 1.A, constante do Anexo IIA.

O indicador analisado é o de participação dos ocupados em cada setor, subsetor ou atividade com relação ao total de ocupados. Essa é a métrica tradicionalmente utilizada na literatura empírica, como em D'Agostino, Serafini e Ward-Warmedinger (2006), Messina (2004) e OCDE (2000), embora não seja uma métrica perfeita. As reformas de mercado de trabalho experimentadas por vários dos países analisados (seção 2) culminaram, dentre outros, em formas variadas de jornadas de trabalho, como as jornadas de curta e longa durações. Desta forma, o indicador de participação de ocupados em determinado setor (subsetor/atividade) com relação ao total de ocupados pode não conseguir captar a realidade daquele setor (subsetor/atividade). Por exemplo, a estatística pode expressar que determinado setor (subsetor/atividade) possui alto número (percentual) de ocupados, mas esse resultado

⁶² Por exemplo, se em determinada economia as empresas pertencentes ao setor industrial tendem a terceirizar as funções de serviços anteriormente exercidas no âmbito da indústria, existe a tendência de que o total de ocupados no setor de serviços se aproxime pelas abordagens funcional e setorial.

⁶³ <https://ilostat ilo.org/resources/methods/description-employment-by-economic-activity/>. Acesso em: 02 set. 2019.

pode advir do fato de que os ocupados nesse setor (subsetor/atividade) cumprem em geral jornadas comparativamente mais curtas. No subsetor de comércio esse fato parece particularmente verdadeiro, e a ele se somam vínculos como o do trabalho comissionado. Contudo, dado o número de anos, países, setores, subsetores e atividades investigados, uma análise dessa natureza foge ao escopo do objetivo deste capítulo. Devido à diversidade de experiências comparadas, é plausível que o critério de curtas e longas jornadas divirja entre países e entre setores (subsetores/atividades), o que demandaria uma análise mais ampla das instituições de mercado de trabalho de cada país, e de como elas se transformaram no período investigado. Essa parece uma limitação do exame feito neste capítulo, mas não um comprometimento deste.

Cabe a ressalva de que, por abarcar um período temporalmente longo, a base de dados possui quebras para parte dos países considerados, como mudanças de metodologia, no grau de cobertura da área geográfica (rural/urbana) e na abrangência de cada uma das atividades. De forma a dirimir esse problema, a base passou pela nossa análise. Desta forma, os anos cujas quebras representavam alterações significativas foram omitidos (nos casos em que o código-letra⁶⁴ de uma das atividades incorporava as informações de um código-letra referente a outra atividade⁶⁵ ou naqueles em que a série considerava apenas a cobertura da área geográfica urbana). A metodologia empregada foi anteriormente utilizada por Tregenna (2009), também para a base da OIT.

Na seção 4, a análise em geral se refere à participação dos ocupados em cada subsetor do setor de serviços com relação ao total de ocupados. Uma alternativa seria a de analisar a evolução de cada subsetor do setor de serviços no total dos ocupados no setor de serviços, como na Tabela 1.A do Anexo IID. Contudo, fez-se a opção pelo primeiro tipo de análise, uma vez que ela possibilita contrastar o movimento de cada subsetor com aquele dos setores agrícola e industrial, quando cabível. Além disso, a falta de dados para alguns subsetores de serviços para determinados anos e países poderia gerar distorções na análise caso a opção alternativa fosse adotada.

O setor de serviços é analisado em três níveis: investiga-se o agregado do setor de serviços, os subsetores do setor de serviços e as atividades desse setor (seções G a Q da ISIC, Quadro 1). Para efeitos deste capítulo consideram-se quatro subsetores do setor de serviços, a

⁶⁴ Referem-se às letras G a Q do Quadro 1.

⁶⁵ Esse critério foi afrouxado na análise por subsetores. Nos casos em que determinada atividade incorporava o código-letra de uma atividade do mesmo subsetor a que ela pertence, o dado para essa atividade não foi excluído. Essa decisão se baseia no fato que o indicador ao nível do subsetor é equivalente à soma de cada atividade pertencente a ele.

partir da classificação de Elfring (1988)⁶⁶, a saber: distributivo, social, pessoal e produtivo (primeira coluna do Quadro 1). Cada um desses amplos subsetores compreende um conjunto de atividades de serviços, descritas no Quadro 1.

O subsetor de serviços distributivos se baseia em atividades orientadas pela distribuição de *commodities*, informação e transporte de pessoas. Dentre as atividades desse subsetor está a de comércio varejista e atacadista. O subsetor de serviços sociais é mais bem descrito por um conjunto de atividades não orientadas por fins privados, ou pela lógica de mercado. Essas são principalmente ou exclusivamente ofertadas ou subsidiadas pelos governos. Dentre as atividades dessa natureza se incluem aquelas de saúde e educação. O subsetor de serviços pessoais compreende atividades como hotéis e restaurantes, serviços de beleza e serviços domésticos. Isto é, atividades geralmente influenciadas pela demanda do consumidor. Por sua vez, as atividades do subsetor produtivo são aquelas especialmente demandadas por empresas, como serviços de negócios e profissionais e serviços de intermediação financeira.

A classificação proposta por Elfring (1988), embora amplamente utilizada, pode por vezes se tornar problemática, como ao assumir atividades como as de comércio atacadista e varejista como parte do mesmo subsetor que as atividades de transporte e comunicação (Quadro 1). As atividades de comércio são geralmente descritas por suas baixas barreiras à entrada (CARNEIRO, 1984; WELLER, 2004), ao passo que as atividades de transporte e comunicação são comparativamente mais orientadas ao comércio internacional e possuem maior conteúdo tecnológico (WREN, 2013). O Quadro 1, a seguir, retrata as atividades relacionadas a cada um dos subsetores de serviços acima descritos bem como sua correspondência na Classificação Revisada ISIC Rev.3.1, da OIT. No Anexo IIC encontra-se uma descrição pormenorizada de cada divisão e subdivisão que compõe as atividades do Quadro 1.

O período tratado (1980-2014) abarca fases socioeconômicas muito distintas na região, conforme tratado na seção 2 deste capítulo. Logo, no interior desse período, discute-se a evolução do setor de serviços para sete anos selecionados, 1980, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010 e 2014. A análise termina em 2014 devido a dois fatores principais: (i) para além deste ano os dados são faltantes para alguns dos países analisados, e, uma vez que mesmo as séries com informações disponíveis para os anos subsequentes compreenderiam um curto espaço de

⁶⁶ A classificação proposta por Elfring (1988) se baseia em três critérios: a função econômica da atividade de serviços, o destino da provisão da atividade de serviços (empresas ou famílias) e a forma de provisão, se através do mercado ou não.

tempo, a inclusão desses anos não contribuiria consideravelmente para a análise e (ii) para a América Latina, esse ano marca o início de um novo ciclo econômico recessivo.

Os dados das tabelas e quadros estão dispostos por países e grupos de países. Os grupos de países seguem a classificação utilizada por Bértola e Ocampo (2015): países grandes e médios, países pequenos e o Cone Sul⁶⁷. No grupo dos países grandes e médios se encontram Brasil, Colômbia, México, Peru e Venezuela. Isto é, parte dos países andinos mais Brasil e México (os dois maiores países da região). O segundo dos grupos – dos “países pequenos” – é composto pelos países da América Central⁶⁸ (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana) mais Bolívia, Equador e Paraguai. Por fim, o Cone Sul engloba Argentina, Chile e Uruguai. Cabe notar que essa se trata somente de uma organização dos dados, de forma a simplificar a exposição destes nas tabelas e quadros. Essa escolha não implica, portanto, um esforço de agrupamento dos países. Dado o número e a heterogeneidade dos países analisados, em diferentes níveis – setor de serviços, subsetores do setor de serviços e atividades de serviços – tentativas de agrupamento implicariam omissões ou o tratamento homogêneo de experiências muito distintas, a depender do ângulo de análise: historicidade, traços econômicos ou institucionais, características da força de trabalho, tipo de estrutura produtiva⁶⁹. A próxima seção se dedica à análise das estatísticas para o período e países mencionados.

Quadro 1 - Classificação dos Subsetores do Setor de Serviços

Subsetores do setor de Serviços	Atividades	Correspondência na ISIC Rev.3.1
Subsetor Serviços Distributivos	Comércio varejista, comércio atacadista; serviços de transporte e comunicações.	G. Comércio atacadista e varejista; reparo de veículos motores, motocicletas e bens pessoais e domésticos; I. Transporte, armazenagem e comunicações.
Subsetor Serviços Sociais	Propriedade do Governo (civil e militar); serviços de saúde; serviços de educação; serviços sociais diversos.	L. Administração pública e defesa; seguro social compulsório; M. Educação; N. Saúde e trabalho social; O. Outras atividades comunitárias, sociais e de serviços pessoais; Q.

⁶⁷ Essa classificação é válida a partir do Capítulo 4 de Bértola e Ocampo (2015), que trata da fase latino-americana de desenvolvimento dirigido pelo Estado.

⁶⁸ Com a exceção de Belize, que não faz parte dos 18 países selecionados.

⁶⁹ Essa afirmação se baseia em uma tentativa realizada anteriormente, no artigo intitulado “The service sector employment transition: which worlds for Latin American countries?”, apresentado na 23ª LASPP Conference e na preOlivera Conference YSI, em 2019. Nesse artigo, os resultados obtidos através de uma análise de *cluster* apontaram para a limitação existente em agrupar os países da região, por atividades de serviços, considerando um setor tão heterogêneo como o analisado.

		Organizações e órgãos internacionais.
Subsetor Serviços Pessoais	Hotéis, bares e restaurantes; recreação e entretenimento; serviços domésticos; serviços de reparação; barbearia e serviços de beleza; lavanderia e serviços de limpeza e serviços pessoais diversos.	H. Hotéis e restaurantes; P. Atividades de domicílios privados como empregadores e atividades de produção indiferenciada de domicílios privados.
Subsetor Serviços Produtivos	Serviços de negócios e profissionais; serviços financeiros; serviços de seguros e serviços imobiliários.	J. Intermediação financeira; K. Imóveis, aluguel e atividades de negócios.

Fonte: Elfring (1988). ILO ISIC Rev.3.1. Elaboração Própria.

4 UM OLHAR SOBRE A TERCIARIZAÇÃO LATINO-AMERICANA

4.1 Panorama do setor de serviços latino-americano (1980-2014)

Essa subseção busca avaliar os principais movimentos de expansão do percentual de ocupados no setor de serviços, frente àqueles apresentados pelos demais dois setores, para os países e grupos de países mencionados na seção 3. A seção aborda, em um primeiro momento, o desenvolvimento de longo prazo do setor de serviços. Nessa avaliação, a experiência latino-americana é contrastada com aquela dos países desenvolvidos, em especial daqueles pertencentes à OCDE. Em um segundo momento, discute-se o cenário atual do setor, considerando o último ano da série de dados, 2014.

Conforme tratado no Capítulo 1, nas economias avançadas, a tendência de crescimento relativo do setor de serviços é observada desde as décadas de 1960 e 1970. O gráfico 1A retrata, para a OCDE, a expansão relativa do setor, em comparação com aquela do setor industrial. Conforme pode ser notado pelo gráfico, a tendência do setor terciário é de expansão contínua desde o início da série, em oposição àquela do setor industrial. Em 2014, 71,8% do total de ocupados na OCDE estavam inseridos no setor de serviços (Gráfico 1A).

Tratando de parte dos países europeus⁷⁰ mais os Estados Unidos, e considerando o período que se estende de 1970 a 2001, o subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais é aquele que possui maior peso no total dos ocupados em serviços (40%). Na sequência estão os subsetores de comércio (varejista e atacadista), restaurantes e hotéis (30%), finanças, seguros, imóveis e serviços de negócios (20%) e transporte, armazenagem e comunicação (10%)⁷¹ (D'AGOSTINO; SERAFINI; WARD-WARMEDINGER, 2006). Em 2014, o cenário se mantém – para os países desenvolvidos, a maior preponderância relativa é do subsetor social no interior do setor de serviços. Essa constatação é válida para diferentes grupos de países: anglo-saxões, nórdicos e Europa Continental⁷². Nesses grupos, o subsetor distributivo é aquele de segunda maior importância relativa, seguido pelos subsetores produtivo e pessoal (KERSTENETZKY; MACHADO, 2018)⁷³.

Comparativamente, na região latino-americana, tendo em vista o cenário de longo prazo, de 1980 a 2014, nota-se um padrão de crescimento da participação dos ocupados no terciário não observado para os dois demais setores (Tabela 1 e gráfico 1B). Em 1980, os ocupados em serviços na região perfaziam 54,5% do total de ocupados. Em 2014, esse percentual equivalia a 62,6%. Os próximos parágrafos descrevem como os dois demais setores se movimentaram no período 1980-2014.

Tratando do setor agrícola, os anos 1980 foram de baixo crescimento, sobretudo para países como Argentina e México (CANO, 2007), em virtude tanto de fatores externos (queda nos preços dos produtos agropecuários e crise internacional) quanto de fatores internos (fraca demanda) (CANO, 2007). Considerando os anos extremos da série – 1980 e 2014 –, houve variação negativa do indicador de participação dos ocupados no setor agrícola no total de ocupados em quase todos os países sob investigação. As exceções são Argentina e Nicarágua (Tabela 1).

Singularmente, a Nicarágua passou por uma fase de reagrização no período de *boom* das *commodities* (2000-2012) (IFAD, 2016; PAGÉS; PIERRE; SCARPETTA, 2009), fator que pode justificar a variação positiva no indicador considerado. No caso argentino, uma hipótese para a variação pode residir no crescimento da exportação agropecuária no período, em virtude da alta desvalorização do peso argentino no início dos anos 2000 (SEOANE,

⁷⁰ UE15, exceto Irlanda e Luxemburgo.

⁷¹ A classificação utilizada por D'Agostino, Serafini e Ward-Warmedinger (2006) é a ISIC Rev.3.0, e difere, portanto, daquela empregada no decorrer deste capítulo.

⁷² Os países que compõem cada um dos grupos são os seguintes: Austrália, Irlanda, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos (Anglo-saxões), Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia (Nórdicos) e Áustria, França, Alemanha, Holanda e Suíça (Europa Continental).

⁷³ As autoras utilizam a classificação subsetorial proposta por Elfring (1988).

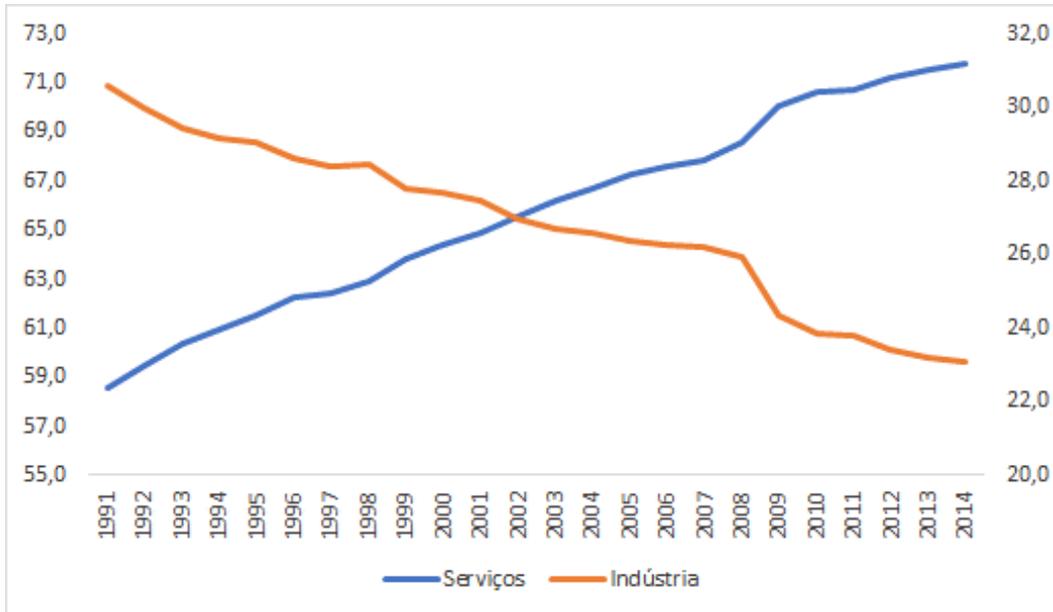
2007). No entanto, embora o percentual de ocupados no setor agrícola tenha apresentado crescimento relativo nesse país nos anos 2000, ele se manteve em um baixo patamar em termos comparativos (1,3% do total de ocupados em 2010 e 0,6% em 2014).

Cabe notar que mesmo nos países altamente rurais e baseados em atividades agrícolas – a maioria dos países pertencentes ao grupo dos países pequenos (Tabela 1) – puderam ser observadas, nas últimas décadas, alterações significativas no setor agrícola. O caso hondurenho exemplifica. Em Honduras, desde 1995 teve início um processo de diversificação econômica, que resultou na convivência da produção rural tradicional com a moderna (ROMERO, 2007). Esse é um traço do setor agrícola comum à região, observado, sobretudo, a partir dos anos 1980, e coincidente com a transição para sistemas agrícolas mais intensivo em tecnologia (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015).

Na região, no que se refere ao percentual dos ocupados representado pela indústria, a tendência é de queda desde o início da série de dados (Gráfico 1B). Desta forma, aos ensaios expansionistas em alguns países da região (Argentina, Chile e Costa Rica entre o início da década de 1980 e o início da década de 1990) seguiram-se declínios, fosse na década de 1990, em Argentina e Costa Rica, ou nos anos 2000, no Chile (Tabela 1). Para os demais países da região com dados disponíveis para esse período, a queda da participação dos ocupados da indústria no total dos ocupados foi já observada entre 1980 e 1990 (Brasil, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela). Esse resultado, de descenso da participação da indústria nos anos 1990, é interpretado por autores como Palma (2005) como reflexo dos efeitos da liberalização econômica sobre a indústria da região. Por outro lado, o México é um caso *outlier*. Nesse país, houve crescimento do indicador da segunda metade dos anos 1990 para os anos 2000. Sugere-se que esse movimento reflita a expansão da atividade das maquiladoras⁷⁴ ocorrida naquela década (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015).

⁷⁴ *Maquiladoras* são empresas que importam componentes com benefícios fiscais, e são responsáveis pela montagem desses componentes, em geral com menores custos de mão de obra. Na região, as *maquiladoras* possuem forte influência no México. No país, o programa de *maquiladoras* existe desde 1965 (ARRIETA, 2007; BÉRTOLA; OCAMPO, 2015). Como ilustração, em meados dos anos 2000, a Indústria Maquiladora de Exportação (IME) representava, no México, 25,5% do emprego manufatureiro e 3% do emprego total (ARRIETA, 2007).

Gráfico 1A - Evolução da participação dos ocupados nos setores industrial e de serviços (em % Total de ocupados) - Média 35 Países da OCDE (1991-2014)

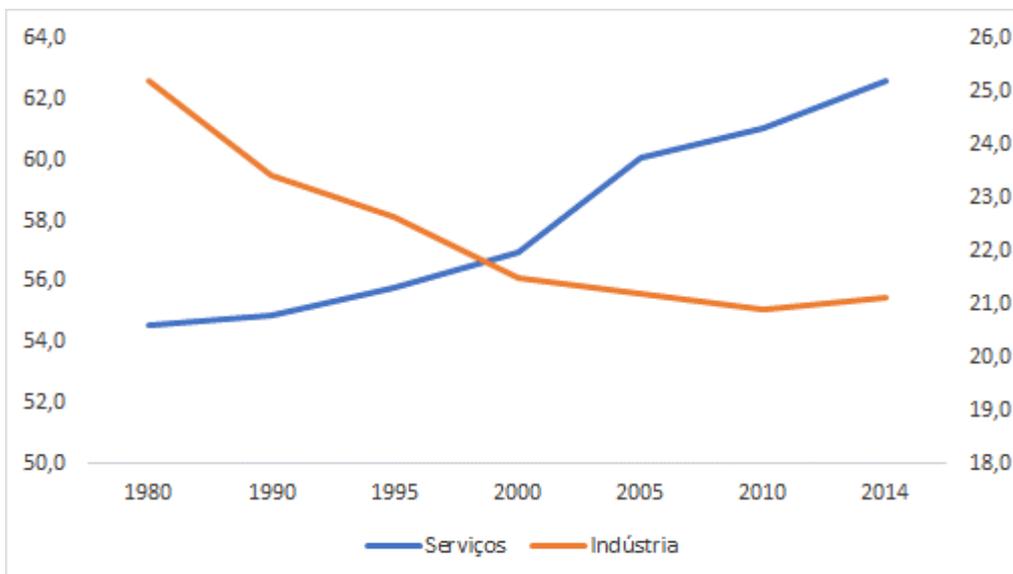


Fonte: Banco Mundial a partir dos dados modelados da ILOSTAT. Elaboração própria.

Nota: a série se inicia em 1991, ano a partir do qual há informações disponíveis.

Nota: os dados para o setor de serviços estão plotados no eixo à esquerda, e àqueles referentes ao setor industrial, no eixo à direita.

Gráfico 1B - Evolução da participação dos ocupados nos setores industrial e de serviços (em % Total de ocupados) - Média 18 Países da AL (1980-2014)



Fonte: OIT/ILOSTAT (Emprego por amplos setores). Elaboração própria.

Nota: a média para o ano de 1980 considera os seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Guatemala, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela; para o ano de 1990, Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela; para o ano de 1995, Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela; para o ano de 2000, todos os 18 países; para os anos de 2005, 2010 e 2014, os países selecionados, exceto Nicarágua.

Nota: os dados para o setor de serviços estão plotados no eixo à esquerda, e àqueles referentes ao setor industrial, no eixo à direita.

Retomando um dos apontamentos feitos na introdução, o mercado de trabalho não é uma instituição isolada; enquanto instituição ele é influenciado pelos contextos econômico, social e institucional (WELLER, 2017). Desta forma, parte desses movimentos não pode ser totalmente atrelada a características endógenas ao mercado de trabalho. Os casos argentino e uruguaio, em especial, chamam a atenção. No caso argentino, soma-se aos efeitos das reformas (seção 2) o fato de que o movimento notado no emprego industrial, de expansão seguida de queda, ocorreu após seu período de governo ditatorial (1976-1983), no qual uma das plataformas era a de rompimento com seu histórico industrial (SEOANE, 2007). No Uruguai, após um momento de quase estabilidade no percentual da população ocupada em atividades industriais de 1980 para 1990, no quinquênio seguinte (1990 a 1995), esse indicador decresceu em quase três pontos percentuais (Tabela 1). Esse movimento coincide com o período de redemocratização do país, no qual o Governo seguinte à transição democrática, a partir de um pacto com os sindicatos, optou por adotar medidas de estabilização macroeconômica, que facilitaram o consumo, mas comprometeram a expansão industrial⁷⁵ (THORP, 1998). O ajuste, feito pela taxa de câmbio, resultou na redução da inflação e no aumento do consumo, mas às custas de uma redução no crescimento industrial (THORP, 1998).

No que se refere à evolução do setor de serviços, a tendência é de aumento relativo (Gráfico 1B). No início da série, nos anos 1980, os países do Cone Sul mais Panamá, Peru e Venezuela já possuíam percentuais dos ocupados neste setor superiores a 50% do total de ocupados (Tabela 1). O resultado para o Cone Sul e para a Venezuela se alinha à discussão elaborada no Capítulo 1. Conforme tratado naquele capítulo, esses países possuíam, já na década de 1980, percentual de ocupados no terciário semelhante ao de economias desenvolvidas. A partir de Bértola e Ocampo (2015), esses são países que possuem, historicamente, níveis de renda *per capita* superiores à média regional, fator que contribuiu para a constituição de fortes mercados internos já no século XIX. Os casos singulares são, portanto, unicamente o Peru⁷⁶ e o Panamá.

A análise por grupos de países aponta algumas nuances interessantes. No grupo dos países grandes e médios, Peru e Venezuela protagonizam como os países de maior participação do terciário no total dos ocupados em todos os períodos sob análise (Tabela 1).

⁷⁵ Depois de mais de uma década de proibição de barganhas coletivas. Após esse período (1973-1984), os sindicatos passaram a negociar sob sistema de negociação tripartite, que posteriormente passou para um modelo bipartite de negociações (LAMARCHE, 2015).

⁷⁶ Esse resultado pode se dever, contudo, ao fato de a série estatística desse país contemplar unicamente a cobertura geográfica urbana.

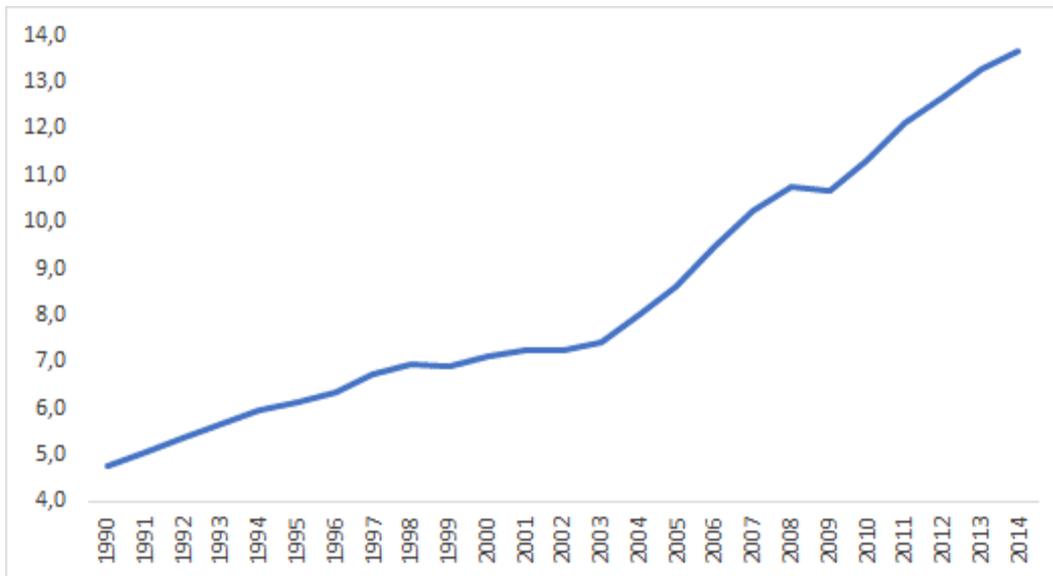
No grupo dos países pequenos, Costa Rica, Panamá e República Dominicana destoam dos demais membros do grupo. Esses são os países de maior participação relativa dos serviços dentro de um grupo pouco terciarizado. Dentro desse grupo, ganham destaque os casos costarriquense e dominicano, que apresentam participação relativa do setor de serviços superior a 70% e expandiram continuamente a participação nesse setor desde a década de 1990, distanciando-se, juntamente com o Panamá, dos demais países pequenos. No Cone Sul, a Argentina se sobressai como o país de maior participação terciária no total dos ocupados, embora Chile e Uruguai também apresentem, historicamente, valores para esse indicador superiores à média regional.

Retomando os fatores apontados pela ‘Abordagem Tradicional’ como determinantes da expansão do percentual de ocupados em serviços, PIB *per capita*⁷⁷ e diferencial de produtividade entre indústria e serviços (Capítulo 1), nota-se que os resultados médios para a região (Gráficos 2 e 3) não convergem nem para a confirmação nem para a descaracterização dessas duas variáveis como relevantes na expansão do percentual de ocupados no setor de serviços.

Confrontando o comportamento do PIB *per capita* com aquele do indicador de participação dos ocupados no terciário, o movimento ascendente é geralmente verdadeiro para os dois indicadores. Contudo, mesmo em fases de descenso do indicador de desenvolvimento econômico, a participação dos ocupados no setor de serviços segue crescente, o que pode estar relacionado à natureza por vezes contracíclica do emprego na AL, conforme ressaltado na seção de introdução. Por outro lado, no que se refere ao indicador de diferencial de produtividade, sua evolução (errática) na região latino-americana é verificada somente até 2004. Após esse ano, esse indicador deixa de acompanhar aquele de participação dos serviços, apresentando tendência de descenso, seguida por um ligeiro aumento em 2013, e posterior queda em 2014 (Gráfico 3). Esse resultado se alinha aos estudos que indicam a redução da heterogeneidade estrutural na região latino-americana nos anos 2000 (INFANTE, 2016; WELLER, 2017).

⁷⁷ Conforme discutido no apêndice metodológico do Capítulo 1, a partir deste capítulo, o indicador de produto *per capita* é utilizado como medida aproximativa daquele de renda *per capita*.

Gráfico 2 - Evolução PIB *per capita* em PPC (em milhares)* - Média 18 Países da AL (1990-2014)

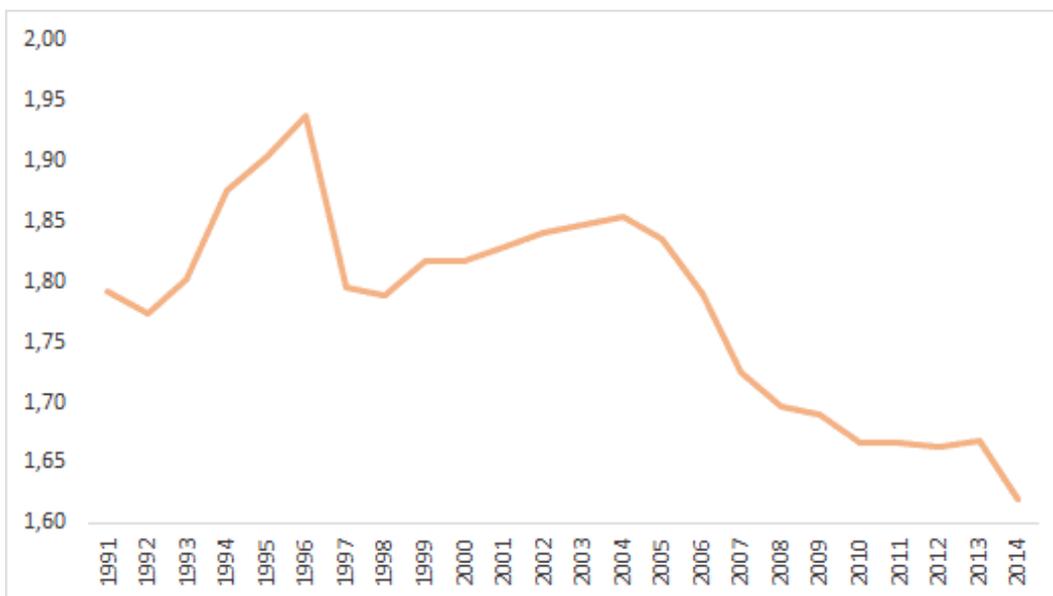


Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Nota:*em dólares.

Nota: a série se inicia em 1990, ano a partir do qual há informações disponíveis.

Gráfico 3 - Evolução diferencial de produtividade indústria-serviços - Média 18 Países da AL (1991-2014)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Nota: a série se inicia em 1991, ano a partir do qual há informações disponíveis.

Em determinados momentos do período considerado, o setor de serviços parece ter exercido o papel de amortecedor de quedas na taxa de ocupação, especialmente em atividades como as de comércio ou serviços domésticos. Conforme ressaltado anteriormente, essa

afirmação é também verdadeira para momentos de queda do PIB *per capita* na região, como em 1999, 2002 e 2009 (Gráfico 2). Incluso nesses períodos, o setor de serviços seguiu trajetória ascendente (Gráfico 1B). Os casos venezuelano, argentino, brasileiro e mexicano exemplificam. De 2002 a 2003, período de aumento das taxas de desemprego e de informalidade na Venezuela, e marcado pelo maior crescimento da oferta do que da demanda por mão de obra (RIVAS, 2006), o percentual dos ocupados representado por serviços apresentou alta. Movimento similar pôde ser observado na década de 1990 quando, a despeito das retrações econômicas observadas por México (1994) e por Brasil e Argentina (1995 e 1998), a participação terciária seguiu em curso ascendente (MANSO, 2000). Ainda na década de 1990, a atividade de domicílios privados mostrou-se como um importante empregador nesses três países. Nessa atividade encontram-se os serviços domésticos, que são um receptor considerável de mão de obra em fases descendentes do ciclo econômico, sobretudo da mão de obra feminina.

Tabela 1 - Distribuição dos ocupados por setores, anos selecionados (em % Total de ocupados)

Países	1980 ¹	1990 ²	1995 ³	2000*	2005**	2010***	2014****
Países Grandes e Médios							
Brasil							
Agricultura	29,3	22,8	21,5	19,8	20,0	15,4	14,3
Indústria	24,7	22,7	22,1	20,9	21,4	21,8	22,2
Serviços	46,1	54,5	55,9	58,8	58,4	62,7	63,4
Colômbia							
Agricultura	[..]	[..]	[..]	22,2	18,6	18,4	16,2
Indústria	[..]	[..]	[..]	18,4	19,8	20,0	19,8
Serviços	[..]	[..]	[..]	59,4	61,5	61,6	64,0
México							
Agricultura	..	25,8	23,4	17,3	14,8	13,8	13,7
Indústria	..	23,3	21,7	27,0	25,7	24,2	24,6
Serviços	..	50,3	54,5	55,3	58,6	61,2	60,9
Peru							
Agricultura	1,0	1,3	6,0	6,8	1,0	0,9	0,8
Indústria	29,8	27,3	21,5	18,9	22,1	23,5	23,9
Serviços	69,2	71,5	72,5	74,4	76,9	75,4	75,3
Venezuela							
Agricultura	15,0	13,4	13,5	10,6	10,2	8,5	7,4
Indústria	27,7	25,3	23,5	22,8	20,5	21,9	21,3
Serviços	57,3	61,2	62,8	66,5	68,6	69,2	71,1
Países Pequenos							
Bolívia							

Agricultura	[..]	[..]	[..]	38,9	38,6	36,1	36,1
Indústria	[..]	[..]	[..]	18,6	19,4	19,7	19,7
Serviços	[..]	[..]	[..]	42,4	42,0	44,2	44,2
Costa Rica							
Agricultura	27,4	25,9	21,6	20,4	15,2	12,2	10,4
Indústria	24,0	25,9	24,1	22,3	21,6	19,5	19,2
Serviços	48,3	47,5	53,5	56,7	62,9	67,4	70,3
Equador							
Agricultura	[..]	[..]	[..]	29,6	30,3	27,9	25,3
Indústria	[..]	[..]	[..]	20,1	17,6	18,5	20,0
Serviços	[..]	[..]	[..]	50,1	52,1	53,6	54,8
El Salvador							
Agricultura	[..]	[..]	27,0	21,6	20,0	21,6	21,6
Indústria	[..]	[..]	26,3	24,2	22,2	21,3	21,3
Serviços	[..]	[..]	46,7	54,1	57,8	57,1	57,1
Guatemala							
Agricultura	50,8	[..]	..	33,5	33,2	33,4	31,5
Indústria	19,4	[..]	..	23,6	22,8	21,9	19,5
Serviços	29,6	[..]	..	42,8	44,0	44,3	49,0
Honduras							
Agricultura	[..]	50,1	37,2	36,9	33,0	36,2	28,8
Indústria	[..]	16,7	24,2	22,2	23,5	18,9	22,0
Serviços	[..]	33,2	38,5	40,9	43,3	44,1	49,0
Nicarágua							
Agricultura	..	39,3	40,5	43,5
Indústria	..	12,9	13,6	14,7
Serviços	..	38,2	39,5	37,9
Panamá							
Agricultura	28,1	27,3	20,8	17,0	15,7	17,4	15,7
Indústria	18,0	14,5	18,1	17,4	17,2	18,7	20,1
Serviços	51,2	58,2	61,1	65,7	67,1	63,9	64,2
Paraguai							
Agricultura	[..]	[..]	40,1	31,9	32,0	25,6	22,1
Indústria	[..]	[..]	16,7	16,9	15,8	19,2	19,1
Serviços	[..]	[..]	43,2	51,2	52,2	55,2	58,7
República Dominicana							
Agricultura	..	19,9	20,0	15,6	13,7	12,4	11,3
Indústria	..	26,0	25,5	24,6	22,6	18,5	17,8
Serviços	..	54,1	54,5	59,8	63,7	69,1	71,0
Cone Sul							
Argentina							
Agricultura	0,1	0,4	0,6	0,7	1,3	1,3	0,6
Indústria	29,3	31,6	27,0	22,7	23,2	23,2	24,0
Serviços	59,5	67,6	72,0	76,2	75,3	75,0	74,8

Chile

Agricultura	16,3	19,3	15,7	14,4	13,2	10,6	9,4
Indústria	23,7	25,3	26,1	23,4	23,0	23,0	23,5
Serviços	59,8	55,5	58,2	62,2	63,9	66,4	67,1

Uruguai

Agricultura	..	[..]	[..]	[..]	[..]	11,6	9,1
Indústria	30,2	29,6	26,7	24,7	21,9	21,4	21,0
Serviços	69,8	67,0	68,6	71,3	73,5	67,0	69,9

Fonte: OIT/ILOSTAT (Emprego por amplos setores). Elaboração própria.

Nota: ¹informação referente ao ano de 1982 para a Argentina e Panamá; 1981 para Brasil e Guatemala; 1986 para Peru e 1984 para Uruguai.

Nota: ²informação referente ao ano de 1996 para República Dominicana; 1992 para Uruguai e 1991 para México e Panamá.

Nota: ³informação referente ao ano de 1997 para República Dominicana e 1996 para Peru.

Nota: *informação referente ao ano de 2001 para Brasil, Equador, Colômbia e Honduras e 2003 para Guatemala.

Nota: **informação referente ao ano de 2009 para Colômbia e 2006 para Guatemala.

Nota: ***informação referente ao ano de 2011 para Brasil e El Salvador e 2007 para Bolívia.

Nota: ****informação referente ao ano de 2013 para Venezuela; 2011 para El Salvador e 2007 para Bolívia.

Nota: com relação aos setores industrial e de serviços, para os seguintes anos e países as pesquisas nacionais consideram somente a cobertura geográfica urbana: Argentina (todos os períodos); Colômbia (2000); Peru (todos os períodos) e Uruguai (1980; 1990; 1995 e 2000).

Nota: .. Dados não existentes.

Nota: [..] Dados omitidos (pesquisas nacionais consideram apenas cobertura geográfica urbana).

Nota: com exceção dos países com dados omitidos, totais inferiores a 100% referem-se a atividades não classificadas.

Nota: para a Argentina, no ano de 1980, 11,1% do total dos ocupados foi identificado como “não classificado”. Para a Nicarágua, nos períodos 1990, 1995 e 2000, o percentual dos ocupados identificados como “não classificado” é também alto.

Concentrando a análise no último ano da série, 2014, a despeito do padrão existente de que o setor de serviços tenda a representar percentual superior ou próximo a 50% do total de ocupados, evidencia-se uma grande dispersão entre os países da região (Mapa 1), assim como observado na análise de economias desenvolvidas (WREN, 2013). Nesse sentido, alguns países parecem mais efetivos em expandir empregos em serviços frente à queda relativa dos demais dois setores, assim como notou Wren (2013) para o caso de países desenvolvidos.

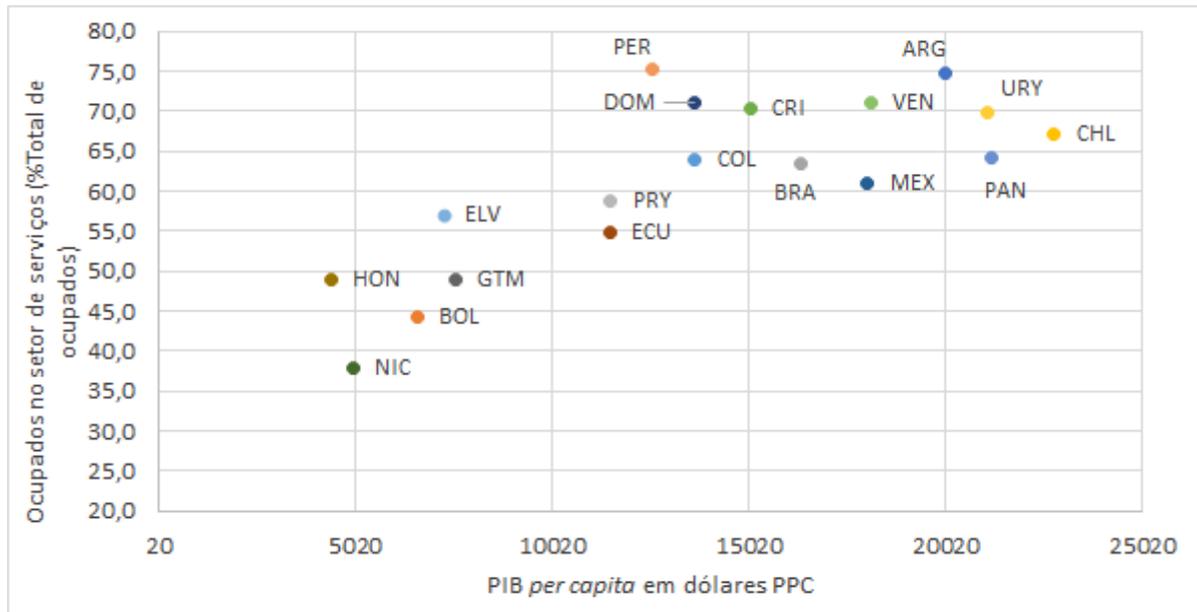
Mapa 1- Ocupados no setor de serviços, 2014* (em % Total de ocupados)



Fonte: OIT/ILOSTAT (Emprego por amplos setores). Elaboração própria.

Nota: *ou o último ano para o qual a informação está disponível. Informação referente ao ano de 2014 para os seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá; Paraguai; Peru, República Dominicana e Uruguai; informação referente ao ano de 2013 para Venezuela; informação referente ao ano de 2011 para El Salvador; informação referente ao ano de 2007 para Bolívia; informação referente ao ano de 2001 para Nicarágua.

Relacionando o indicador de participação dos ocupados em serviços com o de PIB *per capita* (Gráfico 4), um dos fatores apontados pela Abordagem Tradicional como determinante da expansão do setor (Capítulo 1), pode-se avaliar que embora a associação entre as duas variáveis seja positiva, há uma alta heterogeneidade entre os países da região. Essa afirmação é também válida para países de nível de produto *per capita* semelhante. Ilustrativamente, em 2014, apesar de Uruguai e Panamá apresentarem níveis de PIB por habitante próximos, a participação dos ocupados em serviços no total de ocupados no Uruguai é aproximadamente 5 p.p. superior à panamenha (Gráfico 4). Outrossim, Peru e Argentina alcançaram, nesse mesmo ano, percentuais semelhantes para esse indicador, embora o produto *per capita* peruano tenha sido quase a metade do argentino (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Ocupados no setor de serviços (em % Total de ocupados) x PIB *per capita* em dólares PPC, 2014*

Fonte: Ocupados no setor de serviços (% Total de ocupados): OIT/ILOSTAT (Emprego por amplos setores). PIB *per capita* em dólares PPC: Banco Mundial. Elaboração própria.

Nota: *ou o último ano para o qual a informação está disponível. Informação para o indicador de % ocupados no setor de serviços referente ao ano de 2013 para Venezuela; 2011 para El Salvador, 2007 para Bolívia e 2001 para Nicarágua.

Nota: ARG: Argentina; BOL: Bolívia; BRA: Brasil; CHL: Chile; COL: Colômbia; CRI: Costa Rica; DOM: República Dominicana; ECU: Equador; ELV: El Salvador; GTM: Guatemala; HON: Honduras; MEX: México; NIC: Nicarágua; PAN: Panamá; PER: Peru; PRY: Paraguai; URY: Uruguai e VEN: Venezuela.

Dentre os países da região, para o ano de 2014, Peru (75,3%) e Argentina (74,8%)⁷⁸ apresentaram os maiores percentuais de sua população ativa ocupada em atividades de serviços. Costa Rica, Venezuela e República Dominicana igualmente apresentaram percentuais superiores a 70%. Na outra ponta, situa-se a Nicarágua, país da região menos baseado em serviços (37,9%) (Tabela 1).

Na maioria dos demais países que compõem o grupo dos “países pequenos”, assim como na Nicarágua, o setor de serviços é subdesenvolvido em termos relativos. Paraguai (58,7%), El Salvador (57,1%), Equador (54,8%), Guatemala (49,0%), Honduras (49,0%) e Bolívia (44,2%) são, além da Nicarágua, os países onde menos de 60% de sua população ocupada está alocada em serviços. Esse resultado contrasta com o alto percentual de trabalhadores ocupados na agricultura (Tabela 1) e com o alto percentual da população habitante em zonas rurais (Quadro 2)⁷⁹. A Nicarágua, em particular, representa um caso de

⁷⁸ Os dados para Peru e Argentina podem estar sobrerrepresentados, dado que as pesquisas de força de trabalho nacionais (Quadro 1.A) cobrem apenas a área geográfica urbana. A sobrerrepresentação não deve ser, contudo, alta, dado que se trata de países de média-alta concentração populacional urbana, sobretudo a Argentina (Quadro 2).

⁷⁹ O Anexo IIB descreve em que consiste cada um dos indicadores do Quadro 2.

migração campo-cidade tardio em comparação aos demais casos regionais⁸⁰. Esse achado é coerente com a trajetória histórica de desenvolvimento do setor de serviços na região. Pela própria gênese do setor de serviços latino-americano, ele é mais bem descrito como um fenômeno urbano do que rural (Capítulo 1).

Quadro 2 - Indicadores Demográficos e Socioeconômicos - 18 Países AL (2014)

Países/Variáveis	População urbana	Pop 65+	Participação feminina FT	Escolaridade Média ¹
Países Grandes e Médios				
Brasil	85,5	7,7	42,4	8,9
Colômbia	79,4	7,4	43,0	9,2
México	79,0	6,6	36,9	9,5
Peru	77,2	7,1	45,9	9,8
Venezuela	88,1	6,2	40,0	10,2
Países Pequenos				
Bolívia	68,0	6,6	42,8	8,9
Costa Rica	75,9	8,4	39,3	9,6
Equador	63,3	6,4	38,1	9,5
El Salvador	68,9	7,6	42,2	8,1
Guatemala	49,6	4,4	34,3	6,1
Honduras	54,5	4,2	36,2	7,1
Nicarágua	57,7	4,7	38,3	7,5
Panamá	66,4	7,4	38,4	10,7
Paraguai	60,5	5,7	39,6	9,5
República Dominicana	77,7	6,4	37,7	9,6
Cone Sul				
Argentina	91,4	10,6	41,0	11,3
Chile	87,3	10,3	41,3	11,6
Uruguai	94,9	14,4	45,0	10,0

Fonte: População urbana; Pop. 65+ e Participação feminina FT: Banco Mundial. Escolaridade média: Cepalstat. Elaboração Própria.

Nota: ¹informação referente ao ano de 2013 para o Chile.

Embora relativamente menos baseado em serviços, o caso mexicano destoa das demais experiências analisadas, uma vez que sua menor participação em serviços (60,9% em 2014) se deve, em especial, a seu relativamente alto percentual de ocupados alocados em atividades industriais, 24,6% (Tabela 1). Em parte, o peso da manufatura no país se justifica pelo

⁸⁰ No país, a migração para as cidades se incrementou apenas entre os anos finais do século XX e os anos iniciais do século XXI. Entre 1995 e 2005, trinta por cento dos camponeses migraram para as cidades. Soma-se a esse indicador o percentual de emigrantes (20%) no período 1995-2015, ou seja, após a Revolução Sandinista (SOTO; RODRIGUES, 2007).

aumento dos IED da década de 1990 ao início dos anos 2000, direcionados principalmente para a indústria automobilística (WELLER, 2017), que possui peso significativo no país (DELOITTE, 2015), bem como ao peso da maquila na indústria mexicana (ARRIETA, 2007)

Traço característico do setor em todos os países analisados é a alta participação de mulheres ocupadas nas atividades a ele pertencentes, superior à masculina (Gráficos 5A e 5B). Esse indicador é maior na Argentina, onde 90,7% das mulheres ocupadas exercem suas atividades em serviços, e na República Dominicana, cujo percentual corresponde a 88,0%, ambos para o ano de 2014. Ele é menor na Bolívia (52,5%), em Honduras (67,7%), no Equador (68,3%) e na Guatemala (71,3%). Na Guatemala e em Honduras, a menor participação relativa das mulheres ocupadas em serviços advém de sua mais alta participação na indústria (WELLER, 2017). Os dados setoriais da OIT (base “Emprego por amplos setores”) indicam que, nos casos boliviano e equatoriano, o menor percentual relativo de mulheres ocupadas em serviços igualmente se deve à maior ocupação relativa desse grupo socioeconômico no setor industrial.

Contudo, chama a atenção, na AL, o alto número de horas dedicadas ao trabalho não remunerado, em geral a cargo das mulheres. Esse fator se converte em um entrave à sua participação na força de trabalho, ou a sua inserção em atividades a tempo completo (ESPING-ANDERSEN, 2009; WELLER, 2017). Na região, 30% das mulheres afirmam se dedicar integralmente aos afazeres domésticos (WELLER, 2017). Em especial, em países da região nos quais a taxa de emigração é alta – Guatemala, por exemplo –, muitas mulheres cônjuges de migrantes se tornam as responsáveis únicas pelo cuidado direto com os filhos do casal (EL ROSTRO HUMANO DE LAS MIGRACIONES, 2009).

Desta forma, é possível que a relação apontada pela literatura entre participação feminina na força de trabalho e expansão de empregos em serviços (Capítulo 1) não seja observada para o caso da região tratada. A validade dessa relação depende de que, diante da maior inserção feminina na força de trabalho, observe-se um aumento da externalização das atividades necessárias para a manutenção e reprodução da vida. No entanto, conforme tratado por Franzoni (2007), o cenário latino-americano é de acúmulo de trabalho remunerado e não remunerado por parte das mulheres, sobretudo em países caracterizados como familistas⁸¹.

Uma síntese dos movimentos setoriais de longo prazo pode esclarecer alguns aspectos: a queda relativa no emprego industrial foi um traço comum na região, mesmo quando antecedido por curtos movimentos ascendentes. O cenário de distribuição setorial relativa do

⁸¹ A partir de Franzoni (2007), os países familistas são Bolívia, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela.

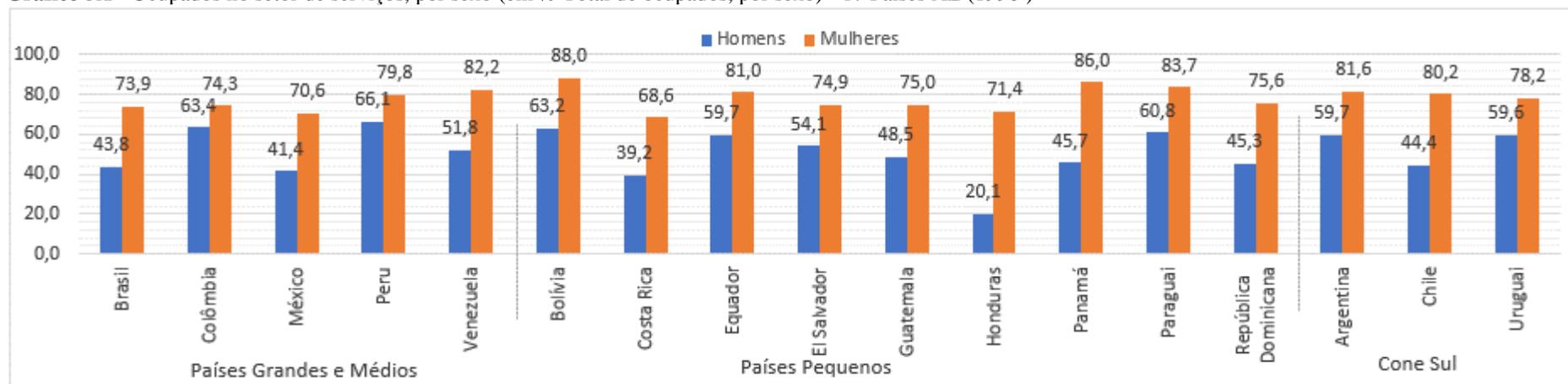
emprego parece ter sofrido influência de outros fatores além daqueles endógenos ao mercado de trabalho. Os casos argentino e uruguaio exemplificam. Na Argentina, de forma explícita, fazia parte da pauta do Governo autoritário vigente o rompimento com seu passado industrial. No Uruguai, na fase de transição democrática, o Governo, implicitamente, gestou políticas macroeconômicas de expansão do consumo que comprometeram a expansão industrial.

Embora o movimento do emprego agrícola tenha sido de retração relativa, chama a atenção o processo de reagrarização da Nicarágua frente ao *boom* das *commodities* nos anos 2000, ou de expansão relativa do emprego agrícola na Argentina diante da desvalorização do peso argentino no início dos anos 2000.

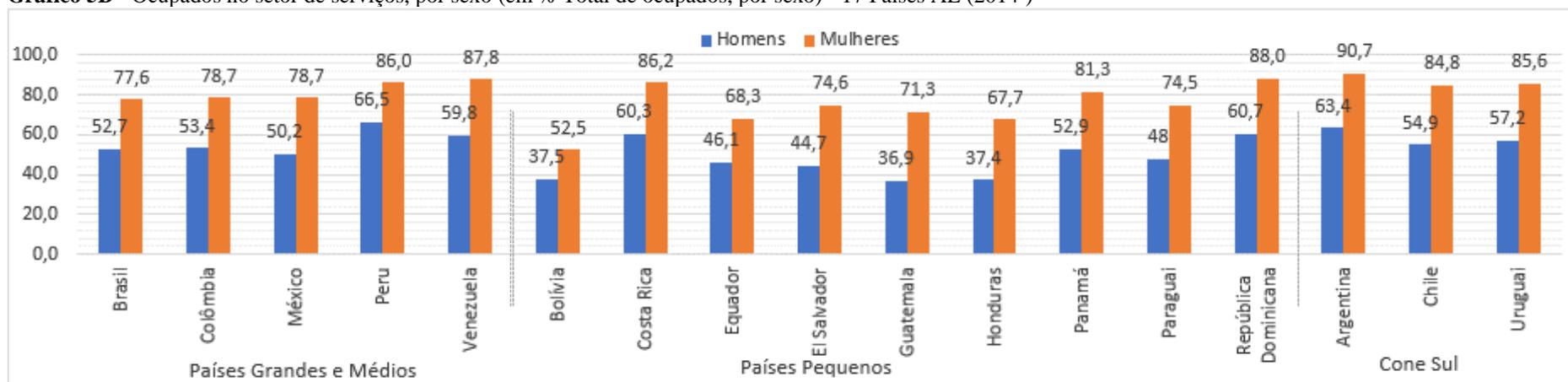
Ainda que se note como padrão que a participação dos ocupados em serviços supere 50% do total de ocupados, esse indicador possui grande dispersão entre os países, mesmo entre aqueles de níveis de produto *per capita* similares. Esse resultado sugere duas principais conclusões: (i) alguns países são mais efetivos em expandir ocupações em serviços frente à queda relativa nos demais setores e (ii) embora o indicador de produto *per capita* apresente relação positiva com aquele de participação terciária, ele não responde completamente à pergunta de por que determinadas nações possuem maior percentual da ocupação em serviços do que outras. Essa indagação se sustenta na observação de países cujo nível de produto *per capita* é semelhante, mas cuja participação dos ocupados no terciário diverge.

As estatísticas indicam que alguns países da região possuem historicamente alta participação dos ocupados no terciário – Cone Sul, Venezuela, Panamá e Peru. Atualmente, esses países ainda possuem importantes setores de serviços, mas chamam a atenção os casos dominicano e costa-riquense. Esses são países cujo emprego terciário teve grandes aumentos relativos desde os anos 1990, destoando, junto com o Panamá, dos demais casos do grupo dos países pequenos. A investigação por subsetores de serviços (subseção 4.2) elucidará em quais subsetores ocorreu essa expansão.

Ainda que a investigação por setores agregados ofereça traçar um quadro importante de análise, ela omite características próprias a um setor tão diverso como o de serviços. Tendo esta limitação em mente, a próxima seção avalia qual foi o padrão – caso tenha havido um padrão – de desenvolvimento do setor de serviços regional, por subsetores e atividades.

Gráfico 5A - Ocupados no setor de serviços, por sexo (em % Total de ocupados, por sexo) - 17 Países AL (1990¹)*

Ano de 1990.

Gráfico 5B - Ocupados no setor de serviços, por sexo (em % Total de ocupados, por sexo) - 17 Países AL (2014²)*

Ano de 2014.

Fonte: OIT/ILOSTAT (Emprego por amplos setores). Elaboração própria.

Nota: *ou o último ano para o qual a informação está disponível

Nota: ¹informação para o México se refere ao ano de 1991; ao ano de 1992 para o Panamá e 1996 para a República Dominicana.Nota: ²informação para a Bolívia se refere ao ano de 2007; 2011 para El Salvador e 2012 para Venezuela.

Nota: informação não disponível para a Nicarágua.

4.2 Um padrão para o setor de serviços latino-americano?

Conforme avaliado nas subseções anteriores, o percentual dos ocupados no setor de serviços é altamente heterogêneo entre os países que compõem a região. Essa subseção busca avaliar em que medida a referida heterogeneidade é também observada ao nível dos subsetores e atividades de serviços. Em especial, objetiva-se responder a três perguntas: (i) dentre os subsetores de serviços considerados, qual é aquele de maior peso relativo na experiência latino-americana?; (ii) como a participação dos ocupados em cada subsetor e atividade de serviços evoluiu no intervalo de análise investigado? e (iii) as principais características encontradas para o setor de serviços são um traço da região, ou diferem entre os países e grupos de países tratados?

A subseção discute inicialmente a trajetória de evolução do subsetor distributivo, e de suas atividades. Na sequência, são abordados os movimentos tomados pelos subsetores social, pessoal e produtivo, e pelas atividades a eles pertencentes. No interior de cada subsetor dá-se destaque às experiências nacionais (ou dos grupos de países) que destoam das demais ou que apresentaram mudança de trajetória no período analisado.

Considerando os quatro subsetores descritos por Elfring (1988) (Quadro 1), o subsetor distributivo é aquele de maior importância relativa na região por toda a extensão temporal de análise (Tabela 2). A tendência geral é a de que o subsetor de serviços sociais seja o de segundo maior peso relativo, seguido pelos subsetores de serviços pessoais e produtivos. Os resultados contrastam com aquele observado para economias desenvolvidas, baseadas predominantemente em atividades pertencentes aos subsetores social e distributivo, nessa ordem (D'AGOSTINO; SERAFINI; WARD-WARMEDINGER, 2006; KERSTENETZKY; MACHADO, 2018), conforme tratado na subseção 4.1.

Conforme tratado na seção de estratégia metodológica, o subsetor distributivo comporta algumas das atividades de maior conteúdo tecnológico e mais comercializáveis (transporte e comunicações) bem como algumas das atividades de menor desenvolvimento tecnológico e de menores barreiras à entrada (comércio varejista e atacadista). Traço característico do subsetor na região é a predominância da atividade de comércio, que é igualmente a atividade de maior participação relativa no emprego da região (Quadro 5A).

A média regional esconde, no entanto, algumas nuances. Em todos os países e períodos considerados, a ocupação no subsetor distributivo representa ao menos um quinto do total de ocupados, com tendência crescente desde os anos 1980 para metade dos países com informações disponíveis. As exceções são Colômbia, Peru, Equador, Bolívia e os três países

do Cone Sul (Gráfico 6 e Quadro 4). Dentre os países da AL, o Peru era, em 2010, aquele cujo maior percentual de ocupados pertencia ao subsetor distributivo (34,9%) (Tabela 2). No interior deste subsetor, a atividade de comércio varejista e atacadista correspondia a maior parcela das ocupações (Quadro 5A). Em cenário oposto, a Bolívia era o país menos baseado em serviços distributivos na região (20,2% do total de ocupados em 2014) (Tabela 2). Esse resultado se relaciona à perda de participação desse subsetor no país entre 1980 e 2014 (Gráfico 6 e Quadro 4).

A evidência de sobrerrepresentação dos serviços distributivos pode ser analisada por diversos ângulos, considerando os diferentes subperíodos investigados neste capítulo: (i) a importância dos serviços de transporte em países de natureza agroexportadora como os da região; (ii) o papel de destaque que as atividades que compõem o subsetor distributivo possuem, historicamente, no cenário latino-americano; (iii) a crescente demanda que parte das atividades de distribuição logrou desde os anos 1990; (iv) os efeitos da heterogeneidade estrutural sobre o emprego regional e (v) a influência que esse subsetor sofre frente a momentos de expansão do consumo, como o observado na década de 2000.

Em um primeiro plano, o alto peso relativo do subsetor distributivo, que abarca a atividade de transporte, parece fazer jus à natureza agroexportadora dos países em questão. Em segundo lugar, conforme ressaltado por Oliveira (2003), e tratado no Capítulo 1, serviços como aqueles pertencentes ao subsetor distributivo têm relevância histórica no desenvolvimento econômico latino-americano, tendo sido particularmente importantes nos estágios iniciais de desenvolvimento econômico da região⁸². Outrossim, fator de importância é a demanda crescente que parcela das atividades que compõem esse subsetor, como as de transporte e telecomunicações, adquiriram a partir das privatizações, bem como o crescimento que ramos como os de comércio e turismo obtiveram nos anos 1990. Em particular, no período 1990-2003/2004, as atividades de comércio e de turismo (que compõem em parte o subsetor distributivo)⁸³ foram importantes para a geração de empregos em países como Brasil, Venezuela, El Salvador, México, Peru e República Dominicana⁸⁴ (PAGÉS; PIERRE; SCARPETTA, 2009).

⁸² Para esse segundo ponto, a literatura que trata do desenvolvimento exportador na região também oferece uma importante ilustração de como determinadas atividades de serviços se expandiram ao final do século XIX de forma a viabilizar o desenvolvimento da economia exportadora. Para discussão, referir-se a Bértola e Ocampo (2015).

⁸³ O item 'turismo' se subdivide em duas rubricas na ISIC Rev.3.1. Uma delas (atividades de agências de viagens e operadores de viagens e atividades de assistência turística), pertencente à atividade I e a outra (regulação e contribuição para operações mais eficientes dos negócios), pertencente à atividade L. Vide Anexo IIC.

⁸⁴ Para parte dos países da América Central, o turismo especificamente foi um importante substituto para o declínio das indústrias de banana e açúcar (PAGÉS; PIERRE; SCARPETTA, 2009).

Com relação ao ponto (iv), diante da alta heterogeneidade estrutural da região, parte das atividades desse subsetor (comércio, por exemplo) funciona como receptora principal da força de trabalho regional, em especial em fases de aumento da heterogeneidade estrutural e da informalidade, como os anos 1990 na AL, pelos resultados de Infante (2016). Conforme observado pelos dados da Tabela 2, alguns dos países de heterogeneidade estrutural severa⁸⁵ possuem percentuais da ocupação representados pelo subsetor de serviços distributivos superiores àqueles dos demais países da AL. Nesses países, a tendência é a de que a expansão de empregos seja mais bem representada pela pressão da oferta da mão de obra, e não pela demanda por mão de obra. Esse fator repercute no aumento da taxa de informalidade via a inserção em atividades de baixas barreiras à entrada, como a de comércio. Por último, quanto ao ponto (v), no período iniciado em 2009, a expansão do comércio, em parte devido à política de crescimento econômico atrelada ao consumo das famílias, pode igualmente ser uma explicação relevante para o alto percentual dos ocupados em serviços distributivos.

Tabela 2 – Distribuição dos ocupados por subsectores de serviços, anos selecionados (em % Total de ocupados)

Países	1980 ¹	1990 ²	1995 ³	2000*	2005**	2010***	2014****
Países Grandes e Médios							
Brasil							
Distributivos	22,1	22,8	22,4	23,4	23,7
Sociais	18,7	19,7	17,5	18,5	19,8
Pessoais	11,5	11,9	11,3	12,0	11,3
Produtivos	3,6	4,4	6,9	8,8	8,7
Colômbia							
Distributivos	29,1	29,4	28,9
Sociais	15,9	15,7	16,5
Pessoais	8,8	8,9	10,0
Produtivos	7,7	7,7	8,7
México							
Distributivos	..	23,4	27,7	26,5	23,8
Sociais	..	16,5	15,5	15,7	16,3
Pessoais	..	7,4	7,9	9,2	9,9
Produtivos	..	3,1	3,4	3,9	4,7
Peru							
Distributivos	38,5	37,9	36,3	34,9	..
Sociais	18,0	19,2	18,3	18,3	..
Pessoais	10,0	10,7	14,6	13,1	..
Produtivos	6,0	6,7	7,7	10,1	..

⁸⁵ Os países de heterogeneidade estrutural severa são Bolívia, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e República Dominicana.

Venezuela

Distributivos	28,6	29,0	29,2
Sociais	25,9	26,8	28,0
Pessoais	9,2	8,1	8,2
Produtivos	4,8	5,5	5,5

Países Pequenos**Bolívia**

Distributivos	30,3	30,0	35,3	20,3	20,8	20,2	20,2
Sociais	[..]	[..]	[..]	11,2	11,8	13,6	13,6
Pessoais	3,6	3,3	5,8	7,7	6,5	6,8	6,8
Produtivos	2,4	3,0	3,9	3,2	2,8	3,5	3,5

Costa Rica

Distributivos	20,1	21,5	25,0	25,5	25,5
Sociais	21,4	22,0	17,8	19,9	19,9
Pessoais	10,3	11,0	12,3	12,4	12,4
Produtivos	2,3	2,2	7,8	9,7	9,7

Equador

Distributivos	33,2	32,9	25,9	26,1	26,7
Sociais	18,2	18,8	13,8	14,9	14,3
Pessoais	13,0	10,7	7,8	7,8	7,5
Produtivos	4,8	5,3	4,5	5,1	6,0

El Salvador

Distributivos	[..]	[..]	[..]	[..]	[..]
Sociais	13,3	15,0	14,7	14,6	14,6
Pessoais	4,3	4,3	4,3	4,2	4,2
Produtivos	3,7	3,8	4,7	5,6	5,6

Guatemala

Distributivos	22,5	[..]
Sociais	11,7	14,9
Pessoais	6,2
Produtivos	2,5	3,3

Honduras

Distributivos	21,7	22,9	24,6
Sociais	12,1	10,7	12,5
Pessoais	6,7	7,1	8,3
Produtivos	2,8	3,5	3,7

Panamá

Distributivos	..	23,0	24,9	26,8	26,2
Sociais	..	21,7	21,7	22,7	21,8
Pessoais	..	9,4	9,2	9,4	11,5
Produtivos	..	4,1	5,4	6,8	7,0

R. Dominicana

Distributivos	27,8	28,8	29,6	29,5
Sociais	17,6	19,2	21,7	22,9

Pessoais	9,7	10,6	11,7	12,1
Produtivos	4,7	5,1	6,2	6,4
Cone Sul							
Argentina							
Distributivos	..	26,7	28,1	28,6	26,6	26,2	26,2
Sociais	..	20,6	22,4	26,9	28,0	26,9	26,9
Pessoais	..	9,8	10,8	11,0	10,9	11,2	11,2
Produtivos	..	9,3	10,6	9,8	9,7	10,6	10,6
Chile							
Distributivos	36,0	28,5	27,4
Sociais	19,8	21,5
Pessoais	9,6	10,1	9,8
Produtivos	8,0	8,5
Uruguai							
Distributivos	28,2	25,5	23,9	..
Sociais	25,3	26,9	23,3	..
Pessoais	9,5	11,8	11,6	..
Produtivos	8,2	9,3	8,4	..

Fonte: OIT/ILOSTAT (Distribuição do emprego por atividades econômicas (por sexo) (%)). Elaboração própria.

Nota: ¹informação referente ao ano de 1989 para Bolívia.

Nota: ²informação referente ao ano de 1991 para Argentina e México.

Nota: ³informação referente ao ano de 1996 para Costa Rica; 1999 para Equador; 1998 para El Salvador e 1996 para Peru.

Nota: ^{*}informação referente ao ano de 2001 para Brasil e 2003 para Guatemala.

Nota: ^{**}informação referente ao ano de 2009 para Chile e Colômbia; 2006 para Guatemala e 2004 para México e Panamá.

Nota: ^{***}informação referente ao ano de 2007 para Bolívia; 2011 para Brasil e El Salvador e 2009 para Peru.

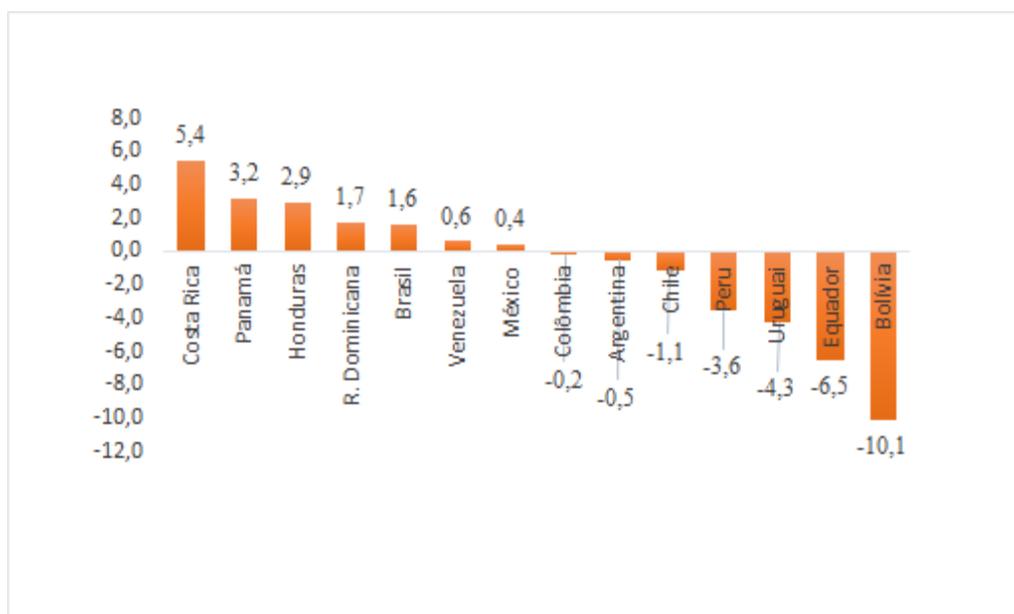
Nota: ^{****}informação referente ao ano de 2010 para Argentina; 2007 para Bolívia; 2010 para Costa Rica; 2012 para Equador e Venezuela e 2011 para El Salvador.

Nota: .. Dados não existentes.

Nota: [...] Dados omitidos (atividade pertencente ao subsetor englobava a informação de outra atividade não pertencente ao subsetor).

Nota: a informação para o subsetor pessoal em El Salvador considera somente a atividade de domicílios privados.

Gráfico 6 - Variação em p.p. dos ocupados no subsetor de serviços distributivos (em % Total de ocupados) - 14 Países da AL (1980/2014)*



Fonte: OIT/ILOSTAT (Distribuição do emprego por atividades econômicas (por sexo). Elaboração própria.

Nota: *ou os anos extremos com informações disponíveis (Vide Tabela 2).

Nota: informações para El Salvador e Guatemala não disponíveis.

Voltando ao peso que cada subsetor de serviços representa no total de ocupados, o subsetor social é, reiterando, o de segunda maior importância relativa. A análise de longo prazo revela a expansão relativa desse subsetor em quase todos os países da região, exceto México, Costa Rica, Equador e Uruguai (Gráfico 7 e Quadro 4). Em termos de grupos de países, o Cone Sul segue como o maior representante regional de participação de ocupados no subsetor social (Tabela 2). No grupo dos países grandes e médios, Venezuela e Brasil são os países de maior participação desse subsetor. Dentre os países pequenos, o caso dominicano é o mais distinto – desde o início da década de 2000 o país expandiu em mais de 5 p.p. a participação do subsetor de serviços sociais (Gráfico 7 e Quadro 4), puxado principalmente pelo item denominado “outras atividades” (Quadro 5B).

Além do caso dominicano, o caso argentino merece destaque. O aumento da importância dos serviços sociais na Argentina reforça os resultados encontrados por Pagés, Pierre e Scarpetta (2009) como uma tendência observada desde os anos 1990. Em especial, nesse país, o peso das atividades de educação – quinta principal atividade de serviços em 2014 – coaduna-se com os resultados da literatura de bem-estar comparado na região. Em termos comparativos, a Argentina, juntamente com o Chile, possui um alto investimento relativo em áreas de capital humano, como educação (FRANZONI, 2007), em função de sua

orientação produtivista, isto é, focada no desenvolvimento de capacidades produtivas ou de capital humano.

O subsetor social é predominantemente baseado na atividade de educação (Quadro 5B). As exceções à regra de sobrerrepresentação dos ocupados na atividade de educação são Argentina, Colômbia, Honduras, Panamá, República Dominicana e Uruguai. Na Colômbia, em Honduras e na República Dominicana, o percentual de ocupados com o item “Outras atividades comunitárias, sociais e atividades de serviços pessoais” supera o percentual dos ocupados em atividades de educação, e, na Argentina e no Panamá, os ocupados em “Administração pública, defesa e seguro social compulsório” sobrepujam os ocupados na atividade de educação. No Uruguai, o maior peso relativo é da atividade de saúde e trabalho social (Quadro 5B).

Deve-se notar que o maior percentual de ocupados na atividade de educação parece se relacionar a dois fatores em particular: (i) o pioneirismo no investimento nessa rubrica do gasto social (ii) e o momento de expansão educacional. Os maiores percentuais de ocupados na atividade de educação (Quadro 5B), com exceção da Venezuela, referem-se a países pioneiros no investimento nessa atividade, desde algumas décadas após a independência da Espanha (PRADO; PELLEGRINO, 2019). São eles Chile e Argentina, no Cone Sul, e Costa Rica, na América Central. Por sua vez, os menores percentuais dizem respeito a países da região que são retardatários na expansão educacional, tais como Guatemala, Honduras e El Salvador⁸⁶.

Embora o ramo de educação seja aquele de maior peso relativo no interior do subsetor de serviços sociais, nota-se como tendência o crescimento da participação dos ocupados na atividade de saúde em grande parcela dos países considerados. Cabe notar que esse movimento de expansão relativa dos ocupados nessa atividade ocorreu em paralelo à ampliação da cobertura dos sistemas de saúde desde 2002 em parte dos países analisados (WELLER, 2017), bem como ao aumento do percentual do PIB dedicado ao gasto público social com essa rubrica no mesmo período (KERSTENETZKY; GUEDES, 2019).

O peso das atividades de saúde e administração pública parece se relacionar ao percentual de idosos na população e ao grau de cobertura do seguro social. Com efeito, os países mais baseados nas atividades de administração pública, defesa e seguro social

⁸⁶ Guatemala e Honduras aceleraram o aumento das taxas de matrícula somente no pós-Segunda Guerra, e El Salvador entre as décadas de 1920 e 1930 (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015). Os resultados educacionais para cada um dos 18 países analisados, medidos pelo indicador de escolaridade média, constam da última coluna do Quadro 2.

compulsório, e de saúde e trabalho social, isto é, o Cone Sul mais a Venezuela (Quadro 5B), são, com exceção da Venezuela, aqueles que possuem os mais altos percentuais de sua população representada por indivíduos de 65 anos ou mais (Quadro 2). Esses indivíduos são demandantes dos serviços englobados nessas rubricas, sejam as mais relacionadas ao seguro social (atividade L) ou aquelas pertencentes à esfera de saúde ou mais propriamente ligadas ao cuidado social (atividade N). Tratando especificamente dos países do Cone Sul, esses são países que atravessam um processo de transição demográfica avançada (FRANZONI, 2007), e os primeiros a criarem sistemas de seguro social na região, juntamente ao Brasil, à Costa Rica e à Cuba (MESA-LAGO, 2006). Eles são igualmente países nos quais a cobertura do seguro social alcança o maior percentual dos empregados (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015).

Gráfico 7 - Variação em p.p. dos ocupados no subsetor de serviços sociais (em % Total de ocupados) - 16 Países da AL (1980/2014)*



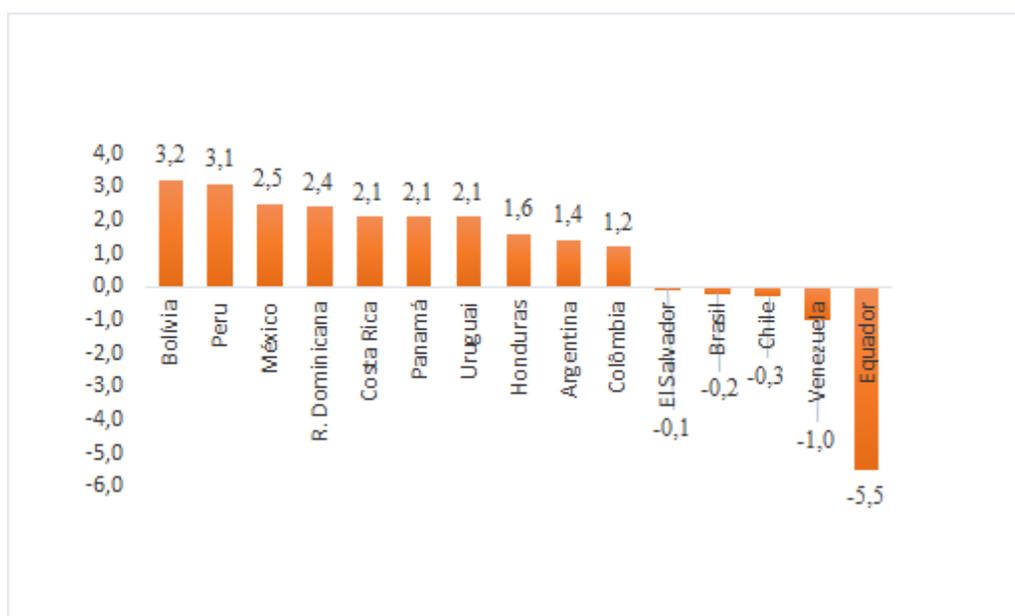
Fonte: OIT/ILOSTAT (Distribuição do emprego por atividades econômicas (por sexo) (%)). Elaboração própria.
Nota: *ou os anos extremos com informações disponíveis (Vide Tabela 2).

No que se refere ao subsetor de serviços pessoais, seu peso é maior no Cone Sul. A tendência para a maioria dos países analisados foi de crescimento entre os anos extremos, com exceção de El Salvador, Brasil, Chile, Venezuela e Equador (Gráfico 8 e Quadro 4). As maiores variações positivas foram observadas em Bolívia, Peru e México (Gráfico 8). Para o último ano com informação disponível, esse subsetor é mais representativo no Peru. Nesse ano, 13,1% da população ocupada trabalhava em uma das atividades que compõem o subsetor (Tabela 2), sobretudo na atividade de hotéis e restaurantes, que engloba 7,7% dos ocupados

peruanos (Quadro 5C). Por outro lado, na Bolívia, esse subsetor representava apenas 6,8% do total de ocupados – 3,4% na atividade de hotéis e restaurantes (Quadro 5C).

Considerando individualmente as duas atividades pertencentes ao subsetor pessoal (hotéis e restaurantes e atividades de domicílios privados), a atividade de domicílios privados possui um maior percentual da população ocupada na Argentina e no Uruguai (Quadro 5C). Na Argentina, o emprego doméstico representa uma forma de inserção ocupacional principalmente para mulheres jovens, horistas, que conciliam a ocupação com os estudos (OIT, 2012). No que se refere à atividade de hotéis e restaurantes, Peru, Colômbia e República Dominicana são os países cuja atividade representa os maiores percentuais da população ocupada na região (Quadro 5C).

Gráfico 8 - Variação em p.p. dos ocupados no subsetor de serviços pessoais (em % Total de ocupados) - 15 Países da AL (1980/2014)*



Fonte: OIT/ILOSTAT (Distribuição do emprego por atividades econômicas (por sexo) (%)). Elaboração própria.

Nota: *ou os anos extremos com informações disponíveis (Vide Tabela 2).

Nota: informação para Guatemala não disponível.

Nota: para o Chile, os anos extremos são 2010 e 2014.

No que se refere ao subsetor de serviços produtivos, a tendência de longo prazo foi de variação positiva entre os anos extremos para todos os países sob análise (Gráfico 9 e Quadro 4). Os países nos quais esse subsetor possui maior peso relativo no total dos ocupados são Argentina, Peru, Costa Rica, Brasil, Colômbia e Chile (Tabela 2). Em todos esses países, o maior peso (ao redor de 80% dos ocupados no subsetor) é da atividade de “Imóveis, aluguel e atividades de negócios”, comparativamente à atividade de “Intermediação financeira” (Quadro 5D).

As maiores variações em pontos percentuais da participação do subsetor produtivo no total dos ocupados foram observadas tanto em países médios e grandes quanto no grupo dos países pequenos. Elas foram observadas, sobretudo, em Costa Rica, Brasil, Peru, Panamá, El Salvador e República Dominicana (Gráfico 9). Dentre esses países, apenas no Peru o subsetor considerado representava um percentual relativamente alto – 6% do total do emprego – já nos anos 1990 (Tabela 2). Desta forma, o movimento descrito representou a consolidação do subsetor produtivo peruano e o ganho de importância relativa no caso dos demais países mencionados.

Na região, chama a atenção o crescimento da participação dos serviços produtivos na Costa Rica – a maior variação da região (Gráfico 9). De 1995 para 2014, nesse país, houve variação equivalente a 7,4 p.p. nesse indicador (Gráfico 9). Em 2014, no país, os serviços dessa natureza perfaziam 9,7% do total de ocupados (Tabela 2 e Quadro 5D), ou 14,4% dos ocupados em serviços (Tabela 1.A do Anexo IID). Sugere-se que esse resultado advinha de dois fatores decorrentes de mudanças no ambiente institucional costa-riquense: da década de 1990 até o início da década de 2000, o país recebeu IED para o desenvolvimento de atividades eletrônicas (PAGÉS; PIERRE; SCARPETTA, 2009), e que tendem a apresentar relações sinérgicas com o desenvolvimento do subsetor produtivo. Além desse fator, nos anos 2000, com vistas a prover as empresas multinacionais com variados serviços direcionados aos negócios, o país passou a ofertar serviços produtivos diversos. Essa medida representou uma mudança no direcionamento estratégico costa-riquense. Dentre outros efeitos, as empresas responderam terceirizando uma variedade de serviços, como os de engenharia, finanças, recursos humanos, informação e tecnologia (GUTIÉRREZ, 2007).

Cabe notar que essas alterações são resultado de uma mudança de estratégia mais geral, “voltada para fora”, adotada por parte dos países pequenos da região ainda na década de 1980. Dentre as medidas que compõem essa nova estratégia estão a atração de investimentos estrangeiros, a liberalização do comércio e o aumento das exportações (ROVIRA, 2000 apud FRANZONI, 2007). Os resultados dessa estratégia podem ser observados pelo indicador de exportação/importação – em especial de comércio internacional de serviços (% PIB)⁸⁷ – e de IED (Quadro 3). Em 2014, esse grupo de países ocupava as primeiras posições no ranking do indicador de comércio internacional em serviços, e parcela dos países do grupo se situava entre os maiores receptores de IED (Quadro 3). Para o indicador de comércio internacional

⁸⁷ Ressalta-se que o indicador tem como denominador o PIB. Logo, determinado país pode apresentar um maior volume de exportações em serviços, como o Brasil, mas esse valor é considerado moderado ou baixo quando confrontado com o seu produto interno bruto. Esse é, no entanto, o indicador habitualmente utilizado. Ver, por exemplo, Wren (2013).

em serviços, os principais representantes do grupo e regionais são Panamá, Honduras e Costa Rica (Quadro 3). O caso panamenho, em especial, exemplifica essa nova estratégia. O Panamá possui tradição na prestação de serviços como os de comércio, transporte e financeiros desde o século XVI, quando ainda colônia da Espanha (HIJO, 2007)⁸⁸, mas desde 2007 os serviços financeiros e de logística se tornaram particularmente significativos no país. Esse fator se deve a mudanças na legislação⁸⁹, orientada a atrair investidores estrangeiros, e à localização estratégica do país, em função do Canal do Panamá (GUTIÉRREZ, 2007). A experiência hondurenha (segundo maior importador/exportador de serviços) é também ilustrativa – existe, nesse país, uma estratégia nacional de geração de novos postos de trabalho baseada, além do crescimento econômico, na atração de investimentos (ROMERO, 2007).

Quadro 3 - Indicadores Inserção externa latino-americana - 18 Países AL (2014)

Países/Variáveis	Comércio internacional (%PIB)	Comércio internacional em serviços (%PIB)	IED (%PIB)
Países Grandes e Médios			
Brasil	24,7	5,2	3,6
Colômbia	37,5	5,7	4,2
México	65,0	4,2	2,4
Peru	46,9	6,8	2,0
Venezuela	48,1	4,0	0,2
Países Pequenos			
Bolívia	85,3	12,8	2,0
Costa Rica	67,0	19,1	6,4
Equador	57,7	5,8	0,8
El Salvador	78,1	16,7	2,2
Guatemala	56,7	10,0	2,0
Honduras	113,0	21,9	8,6
Nicarágua	106,7	18,5	7,4
Panamá	119,1	32,8	10,0
Paraguai	67,6	5,2	1,4
República Dominicana	55,5	14,9	3,6
Cone Sul			
Argentina	28,4	6,0	1,0
Chile	65,3	9,6	9,1
Uruguai	49,1	16,8	6,7

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

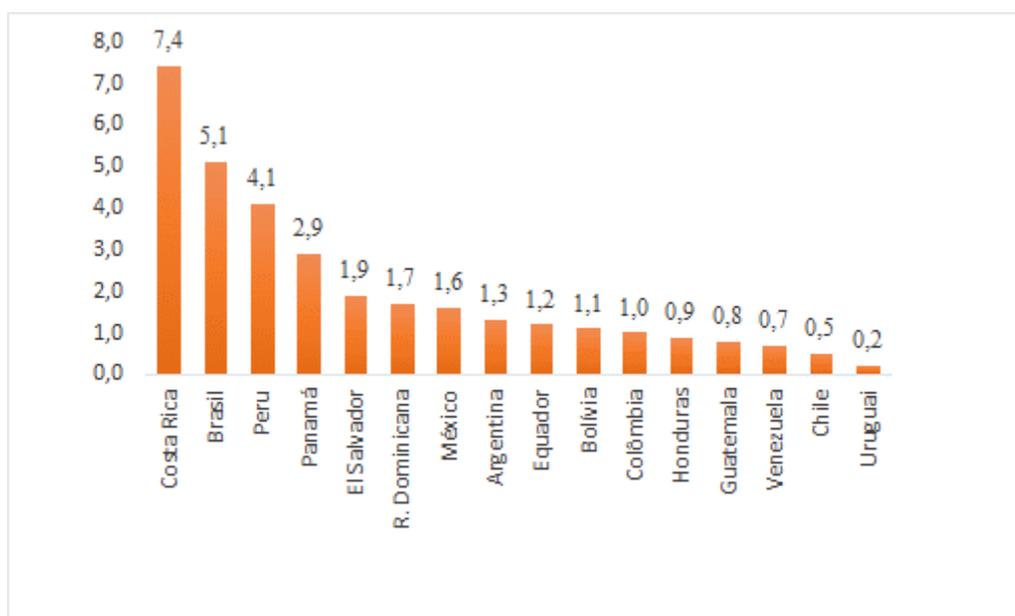
⁸⁸ Deve-se observar, conforme notado por HIJO (2007), que, no caso panamenho, a classe prestadora de serviços (sobretudo de transporte ou rotas de trânsito) possui a importância política que em outros países latino-americanos foi ou é geralmente exercida pelas oligarquias latifundiárias.

⁸⁹ Regional Headquarters Law, de 2007.

Em parcela dos países considerados, a expansão do subsetor produtivo parece responder, em parte, ao crescimento dos serviços de *call center*, que pertencem à atividade de “imóveis, aluguel e atividades de negócios” (atividade K do Quadro 1)⁹⁰. Além do caso costarriquense, esse é também o caso mexicano (apenas nos anos 1990), guatemalteco e hondurenho (E&N, 2011).

Cabe ressaltar que o curso desse indicador se deu em alinhamento com a importância de parte desses países – Brasil, Peru e Panamá – em matéria de desenvolvimento financeiro. Em especial, no caso panamenho, o resultado deve refletir seu papel de centro financeiro internacional, apontado por Bértola e Ocampo (2015). Na outra ponta, os dados parecem indicar uma saturação da expansão da ocupação no subsetor produtivo (Gráfico 9 e Quadro 4) em dois dos países cuja ocupação é mais baseada em atividades desse subsetor, Chile e Uruguai, pertencentes ao Cone Sul (Tabela 2 e Quadro 5D).

Gráfico 9 - Variação em p.p. dos ocupados no subsetor de serviços produtivos (em % Total de ocupados) - 16 Países da AL (1980/2014)*



Fonte: OIT/ILOSTAT (Distribuição do emprego por atividades econômicas (por sexo) (%)). Elaboração própria.
Nota: *ou os anos extremos com informações disponíveis (Vide Tabela 2).

Retomando as perguntas elaboradas no início da subseção, dentre os quatro subsetores de serviços analisados, o subsetor distributivo é aquele de maior peso relativo no total dos ocupados. Contudo, a análise de longo prazo elucida alguns movimentos interessantes: em primeiro lugar, a tendência de crescimento da participação do agregado do setor é também observada em cada subsetor. No que se refere ao subsetor produtivo, essa afirmação é

⁹⁰ Mais precisamente, a divisão “Outras atividades de negócios” da atividade K (Anexo IIC).

verdadeira para todos os países analisados. Para os subsetores pessoal e social, essa conclusão é verificada para a maioria dos casos regionais investigados, e, para o subsetor distributivo, o resultado é misto – metade dos países apresentou crescimento relativo, e, a outra metade, declínio relativo.

Os dados do Quadro 4 indicam que, em termos de grupos de países, não há uma estratégia clara do grupo dos países grandes e médios – Brasil e Venezuela aumentaram a participação em todos os subsetores, exceto o subsetor de serviços pessoais, Colômbia e Peru tiveram reduções somente da participação do subsetor distributivo e, o México, do subsetor social. A rota tomada pelo grupo dos países pequenos parece mais clara – expansão em todos os subsetores, exceto na Costa Rica (declínio relativo na participação do subsetor social), no Equador (somente aumento relativo do subsetor produtivo), em El Salvador (declínio relativo do subsetor pessoal) e na Bolívia (declínio relativo do subsetor distributivo). Sugere-se que esse resultado esteja relacionado ao fato de que esses são os países nos quais a expansão da participação dos ocupados em serviços está em vias de configuração. Logo, as variações entre períodos tendem a ser maiores. No Cone Sul, todos os países reduziram a participação do subsetor distributivo, com a ressalva de que, no Chile, houve também redução do percentual dos ocupados no subsetor pessoal, e no Uruguai, do subsetor social. Esse é o grupo no qual o subsetor social possui maior peso relativo.

Uma questão que restou em aberto na subseção 4.1, isto é, em quais subsetores ocorreu a expressiva expansão do setor de serviços na Costa Rica e na República Dominicana, pode agora ser respondida: na Costa Rica, a expansão relativa se deu em todos os subsetores, exceto naquele de serviços sociais, e, na República Dominicana, o aumento relativo se estendeu a todos os subsetores de serviços (Quadro 4).

Chama a atenção o aumento da ocupação representada pelo subsetor social na região, e, em seu interior, da atividade de saúde. Esse movimento parece refletir, particularmente nos anos 2000, a expansão da cobertura e do gasto público social com a rubrica de saúde em grande parcela dos países latino-americanos. Contudo, mesmo diante dessa tendência, a atividade de educação prevalece como a de maior peso relativo no subsetor. A parcela do emprego lograda por essa atividade é maior em países pioneiros na expansão educacional, e menor em países retardatários, pertencentes ao grupo dos países pequenos.

Como destaque, observa-se o crescimento da participação do subsetor produtivo, em particular nos países pequenos. Esse resultado parece se alinhar à estratégia de desenvolvimento “voltado para fora” delineada por esse grupo de países ao final do século XX, bem como à expansão da oferta de serviços de *call center* em parte desse grupo.

Uma primeira inclinação resultante da análise dos dados é a de caracterizar a região latino-americana como um todo homogêneo baseado em atividades do subsetor distributivo. No entanto, esse primeiro movimento perde força frente à uma abordagem não estática. A análise de longo prazo ressalta um processo de expansão para outras áreas menos tradicionais na região – serviços produtivos, por exemplo. Considerações quanto às virtudes dessa expansão, tais como quais as vantagens competitivas da expansão de *call centers* ou qual a qualidade das ocupações envolvidas, fogem ao escopo deste trabalho. Pode-se ainda notar que os casos regionais têm alinhado a presença de um já representativo subsetor distributivo ao aumento da participação do subsetor social (parte do Cone Sul e parcela dos países pequenos) e do subsetor produtivo. O caminho perseguido pelo grupo dos países grandes e médios parece menos claro. Desta forma, as principais características encontradas para a setor de serviços não parecem se constituir em um traço da região, mas diferem entre países e grupos. O próximo capítulo busca, dentre outros, responder o porquê desta distinção.

Quadro 4 - Resumo variação participação da população ocupada nos subsetores de serviços - Países e grupos de países (1980/2014)*

Países/Subsetores	Subsetor Serviços Distributivos	Subsetor Serviços Sociais	Subsetor Serviços Pessoais	Subsetor Serviços Produtivos
Países Grandes e Médios				
Brasil	+	+	-	+
Colômbia	-	+	+	+
México	+	-	+	+
Peru	-	+	+	+
Venezuela	+	+	-	+
Países Pequenos				
Bolívia	-	+	+	+
Costa Rica	+	-	+	+
Equador	-	-	-	+
El Salvador	..	+	-	+
Guatemala	..	+	..	+
Honduras	+	+	+	+
Nicarágua
Panamá	+	+	+	+
Paraguai
República Dominicana	+	+	+	+
Cone Sul				
Argentina	-	+	+	+
Chile	-	+	-	+
Uruguai	-	-	+	+

Fonte: OIT/ILOSTAT (Distribuição do emprego por atividades econômicas (por sexo) (%)). Elaboração própria.

Nota: *ou anos extremos com informações disponíveis (Vide Tabela 2).

Legenda: +: variação positiva em p.p.; -: variação negativa em p.p.; ..: informação não disponível.

Nota: para o Chile, os anos extremos são 2010 e 2014.

Quadro 5 - Distribuição dos ocupados no setor de serviços por atividades, 2014* (em % Total de ocupados)

A. Atividades do subsetor de serviços distributivos

Países/Atividades	Total Subsetor Distributivo	Comércio e reparo	Transporte, armazenagem e comunicações
Países Grandes e Médios			
Brasil	23,7	18,2	5,5
Colômbia	28,9	20,5	8,4
México	23,8	19,2	4,6
Peru	34,9	24,8	10,1
Venezuela	29,2	20,1	9,1
Países Pequenos			
Bolívia	20,2	14,4	5,8
Costa Rica	25,5	19,0	6,5
Equador	26,7	20,7	6,0
El Salvador	..	[..]	4,4
Guatemala	..	[..]	3,0
Honduras	24,6	20,9	3,7
Panamá	26,2	18,3	7,9
República Dominicana	29,5	21,5	8,0
Cone Sul			
Argentina	26,2	19,3	6,9
Chile	27,4	20,1	7,3
Uruguai	23,9	18,5	5,4

Fonte: OIT/ILOSTAT (Distribuição do emprego por atividades econômicas (por sexo) (%)). Elaboração própria.

Nota: *ou o último ano para o qual a informação está disponível. Dados para Equador e Venezuela se referem ao ano de 2012; para El Salvador ao ano de 2011; para Argentina, Costa Rica e Uruguai ao ano de 2010; para Peru ao ano de 2009; para Bolívia ao ano de 2007; para Guatemala ao ano de 2006 e para México e Panamá ao ano de 2004.

Nota: .. Dado não existente.

Nota: [...] Dados omitidos.

B. Atividades do subsetor de serviços sociais

Países/Atividades	Total Subsetor Social	Adm. Púb. e defesa; seguro social compulsório	Educação	Saúde e trabalho social	Outras atividades
Países Grandes e Médios					
Brasil	19,8	5,2	6,0	4,3	4,3
Colômbia	16,5	3,1	4,1	4,4	4,9
México	15,9	4,5	5,3	2,9	3,2
Peru	18,2	4,4	5,7	3,3	4,8
Venezuela	28,0	7,9	8,1	4,3	7,7
Países Pequenos					
Bolívia	13,6	3,3	4,8	2,3	3,2
Costa Rica	19,8	5,2	7,1	3,7	3,8
Equador	14,3	3,7	5,2	2,7	2,7
El Salvador	..	4,4	3,1	[..]	..
Guatemala	..	2,1	4,1	[..]	..
Honduras	12,4	2,6	3,5	1,9	4,4
Panamá	21,7	6,5	5,9	3,8	5,5
República Dominicana	22,9	4,9	5,3	3,8	8,9
Cone Sul					
Argentina	26,9	7,9	7,8	5,6	5,6
Chile	21,5	5,6	7,9	4,9	3,1
Uruguai	23,2	5,9	5,6	7,0	4,7

Fonte: OIT/ILOSTAT (Distribuição do emprego por atividades econômicas (por sexo) (%)). Elaboração própria.

Nota: *ou o último ano para o qual a informação está disponível. Dados para Equador e Venezuela se referem ao ano de 2012; para El Salvador ao ano de 2011; para Argentina, Costa Rica e Uruguai ao ano de 2010; para Peru ao ano de 2009; para Bolívia ao ano de 2007; para Guatemala ao ano de 2006 e para México e Panamá ao ano de 2004.

Nota: .. Dado não existente.

Nota: [..] Dados omitidos.

Nota: as diferenças entre a coluna “Total Subsetor Social” para México, Peru, Costa Rica, Honduras, Panamá e Uruguai e a última coluna com dados disponíveis da Tabela 2 se referem à atividade “Organizações e órgãos internacionais”, não reportada.

C. Atividades do subsetor de serviços pessoais

Países/Atividades	Total Subsetor Pessoal	Atividades de domicílios privados	Hotéis e restaurantes
Países Grandes e Médios			
Brasil	11,3	6,6	4,7
Colômbia	10,0	3,4	6,6
México	9,9	4,4	5,5
Peru	13,1	5,4	7,7
Venezuela	8,2	3,9	4,3
Países Pequenos			
Bolívia	6,8	3,4	3,4
Costa Rica	12,4	7,0	5,4
Equador	7,5	2,6	4,9
El Salvador	..	4,2	..
Guatemala
Honduras	8,3	4,1	4,2
Panamá	11,5	6,1	5,4
República Dominicana	12,1	5,5	6,6
Cone Sul			
Argentina	11,2	7,5	3,7
Chile	9,8	6,3	3,5
Uruguai	11,6	8,6	3,0

Fonte: OIT/ILOSTAT (Distribuição do emprego por atividades econômicas (por sexo) (%)). Elaboração própria.

Nota: *ou o último ano para o qual a informação está disponível. Dados para Equador e Venezuela se referem ao ano de 2012; para El Salvador ao ano de 2011; para Argentina, Costa Rica e Uruguai ao ano de 2010; para Peru ao ano de 2009; para Bolívia ao ano de 2007; para Guatemala ao ano de 2006 e para México e Panamá ao ano de 2004.

Nota: .. Dado não existente.

Nota: [...] Dados omitidos.

D. Atividades do subsetor de serviços produtivos

Países/Atividades	Total Subsetor Produtivo	Intermediação financeira	Imóveis, aluguel e atividades de negócios
Países Grandes e Médios			
Brasil	8,7	1,3	7,4
Colômbia	8,7	1,4	7,3
México	4,7	1,0	3,7
Peru	10,1	1,7	8,4
Venezuela	5,5	1,3	4,2
Países Pequenos			
Bolívia	3,5	0,6	2,9
Costa Rica	9,7	2,7	7,0
Equador	6,0	0,9	5,1
El Salvador	..	[..]	..
Guatemala	..	[..]	..
Honduras	3,7	1,2	2,5
Panamá	7,0	2,2	4,8
República Dominicana	6,4	2,7	3,7
Cone Sul			
Argentina	10,6	2,1	8,5
Chile	8,5	2,1	6,4
Uruguai	8,4	1,6	6,8

Fonte: OIT/ILOSTAT (Distribuição do emprego por atividades econômicas (por sexo) (%)). Elaboração própria.

Nota: *ou o último ano para o qual a informação está disponível. Dados para Equador e Venezuela se referem ao ano de 2012; para El Salvador ao ano de 2011; para Argentina, Costa Rica e Uruguai ao ano de 2010; para Peru ao ano de 2009; para Bolívia ao ano de 2007; para Guatemala ao ano de 2006 e para México e Panamá ao ano de 2004.

Nota: .. Dado não existente.

Nota: [...] Dados omitidos.

5 CONCLUSÕES

O grupo de países analisados ao longo deste capítulo se caracteriza por uma transição tardia e gradual para o mercado de trabalho assalariado, um dos pilares do capitalismo moderno. Em termos comparativos, tal transição se desenrolou enquanto os países desenvolvidos passavam pela Segunda Revolução industrial. Logo, os resultados alcançados no decorrer do período estudado neste capítulo são decorrentes de pouco mais de um século de constituição de um mercado de trabalho assalariado na região.

Assim como as economias avançadas, a região latino-americana tem no setor de serviços seu principal polo ocupacional. Um fator que se ressalta é alta variação existente entre os países da região. Peru e Argentina representam, ambos, percentuais superiores a 70% do emprego total, ao passo que países de dimensões menores como Nicarágua, Honduras e Guatemala possuem um desenvolvimento setorial ainda muito apoiado no setor agrícola. Esses são países que, embora crescentes em serviços, são altamente baseados na agricultura e possuem expressivos contingentes de sua população habitante em áreas rurais. A experiência nicaraguense representa, por exemplo, um caso tardio de migração campo-cidade com relação à maioria dos demais países da região.

Constata-se, portanto, uma grande heterogeneidade do setor de serviços no mapa regional, o que revela que alguns países se mostram mais efetivos em expandir ocupações no setor em questão, frente à queda relativa nos dois outros setores. A mesma afirmação é válida para países de níveis de PIB *per capita* semelhantes.

Tendo como pressuposto que o mercado de trabalho é influenciado pelos contextos econômico, social e institucional, as quebras de tendência observadas são em parte resultado do período no qual transcorreram os movimentos descritos ao longo do texto. Essas décadas foram terreno para mudanças de paradigmas, reformas de mercado de trabalho, políticas de liberalização, enfraquecimento dos sindicatos e expansão da força de trabalho feminina, para citar alguns traços do período. Contudo, mais interessante do que o quadro geral, aparentemente homogêneo, tornam-se as experiências nacionais e de grupos de países.

As reformas foram implementadas em graus e ritmos diversos. Em parte dos países analisados, como Chile, Uruguai e Argentina, sob governos autoritários – uma “flexibilização forçada”, segundo denominou Tokman tratando do caso chileno. Em outras experiências, como a panamenha, a especialização em serviços foi utilizada como argumento legitimador das reformas. Isto é, uma vez que o país possuía vantagens comparativas nos serviços de

transporte internacional, não haveria interesse em construir um projeto desenvolvimentista nacional.

Em outros momentos, a composição setorial pareceu responder a políticas exógenas ao mercado de trabalho, por ora de forma implícita, por ora explicitamente. De forma implícita, como na fase pós-transição democrática no Uruguai, na qual a atividade industrial foi comprometida em prol do consumo, em meio a negociações tripartites. Explicitamente, fazia parte do programa do governo autoritário argentino o rompimento com seu histórico industrial.

A afirmação de que a “época da terciarização é a época da feminização” dos mercados de trabalho (MÉDA, 2019) (Capítulo 1) parece igualmente encontrar correspondência no setor de serviços latino-americano. Esse setor se configura como o maior empregador de mão de obra feminina na região. Contudo, a relação entre o crescimento da participação feminina em atividades remuneradas e a expansão de empregos em serviços pode não seguir um caminho claramente alinhado ao exposto teoricamente (Capítulo 1). Nas experiências regionais, a relação entre trabalho remunerado e não remunerado não é necessariamente inversa; situação que, caso válida, culminaria na externalização do trabalho não remunerado. Para parte dos países investigados, em especial os países familistas, o cenário é de acúmulo de trabalho remunerado e não remunerado. O próximo capítulo permitirá averiguar a existência de relações causais entre as variáveis de participação dos serviços no total de ocupados e participação feminina na força de trabalho.

Respondendo às perguntas feitas na introdução, o setor de serviços latino-americano é predominantemente baseado em serviços distributivos. Contudo, a análise de longo prazo evidencia alguns movimentos distintos. Dentre eles, o crescimento relativo dos ocupados na atividade de saúde no interior do subsetor social, ou o maior direcionamento de todos os países para atividades do subsetor produtivo. De forma geral, embora o movimento seja o mesmo – crescimento dos serviços no total dos ocupados –, é possível notar diferenças entre os distintos países.

Conforme tratado no Capítulo 1, as interpretações relacionadas à terciarização de países em desenvolvimento, em particular dos países latino-americanos, foram distintas daquelas apresentadas para países desenvolvidos. Para os países latino-americanos, a terciarização seria sinônimo, ou o resultado, do subdesenvolvimento de sua estrutura produtiva. Uma primeira inclinação, frente aos resultados desse capítulo, é a de endossar as conclusões dessas análises sobre a terciarização regional. Isto é, o emprego em serviços na região é caracterizado pela alta participação de atividades de baixas barreiras à entrada,

produtividade e maior informalidade, como a atividade de comércio. Contudo, mais interessante do que a análise estática se torna a investigação da trajetória tomada por distintos subsetores e atividades. A partir deste olhar, observam-se algumas nuances na análise: embora o subsetor distributivo seja aquele de maior peso relativo no total da ocupação, o incremento na participação de atividades dos subsetores social e produtivo tem sido observado em todas (subsetor produtivo) ou em parte das experiências regionais (subsetor social). Para além das considerações quanto às virtudes desse movimento, que fogem ao escopo deste trabalho, coube verificar o movimento geral, que descaracteriza a região como unicamente baseada em serviços distributivos.

De um ponto de vista normativo, parece desejável, enquanto estratégia de desenvolvimento de determinada sociedade, a adoção de uma via de expansão ocupacional *por cima* – ou o que a literatura do início dos anos 2000 denominou convencionalmente *high road* (BOSCH; LEHNDORFF, 2005). Essa é particularmente calcada em empregos que conferem maiores remunerações, qualidade e proteção social, altos níveis de habilidade e serviços de alta qualidade. Esses são, destacadamente, aqueles gerados no interior dos subsetores social e produtivo, conforme resultados constantes seja da literatura brasileira (KERSTENETZKY; MACHADO, 2018), seja da internacional (BOSH; WAGNER, 2004; WELLER, 2017). Por essa ótica, o aumento da participação relativa dos subsetores produtivo e social poderia ser percebido como positivo.

Embora o capítulo cumpra cartografar os principais movimentos do setor de serviços latino-americano, e estabeleça hipóteses com respeito aos seus fatores motores, não é possível identificar relações causais diretas. O próximo capítulo será dedicado a preencher essa lacuna.

ANEXO IIA

Quadro 1A - Pesquisas selecionadas por país – Distribuição setorial dos ocupados

País	Pesquisa
Argentina	Permanent Household Survey (Urban)
Bolívia	Continuous Employment Survey
Brasil	Annual Labour Force Survey
Chile	National Employment Survey
Colômbia	Integrated Household Survey
Costa Rica	National Household Survey
República Dominicana	National Labour Force Survey
Equador	National Survey on Employment, Unemployment and Underemployment
El Salvador	Labour force survey
Guatemala	Monthly Employment and Income Survey
Honduras	Continuous Multi-Purpose Household Survey
México	National Occupation and Employment Survey
Nicarágua	Official Estimates
Panamá	Labour Market Survey
Paraguai	Continuous Household Survey
Peru	Permanent Employment Survey (Urban)
Uruguai	Continuous Household Survey
Venezuela	Household Sample Survey

Fonte: OIT/ILOSTAT (Employment by broad sectors) e ISIC Rev.3.1. Elaboração Própria.

ANEXO IIB

Definição Indicadores dos Quadros 2 e 3 e Indicadores dos Gráficos 2 a 4

Comércio Internacional (%PIB) – Comércio Internacional como percentual do PIB. O comércio internacional é definido como a soma das exportações e importações de bens e serviços. Fonte: Banco Mundial.

Comércio Internacional em serviços (%PIB) – Comércio Internacional em serviços como percentual do PIB. O comércio internacional em serviços é definido como a soma das exportações e importações de serviços. Fonte: Banco Mundial.

Diferencial de Produtividade indústria-serviços – Valor adicionado por trabalhador da indústria (incluindo construção), em dólares constantes de 2010 dividido pelo valor adicionado por trabalhador de serviços, em dólares constantes de 2010. O valor adicionado é definido como o produto líquido do setor após a adição de todos os produtos e a subtração dos insumos intermediários. Fonte: Cálculo próprio a partir de dados do Banco Mundial.

Escolaridade média – Média de anos de estudo da população economicamente ativa de 15 anos ou mais. Fonte: CEPALSTAT.

Força de Trabalho feminina (%Força de Trabalho Total) – Força de trabalho feminina como percentual da força de trabalho total. A força de trabalho é definida por todos os indivíduos de 15 anos ou mais que ofertam trabalho para a produção de bens e serviços durante um período específico. Fonte: Banco Mundial.

Investimento Estrangeiro Direto (%PIB) – Entradas líquidas de Investimento Estrangeiro Direto como percentual do PIB. O investimento direto estrangeiro é o fluxo líquido do investimento para obter uma gestão de longa duração (10% ou mais de ações com direito a voto) em uma empresa que opera em uma economia outra que a do investidor. É a soma de capital social, reinvestimentos, outros capitais de longo prazo e capitais de curto prazo. A série reporta os fluxos líquidos, i.e., as novas entradas líquidas menos os desinvestimentos de investidores estrangeiros na economia declarante. Fonte: Banco Mundial.

PIB per capita PPC – Produto Interno Bruto convertido em dólares internacionais PPC (Paridade Poder de Compra). O PIB PPC é a soma do valor adicionado bruto por todos os produtores residentes na economia e de todos os impostos sobre produtos, menos os subsídios não incluídos no valor do produto. É calculado sem as deduções por depreciação de ativos produzidos ou por esgotamento e degradação de recursos naturais. Dados em dólares internacionais correntes com base na rodada de 2011 do *International Comparison Program* (ICP). Fonte: Banco Mundial.

População Urbana (%População Total) – População urbana como percentual da população total. A população urbana se refere às pessoas que vivem em áreas urbanas conforme definido pelos institutos nacionais de estatísticas. Fonte: Banco Mundial.

População de 65 anos ou mais (%População Total) – População de 65 anos ou mais como percentual da população total. A população é definida como a soma de todos os residentes de determinado país, independentemente de seu status legal ou cidadania. Fonte: Banco Mundial.

ANEXO IIC
Classificação ISIC Rev.3.1

Comércio atacadista e varejista; reparo de veículos motores, motocicletas e bens pessoais e domésticos (ISIC 50-52)

Venda, manutenção e reparo de veículos motores e motocicletas; venda a varejo de combustíveis automotivos

Venda de veículos motores

Manutenção e reparo de veículos motores

Venda de partes e acessórios de veículos motores

Venda, manutenção e reparo de motocicletas e partes relacionadas e acessórios

Venda a varejo de combustíveis automotivos

Comércio atacadista e comércio de comissões, exceto de veículos a motor e motocicletas

Comércio atacadista com base em comissão ou contrato

Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas, animais vivos, alimentos, bebidas e tabaco

Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos

Comércio atacadista de alimentos, bebidas e tabaco

Comércio atacadista de bens domésticos

Comércio atacadista de tecidos, roupas e calçados

Comércio atacadista de outros bens domésticos

Comércio atacadista de produtos intermediários não agrícolas, dejetos e resíduos

Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos e produtos relacionados

Comércio atacadista de metais e minérios metálicos

Comércio atacadista de materiais de construção, ferragens, instalações hidráulicas e equipamentos de aquecimento e suprimentos

Comércio atacadista de outros produtos intermediários, dejetos e resíduos

Comércio atacadista de máquinas, equipamentos e suprimentos

Comércio atacadista de computadores, *softwares* e periféricos para computadores

Comércio atacadista de peças e equipamentos eletrônicos e de telecomunicações

Comércio atacadista de outras máquinas, equipamentos e suprimentos

Outros itens de comércio atacadista

Comércio varejista, exceto veículos automotores e motocicletas; reparo de bens pessoais e domésticos

Comércio varejista não especializado em lojas
Comércio varejista em lojas não especializadas com predominância em alimentos, bebidas ou tabaco
Outras vendas a varejo em lojas não especializadas
Comércio varejista de alimentos, bebidas e tabaco em lojas especializadas
Outro comércio varejista de produtos novos em lojas especializadas
Comércio varejista de artigos farmacêuticos e médicos, cosméticos e artigos de toalete
Comércio varejista de tecidos, roupas, calçados e artigos de couro
Comércio varejista de eletrodomésticos, artigos e equipamentos
Comércio varejista de ferragens, tintas e vidros
Outras vendas a varejo em lojas especializadas
Comércio varejista de artigos de segunda mão em lojas
Comércio varejista fora de lojas
Venda varejista por Correio
Venda varejista em bancas e mercados
Outras vendas varejistas não pertencentes a lojas
Reparo de bens pessoais e domésticos

Hotéis e restaurantes (ISIC 55)

Hotéis e restaurantes

Hotéis; parques de campismo e outras provisões para acomodações de curta duração
Restaurantes, bares e cantinas

Transporte, armazenagem e comunicações (ISIC 60-64)

Transporte terrestre; transporte por gasodutos

Transporte por ferrovias

Outros meios de transporte terrestre

Outro transporte terrestre regular de passageiros

Outro transporte terrestre não regular de passageiros

Frete de mercadorias por via rodoviária

Transporte por gasodutos

Transporte marítimo

Transporte marítimo e costeiro

Transporte por vias navegáveis interiores

Transporte aéreo

Transporte aéreo regular

Transporte aéreo não regular

Atividades de apoio e transporte auxiliar; atividades de agências de viagem

Atividades de apoio e transporte auxiliar; atividades de agências de viagem

Movimentação de carga

Armazenamento e armazenagem

Outras atividades de transporte de apoio

Atividades de agências de viagens e operadores turísticos; atividades de assistência turística não classificadas anteriormente

Atividades de outras agências de transporte

Correios e telecomunicações

Atividades de correios

Atividades do Correio Nacional

Atividades de correio que não sejam atividades postais nacionais

Telecomunicações

Intermediação financeira (ISIC 65-67)

Intermediação financeira, exceto seguros e fundos de previdência

Intermediação monetária

Banco Central

Outra intermediação monetária

Outra intermediação financeira

Locação financeira

Outras concessões de crédito

Outros tipos de intermediação financeira não classificados anteriormente

Seguros e fundos de previdência, exceto seguro social obrigatório

Seguros e fundos de previdência, exceto seguro social obrigatório

Seguro de vida

Fundos de previdência

Seguros, exceto seguros de vida

Atividades auxiliares à intermediação financeira

Atividades auxiliares à intermediação financeira, exceto seguros e fundos de previdência

Administração de mercados financeiros

Atividades de securitização

Atividades auxiliares à intermediação financeira não classificadas anteriormente

Atividades auxiliares à seguros e fundos de previdência

Imóveis, aluguel e atividades de negócios (ISIC 70-74)

Atividades imobiliárias

Atividades imobiliárias com imóveis próprios ou arrendados

Atividades imobiliárias por comissão ou por contrato

Locação de máquinas e equipamentos sem operador e de bens pessoais e domésticos

Locação de equipamentos de transporte

Locação de equipamentos de transporte terrestre

Locação de equipamentos de transporte aquaviário

Locação de equipamentos de transporte aéreo

Locação de outras máquinas e equipamentos

Locação de máquinas e equipamentos agrícolas

Locação de máquinas e equipamentos de construção e engenharia civil

Locação de máquinas e equipamentos de escritório (incluindo computadores)

Locação de outras máquinas e equipamentos não classificados anteriormente

Locação de bens pessoais e domésticos não classificados anteriormente

Computadores e atividades relacionadas

Consultoria de *hardware*

Publicação, consultoria e suprimento de *software*

Publicação de *software*

Outra consultoria e suprimento de *software*

Processamento de dados

Atividades de banco de dados e distribuição on-line de conteúdo eletrônico

Manutenção e reparação de máquinas para escritório, contabilidade e informática

Outras atividades relacionadas a computadores

Pesquisa e desenvolvimento

Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências naturais e engenharia

Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanidades

Outras atividades de negócios

Atividades jurídicas, contábeis, contábeis e de auditoria; consultoria fiscal; pesquisa de mercado e pesquisas de opinião pública; consultoria e gestão de negócios Atividades legais

Atividades de contabilidade, contabilidade e auditoria; consultoria fiscal

Pesquisa de mercado e pesquisas de opinião pública

Atividades de consultoria e gestão de negócios

Atividades de arquitetura, engenharia e outras atividades técnicas

Atividades de arquitetura e engenharia e consultoria técnica relacionada

Testes e análises técnicas

Propaganda

Atividades de negócios não classificadas anteriormente

Recrutamento e contratação de mão de obra

Atividades de investigação e segurança

Atividades de limpeza de edifícios e limpeza industrial

Atividades fotográficas

Atividades de empacotamento

Outras atividades de negócios não classificadas anteriormente

Administração pública e defesa; seguro social obrigatório (ISIC 75)

Administração pública e defesa; seguro social obrigatório

Administração do Estado e da política econômica e social da Comunidade

Atividades gerais de serviço público

Regulação das atividades das agências que prestam cuidados médicos, educação, serviços culturais e outros serviços sociais, excluindo previdência social

Regulação e contribuição para uma operação mais eficiente dos negócios

Apoio a atividades de serviços para o conjunto do governo

Prestação de serviços ao conjunto da comunidade

Negócios estrangeiros

Atividades de defesa

Atividades de ordem pública e segurança

Atividades do seguro social obrigatório

Educação (ISIC 80)

Educação

- Educação primária
- Educação secundária
- Ensino secundário geral
- Educação secundária técnica e vocacional
- Ensino superior
- Outra itens de educação

Saúde e trabalho social (ISIC 85)

Saúde e trabalho social

- Atividades de saúde humana
- Atividades hospitalares
- Atividades de prática médica e odontológica
- Outras atividades de saúde humana
- Atividades veterinárias
- Atividades de trabalho social
- Atividades de serviço social com acomodação
- Atividades de serviço social sem acomodação

Outras atividades comunitárias, sociais e de serviços pessoais (ISIC 90-93)

Descarte de esgoto e resíduos, saneamento e atividades semelhantes

Atividades de organizações associativas não classificadas anteriormente

- Atividades de empresas, empregadores e organizações profissionais
- Atividades de organizações empresariais e de empregadores
- Atividades de organizações profissionais
- Atividades dos sindicatos
- Atividades de outras organizações associativas
- Atividades de organizações religiosas
- Atividades de organizações políticas
- Atividades de outras organizações associativas não classificadas anteriormente

Atividades recreativas, culturais e esportivas

- Cinema, rádio, televisão e outras atividades de entretenimento
- Produção e distribuição de filmes e vídeos
- Projeção de filmes
- Atividades de rádio e televisão

Artes dramáticas, música e outras atividades artísticas
Outras atividades de entretenimento não classificadas anteriormente
Atividades de agências de notícias
Biblioteca, arquivos, museus e outras atividades culturais
Atividades de bibliotecas e arquivos
Atividades de museus e preservação de locais e edifícios históricos
Atividades de jardins botânicos e zoológicos e reservas naturais
Atividades esportivas e recreativas
Atividades esportivas
Outras atividades recreativas
Outras atividades de serviços
Outras atividades de serviços
Lavagem e limpeza a seco de produtos têxteis e de peles
Cabeleireiros e outros tratamentos de beleza
Atividades funerárias e afins
Outras atividades de serviço não classificadas anteriormente

Atividades de domicílios privados como empregadores e atividades de produção indiferenciadas de domicílios privados (ISIC 95-97)

Atividades de domicílios privados como empregadores de pessoal doméstico
Atividades indiferenciadas de produção de bens de domicílios privados para uso próprio
Atividades indiferenciadas de produção de serviços de domicílios privados para uso próprio

Organizações e órgãos extraterritoriais (ISIC 99)

Organizações e órgãos extraterritoriais

ANEXO IID

Tabela 1.A - Distribuição dos ocupados por subsetores de serviços, anos selecionados (em % Ocupados no setor de serviços)

Países	1980 ¹	1990 ²	1995 ³	2000*	2005**	2010***	2014****
Países Grandes e Médios							
Brasil							
Distributivos	39,5	38,8	38,6	37,3	37,3
Sociais	33,5	33,5	30,1	29,5	31,2
Pessoais	20,6	20,2	19,4	19,1	17,8
Produtivos	6,4	7,5	11,9	14,0	13,7
Colômbia							
Distributivos	47,3	47,6	45,1
Sociais	25,9	25,4	25,7
Pessoais	14,3	14,4	15,6
Produtivos	12,5	12,5	13,6
México							
Distributivos	..	46,4	50,8	47,9	43,5
Sociais	..	32,7	28,4	28,4	29,8
Pessoais	..	14,7	14,5	16,6	18,1
Produtivos	..	6,2	6,2	7,1	8,6
Peru							
Distributivos	53,1	50,9	47,2	45,7	..
Sociais	24,8	25,8	23,8	24,0	..
Pessoais	13,8	14,4	19,0	17,1	..
Produtivos	8,3	9,0	10,0	13,2	..
Venezuela							
Distributivos	41,8	41,8	41,2
Sociais	37,8	38,6	39,5
Pessoais	13,4	11,7	11,6
Produtivos	7,0	7,9	7,8
Países Pequenos							
Bolívia							
Distributivos	47,9	49,6	45,8	45,8
Sociais	26,4	28,2	30,8	30,8
Pessoais	18,2	15,5	15,4	15,4
Produtivos	7,5	6,7	7,9	7,9
Costa Rica							
Distributivos	37,2	37,9	39,7	37,8	37,8
Sociais	39,6	38,8	28,3	29,5	29,5
Pessoais	19,0	19,4	19,6	18,4	18,4
Produtivos	4,3	3,9	12,4	14,4	14,4
Equador							

Distributivos	48,0	48,6	49,8	48,4	49,0
Sociais	26,3	27,8	26,5	27,6	26,2
Pessoais	18,8	15,8	15,0	14,5	13,8
Produtivos	6,9	7,8	8,7	9,5	11,0
El Salvador							
Distributivos
Sociais	62,4	64,9	62,0	59,8	59,8
Pessoais	20,2	18,6	18,1	17,2	17,2
Produtivos	17,4	16,5	19,8	23,0	23,0
Guatemala							
Distributivos	52,4
Sociais	27,3	81,9
Pessoais	14,5
Produtivos	5,8	18,1
Honduras							
Distributivos	50,1	51,8	50,1
Sociais	27,9	24,2	25,5
Pessoais	15,5	16,1	16,9
Produtivos	6,5	7,9	7,5
Panamá							
Distributivos	..	39,5	40,7	40,8	39,4
Sociais	..	37,3	35,5	34,6	32,8
Pessoais	..	16,2	15,0	14,3	17,3
Produtivos	..	7,0	8,8	10,4	10,5
R. Dominicana							
Distributivos	46,5	45,2	42,8	41,6
Sociais	29,4	30,1	31,4	32,3
Pessoais	16,2	16,6	16,9	17,1
Produtivos	7,9	8,0	9,0	9,0
Cone Sul							
Argentina							
Distributivos	..	40,2	39,1	37,5	35,4	35,0	35,0
Sociais	..	31,0	31,2	35,3	37,2	35,9	35,9
Pessoais	..	14,8	15,0	14,4	14,5	15,0	15,0
Produtivos	..	14,0	14,7	12,8	12,9	14,2	14,2
Chile							
Distributivos	42,9	40,8
Sociais	29,8	32,0
Pessoais	15,2	14,6
Produtivos	12,0	12,6
Uruguai							
Distributivos	39,6	34,7	35,6	..
Sociais	35,5	36,6	34,7	..
Pessoais	13,3	16,1	17,3	..

Produtivos	11,5	12,7	12,5	..
------------	----	----	----	------	------	------	----

Fonte: OIT/ILOSTAT (Distribuição do emprego por atividades econômicas (por sexo) (%)). Elaboração própria.

Nota: ²informação referente ao ano de 1991 para Argentina e México.

Nota: ³informação referente ao ano de 1996 para Costa Rica; 1999 para Equador; 1998 para El Salvador e 1996 para Peru.

Nota: *informação referente ao ano de 2001 para Brasil e 2003 para Guatemala.

Nota: **informação referente ao ano de 2009 Colômbia; 2006 para Guatemala e 2004 para México e Panamá.

Nota: ***informação referente ao ano de 2007 para Bolívia; 2011 para Brasil e El Salvador e 2009 para Peru.

Nota: ****informação referente ao ano de 2010 para Argentina; 2007 para Bolívia; 2010 para Costa Rica; 2012 para Equador e Venezuela e 2011 para El Salvador.

Nota: .. Dados não disponíveis.

Nota: a informação para o subsetor pessoal em El Salvador considera somente a atividade de domicílios privados.

CAPÍTULO 3 – DETERMINANTES DO CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS NO EMPREGO LATINO-AMERICANO (2000-2014)

1 INTRODUÇÃO

No Capítulo 1 foram discutidos em detalhe os fatores apontados pelas distintas abordagens teóricas como determinantes do crescimento da participação do setor de serviços no emprego. Pelo aporte teórico denominado “Abordagem Tradicional”, a renda *per capita* e o diferencial de produtividade entre setores são tratados como as variáveis de relevância da expansão do percentual do emprego total representado por serviços. Pela “Abordagem Alternativa”, fatores socioeconômicos e político-institucionais são acionados como também explicativos do fenômeno em questão. Dentre eles podem ser nomeados alterações na estrutura demográfica, transformações no modo de vida, o aumento na taxa de participação feminina na força de trabalho, a magnitude das taxas de reposição salarial, benefícios ligados à condição de desemprego, políticas de fixação salarial, densidade ou cobertura sindical e o gasto público social (Quadro 2 do Capítulo 1).

No que se refere às críticas à Abordagem Tradicional (Capítulo 1, seção 4), aspecto de debate é o de como se justificaria a ampla variação da participação do emprego representado por serviços no emprego total observada entre países de nível de desenvolvimento econômico semelhante (MESSINA, 2004; WREN, 2013). Essa observação é geralmente apontada como uma evidência de que outros fatores, além daqueles descritos pela Abordagem Tradicional, impactariam, ao nível nacional, o maior ou o menor desenvolvimento do setor de serviços, e de que esses fatores impactariam de forma diferenciada os distintos subsetores de serviços (GADREY, 2003, 2005; WREN, 2013, 2017).

No Capítulo 2, ao analisar as estatísticas descritivas do setor de serviços latino-americano, pôde-se notar que, apesar de o setor de serviços ser aquele de maior peso relativo no conjunto de 18 países estudados, há grande variação entre os países da região. Peru e Argentina possuem o maior percentual de ocupados nesse setor, ao passo que em países como Paraguai, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Bolívia e Nicarágua, pertencentes ao grupo dos “países pequenos”, os serviços têm um menor peso relativo.

Na análise de países desenvolvidos e em desenvolvimento, alguns estudos (DÍAZ FUENTES, 1999; GIACINTO; MINUCCI, 2007; KIM, 2006; PATTANAIK; NAYAK, 2011;

UWITONZE; HESHMATI, 2016; WONG; TANG, 2008)⁹¹ averiguaram, a partir da utilização de métodos empíricos variados, quais os fatores determinantes da participação do setor de serviços no emprego ao nível de determinado país. Outros estudos (D'AGOSTINO; SERAFINI; WARD-WARMEDINGER, 2006; MESSINA, 2004; OCDE, 2000; WREN; FODOR; THEODOROPOULOU, 2013) direcionaram-se para a investigação dos determinantes da participação dos serviços no emprego considerando um conjunto de países pertencentes à OCDE.

A principal distinção metodológica entre esses trabalhos empíricos direcionados para a investigação de países da OCDE ocorre no que se refere ao recorte temporal e ao número de países tratados. OCDE (2000) trata do período 1984-1998 para 23 países da OCDE. Messina (2004) analisa o período 1970-1998 e 27 países do grupo, ao passo que D'Agostino; Serafini e Ward-Warmedinger (2006) investigam o intervalo 1970-2003 em um conjunto de 13 países. Wren, Fodor e Theodoropoulou (2013) investigam da década de 1970 aos anos 2000 um grupo de 10 ou 13 países, a depender do modelo estimado.

No que se refere ao agregado do setor de serviços, os resultados desses estudos convergem em verificar a influência das variáveis de produto *per capita* e consumo do Governo ou tamanho do Estado de Bem-Estar⁹² sobre a expansão do percentual do emprego representado por serviços. Por outro lado, os trabalhos mencionados têm em comum a identificação do efeito negativo da variável de legislação de proteção ao emprego⁹³ sobre o agregado do setor de serviços. Isto é, quanto maior a proteção ao trabalhador, menor a participação do emprego em serviços no total do emprego. Adicionalmente, os estudos confirmam os efeitos diversos das variáveis de controle, a depender do subsetor analisado. O Quadro 1, ao final desta seção, oferece um resumo dos principais achados empíricos dos estudos citados, para o setor de serviços e seus subsetores.

Para a região latino-americana, uma análise dessa natureza resta em aberto. Desta forma, o presente capítulo busca suprir esta lacuna, sendo, portanto, o primeiro trabalho do qual se tem conhecimento que busca averiguar os determinantes da expansão da participação

⁹¹ Os países analisados pelos estudos citados são Espanha, Itália, Coreia, Índia, Ruanda e Singapura, respectivamente.

⁹² Nesses estudos, as variáveis que mensuram consumo do Governo e tamanho do Estado de Bem-Estar são Consumo do Governo (% PIB), em Messina (2004), Consumo público real (% PIB real), em D'Agostino, Serafini e Ward-Warmedinger (2006) e gasto do Governo com serviços sociais (incluindo educação e excluindo transferências monetárias) (% PIB), em OCDE (2000).

⁹³ Nos estudos mencionados, a interpretação da variável de legislação de proteção ao emprego é distinta daquela apresentada para a América Latina ao longo deste capítulo. Nesse capítulo, valores mais altos do indicador significam que a legislação é mais flexível. No caso dos estudos mencionados, quanto maior o indicador, mais robustas são as políticas de proteção ao emprego.

do setor de serviços e de seus subsetores no total do emprego ao nível da região latino-americana.

O capítulo tem como objetivo responder à seguinte pergunta: quais os fatores determinantes da expansão da participação do setor de serviços no emprego, na América Latina, no período 2000-2014? A análise é efetuada para o agregado do setor de serviços, para um conjunto de quatro subsetores de serviços e de quatro atividades selecionadas, detalhados na seção de dados e estratégia empírica. Como exercício de controle, a análise é igualmente elaborada para o setor industrial. A investigação utiliza um modelo de dados em painel para 18 países latino-americanos. Os países selecionados são aqueles tratados no Capítulo 2. As variáveis selecionadas e as escolhas metodológicas utilizadas são discutidas em profundidade na seção 2. Uma primeira ressalva é a de que, diferente do capítulo 2, que tratava de um período temporalmente longo, 1980-2014, neste capítulo, a análise aborda unicamente o intervalo compreendido entre 2000 e 2014. A justificativa reside em alguns aspectos, que são discutidos detalhadamente na seção 2.

As próximas quatro seções se dedicam a responder à pergunta central deste capítulo. Os resultados são contrapostos ao cenário socioeconômico e político-institucional vigente na região no período 2000-2014. Na seção 2 são apresentados os dados e a estratégia empírica utilizados. Na seção 3 são discutidos os achados empíricos por setores, subsetores e atividades selecionadas. Na seção 4 são tratadas as distintas configurações de empregos em serviços, tendo como pano de fundo os resultados alcançados na seção 3. A seção 5 sintetiza as principais conclusões alcançadas no decorrer do capítulo.

Pode-se adiantar parte das conclusões obtidas: no período 2000-2014, o aumento da participação dos ocupados no agregado do setor de serviços com relação ao total de ocupados foi influenciado por um distinto conjunto de fatores – escolaridade média, PIB *per capita*, participação feminina na força de trabalho e urbanização. Em oposição, incrementos na desigualdade salarial tenderam a inibir a expansão do percentual dos ocupados em serviços no total de ocupados.

Ao contrário do cenário apresentado na década de 1990, no interregno analisado, a relação entre expansão do produto e do emprego não foi de oposição. O quadro latino-americano foi de expansão da participação relativa dos serviços, sob o efeito, dentre outros fatores, do maior PIB *per capita*. Esse resultado foi também encontrado pelos estudos que efetuaram esta análise para países desenvolvidos. A relação entre as duas variáveis é, no entanto, não linear: assim como o processo de expansão da participação relativa dos serviços se iniciou, na região, a um nível de produto *per capita* inferior àquele das economias

avançadas, os achados empíricos deste capítulo indicam que o ponto de máximo desse indicador deve ser alcançado a um nível de produto *per capita* inferior ao das economias desenvolvidas. As alterações socioeconômicas regionais – crescimento da participação feminina na força de trabalho e da escolaridade média – também se apresentaram como influentes na expansão relativa do setor investigado.

A análise por subsetores evidencia os efeitos diversos dos fatores-determinantes sobre cada um dos quatro subsetores de análise. Parte dos resultados alcançados sugere-se estar alinhada ao modelo de crescimento econômico vigente durante parte do período 2000-2014. Um resultado geral é o de que o efeito do PIB *per capita* se fez sentir apenas sobre dois dos subsetores: de comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes e de finanças, seguros, serviços imobiliários e negócios. O maior diferencial de produtividade indústria-serviços representou a inibição do percentual dos ocupados nos subsetores mais produtivos (finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios e transporte, armazenagem e comunicações) sem que isso representasse a expansão da participação relativa dos ocupados nos subsetores de menor produtividade (comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes e serviços comunitários, sociais e pessoais). Os efeitos das variáveis que mensuram a maior inserção externa latino-americana sobre a participação dos ocupados em serviços no total de ocupados foram diversos, a depender do subsetor avaliado. Por fim, uma das resultantes das reformas estruturais do final do século XX, a construção de mercados de trabalho mais flexíveis, mostrou-se influente somente sobre a expansão relativa do subsetor de finanças.

Quadro 1 - Compilação da literatura de determinantes do crescimento da participação do setor de serviços no emprego

Referência	Países Analisados	Período	Método	Variáveis	Resultados setor de serviços	Resultados subsetores do setor de serviços
Messina (2004)	27 países da OCDE	1970-1998	MQG Factível/Estimador de efeitos aleatórios	Produto <i>per capita</i> ; produto <i>per capita</i> ao quadrado; regulação administrativa; investimento; urbanização; consumo do Governo; diferencial de produtividade indústria-serviços; emprego feminino; taxa de comércio; exportação de recursos naturais; educação secundária; legislação de proteção ao emprego; densidade sindical; coordenação da barganha coletiva; taxa de reposição e desigualdade salarial.	(+): Produto <i>per capita</i> , diferencial de produtividade, consumo do Governo e urbanização; (-): Restrições institucionais, produto <i>per capita</i> ao quadrado e investimento.	Subsetor de comércio: (+): produto <i>per capita</i> ; (-): produto <i>per capita</i> ao quadrado, densidade sindical e coordenação da barganha coletiva. Subsetor de transporte e comunicações: (-): consumo do Governo, urbanização e coordenação da barganha coletiva. Subsetor de serviços pessoais e sociais: (+): produto <i>per capita</i> , consumo do Governo, urbanização e taxa de reposição; (-): produto <i>per capita</i> ao quadrado e investimento. Subsetor de serviços financeiros, de negócios, seguros e imobiliários: (+): produto <i>per capita</i> ; (-): densidade sindical e regulação administrativa
OECD (2000)	23 países da OCDE	1984-1998	MQG/Estimador de efeitos aleatórios	Produto <i>per capita</i> ; preços relativos dos serviços; <i>tax wedge</i> médio; legislação de proteção ao emprego; regulação do mercado de produtos; compressão de rendimentos; taxa de participação feminina; tamanho do EBES; <i>tax wedge</i> relativo e coordenação/centralização da barganha coletiva.	(+): Produto <i>per capita</i> , taxa de participação feminina e tamanho do EBES; (-): legislação de proteção ao emprego e coordenação/centralização da barganha coletiva.	Subsetor de serviços produtivos: (+): produto <i>per capita</i> e tamanho do EBES; (-): legislação de proteção ao emprego; (0): taxa de participação feminina. Subsetor de serviços distributivos: (+): compressão de rendimentos; (-): <i>tax wedge</i> médio e taxa de participação feminina; (0): produto <i>per capita</i> . Subsetor de serviços pessoais: (+): produto <i>per capita</i> ; (-): <i>tax wedge</i> médio; (0): taxa de participação feminina. Subsetor de serviços sociais: (+): produto <i>per capita</i> , <i>tax wedge</i> médio, taxa de participação feminina e tamanho do EBES.
D'Agostino et al. (2006)	13 países: EU-15, exceto Irlanda e Luxemburgo	1970-2003	MQG proposto por Baltagi e Wu (1999)/Estimador de efeitos aleatórios	Produto <i>per capita</i> , diferencial de produtividade serviços-indústria, ciclo, consumo real do Governo, vagas ociosas, educação, densidade sindical, centralização, centralização ² , legislação de proteção ao emprego e barreiras ao empreendedorismo.	(+): Produto <i>per capita</i> , consumo real do Governo, centralização e educação; (-): Densidade sindical, legislação de proteção ao emprego (contratos regulares), centralização, ciclo, diferencial de produtividade, barreiras e vagas ociosas.	Comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes: (+): produto <i>per capita</i> e centralização ² ; (-): diferencial de produtividade, densidade sindical e centralização. Transporte, armazenagem e comunicações: (+): consumo real do Governo; (-): produto <i>per capita</i> e diferencial de produtividade. Finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios: (+): produto <i>per capita</i> , educação e centralização ² ; (-): ciclo, diferencial de produtividade, densidade sindical, centralização e legislação de proteção ao emprego (contratos regulares). Serviços comunitários, sociais e pessoais: (+): produto <i>per capita</i> , consumo real do Governo, densidade sindical, legislação de proteção ao emprego (contratos temporários) e barreiras; (-): ciclo e diferencial de produtividade.
Wren; Fodor e Theodoropoulou (2013)	Primeiro Modelo: 10 países da OCDE Segundo Modelo: 13 países da OCDE	Primeiro Modelo: 1977-2004 Segundo Modelo: 1970-2000	Primeiro Modelo: Modelo de Correção de Erros (MCE) Segundo Modelo: Modelo estático	Primeiro Modelo: D5/D1; D9/D5; Taxa de comércio (% PIB); Taxa de comércio em serviços (% PIB); crescimento da produtividade setorial; crescimento da produtividade total e PIB <i>per capita</i> . Segundo Modelo: nível da barganha coletiva; investimento público em educação; nível da barganha coletiva x investimento público em educação; PIB <i>per capita</i> e crescimento do PIB real.	-	Primeiro Modelo: Subsetor de serviços não dinâmicos: (+): D5/D1; D9/D5 e PIB <i>per capita</i> ; (-): crescimento da produtividade total. Subsetor de serviços dinâmicos: (+): D9/D5 e PIB <i>per capita</i> . Subsetor de bem-estar: (+): PIB <i>per capita</i> ; (-): D9/D5 e taxa de comércio. Segundo Modelo: Setores de serviços privados (dinâmicos e não dinâmicos): (+): nível da barganha coletiva x investimento público em educação e PIB <i>per capita</i> ; (-): nível da barganha coletiva e investimento público em educação. Subsetor de serviços dinâmicos: (+): nível da barganha coletiva x investimento público em educação e PIB <i>per capita</i> ; (-): nível da barganha coletiva. Subsetor de bem-estar: (+): nível da barganha coletiva x investimento público em educação, PIB <i>per capita</i> e investimento público em educação; (-): nível da barganha coletiva.

Fonte: Elaboração própria. Nota: os resultados das colunas "Resultados setor de serviços" e "Resultados subsetores do setor de serviços" se referem somente às variáveis cujos coeficientes se mostraram estatisticamente significativos aos níveis de significância de 1%, 5% e 10%. Nota: (+) representa associação positiva entre as variáveis dependente e independentes; (-) representa associação negativa entre as variáveis dependente e independentes e (0) representa associação nula entre as variáveis dependente e independentes.

2 DADOS E ESTRATÉGIA EMPÍRICA

2.1 Dados

A análise empreendida neste capítulo cobre o período 2000-2014 para o conjunto de 18 países latino-americanos analisados no Capítulo 2: Argentina⁹⁴, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A escolha desse período de análise se baseia em três principais razões, a saber: (i) trata-se de um período que aporta menores “ruídos” à análise. Isto é, de forma distinta das duas décadas anteriores, marcadas por crises econômicas, conflitos, mudanças de paradigmas e medidas de flexibilização dos mercados de trabalho regionais, por vezes investidas de certo grau de experimentalismo econômico, os primeiros anos do século XXI são em geral caracterizados como de prosperidade econômica para a região latino-americana⁹⁵; (ii) Soma-se ao ponto (i) o fato de que, nesse intervalo, houve a reintrodução, por parte de países da região, como no caso do Brasil, de medidas institucionais que haviam sido vilipendiadas nas décadas finais do século XX, diante das reformas estruturais discutidas no capítulo anterior. Trata-se, portanto, de um período profícuo para a investigação, dado que parte dos fatores-determinantes analisados é de natureza institucional; (iii) por fim, uma questão prática: a base de dados utilizada para a mensuração do percentual dos ocupados no setor de serviços, que comporta somente o intervalo 2000-2014, possui um menor número de dados faltantes. A disponibilidade de dados é um ponto relevante para a escolha metodológica adotada no capítulo, o modelo de dados em painel, conforme discutido em profundidade na subseção seguinte.

De forma a obter uma série temporal com o maior número possível de observações, fez-se a opção por utilizar a base de dados da CEPALSTAT para a captação das variáveis de participação do setor de serviços, da indústria e dos subsetores de serviços no emprego total⁹⁶, no lugar da base da ILOSTAT. A base da CEPALSTAT tem como referência a *International Standard Classification of all Economic Activities (ISIC) Rev.2.0* e contempla o período

⁹⁴ A mesma ressalva feita no Capítulo 2 para a Argentina é aplicável a este capítulo: os inquéritos estatísticos argentinos consideram unicamente a cobertura geográfica urbana. No entanto, conforme argumentado no capítulo anterior, dado o alto grau de urbanização do país, esse fato não parece um limitador da análise. E, como de praxe na literatura latino-americana, toma-se o indicador como representativo do nível nacional.

⁹⁵ Esse comentário geral exclui o intervalo que se estende até 2003/2004, denominado por Bértola e Ocampo (2015) “meia década perdida”.

⁹⁶ <https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=122&idioma=e>. Acesso em 06/01/2020.

abordado, 2000-2014. Contudo, uma limitação dessa base de dados é a de que, ao contrário da série adotada no Capítulo 2, pertencente à ILOSTAT, os dados da CEPALSTAT não permitem a desagregação em atividades. Os dados são divulgados para quatro grandes subsetores, denominados ao longo do capítulo de: “Comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes”, “Transporte, armazenagem e comunicações”, “Finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios” e “Serviços comunitários, sociais e pessoais”⁹⁷. Por vezes, ao longo do texto, faz-se menção somente à primeira atividade dos três primeiros subsetores: “Comércio”, “Transportes” e “Finanças”, mas se trata somente de uma simplificação; a referência é ao subsetor como um todo. O Anexo IIIA descreve as atividades pertencentes a cada um desses quatro subsetores de serviços que compõem a base da CEPALSTAT.

Para os três primeiros subsetores essa agregação não parece problemática. Contudo, a agregação do subsetor denominado “Serviços comunitários, sociais e pessoais”, que engloba atividades como as de serviços domésticos, bem como aquelas de saúde ou educação, é delicada. Embora todas as atividades nomeadas sejam em geral direcionadas ao consumidor final, sua lógica de funcionamento é diversa. Atividades como as de saúde ou educação são parcela importante da provisão e do subsídio do Estado em parte dos países da região. Esse é por exemplo o caso brasileiro. Por outro lado, a atividade de serviços domésticos é de maior peso relativo em sociedades mais desiguais (DEVETTER; ROUSSEAU, 2011), sendo caracterizada por sua lógica contracíclica: os picos no percentual dos ocupados nessa atividade ocorrem em fases descendentes do ciclo econômico. Em fases ascendentes do ciclo, observa-se em geral a transição dos ocupados em serviços domésticos, que são em maioria mulheres, para atividades outras, de maior remuneração e/ou prestígio (DUSSUET, 2002; GUEDES; MONÇORES, 2019).

Diante desta limitação, optou-se por adicionalmente reestimar o modelo para quatro atividades selecionadas do setor de serviços, pertencentes aos denominados no Capítulo 2 subsetores social e pessoal, seguindo a classificação de Elfring (1988) (Quadro 1 do Capítulo 2): 1) administração pública e defesa e seguro social compulsório, 2) educação, 3) saúde e trabalho social e 4) atividades de domicílios privados como empregadores e atividades de produção indiferenciada de domicílios privados. Essas são, respectivamente, as atividades L, M, N e P constantes da Rev.3.1 da ISIC da OIT (Quadro 1 do Capítulo 2). Para as atividades mencionadas usaremos a base da ILOSTAT, dada a maior disponibilidade de observações para esses quatro casos e a possibilidade de investigar esse grupo de forma desagregada. Cabe

⁹⁷ A nomenclatura segue aquela constante da base da ISIC Rev. 2.0, com tradução própria para o português.

ressaltar, no entanto, que os resultados decorrentes da estimação do modelo por atividades não podem ser contrastados com aqueles obtidos por setores e subsetores, uma vez que se trata de bases e metodologias distintas, embora o método utilizado seja o mesmo (estimação por dados em painel). Para as quatro atividades selecionadas, os resultados referem-se a somente 17 países⁹⁸, dada a indisponibilidade da informação por atividades para o Paraguai.

Além da participação dos ocupados por setor e subsetores no total dos ocupados, que são as variáveis dependentes do modelo, a seleção das demais variáveis explicativas que o compõem se baseia na revisão da literatura elaborada no Capítulo 1. Desta forma, contemplam-se tanto fatores apontados pela Abordagem Tradicional, isto é, PIB *per capita* PPC⁹⁹ e diferencial de produtividade entre indústria e serviços¹⁰⁰, quanto aqueles pertencentes à Abordagem Alternativa em seus dois enfoques. Por essa abordagem, foram escolhidas: *Consumo do Governo*, *Percentual da força de trabalho feminina*¹⁰¹, *Comércio Internacional (%PIB)*, *Comércio Internacional em serviços (%PIB)*, *P50/P10*, indicador sobre *Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego*, *% População de 65 anos ou mais*, *Gasto Público Social (%PIB)*¹⁰² e *Escolaridade média*. No Anexo IIIB, a definição de cada variável, dependente e independente, é explicada em detalhes.

Ademais, optou-se pela inclusão da variável *urbanização* em virtude do seu destaque na literatura seminal latino-americana de emprego em serviços (subseção 4.2 do Capítulo 1). Por sua vez, a inclusão da variável *Investimento Estrangeiro Direto (IED) (%PIB)* é uma opção própria de análise, que tenta captar uma especificidade latino-americana. A partir da análise elaborada no Capítulo 2, pôde-se notar que parte das estratégias setoriais adotadas pelos países da região, e em especial pelo grupo dos países pequenos, é baseada no direcionamento dos fluxos de IED. Desta forma, pode-se ter como expectativa que, a

⁹⁸ No Capítulo 2 mencionou-se a não disponibilidade dos dados desagregados por atividade para o caso nicaraguense. Contudo, essa afirmação é válida apenas para um período temporalmente longo, como o tratado naquele capítulo. Para um período curto, conforme o investigado neste capítulo, há dados disponíveis, que compõem o painel.

⁹⁹ Em milhares de dólares.

¹⁰⁰ A adição dessa variável busca mensurar as avaliações teóricas de Baumol (1967); Baumol, Blackmann e Wolf (1985); Baumol (2007, 2012), e de Fourastié (1971). Para esse último autor, conforme discutido no Capítulo 1, a diferenciação do progresso técnico entre os setores é o fator que engendra a migração intersetorial da população ativa.

¹⁰¹ Cabe ressaltar que é possível que a variável de participação feminina na força de trabalho apresente causalidade reversa, uma vez que não somente tem efeito sobre a participação relativa do setor de serviços, como é por ele também influenciada, conforme abordado no Capítulo 1.

¹⁰² Vale a ressalva de que a variável de gasto público social (%PIB), da CEPALSTAT, apenas considera os gastos do Governo central. Essa pode, por vezes, não ser uma métrica fidedigna, especialmente em países nos quais o gasto social é descentralizado. Como exemplo, esse é o caso brasileiro. Para definição dessa variável, referir-se ao Anexo IIIB.

depender de para qual setor ou atividade se direcionem os fluxos de IED, esses setores ou atividades sejam mais influenciados em termos de expansão relativa no total de ocupados.

A incorporação da variável *investimento (%PIB)* segue a literatura precedente (MESSINA, 2004), dada a relação entre esta variável e o crescimento do emprego (ROWTHORN; COUTTS, 2004; ROWTHORN; RAMASWAMY, 1997). A adição da variável *(PIB per capita)*² se baseia em Messina (2004). Sua inclusão busca medir se há um ponto de inflexão entre produto *per capita* e participação relativa do setor de serviços. Por fim, a inclusão da variável *Exportação de Recursos Naturais (%PIB)* igualmente segue Messina (2004). A lógica subjacente à adição desta variável se baseia nos efeitos da “Doença Holandesa” sobre países em desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito à composição setorial do emprego nesses países. Pelas interpretações relacionadas aos efeitos da “Doença Holandesa”, países especializados na exportação de recursos naturais, como os latino-americanos, possuem uma tendência à sobrevalorização de suas respectivas taxas de câmbio. Esse movimento tenderia a comprometer a expansão dos setores comercializáveis da economia, como o industrial, mas favoreceria a expansão de setores não-comercializáveis, como parte das atividades de serviços (Capítulo 1). As variáveis listadas acima possuem fontes diversas, descritas no Quadro 2. O Anexo IIIB apresenta uma descrição pormenorizada das variáveis.

Cabe ressaltar, contudo, que parte dos fatores-determinantes abordados no Capítulo 1 não pôde ser incorporada à análise em virtude de dois aspectos: (i) o caráter subjetivo dos fatores e (ii) a insuficiência de observações para os países e período tratados para parte das variáveis. Tratando do ponto (i), no capítulo de revisão da literatura discutiu-se, pela vertente socioeconômica, a influência que fatores como a relação que os indivíduos estabelecem com o tempo ou a menor disponibilidade de se recorrer à ajuda de parentes consanguíneos poderia exercer sobre o crescimento do emprego em atividades como as pertencentes aos subsectores pessoal e social (Quadro 1 do Capítulo 2). Contudo, dado o caráter subjetivo ou de difícil mensuração dessas variáveis, as mesmas não puderam ser incorporadas ao modelo. Com relação ao ponto (ii), três das variáveis acionadas pela vertente político-institucional como explicativas do fenômeno da terciarização não compõem o modelo, as variáveis de densidade sindical, grau de barganha coletiva e taxa de reposição salarial¹⁰³. Embora as estatísticas para as duas primeiras variáveis sejam disponibilizadas pela ILOSTAT, elas se resumem a um pequeno número de países e anos, fato que impossibilita a geração do modelo. No caso da

¹⁰³ Refere-se à proporção da renda que é reposta por benefícios relacionados à condição de desemprego e à duração desses benefícios.

variável de taxa de reposição salarial, não existem estatísticas disponíveis para os países tratados. No entanto, conforme discutido pela literatura de referência (WELLER; KALDEWEI, 2013; WREN, 2013; WREN; FODOR; THEODOROPOULOU, 2013), em países de maior cobertura sindical e cuja barganha coletiva é mais centralizada, menor tende a ser a desigualdade salarial (P50/P10 no modelo deste capítulo), uma vez que os rendimentos da base da distribuição tendem a ser reajustados de acordo com os aumentos salariais do topo da distribuição. Dada essa relação entre a taxa cobertura sindical ou o grau da barganha coletiva e a geração de distribuições de rendimentos mais ou menos desiguais, pode-se sugerir que não se trate de uma omissão altamente custosa ao modelo, e que a variável de desigualdade salarial cumpra, ao menos em parte, a função de medir o efeito das variáveis omissas de densidade sindical e grau da barganha coletiva. Adicionalmente, a variável *Flexibilização da legislação de proteção ao emprego* avalia um amplo conjunto de instituições de mercado de trabalho.

Conforme é comum em exercícios econométricos com dados agregados, como este aqui empreendido, parte das variáveis utilizadas no modelo possui correlação entre si, sobretudo aquelas pertencentes à vertente socioeconômica, como escolaridade e renda *per capita* ou renda *per capita* e participação feminina na força de trabalho. Desta forma, a análise dos resultados deve considerar essa restrição.

Um último ponto de ressalva é o de que, devido à variedade de experiências analisadas, pode-se antecipar uma alta variabilidade entre as estatísticas de determinado indicador entre países. Por exemplo, os países do Cone Sul possuem, historicamente, maior grau de urbanização que os países pequenos da região. Portanto, na análise *cross section*, os países do Cone Sul tendem a exercer maior influência sobre os resultados, embora, sob a ótica de séries temporais, as principais variações ocorram nos países menos urbanizados da AL, concentrados principalmente no grupo dos países pequenos.

Havendo discutido ao longo desta subseção os dados e limitações das bases de dados que sustentam a análise empírica, a próxima subseção descreve a estratégia empírica utilizada no capítulo, o modelo de dados em painel.

Quadro 2 - Variáveis da regressão, descrição e fonte dos dados (2000-2014)

Variáveis	Descrição	Fonte dos dados
Variáveis Dependentes		
Participação dos ocupados no setor de serviços no total dos ocupados	Ocupados em serviços (% Total dos ocupados)	CEPALSTAT
Participação dos ocupados na indústria no total dos ocupados	Ocupados na indústria (% Total dos ocupados)	CEPALSTAT
Participação dos ocupados em serviços de comércio, hotéis e restaurantes no total dos ocupados	Ocupados em serviços de comércio, hotéis e restaurantes (% Total dos ocupados)	CEPALSTAT
Participação dos ocupados em serviços de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios no total dos ocupados	Ocupados em serviços de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios (% Total dos ocupados)	CEPALSTAT
Participação dos ocupados em serviços de transporte, armazenagem e comunicações no total dos ocupados	Ocupados em serviços de transporte, armazenagem e comunicações (% Total dos ocupados)	CEPALSTAT
Participação dos ocupados em serviços comunitários, sociais e pessoais no total dos ocupados	Ocupados em serviços comunitários, sociais e pessoais (% Total dos ocupados)	CEPALSTAT
Participação dos ocupados em serviços de administração pública, defesa e seguro social compulsório no total dos ocupados	Ocupados em serviços de administração pública, defesa e seguro social compulsório (% Total dos ocupados)	ILOSTAT
Participação dos ocupados em serviços de educação no total dos ocupados	Ocupados em serviços de educação (% Total dos ocupados)	ILOSTAT
Participação dos ocupados em serviços de saúde e trabalho social no total dos ocupados	Ocupados em serviços de saúde e trabalho social (% Total dos ocupados)	ILOSTAT
Participação dos ocupados em serviços de atividades de domicílios privados no total dos ocupados	Ocupados em serviços de atividades de domicílios privados (% Total dos ocupados)	ILOSTAT
Variáveis Independentes		
PIB <i>per capita</i> PPC	Produto interno bruto <i>per capita</i> , medido em dólares internacionais PPC	Banco Mundial
PIB <i>per capita</i> PPC ²	Quadrado da variável "PIB <i>per capita</i> PPC"	Cálculo próprio a partir de dados do Banco Mundial

Diferencial de Produtividade	Valor adicionado por trabalhador da indústria (incluindo construção), em dólares constantes de 2010/Valor adicionado por trabalhador de serviços, em dólares constantes de 2010	Cálculo próprio a partir de dados do Banco Mundial
Investimento	Formação Bruta de Capital Fixo (% PIB)	Banco Mundial
Urbanização	População urbana (% Total)	Banco Mundial
Consumo do Governo	Consumo final do Governo (% PIB)	Banco Mundial
FT feminina	PEA Feminina / PEA Total	Banco Mundial
Comércio Internacional	Soma exportação e importação de bens e serviços (% PIB)	Banco Mundial
Comércio Internacional em serviços	Soma exportação e importação de serviços (% PIB)	Banco Mundial
Exportação de Recursos Naturais	Rendas de recursos naturais (% PIB)	Banco Mundial
P50/P10	Rendimentos do trabalho dos ocupados no P50 / Rendimentos do trabalho dos ocupados no P10	Cálculo próprio a partir de dados da CEPALSTAT
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego	Indicador de flexibilidade do mercado de trabalho a partir das reformas estruturais. Varia de 1 a 3	Construído a partir de Lora (2012 apud HUBER; STEPHENS, 2014)
% População de 65 anos ou mais	População de 65 anos ou mais (% População Total)	Banco Mundial
Gasto Público Social	Gasto Público Social do Governo Central (% PIB)	CEPALSTAT
Escolaridade média	Média dos anos de estudo da população economicamente ativa de 15 anos ou mais	CEPALSTAT
Investimento Estrangeiro Direto (IED)	Entradas líquidas (novos fluxos de investimento menos desinvestimento) por parte de investidores estrangeiros na economia declarante (% PIB)	Banco Mundial

Fonte: Elaboração própria.

2.2 Estratégia Empírica: o modelo de dados em painel

A estratégia empírica adotada ao longo do capítulo se baseia em um modelo de dados em painel. O painel elaborado é não balanceado. Esse fato não parece implicar, contudo, um limite à estimação, dado que a ausência de informações para determinados anos e/ou países se supõe devida a fatores aleatórios (WOOLDRIDGE, 2010).

A estimação pelo modelo de dados em painel permite a análise conjunta de dois aspectos empíricos: ou seja, de como os países se diferenciam entre si (análise *cross section*) e de como evoluem no tempo (análise de série temporal). Na literatura de dados em painel (BAUM, 2006; WOOLDRIDGE, 2010, 2012), esses dois efeitos são convencionalmente denominados *between effect* e *within effect*, respectivamente. Uma das principais vantagens da utilização dessa metodologia é que ela permite controlar a heterogeneidade não observada existente entre países.

A equação (1), abaixo, sintetiza o modelo.

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta X_{it} + \alpha_i + u_{it} \quad \text{onde } i = 1, 2, \dots, 18 \text{ e } t = 1, 2, \dots, 15 \quad (1)$$

Onde i representa o país¹⁰⁴ e t o período, ou melhor, ano analisado. Neste capítulo, tem-se o total de 18 países e 15 anos. A variável dependente Y_{it} representa o percentual dos ocupados em cada setor e subsetor de serviços (ou atividades selecionadas) no total dos ocupados (Quadro 2). A mesma análise é realizada para o setor industrial como exercício comparativo. A matriz X_{it} simboliza um conjunto de variáveis independentes apontadas como determinantes da parcela dos ocupados no setor de serviços no total dos ocupados, conforme já explicado. A variável α_i representa o efeito não observado fixo no tempo que capta as heterogeneidades de cada país i . O termo u_{it} é aleatório e varia por cada país e por cada período.

Duas são as formas tradicionais de se estimar um modelo de dados em painel, considerando efeitos fixos ou aleatórios. A principal diferença entre ambas reside no fato de que, enquanto a estimação por efeitos fixos assume a possibilidade de que haja correlação entre o efeito individual não observado α_i e as variáveis dependentes, a estimação por efeitos aleatórios assume como pressuposto a ausência de correlação entre o efeito individual

¹⁰⁴ Tem-se 18 países, com exceção dos modelos gerados para as atividades de serviços selecionadas. Neles, a amostra total de países é igual a 17, uma vez que não há dados disponíveis para o Paraguai.

não observado α_i e as covariáveis do modelo¹⁰⁵. Caso essa hipótese seja violada, o estimador de efeitos aleatórios é inconsistente, ainda que eficiente.

A literatura econométrica de referência (WOOLDRIDGE, 2010, 2012) sugere que a escolha entre as duas formas de estimação seja feita a partir dos resultados do teste proposto por Hausman (1978). Para o modelo deste capítulo, o teste indicou que a estimação por efeitos aleatórios deveria ser a utilizada¹⁰⁶. A indicação do uso do estimador de efeitos aleatórios foi confirmada pelo teste de Breusch-Pagan. Desta forma, o modelo é estimado por efeitos aleatórios a partir da utilização do estimador de mínimos quadrados generalizados.

Em um segundo momento, como exercício de robustez, estimou-se o modelo pelo método sugerido por Mundlak (1978), que permite relaxar a hipótese de ausência de correlação entre o efeito individual não observado e as covariáveis. Os resultados obtidos por essa estimação sugerem a robustez do modelo. As poucas exceções são ressaltadas na seção de análise dos resultados empíricos. Os resultados para essas estimações constam das tabelas 8 a 13 e 19 a 22 no final do capítulo.

Estimamos o modelo com 7 especificações. A “especificação básica” (coluna 1 das tabelas 2 a 13 e 15 a 22) é composta pelo seguinte conjunto de variáveis fixas em todas as especificações: PIB *per capita*, PIB *per capita* ao quadrado, diferencial de produtividade entre indústria e serviços, investimento e urbanização.

A escolha dessas variáveis segue a literatura relacionada (D’AGOSTINO; SERAFINI; WARD-WARMEDINGER, 2006; MESSINA, 2004; OCDE, 2000), que busca tomar como base o conjunto de variáveis apontado pela “Abordagem Tradicional” mais a variável de investimento bruto em capital fixo (%PIB) (“investimento” nos quadros e tabelas). Para efeitos deste trabalho, em consonância com a literatura de terciarização latino-americana apresentada no Capítulo 1, incorpora-se à especificação básica a variável de urbanização. Conforme tratado na subseção 4.2 daquele capítulo, essa é apontada como uma variável-chave na compreensão da terciarização da região.

Nas demais seis especificações, as variáveis são adicionadas ao modelo em blocos de análise, com base nas características de cada variável. A especificação 2 adiciona as variáveis pertencentes ao bloco “Perfil demográfico e socioeconômico”: percentual da população de 65 anos ou mais, força de trabalho feminina e escolaridade média. Nas especificações 3 e 4, são

¹⁰⁵ Ou o equivalente a $Cov(X_{it}, \alpha_i) = 0, t = 1, 2, \dots, T$ (WOOLDRIDGE, 2010).

¹⁰⁶ Esse comentário se refere à maioria das especificações. Dado o número analisado de subsetores, atividades e variáveis, em alguns casos o teste indica a estimação por efeitos fixos. Esse resultado foi também encontrado na literatura de referência, como em D’Agostino, Serafini e Ward-Warmedinger (2006); Messina (2004) e OCDE (2000).

incorporadas as variáveis do bloco “Inserção externa latino-americana”: comércio internacional (%PIB), comércio internacional em serviços (%PIB), exportação de recursos naturais (%PIB) e IED (%PIB). Na especificação 5, as variáveis do bloco “Desigualdade e direitos trabalhistas” são adicionadas ao modelo: P50/P10 e Flexibilização da legislação de proteção ao emprego. Nas duas últimas especificações, 6 e 7, são inseridas no painel as variáveis que mensuram o tamanho do Estado: consumo do Governo e gasto público social¹⁰⁷. Em resumo, os blocos de análise são os seguintes:

- 1) modelo básico: PIB *per capita*, PIB *per capita* ao quadrado, diferencial de produtividade, investimento (%PIB) e urbanização;
- 2) perfil demográfico e socioeconômico: percentual da população de 65 anos ou mais, força de trabalho feminina e escolaridade média;
- 3) inserção externa latino-americana: comércio internacional (%PIB), comércio internacional em serviços (%PIB), exportação de recursos naturais (%PIB) e IED (%PIB);
- 4) desigualdade e direitos trabalhistas: P50/P10 e Flexibilização da legislação de proteção ao emprego; e
- 5) tamanho do Estado: consumo do Governo (%PIB) e gasto público social (%PIB).

Cabe ressaltar que a escolha por adotar mais de uma especificação se baseia na literatura precedente (D’AGOSTINO; SERAFINI; WARD-WARMEDINGER, 2006; MESSINA, 2004; OCDE, 2000). Em Messina (2004), a escolha das variáveis independentes atuantes sobre cada subsetor se baseia no grau de significância individual dessas para o setor de serviços como um todo. Para efeitos desse trabalho, essa estratégia não foi adotada devido a dois principais aspectos: (i) considerando a grande heterogeneidade do setor de serviços, é possível que variáveis que apresentem efeito significativo individualmente sobre a participação relativa de um determinado subsetor tenham efeito nulo no agregado; (ii) de forma complementar ao item (i), a análise da literatura e das estatísticas descritivas elaboradas

¹⁰⁷ Cabe ressaltar que as variáveis do bloco “Inserção externa latino-americana” são adicionadas em duas especificações, devido ao fato de que a variável que mensura o comércio internacional em serviços integra a variável de comércio internacional. A mesma justificativa embasa a decisão de desmembrar o bloco de tamanho do Estado em duas especificações. Isto é, a variável de gasto público social (%PIB) compõe, em alguma medida, a variável de consumo do Governo (%PIB).

nos capítulos precedentes sugere que variáveis distintas influenciam em graus diversos os subsetores considerados. Esses dois aspectos são endossados por OCDE (2000).

A escolha de trabalhar com um maior número de especificações apresenta duas principais vantagens: (i) dado que algumas das covariáveis são altamente correlacionadas entre si, a adição das variáveis em blocos em cada especificação minimiza a presença de correlação entre variáveis e (ii) permite analisar os efeitos de um maior número de variáveis sobre a variável dependente. Por outro lado, essa escolha pode penalizar o modelo em termos de sua capacidade explicativa, medida pelo R^2 .

No geral, o tamanho do R^2 obtido em cada especificação não parece indicar a ocorrência desse problema, com exceção quando olhamos a participação relativa do subsetor de comércio, hotéis e restaurantes, e aquela do setor industrial (Ver Tabelas 3 e 4). Essa é uma limitação da análise – dada a desagregação em variados subsetores, pode-se ter como expectativa que um modelo único se mostre insuficiente em explicar os movimentos de cada um deles. Esse ponto fica também evidente pela alteração no R^2 do modelo entre cada uma das sete especificações consideradas. Embora essa seja uma limitação da análise, os resultados se mostram robustos pela Especificação de Mundlak. Diante disso, optou-se por prosseguir com a análise, feita esta ponderação.

A próxima seção analisa os resultados encontrados a partir da aplicação da estratégia empírica discutida nesta subseção. Os achados empíricos são analisados à luz do cenário econômico latino-americano vigente no intervalo 2000-2014.

3 RESULTADOS

Esta seção busca responder à pergunta central do capítulo: quais os fatores determinantes da expansão da participação relativa do setor de serviços no emprego na América Latina no período 2000-2014? A análise é realizada com base nos resultados do modelo de dados em painel descrito na seção 2. Os resultados das estimações são reportados nas tabelas 2 a 13 e 15 a 22. Nas tabelas 1 e 14 são expostas as estatísticas descritivas para cada uma das variáveis de análise. Ao final das subseções 3.1 e 3.2 são apresentados esquemas analíticos (esquemas analíticos 1a a 1f), que sintetizam as variáveis que possuem efeitos de expansão ou inibição sobre a participação do setor de serviços e de seus subsetores no total dos ocupados. Nos esquemas, a localização dos discos se refere ao grau de influência de cada fator sobre a variável dependente. Desta forma, os discos mais acima e à direita representam os fatores que possuem os maiores efeitos positivos sobre a expansão da

participação do setor (ou subsetor) analisado no total dos ocupados, ao passo que os discos mais abaixo e à esquerda descrevem os fatores de maior efeito negativo sobre a participação do setor (ou subsetor) no total dos ocupados.

Na subseção 3.1 expõem-se os achados empíricos para o setor de serviços. Os resultados são analisados em contraposição àqueles do setor industrial. Na subseção 3.2 os resultados são apresentados ao nível dos quatro subsetores considerados e das quatro atividades selecionadas: 1) administração pública, defesa e seguro social compulsório; 2) educação; 3) saúde e trabalho social; e 4) atividades de domicílios privados como empregadores e atividades de produção indiferenciada de domicílios privados.

Com o objetivo de simplificar a exposição dos resultados, para os subsetores de serviços (subseção 3.2), os achados empíricos são apresentados em cinco grandes blocos, que sintetizam as características das variáveis que compõem o modelo. Os blocos de análise são os mesmos utilizados no modelo, descrito na subseção 2.2.

3.1 Quais fatores determinam a expansão relativa da participação do setor de serviços no emprego latino-americano?

Conforme tratado ao longo do Capítulo 1, uma das principais teses estabelecidas na literatura de emprego no setor de serviços, a Tese Fisher-Clark, postula a existência de uma relação positiva entre renda *per capita* e percentual do emprego representado por serviços. Naquele capítulo, esse postulado teórico, pertencente ao que se denominou “Abordagem Tradicional”, foi chamado “Enfoque predominantemente de demanda”. Ainda como tratado naquele capítulo, para países desenvolvidos, há evidências empíricas que corroboraram (D’AGOSTINO; SERAFINI; WARD-WARMEDINGER, 2006; MESSINA, 2004; OCDE, 2000) ou falsearam esse postulado teórico (SINGELMANN, 1978b). Para a região analisada neste capítulo, duas perguntas se impõem: como os aspectos tratados por essa abordagem se comportam frente à experiência latino-americana? Eles são suficientes em explicar a expansão relativa do percentual dos ocupados no setor de serviços no total dos ocupados no período considerado (2000-2014)?

Para a América Latina, o modelo estimado neste capítulo confirma a existência de uma relação positiva entre produto *per capita* e participação relativa do setor de serviços no período 2000-2014 (Esquema Analítico 1a e Tabela 2). Para o setor industrial, a associação entre produto *per capita* e participação relativa no total de ocupados não foi estatisticamente significativa para nenhuma das especificações, com exceção da especificação 3 (Tabela 3).

Pelo termo quadrático, a relação positiva entre as duas variáveis para o setor de serviços deve persistir até que seja alcançado o nível de produto *per capita* equivalente a 17.701 dólares¹⁰⁸. Para a média do intervalo 2000-2014, nenhum dos 18 países analisados apresentou esse valor para o indicador de PIB *per capita*. Os países do Cone Sul mais a Venezuela são aqueles que apresentam os valores mais próximos a esse ponto máximo¹⁰⁹, ao redor de 15 mil dólares. Com exceção do Chile, esses são os países cuja participação relativa do setor de serviços é maior na média do período.

A comparação entre o grupo de países analisados neste capítulo e o cenário observado para economias desenvolvidas pode ser ilustrativa. De acordo com os achados empíricos apresentados por Messina (2004), para países desenvolvidos, o ponto de inflexão se refere a um valor mais alto do PIB *per capita* do que o encontrado para os países latino-americanos, ao nível de 19.111 dólares¹¹⁰. Desta forma, ademais de o processo de terciarização na região latino-americana haver se iniciado a um nível de produto *per capita* inferior ao dos países desenvolvidos (NETO, 2016; PALMA, 2005; WELLER, 2004), o ponto máximo de expansão da participação relativa dos serviços deverá ser igualmente alcançado a um nível inferior àquele observado para as economias avançadas.

Os coeficientes resultantes de cada especificação para a variável de produto *per capita* foram estatisticamente significativos ao nível de significância de 1%, com exceção da “Especificação 2”, na qual o coeficiente não foi significativo (Esquema Analítico 1a e Tabela 2). Esse resultado pode ser devido à alta correlação existente entre as variáveis de PIB *per capita* e escolaridade média. Ilustrativamente, considerando a especificação básica 1, supondo a variação de 1 ponto percentual do PIB *per capita*, a variável dependente (participação dos ocupados em serviços no total dos ocupados) aumentaria em 0,57 ponto percentual¹¹¹. O resultado obtido, de associação positiva entre PIB *per capita* e participação relativa dos serviços, alinha-se àquele obtido nos trabalhos anteriores que investigaram um conjunto de países da OCDE utilizando a metodologia de dados em painel (D’AGOSTINO; SERAFINI; WARD-WARMEDINGER, 2006; MESSINA, 2004; OCDE, 2000) (Quadro 1).

Esse resultado é particularmente interessante se comparado com o cenário de expansão de empregos vigente na década imediatamente anterior à analisada, os anos 1990, identificado

¹⁰⁸ Resultado baseado na média do período 2000-2014.

¹⁰⁹ Uma vez que $(\text{PIB } per \text{ capita})^2$ descreve uma função quadrática, ou parábola, o ponto de máximo é aquele no qual $\partial Y/\partial \text{PIB}=0$. Isto é, o ponto no qual a inclinação da reta tangente é igual a “0”.

¹¹⁰ Messina (2004) não explicita qual o período de referência para esse valor. No entanto, uma vez que o período analisado pelo autor, 1970-1998, foi de inflação do dólar americano, pode-se afirmar que esse montante é ainda superior ao resultado para a AL nos anos 2000. Apenas não são possíveis afirmações quanto à distância entre os dois valores.

¹¹¹ Valor do coeficiente marginal.

por Pagés, Pierre e Scarpetta (2009)¹¹². Conforme discutido no Capítulo 2, naquela década, a relação entre emprego e produto era inversa. Isto é, a América Latina estava segmentada entre países que cresceram sem gerar empregos e países que geraram empregos a despeito de seu incipiente crescimento do produto. O resultado obtido para os primeiros anos do século XXI parece indicar que, nesse período, um maior produto *per capita* não se opôs à expansão relativa do setor de serviços.

Ainda pela “Abordagem Tradicional”, o “Enfoque predominantemente de oferta” e o “Enfoque conjunto de oferta e demanda” discutem o incremento do emprego em serviços pela ótica da produtividade (ou progresso técnico). O “Enfoque predominantemente de oferta”, de Baumol, baseia-se na argumentação da existência, na economia, de dois setores. O primeiro deles, denominado “estagnante”, é principalmente baseado em relações interpessoais, e obtêm, portanto, nenhum ou baixos incrementos de produtividade. O segundo deles, denominando “progressivo”, é descrito pela possibilidade de incorporação de ganhos de produtividade. Com base no suposto de que a parcela de cada setor no produto deve se manter constante, a teoria pressupõe um deslocamento dos trabalhadores do setor progressivo da economia para o setor estagnante. Por este enfoque, o fator determinante da alocação dos trabalhadores entre setores é o diferencial de produtividade entre indústria e serviços, com a ressalva de que apenas parte das atividades de serviços pode ser tomada como de baixa produtividade, conforme discutido no Capítulo 1¹¹³. A partir de Fourastié, pelo enfoque conjunto de oferta e demanda, a diferença entre os distintos graus de progresso técnico de cada setor de atividade seria o fator gerador do deslocamento intersetorial da população ativa.

Os resultados do modelo não confirmam a influência do diferencial de produtividade indústria-serviços sobre a participação relativa dos serviços para nenhum dos níveis de significância considerados, com exceção da “Especificação 2” (Tabela 2). Esse resultado se diferencia daquele encontrado para parte dos países desenvolvidos (D’AGOSTINO; SERAFINI; WARD-WARMEDINGER, 2006; MESSINA, 2004) (Quadro 1). Duas explicações podem ser elencadas: (i) é possível que o coeficiente esteja captando a redução na heterogeneidade estrutural na região a partir dos anos 2000, conforme presente em WELLER (2017)¹¹⁴ e Infante (2016) e (ii) uma vez que, conforme o suposto teórico, a ação do

¹¹² A análise dos autores se estende até 2004.

¹¹³ Para a América Latina, com base na classificação por subsetores adotada nesse capítulo e nos dados de produtividade subsetorial apresentados por Infante (2016), as atividades de baixa produtividade seriam equivalentes àquelas pertencentes aos subsetores “Comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes” e “Serviços comunitários, sociais e pessoais”.

¹¹⁴ No estudo são analisados 11 países no período 1990-2008. Referir-se ao Capítulo 2 para o argumento sobre heterogeneidade estrutural na América Latina (seção 2).

diferencial de produtividade se refere somente aos subsetores de baixa produtividade, o resultado agregado pode ser reflexo dos efeitos individuais – positivos ou negativos – que a variável exerce sobre cada subsetor.

Por outro lado, tratando da comparação entre o setor industrial e o de serviços, a primeira ponta da argumentação pela ótica da oferta da Abordagem Tradicional, isto é, a de que a expansão do diferencial de produtividade entre indústria e serviços resulta na redução dos ocupados no setor industrial, pôde ser verificada empiricamente. Para o setor industrial, considerando as variáveis da especificação básica do modelo, um incremento de 1 ponto percentual no diferencial de produtividade entre indústria e serviços representa a redução em 0,73 ponto percentual da participação da indústria no total de ocupados¹¹⁵ (Esquema Analítico 1b e Tabela 3).

Conforme discutido na subseção 4.2 do Capítulo 1, o processo de urbanização latino-americana foi descrito pela literatura de referência para a região (PINTO, 1984; RAMOS, 1984) como de relevância na explicação do crescimento do setor de serviços. Pelos resultados do modelo (Esquema Analítico 1a e Tabela 2), o poder explicativo dessa variável é ainda expressivo. Essa afirmação é verdadeira para todas as especificações, ao nível de significância de 1%. Considerando uma variação equivalente a 1 ponto percentual na urbanização, o percentual dos ocupados representado por serviços deve variar em aproximadamente 0,3 ponto percentual. Parece razoável supor que esse resultado seja reflexo da urbanização tardia observada em parte dos países da região, como no caso nicaraguense (Capítulo 2). Em cenário oposto, quanto maior o percentual da população habitante de áreas urbanas, menor a participação relativa do setor industrial (Esquema Analítico 1b e Tabela 3).

Para a última das variáveis pertencentes à especificação básica, a variável de investimento, os coeficientes não foram significativos para nenhum dos níveis de significância considerados. Esse resultado diverge daquele encontrado por Messina (2004), que identificou a existência de uma relação negativa entre investimento e participação relativa do setor de serviços. Tratando do setor industrial, o efeito positivo dessa variável sobre o percentual dos ocupados na indústria foi confirmado (Esquema Analítico 1b e Tabela 3).

A análise a seguir se desenvolve para as variáveis de controle adicionais, isto é, que não compõem a especificação básica. Dentre elas, os coeficientes referentes às variáveis de

¹¹⁵ Esse resultado deve ser, contudo, avaliado com cautela, na medida em que a especificação de Mundlak verifica a associação entre as duas variáveis, com significância estatística, apenas para a especificação 2 (Tabela 9).

participação feminina na força de trabalho, desigualdade salarial (P50/P10) e escolaridade média foram significativos aos níveis de significância considerados.

No que se refere à variável de participação feminina na força de trabalho, no capítulo de análise empírico-descritiva, aventou-se que, para a região latino-americana, em especial para os países familistas, a maior participação feminina na força de trabalho não seria necessariamente sinônimo da terceirização das atividades não-remuneradas exercidas no interior dos domicílios, em geral a cargo de mulheres. Essa hipótese se baseou no fato de que, para a região, o cenário mais comumente observado é o de acúmulo de trabalho remunerado e não remunerado (FRANZONI, 2007; WELLER, 2017). Essa hipótese pôde ser avaliada pelos resultados do modelo. Para o agregado do setor de serviços, essa expectativa não foi confirmada. As variáveis de participação feminina e de participação relativa do setor de serviços possuem relação positiva e estatisticamente significativa, a 1% (Esquema Analítico 1a e Tabela 2). A associação entre essas duas variáveis foi igualmente obtida por OCDE (2000) (Quadro 1). O efeito é similar àquele da variável de urbanização, para a maioria das especificações. No período, a maior participação de mulheres na força de trabalho parece ter significado a maior demanda por outros serviços, e por empregos nesses serviços. O mesmo movimento não foi notado no setor industrial. Se o maior percentual de mulheres na força de trabalho significou um aumento da participação relativa do setor de serviços, no setor industrial, esse mesmo movimento foi sinônimo de retração do percentual dos ocupados nesse setor com relação ao total dos ocupados (Esquema Analítico 1b e Tabela 3).

Ademais, conforme ressalta Weller (2017), na AL, o número de horas dedicadas ao trabalho não remunerado diminui com o aumento da escolaridade. Desta forma, uma hipótese é a de que o resultado encontrado para as variáveis de participação feminina na força de trabalho e peso relativo dos serviços possa estar, em certa medida, captando o aumento na escolaridade feminina na região¹¹⁶.

Com relação à variável de desigualdade salarial, para a América Latina, a associação entre essa variável e o percentual dos ocupados nos serviços foi negativa, e estatisticamente significativa a 1% (Esquema Analítico 1a e Tabela 2). Uma possível interpretação para esse resultado reside na estratégia de crescimento econômico adotada para a região no período de

¹¹⁶ Essa hipótese é reforçada pelo valor do coeficiente quando controlado pela variável de anos de estudo, i.e., quando o modelo considera, além das variáveis da especificação básica, as variáveis de participação feminina na força de trabalho e de anos de estudo. Sob essa condição, o coeficiente de participação feminina na força de trabalho corresponde a 0,43. Esse resultado é levemente superior àquele do modelo que considera, além da especificação básica, somente a variável de participação feminina na força de trabalho. Para esse último caso o coeficiente corresponde a 0,39. Para uma análise sobre o aumento da escolaridade feminina na região, ver, por exemplo, Weller (2017).

análise. Em especial, no subperíodo iniciado em 2009, a política de crescimento econômico baseou-se, em parte, na expansão do consumo das famílias, conforme tratado no Capítulo 2.

A política econômica embasava-se, portanto, em que mais amplos contingentes da população se tornassem consumidores de bens e serviços diversos, por via da expansão dos rendimentos da base da distribuição e da redução da desigualdade de rendimentos. Desta forma, neste período, o crescimento do rendimento da base da distribuição de ocupados, medido no modelo pelo P10, acima daquele da mediana da distribuição, o P50¹¹⁷, parece ter contribuído não apenas para a geração de novos demandantes de bens e serviços, mas igualmente para a expansão da participação relativa dos ocupados no setor analisado nesta subseção. Comparativamente, os estudos de referência que avaliaram a relação entre essas duas variáveis para economias avançadas (MESSINA, 2004; OCDE, 2000) não obtiveram coeficientes estatisticamente significativos.

Para o setor de serviços, os resultados do modelo confirmaram, com significância estatística, a influência da variável de escolaridade média sobre a variável dependente. Para a indústria, a maior escolaridade da população representou redução no percentual de ocupados no setor com relação ao total de ocupados (Esquema Analítico 1b e Tabela 3). Considerando os coeficientes de cada um dos regressores com resultados estatisticamente significativos, essa é a variável que apresenta o maior efeito sobre o crescimento da participação dos serviços no total dos ocupados na região (Esquema Analítico 1a e Tabela 2). Sugere-se que a associação positiva entre anos de estudo e participação relativa dos serviços seja devida ao fato de que uma população crescentemente escolarizada demande algumas das atividades pertencentes ao setor de serviços, em especial aquelas pertencentes ao subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais. Dentre elas podem ser citadas as atividades de serviços recreativos e culturais (Anexo IIIA). Ademais, conforme ressaltado por Wren, Fodor e Theodoropoulou (2013), a escolaridade média apresenta alta associação com o crescimento de subsetores mais intensivos em tecnologia, como o de finanças.

Voltando às perguntas feitas no início da seção: como os aspectos tratados pela abordagem tradicional se comportam frente à experiência latino-americana? Eles são suficientes em explicar a expansão da participação dos serviços no emprego no período considerado (2000-2014)?, pode-se concluir que: para o agregado do setor de serviços, os aspectos levantados pela abordagem tradicional se adequam apenas em parte à experiência

¹¹⁷ Pelos nossos cálculos próprios, feitos a partir dos dados da CEPALSTAT, essa afirmação é verdadeira para 10 dos países analisados. As exceções são Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Peru.

latino-americana no período 2000-2014. Nessa região, o peso relativo dos serviços parece ter respondido à influência do produto *per capita* mas não ao diferencial de produtividade entre indústria e serviços. Esse resultado aponta, portanto, para a adequação, ao caso latino-americano, apenas da Tese Fisher-Clark. Contudo, ao contrário do apontado pelas teses que consideram o processo de transição do emprego industrial para o emprego em serviços como um fenômeno natural (Capítulo 1), os fatores que influenciam a redução relativa do setor industrial e o crescimento relativo do setor de serviços não são os mesmos (Esquemas analíticos 1a e 1b).

A associação positiva entre produto e emprego no período 2000-2014 é em certa medida inovadora para a região latino-americana. Conforme discutido no Capítulo 2, nessa região, a relação entre essas duas variáveis não é essencialmente pro-cíclica¹¹⁸. Na AL, em fases descendentes do ciclo econômico, pode-se obter expansão do emprego, em geral associada à pressão da oferta da mão de obra e ao crescimento da economia informal. Desta forma, ainda conforme tratado naquele capítulo, na década de 1990, que antecede o período abordado neste capítulo, a relação entre produto e emprego foi dicotômica e segmentada – em alguns dos países da região notou-se um crescimento do emprego em meio a baixas taxas de crescimento do produto; em outros, pôde-se observar a expansão do produto sem correspondente aumento das taxas de emprego.

Uma possível interpretação alternativa para a associação positiva entre produto *per capita* e participação relativa dos serviços nos anos 2000 seria a de que a expansão associada ao crescimento do produto teria resultado do crescimento do trabalho informal característico da região. Contudo, o aumento das taxas de ocupação associado à queda nas taxas de informalidade (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015; WELLER, 2017) não convergem para essa afirmação.

Conforme abordado no Capítulo 2, o mercado de trabalho não é uma instituição isolada; enquanto instituição, ele é influenciado pelos contextos econômico, social e institucional. Desta forma, sugere-se que alguns dos resultados obtidos estejam alinhados à própria política econômica adotada no período. Dentre eles, a relação encontrada entre desigualdade salarial e participação relativa do setor de serviços. Uma possível explicação para a relação negativa entre essas duas variáveis reside na política econômica adotada no período. Nesse interregno, a política econômica, em parte associada à expansão do consumo das famílias, associava-se, dentre outros, ao aumento dos rendimentos dos ocupados e à

¹¹⁸ A relação entre crescimento econômico e emprego é positiva para o emprego assalariado na região, que desconsidera o trabalhador conta própria (WELLER, 2017).

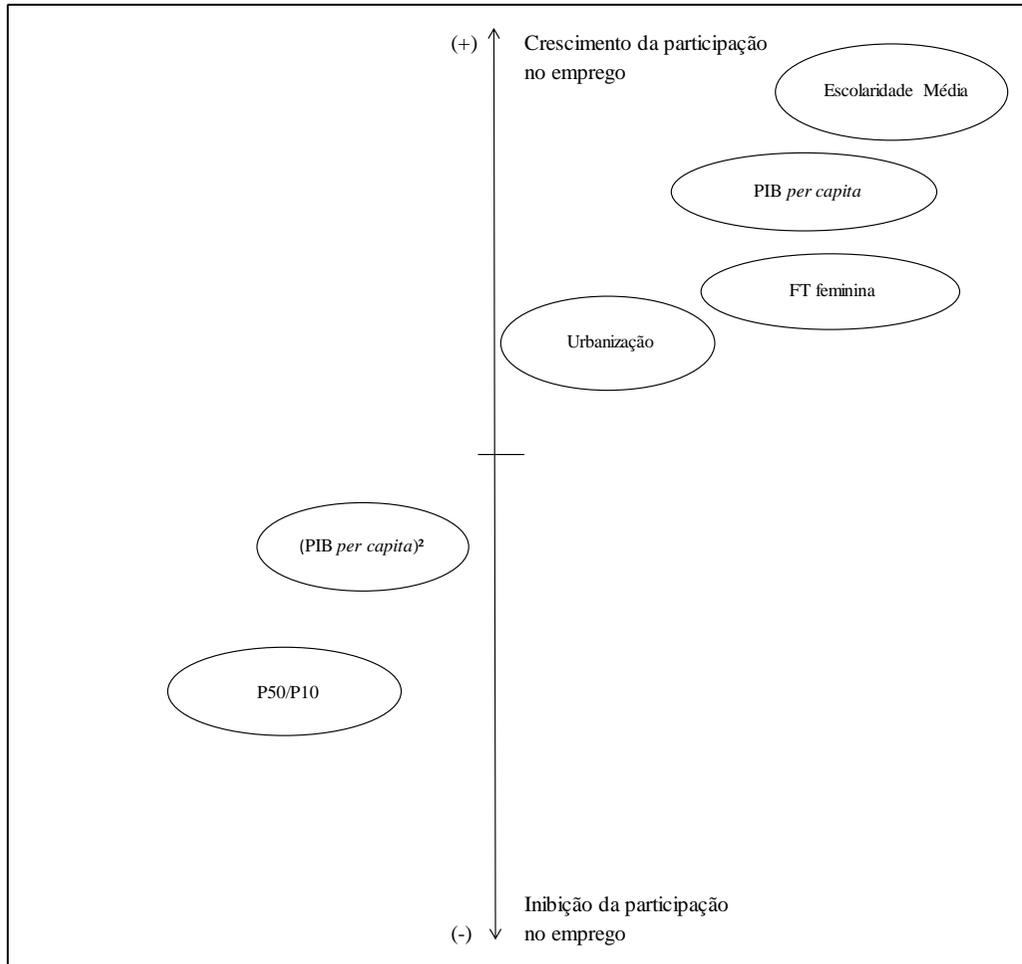
redução da desigualdade de rendimentos. Para além do resultado reconhecido na literatura (OIT, 2012), de expansão da capacidade de consumo de bens e serviços de mais amplos contingentes da população, esse fator parece ter contribuído para o crescimento do percentual do setor analisado nesta subseção no total de ocupados. Uma conclusão que advém desse resultado é a de que o fenômeno denominado por Kerstenetzky (2016) para a experiência brasileira de “crescimento redistributivo” foi, para a América Latina, igualmente propulsor de empregos no setor econômico de maior peso relativo no total do emprego.

Os fatores que apresentam efeito sobre o aumento da participação dos serviços no total de ocupados latino-americano não se resumem à variável de produto *per capita*. Em alinhamento com a teoria apresentada pela ‘abordagem alternativa’ no Capítulo 1, as variáveis de desigualdade salarial, participação feminina na força de trabalho, urbanização e escolaridade média se mostraram como fatores de relevância em responder à pergunta central desta subseção. Desta forma, o recurso único aos fatores tradicionais não se mostra suficiente.

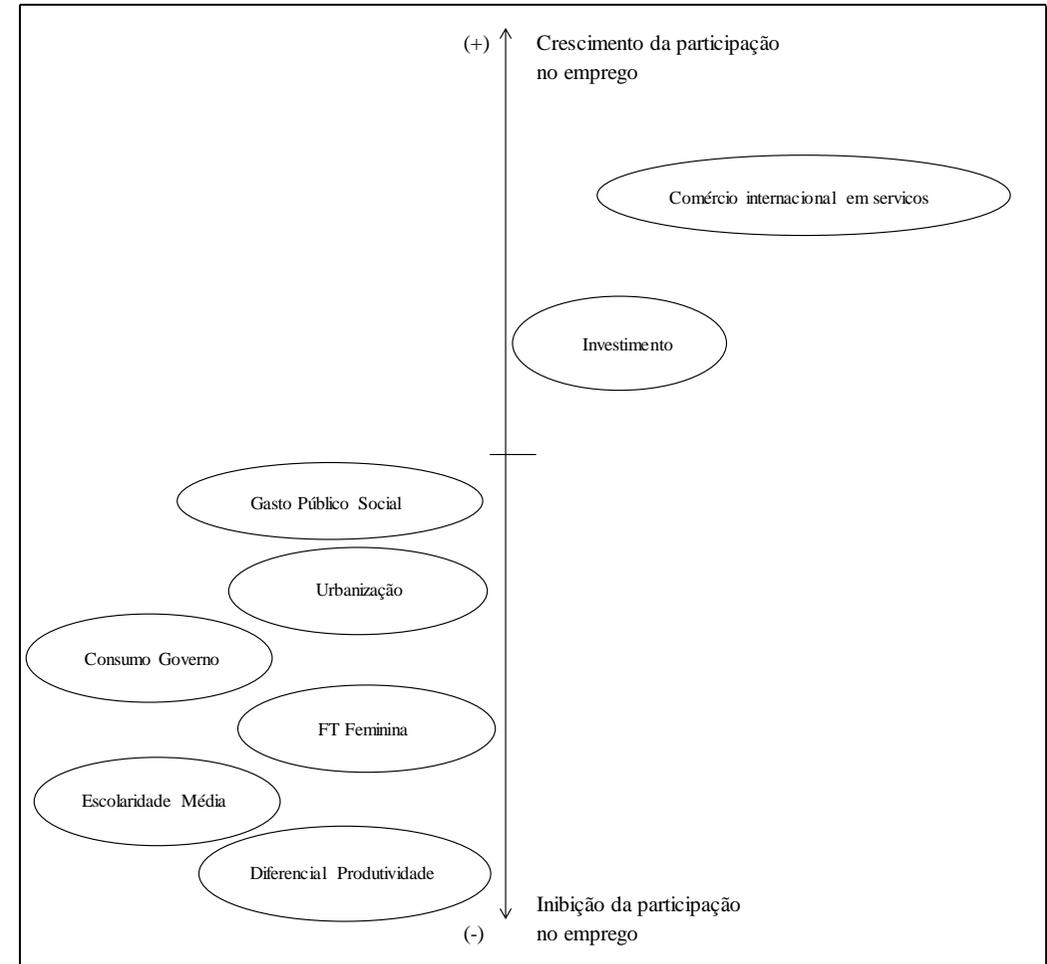
Embora elucidativa, a análise do setor de serviços como um todo não parece suficiente por si só. Essa afirmação se baseia na variedade de atividades que esse setor comporta, e que atendem a lógicas distintas (Capítulo 1). Tendo esse aspecto como referência, a próxima subseção busca aprofundar esta questão para quatro subsectores selecionados.

Esquema Analítico 1a - Determinantes do crescimento ou inibição da participação do setor de serviços no emprego latino-americano

Esquema Analítico 1b - Determinantes do crescimento ou inibição da participação do setor industrial no emprego latino-americano



Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria.

3.2 Quais fatores determinam a expansão relativa da participação dos subsetores de serviços no emprego latino-americano?

Tem-se como expectativa que, nesse exercício empírico, os resultados difiram entre os subsetores de serviços, dadas as diferentes características e lógicas de demanda ou funcionamento inerentes a cada um deles. Conforme tratado na seção 2, no que se refere ao subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais, a investigação se desdobra para o nível de quatro atividades: 1) administração pública e defesa, seguro social compulsório; 2) educação; 3) saúde e trabalho social e 4) atividades de domicílios privados como empregadores e atividades de produção indiferenciadas de domicílios privados. Os esquemas analíticos 1c a 1f sintetizam, para cada subsetor de análise, os resultados obtidos pelo modelo de dados em painel.

3.2.1 Modelo Básico

Os resultados do modelo por subsetores (Esquemas Analíticos 1c a 1f e Tabelas 4 a 7) confirmam a importância da variável de PIB *per capita* em explicar o crescimento da participação relativa do setor de serviços para dois dos subsetores considerados: “comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes” e “finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios” (Esquemas Analíticos 1c e 1d e Tabelas 4 e 5). Esse resultado segue aquele obtido por D’Agostino; Serafini e Ward-Warmedinger (2006) e Messina (2004) (Quadro 1).

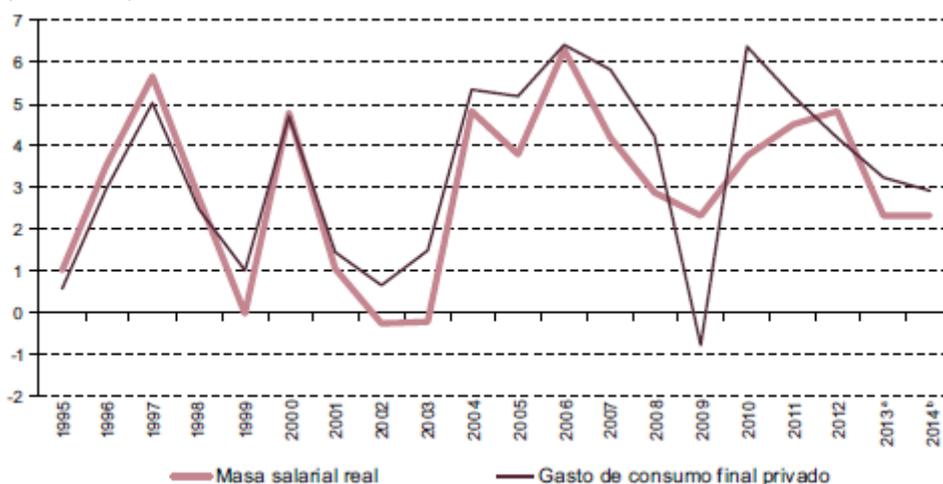
A expansão do subsetor de comércio se alinha com o argumento presente em Wren (2013), de que a hipótese de os serviços serem bens de luxo, que sustenta a argumentação da Tese Fisher-Clark (Seção 4, Capítulo 1), é válida apenas em parte das atividades de serviços. Dentre elas, as atividades que compõem o subsetor de comércio, hotéis e restaurantes.

A partir das exposições teóricas de parte da literatura de serviços (Kalwij *et al.*, 2007), parece razoável admitir que, diante de aumentos da renda, sejam observados incrementos na demanda por alguns serviços, como refeições fora do domicílio. Outrossim, a expansão desse subsetor parece seguir a própria lógica do modelo¹¹⁹ de crescimento adotado em parte do período analisado, de crescimento calcado no consumo (via demanda).

¹¹⁹ A expressão “modelo” certamente obscurece as experiências nacionais individuais. Contudo, à diferença do Capítulo 2, que buscou tratar das experiências dos países latino-americanos individualmente, o presente capítulo busca traçar um quadro mais geral da região, sem se ater detalhadamente aos casos individuais.

Por outro lado, o efeito da expansão do produto *per capita* sobre o segundo dos subsetores, o subsetor de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios, parece menos direto. Uma possível explicação se baseia na forma como ocorreu a ampliação do consumo na região no interregno considerado. Em parte do período, além da discutida expansão da massa salarial, a ampliação do crédito fez também parte do mecanismo de crescimento do consumo (OIT, 2012). O papel do crédito na região, no período considerado, fica evidente no Gráfico 1, abaixo. Nele, pode-se observar que, desde 2001, a taxa de variação do consumo das famílias é superior àquela da massa salarial real, com exceção dos anos de 2009 e 2012. Essa diferença é em geral atribuída ao efeito do crédito (WELLER, 2017).

Gráfico 1 - Taxa de variação anual da massa salarial real e do consumo dos lares – América Latina e Caribe (1995-2014)



Fonte: CEPAL apud Weller (2017).

Nota: ^a dados preliminares; ^b projeção

Desta forma, pode-se aventar que a associação positiva entre o percentual dos ocupados no subsetor de finanças e o produto *per capita* seja reflexo do incremento do crédito às famílias notado no período. Pelo termo quadrático, a associação positiva entre produto *per capita* e participação relativa dos ocupados, para o caso dos subsetores de comércio e finanças, parece, contudo, atingir um limite ao nível do PIB *per capita* de 15.421,6 dólares e 12.969,7 dólares, respectivamente. Portanto, apenas controlando pelas variáveis da especificação básica do modelo, parece haver maior espaço para o crescimento da participação dos ocupados nos serviços de comércio no total dos ocupados do que da participação relativa do subsetor de finanças.

No que se refere à variável de diferencial de produtividade, que apresentou coeficientes não significativos para o agregado do setor de serviços, os coeficientes foram

negativos e significativos, para a maioria das especificações em dois dos subsetores analisados, os de finanças e de transportes (Esquemas Analíticos 1d e 1e e Tabelas 5 e 6)¹²⁰. Este resultado não se alinha em sua totalidade ao exposto teoricamente em Baumol (1967); Baumol; Blackmann e Wolf (1985) e Baumol (2007, 2012). Para a América Latina, a expansão do diferencial de produtividade entre indústria e serviços resulta no declínio da participação relativa daqueles que são os dois subsetores de serviços de maior produtividade, mas não representa a expansão da participação relativa dos subsetores de menor produtividade¹²¹.

Essa conclusão pode ser aprofundada tendo em vista a análise realizada no capítulo anterior. Para parte dos países da região, particularmente os países pequenos, a relação entre emprego e ganhos de produtividade parece mais forte entre o setor agrícola e o setor de serviços. Para estes pequenos países, o setor de serviços é tradicionalmente receptor da mão de obra advinda do meio rural (Capítulo 1). Desde a década de 1980, com a transição para sistemas agrícolas mais intensivos em tecnologia (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015), observa-se a segmentação da atividade agrária entre a produção rural moderna, que incorpora altos ganhos de produtividade (WELLER; KALDEWEI, 2013), e a produção agrária camponesa tradicional. A tendência dos ocupados na agricultura camponesa, principalmente os jovens, é de migrar para outras atividades econômicas (WELLER; KALDEWEI, 2013), com a ressalva de que, na América Latina, embora o setor de serviços possua ramos de baixa produtividade, os salários auferidos nesse setor tendem a ser maiores do que no setor agrícola (ANDERSSON; PALACIO, 2015). Desta forma, o indicador pode não comportar a realidade das transições intersetoriais na região¹²².

Os anos 2000 foram de retomada do investimento em formação bruta de capital fixo, após queda nas duas décadas precedentes (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015). Embora essa variável não tenha apresentado resultados significativos para o agregado do setor de serviços, seu resultado foi positivo e significativo para o subsetor de finanças (Esquema Analítico 1d e Tabela 5). São três as principais explicações relevantes para esse achado: (i) existe uma

¹²⁰ Cabe notar, contudo, que, pela especificação de Mundlak (Tabela 10), pode-se observar a alteração de significância estatística para o subsetor de comércio.

¹²¹ A classificação em atividades de serviços de baixa e alta produtividades na AL se baseia em Weller e Kaldewei (2013). Nesse estudo, a produtividade por setores e subsetores é medida pelo valor adicionado anual por ocupado.

¹²² Para checar essa hipótese, o modelo foi rodado novamente considerando a variável de diferencial de produtividade agricultura-serviços no lugar da variável de diferencial de produtividade indústria-serviços. Dentre as especificações consideradas para o agregado do setor de serviços, os resultados foram estatisticamente significativos somente para a especificação 4, ao nível de significância estatística de 10%. Ao variar o diferencial de produtividade entre agricultura e serviços em 1 p.p., o percentual dos ocupados no setor de serviços aumentaria em 0,2.

relação de complementariedade observada entre serviços direcionados aos negócios e a atividade industrial, notada por autores como Jany-Catrice (1993); Miroudot e Cadestin (2017); Rubalcaba (2007) e Santos (2018). Conforme abordado na revisão da literatura (Capítulo 1), parte dos serviços abarcados pelo subsetor de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios é utilizada como insumo intermediário do processo industrial. Para a economia brasileira, esse resultado é, por exemplo, endossado por Jacinto e Ribeiro (2015)¹²³; (ii) uma segunda interpretação se baseia na presença de uma relação positiva entre investimento em máquinas e equipamentos e a demanda por mão de obra qualificada (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015), que é maior nesse subsetor (WELLER, 2017); (iii) por fim, a expansão do subsetor de finanças derivada do investimento em formação bruta de capital fixo na indústria pode advir do crescimento de formas de subcontratação (terceirização). Conforme abordado no Capítulo 2, faz parte da estratégia de desenvolvimento “voltada para fora” dos países pequenos da região a provisão de uma variedade de serviços de negócios às empresas estabelecidas no país. Esse fator justificaria a expansão de serviços voltados aos negócios frente ao aumento do investimento no setor industrial.

De forma oposta, a relação entre investimento e participação no total de ocupados se mostrou negativa e estatisticamente significativa para o subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais (Esquema Analítico 1f e Tabela 7). Esse resultado foi igualmente obtido por Messina (2004). Ao nível das atividades, esse resultado foi confirmado para algumas das especificações das atividades de saúde e de atividades de domicílios privados¹²⁴ (Tabelas 16 e 18).

A desagregação por subsetores confirma o efeito positivo exercido pela variável de urbanização, com exceção do subsetor de comércio. Esse resultado é em certa medida inesperado, dadas as características da terciarização latino-americana. De acordo com a exposição teórica elaborada no Capítulo 1, a atividade de comércio foi importante receptora da força de trabalho que migrava para o meio urbano, em especial devido às suas baixas barreiras à entrada. A explicação pode residir no fato de que o período tratado, de maiores taxas de crescimento econômico, gerou novas alternativas de inserção da força de trabalho em outros ramos não diretamente relacionados ao comércio.

Pode-se concluir que os achados do modelo básico por subsetores confirmam em grande medida aqueles obtidos para o agregado do setor de serviços. Três são as principais exceções: (i) a associação positiva entre produto *per capita* e participação no total de

¹²³ A análise de Jacinto e Ribeiro (2015) se refere ao período 2000-2009.

ocupados não se estende a todos os subsetores de serviços, e é não linear. Isto é, para os subsetores de comércio e finanças ela deve vigorar até que seja alcançado o ponto de máximo, que é menor em termos de produto *per capita* para o subsetor de finanças; (ii) embora o efeito da variável de diferencial de produtividade não tenha se mostrado significativo para o agregado do setor de serviços (subseção 3.1), a investigação por subsetores evidenciou que o aumento do diferencial de produtividade entre indústria e serviços apresentou relação negativa em alguns dos subsetores mais produtivos da economia (finanças e transportes), sem que esse movimento representasse expansão dos subsetores menos produtivos, ou estagnantes, em referência à nomenclatura de Baumol, Blackman e Wolf (1985) e (iii) o resultado obtido para o indicador de investimento indica que seu efeito é significativo para o subsetor de finanças, alinhando-se à discussão com respeito à relação de complementariedade existente entre os setores industrial e de serviços, elaborada no Capítulo 1.

No entanto, conforme tratado na seção de introdução, pela Abordagem Alternativa, tem-se como expectativa que outros fatores, além dos tratados ao longo desta subseção, contribuam para explicar a expansão relativa dos distintos subsetores de serviços. Desta forma, a próxima subseção avalia como parte desses fatores, as variáveis de natureza demográfica e socioeconômica, relacionaram-se com o crescimento da participação relativa dos subsetores de serviços investigados.

3.2.2 Perfil demográfico e socioeconômico

As alterações no perfil demográfico e socioeconômico regional são bem estabelecidas na literatura sobre a América Latina (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015; WELLER, 2017), a saber: expansão da proporção de idosos na população total, incremento da participação feminina na força de trabalho e uma população crescentemente escolarizada. No entanto, resta em aberto a identificação da influência que esses fatores exercem sobre o percentual dos ocupados no setor de serviços. Essa subseção cumpre verificar o papel exercido por essas variáveis sobre os subsetores investigados.

A associação positiva entre participação feminina na força de trabalho e participação dos serviços no total dos ocupados, observada para o agregado do setor de serviços, foi confirmada para o subsetor de comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes¹²⁵ (Esquema Analítico 1c e Tabela 4). Sugere-se que, para o subsetor de comércio, essa relação

¹²⁵ O resultado para o subsetor de comércio deve ser analisado com cautela, na medida em que a especificação de Mundlak não o confirma com significância estatística (Tabela 10).

seja devida ao fato de que a maior incorporação feminina na força de trabalho tende a aumentar a demanda por serviços anteriormente desenvolvidos internamente ao lar, como os serviços de alimentação fora de casa.

Esse resultado se alinha à hipótese de mercantilização de Freeman (2007). Conforme apontado pelo autor, a maior participação na força de trabalho, sobretudo feminina, é responsável por engendrar um efeito substituição, a partir do qual as atividades desempenhadas pelos membros dos domicílios passam a ser terceirizadas. Ademais, conforme notado por Wren (2013), a partir do aumento da participação de mulheres na força de trabalho, pode também ocorrer a expansão da demanda pelo funcionamento mais extenso, em horários alternativos aos das jornadas de trabalho, de lojas, shoppings e outros estabelecimentos comerciais.

Por outro lado, chama a atenção o coeficiente negativo da variável de participação feminina para o subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais (Esquema Analítico 1f e Tabela 7). Essa associação é de difícil interpretação, mas pode estar alinhada às formas de provisão de bem-estar presentes na região.

Para parte do grupo de países analisados, mercado e famílias se configuram como importantes provedores de bem-estar (FRANZONI, 2007). Um possível desdobramento é que a maior participação de mulheres na força de trabalho no período haja incrementado a demanda pela provisão de bem-estar no mercado. Conforme ressalta Franzoni (2007), em alguns países da região prevalece a concepção de que pagar por um serviço faz com que esse serviço seja necessariamente de melhor qualidade. Para a região, no período considerado, pode-se supor que o incremento da participação feminina na força de trabalho haja alterado as formas de provisão de bem-estar, baseando-se em maior grau na provisão via mercado e em menor grau na provisão via Estado.

Para a variável de percentual da população de 65 anos ou mais no total da população, o coeficiente é significativo somente para o subsetor de finanças. Isto é, o aumento de 1 ponto percentual no total de idosos na população representa o crescimento da participação relativa do subsetor de finanças em 0,34 ponto percentual (Esquema Analítico 1d e Tabela 5). Novamente, esse resultado pode decorrer da forma como se dá a provisão da política social na região. Em particular, em se tratando do grupo socioeconômico dos idosos, benefícios sociais como aposentadorias e pensões passaram, com as reformas dos anos 1980 e 1990 (Capítulo 2), a ser crescentemente providos pelo mercado. Em casos como o chileno houve, nos anos 1980, alterações no regime previdenciário, do regime de repartição para o de capitalização individual, no qual os benefícios previdenciários futuros são resultado daqueles poupados

individualmente ao longo da vida ativa. Esse modelo foi também adotado por outros países da região, conforme exposto por Bértola e Ocampo (2015)¹²⁶. Trata-se de um modelo que pressupõe a presença de um sistema financeiro organizado, o que pode justificar a associação encontrada entre o percentual de idosos na população e o aumento da participação do subsetor de finanças no total de ocupados. Além disso, em casos como o brasileiro, a expansão do crédito foi também direcionada para esse segmento do mercado, na forma de créditos consignados, por exemplo (LAVINAS, 2017). Por atividades, o efeito do maior percentual de idosos na população pôde ser verificado para a atividade de saúde, conforme esperado (Tabela 16).

A expectativa de que o aumento da escolaridade média da população incorra em uma crescente demanda por parte dos serviços pertencentes ao subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais foi confirmada com significância estatística (Esquema Analítico 1f e Tabela 7). Ao nível das atividades, a associação positiva entre anos de estudo e crescimento da participação da atividade de educação foi verificada, ao nível de significância de 1% (Tabela 17). Adicionalmente, a associação entre a variável de anos de estudo e o percentual dos serviços no total de ocupados também se mostrou positiva e estatisticamente significativa para o subsetor de transporte, armazenagem e comunicações (Esquema Analítico 1e e Tabela 6). Essa relação pode ser devida à associação existente entre a presença de uma população crescentemente escolarizada e o incremento de atividades de serviços de maior conteúdo tecnológico, como os pertencentes a esse subsetor (WREN; FODOR; THEODOROPOULOU, 2013).

Em particular, os resultados alcançados ao longo desta subseção apontam para um efeito não esperado: a maior participação de idosos na população teve influência positiva sobre a expansão do subsetor de finanças. Essa associação pode resultar dos efeitos das reformas das duas décadas anteriores sobre as formas de provisão de bem-estar na AL. Essa observação não significa que tenha havido retração do Estado social na região em termos de participação no total de ocupados. Conforme notado no Capítulo 2, a participação dos ocupados no subsetor social segue em expansão na América Latina para a maioria dos países analisados. Contudo, esse movimento se tornou, ao menos em alguma medida, dependente do

¹²⁶ Considerando a nomenclatura de Mesa-Lago (2003), que classifica as reformas da previdência na região em quatro modelos, substitutivo, misto, paralelo e paramétrico, Silva (2008) identifica as diferentes experiências de reforma na região. O autor nota que Chile, na década de 1980, Bolívia, México e El Salvador, ao final dos anos 1990, e Nicarágua e República Dominicana, em 2001 adotaram o modelo substitutivo, no qual, para os novos entrantes, o pilar público é substituído pelo pilar privado. No que se refere ao modelo misto, sua adoção foi notada em Argentina e Uruguai, nos anos 1990, e na Costa Rica, em 2001. Nesse modelo o pilar privado é somado ao pilar público, que oferece unicamente o benefício básico. O modelo paralelo, no qual há concorrência entre os regimes público e privado, foi implementado no Peru e na Colômbia ainda no início da década de 1990.

recurso ao subsetor financeiro. Esse resultado se alinha à literatura de financeirização da política social, a partir da qual a esfera financeira passa a ter papel de destaque na provisão de bem-estar¹²⁷. Como recurso ilustrativo, pode-se retornar ao já mencionado caso chileno.

Por outro lado, o efeito dos anos de estudo sobre a participação do emprego em serviços se comportou conforme esperado, sendo significativo para os subsetores de serviços comunitários, sociais e pessoais e de transporte, armazenagem e comunicações. Nesse último caso, o achado pode estar relacionado à alta associação que esse subsetor, assim como o de finanças, apresenta com a crescente escolaridade da população. No entanto, o resultado não significativo encontrado para o subsetor de finanças pode advir do limite de expansão desse subsetor, indicado pelos dados discutidos na subseção 3.2.1. Conforme abordado naquela subseção, parte dos países da região, dentre eles alguns dos países mais escolarizados¹²⁸, já haviam alcançado esse limite na média do intervalo de investigação. Os esquemas analíticos 1c a 1f resumizam os resultados por subsetores.

Ademais da alteração observada nas características demográficas e socioeconômicas da região latino-americana, outro fator que parece aportar novas nuances em termos de participação no emprego é a maior inserção internacional da região, tema da próxima subseção.

3.2.3 Inserção externa latino-americana

As variáveis consideradas ao longo desta subseção são comércio internacional (% PIB), comércio internacional em serviços (% PIB), exportação de recursos naturais (% PIB) e fluxos de IED (% PIB).

No que se refere à variável de comércio internacional, seu efeito não se mostrou estatisticamente significativo para nenhum dos subsetores considerados. A variável que mensura o comércio internacional de serviços adquiriu significância estatística apenas para os subsetores de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios e de transporte, armazenagem e comunicações, aos níveis de significância de 5% e 10%, respectivamente (Esquemas Analíticos 1d e 1e e Tabelas 5 e 6). Esse achado pode estar alinhado ao peso que os serviços financeiros possuem no total das exportações de parte dos países da região, como o Panamá (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015), ou ao peso adquirido em parte dos países pequenos

¹²⁷ Ver, por exemplo, Lavinas (2017).

¹²⁸ Para o ano de 2014, os países que apresentavam os mais altos valores para o indicador de escolaridade média eram Chile, Argentina, Panamá, Venezuela e Uruguai (Quadro 2, Capítulo 2).

das atividades como as de *call centers*, conforme discutido no Capítulo 2¹²⁹. Para o caso do subsetor de transporte, armazenagem e comunicações a relação parece menos direta. A relação positiva entre comércio internacional de serviços e participação no emprego foi igualmente encontrada para o setor industrial (Esquema Analítico 1b e Tabela 3). Essa evidência é um possível indicativo da relação sinérgica e complementar existente entre os dois setores econômicos.

Conforme abordado na seção 2, um dos efeitos esperados para a região é o da influência da variável de exportação de recursos naturais, que funciona como *proxy* para os efeitos da denominada Doença Holandesa sobre a participação relativa do setor de serviços. O efeito dessa variável foi significativo apenas para o subsetor de transporte, armazenagem e comunicações (Esquema Analítico 1e e Tabela 6). Não se pode afirmar, contudo, que o resultado obtido para essa variável seja decorrente dos efeitos da “Doença Holandesa”. A partir da hipótese de existência da Doença Holandesa para as economias latino-americanas, a expectativa seria a de uma maior influência desta sobre os subsetores mais fechados da economia, dentre os quais não se encontra o subsetor de transportes. Desta forma, o sinal positivo do coeficiente pode apenas refletir a associação presente entre exportação de recursos naturais e demanda por serviços de transporte.

No que se refere ao efeito do IED sobre a participação do setor de serviços no total de ocupados, ele foi apenas significativo nos subsetores de comércio¹³⁰ (Esquema Analítico 1c e Tabela 4) e de transportes (Esquema Analítico 1e e Tabela 6), com sinais opostos. Para o subsetor de comércio, seu efeito foi positivo, ao passo que, para o subsetor de transportes, armazenagem e comunicações, o sinal do coeficiente foi negativo. Esse segundo resultado chama a atenção. Contudo, pode ser decorrente do perfil do IED no período. Conforme analisado por Naciones Unidas (2019), em parte do período de análise, no interregno 2005-2011, embora os investimentos estrangeiros em telecomunicações tenham sido a terceira maior área de investimento na região, atrás apenas de duas áreas de recursos naturais, o alto percentual dos investimentos externos nesse setor, no mesmo período, foi em fusões e aquisições, e não na criação de capacidades produtivas, que tendem a repercutir na criação de empregos, conforme tratado na seção 2 do Capítulo 2.

¹²⁹ Dentre os países analisados, o Panamá é aquele que apresenta os valores mais altos para o indicador de comércio em serviços (Quadro 3, Capítulo 2). Tendo isso em consideração, o modelo foi rodado com a exclusão do Panamá. O resultado obtido com o novo modelo confirmou aquele da especificação original, ao nível de significância de 5%.

¹³⁰ Esse resultado deve ser considerado com cautela, na medida em que a especificação de Mundlak não o confirma com significância estatística (Tabela 10).

Um dos resultados encontrados, e que se diferencia daquele obtido para economias desenvolvidas, é o do efeito não significativo das variáveis analisadas nesta subseção sobre o percentual dos ocupados no subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais (Esquema Analítico 1f e Tabela 7). A partir dos resultados obtidos por Wren, Fodor e Theodoropoulou (2013) para economias avançadas, a maior abertura comercial medida pelo comércio internacional (%PIB) teria efeitos negativos sobre os serviços de bem-estar. As autoras associam esse achado à discussão presente na literatura de que a crescente inserção no comércio interacional reduz as capacidades governamentais de expandir programas de bem-estar. Desta forma, tais efeitos adversos parecem não ser aplicáveis ao caso latino-americano¹³¹.

Duas conclusões em particular podem resultar da análise elaborada no decorrer desta subseção: (i) a crescente inserção externa latino-americana apresentou resultados diferenciados sobre os distintos subsetores de serviços. Como primeira observação, o efeito de nenhuma das variáveis do bloco de inserção internacional foi significativo sobre o subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais. No entanto, para o subsetor de finanças, o comércio internacional em serviços se confirmou como uma variável determinante da expansão do percentual relativo dos ocupados. Para os subsetores de comércio e transportes, a influência ocorre pela variável de IED, com sinais opostos, e comércio internacional em serviços (somente transporte); (ii) os efeitos da Doença Holandesa sobre a participação relativa dos subsetores de serviços não puderam ser confirmados nem refutados para a região. Embora o efeito da variável de exportação de recursos naturais seja positivo para o subsetor de transportes, é possível que ele esteja alinhado ao fato de que, na região, a exportação de recursos naturais, que demanda serviços de transporte, é parcela preponderante da pauta de exportações dos países que a compõem.

Embora elucidativa, a inserção externa da região não comporta responder à totalidade da questão discutida neste capítulo. A subseção 3.2.4 aporta novas nuances à análise, ao investigar como as variáveis de desigualdade salarial e como as medidas de flexibilização dos mercados de trabalho regionais tiveram efeito sobre a expansão do percentual dos ocupados nos quatro subsetores.

¹³¹ Essa afirmação não contradiz as evidências de que houve mudança nas formas de organização das empresas, incluindo as empresas públicas, e, dentre elas, as ligadas à provisão de serviços sociais. Esse argumento deve em parte justificar o efeito significativo que as variáveis do bloco de inserção externa apresentam sobre a atividade de administração pública.

3.2.4 Desigualdade salarial e direitos trabalhistas

Considerando o cenário político-institucional no qual os resultados são avaliados, o interregno de análise se caracteriza pela redução na desigualdade de rendimentos entre a mediana e a base da distribuição, conforme abordado em subseção anterior. Por sua vez, as reformas de mercado levadas à cabo nas duas décadas finais do século XX resultaram em que os empregos fossem gerados em mercados de trabalho mais flexibilizados. Diante disso, nesta subseção busca-se avaliar em que medida os resultados alcançados para as variáveis de desigualdade salarial e flexibilização da legislação de proteção ao emprego ao nível do agregado do setor de serviços (subsetor 3.1) são confirmados individualmente para os quatro subsetores de serviços.

Na subseção 3.1 notou-se que, para o agregado do setor de serviços, a associação entre desigualdade salarial e participação dos ocupados em serviços no total dos ocupados é negativa. Quando desagregado em subsetores, o resultado é confirmado com significância estatística para o subsetor de transporte, armazenagem e comunicações (Esquema Analítico 1e e Tabela 6). Esse resultado é semelhante ao encontrado por OCDE (2000), para o subsetor distributivo (Quadro 1, neste capítulo), que engloba as atividades de transporte, armazenagem e comunicações (Quadro 1 do Capítulo 2).

Embora o coeficiente da variável de desigualdade salarial não apresente significância estatística no modelo original por efeitos aleatórios para o subsetor de comércio (Esquema Analítico 1c e Tabela 4), o modelo gerado a partir da especificação de Mundlak aponta a significância estatística dessa variável ao nível de significância de 5% (Tabela 10). Esse resultado se alinha à discussão elaborada na subseção 3.1. Isto é, a associação negativa entre desigualdade salarial e expansão do percentual dos serviços no total de ocupados pode ser devida à lógica de crescimento baseada no consumo. O achado para o subsetor de comércio parece endossar esse argumento.

No que se refere à variável de flexibilização da legislação de proteção ao emprego, que não se mostrou estatisticamente significativa para o agregado do setor de serviços, seu efeito foi apenas significativo para o subsetor de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios (Esquema Analítico 1d e Tabela 5). Esse resultado se assemelha àquele alcançado por OCDE (2000) (Quadro 1). Desta forma, entre os diferentes países, as medidas de flexibilização do mercado de trabalho foram significativas somente na expansão da participação relativa deste subsetor, ao passo que os demais subsetores não se mostraram sensíveis às reformas de mercado implementadas. Uma explicação para esse achado reside em

uma das principais resultantes das medidas de flexibilização dos mercados de trabalho regionais. Conforme discutido no Capítulo 2, as reformas intensificaram, dentre outros, formas de subcontratação. Cabe notar que os serviços que em geral são subcontratados compõem o subsetor de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios, fato que pode justificar a relação obtida.

As características próprias a cada subsetor podem aclarar o resultado do parágrafo anterior. Em se tratando do subsetor de comércio, pode-se esperar que, diante do maior percentual da ocupação caracterizada como informal, medidas de flexibilização não afetem o seu nível de emprego. Somam-se a esse fator outras características do subsetor, como o maior peso do trabalho temporário e em tempo parcial. Por outro lado, no subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais, o resultado pode ser reflexo tanto do maior percentual do emprego público em parte das atividades que o compõem, quanto do peso dos arranjos informais nos serviços pessoais e domésticos.

No que se refere ao subsetor de transporte, pelos resultados da Tabela 6 e do Esquema Analítico 1e, a determinação da participação relativa desse setor parece ser mais forte a partir da contenção da expansão de rendimentos da mediana com relação à base da distribuição de rendimentos, conforme retrata a associação negativa desse subsetor com a variável de desigualdade salarial, do que pela maior flexibilidade das relações de trabalho. Essa última variável não apresenta efeito estatisticamente significativo para esse subsetor.

Duas principais conclusões podem advir dos achados obtidos ao longo desta subseção: (i) a desigualdade de rendimentos entre ocupados apresentou associação negativa com a expansão da participação de subsetores de serviços de alta e baixa produtividades – transportes e comércio, respectivamente. A associação negativa entre desigualdade salarial e expansão do percentual dos ocupados em serviços de comércio no total dos ocupados endossa a argumentação efetuada na subseção 3.1, de que o modelo de crescimento baseado no consumo, adotado em parte do período analisado, auxiliaria no entendimento da relação entre desigualdade salarial e expansão do percentual dos ocupados no terciário; (ii) observa-se uma relação positiva entre as variáveis de flexibilização das relações de trabalho e o percentual dos serviços no total dos ocupados somente para o subsetor de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios. Desta forma, as reformas de mercado de trabalho das décadas de 1980 e 1990 (Capítulo 2), medidas por esse indicador, parecem ter contribuído para a expansão do peso no total de ocupados somente do subsetor de finanças, dado que os resultados para os demais subsetores não se mostraram significativos.

A subseção 3.2.5 avalia em que medida as variáveis de gasto público social e consumo do Governo, que mensuram o tamanho do Estado, tiveram efeito sobre a participação dos ocupados nos subsetores de análise.

3.2.5 Tamanho do Estado

O período de análise é em geral caracterizado como de retomada do papel do Estado na economia, após décadas de defesa de um Estado mínimo em matéria de política econômica. Conforme notado na subseção 3.2.3, a expectativa de que a maior inserção externa latino-americana apresentasse efeito negativo sobre a participação relativa do subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais, que engloba os serviços sociais, não foi verificada empiricamente. Essa subseção busca expandir a análise: como o tamanho do Estado, medido pelas variáveis de consumo do Governo e gasto público social, teve influência sobre a participação relativa dos subsetores de serviços?

Pelos resultados do modelo, o gasto público social mostrou uma associação negativa e estatisticamente significativa com relação à participação relativa do subsetor de finanças¹³² (Esquema Analítico 1d e Tabela 5). Esse resultado se alinha àquele encontrado para a variável de idosos na população, com o sinal inverso, e pode ser um indicativo de que em países cujo Estado social, medido em termos do gasto público social (%PIB), seja mais robusto, a aquisição via mercado de serviços de natureza social, como os de aposentadoria, seja de menor importância. Pode-se aventar, por exemplo, que quanto maior o gasto público social, menor o componente de aposentadorias privadas. Daí decorreria o impacto negativo da variável de gasto público social sobre o subsetor de serviços financeiros. Conforme esperado, o efeito dessa variável é positivo e significativo sobre o subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais (Esquema Analítico 1f e Tabela 7). Contudo, deve-se ressaltar que a desagregação por atividades (Tabelas 15 a 22) não elucidou a principal atividade por trás dessa associação.

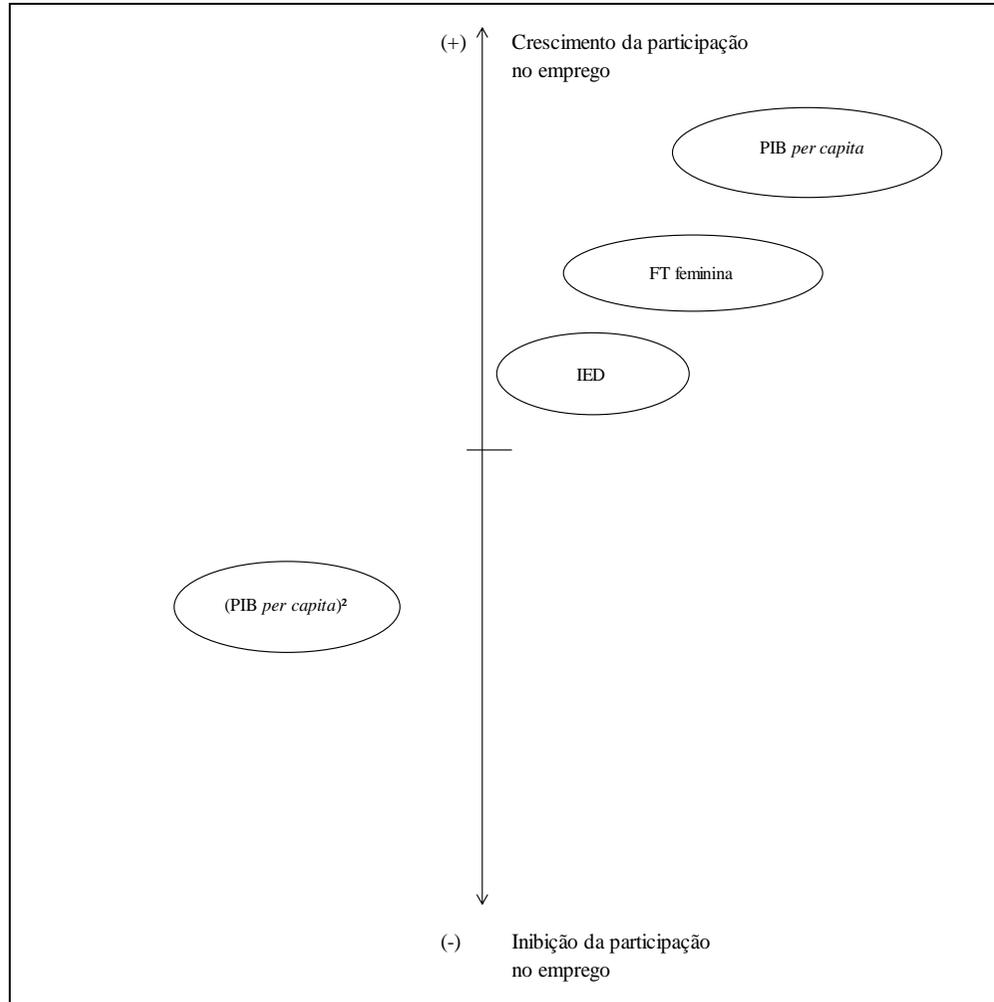
Tratando da variável de consumo do Governo, seu efeito não foi significativo para nenhum dos subsetores de análise (Esquemas Analíticos 1c a 1f e Tabelas 4 a 7), e a investigação por atividades indicou o efeito negativo dessa variável sobre a atividade de saúde (Tabelas 15 a 18).

¹³² Esse resultado deve ser considerado com cautela, na medida em que a especificação de Mundlak não o confirma com significância estatística (Tabela 11).

Conclui-se, portanto, que, se para o agregado do setor de serviços, o gasto público social não apresenta efeito significativo sobre a expansão do percentual do setor terciário no emprego, na análise por subsetores o mesmo fato não se verifica. Essa variável não somente estimula a expansão da participação relativa do subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais, como parece reequilibrar a provisão de bem-estar entre Estado e mercado. Essa última observação se baseia no resultado encontrado para a associação entre o gasto público social e o percentual dos ocupados no subsetor de finanças.

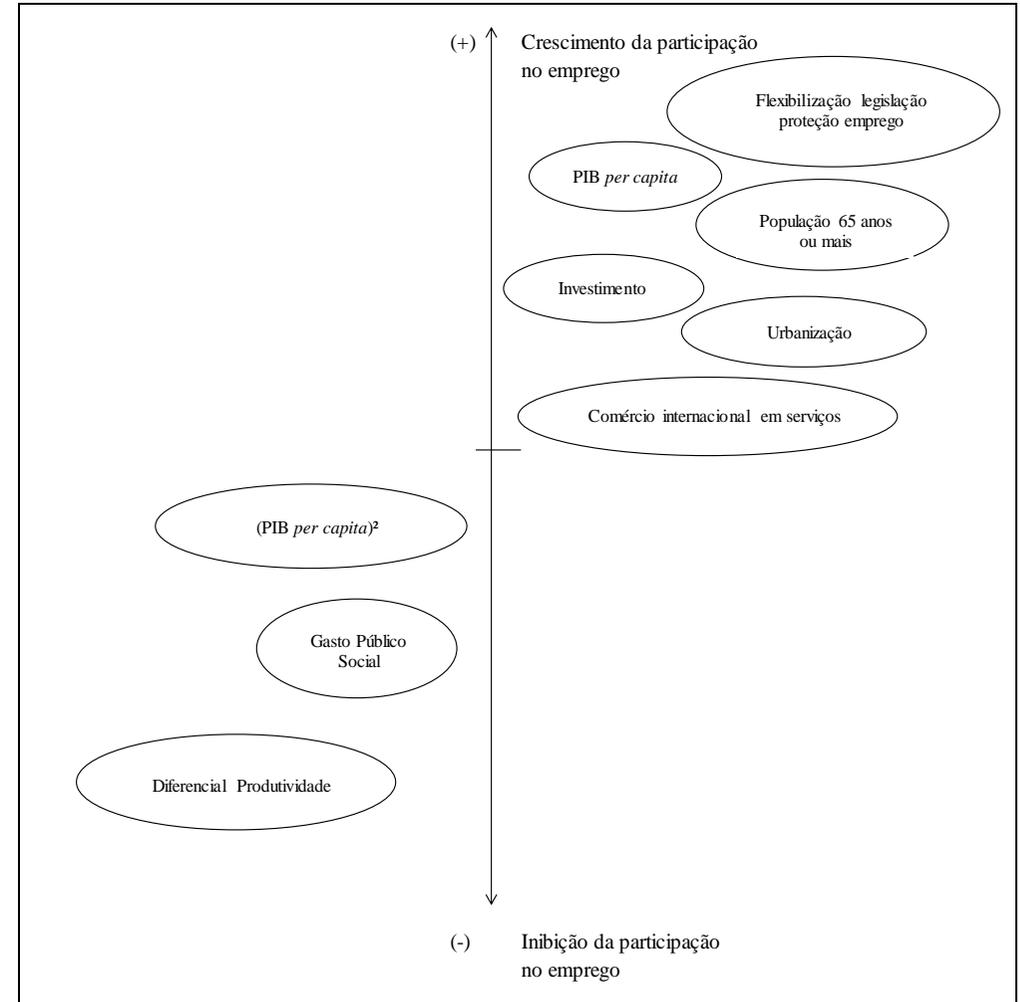
A próxima seção busca sumarizar a discussão efetuada neste capítulo. Nela, os fatores determinantes do crescimento ou inibição da participação relativa dos serviços (Esquema Analítico 1a e Tabela 2) são confrontados com os resultados médios do percentual dos ocupados em serviços para o período 2000-2014. Busca-se, desta forma, compreender por que determinados países – ou grupos de países – são mais efetivos em expandir seu setor terciário, em termos relativos, ao passo que outros se situam dentre aqueles percentualmente menos baseados em serviços na região.

Esquema Analítico 1c - Determinantes do crescimento ou inibição da participação do subsetor de comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes no emprego latino-americano



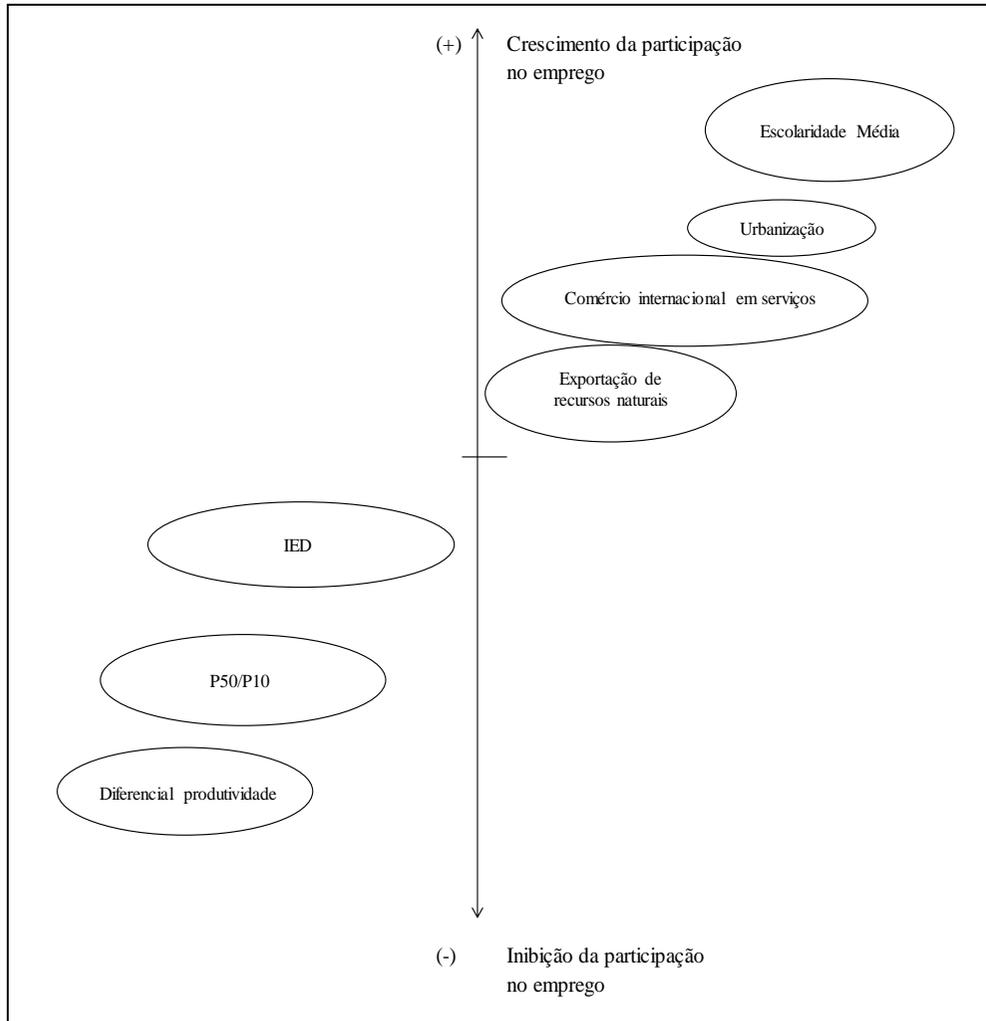
Fonte: Elaboração própria.

Esquema Analítico 1d - Determinantes do crescimento ou inibição da participação do subsetor de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios no emprego latino-americano



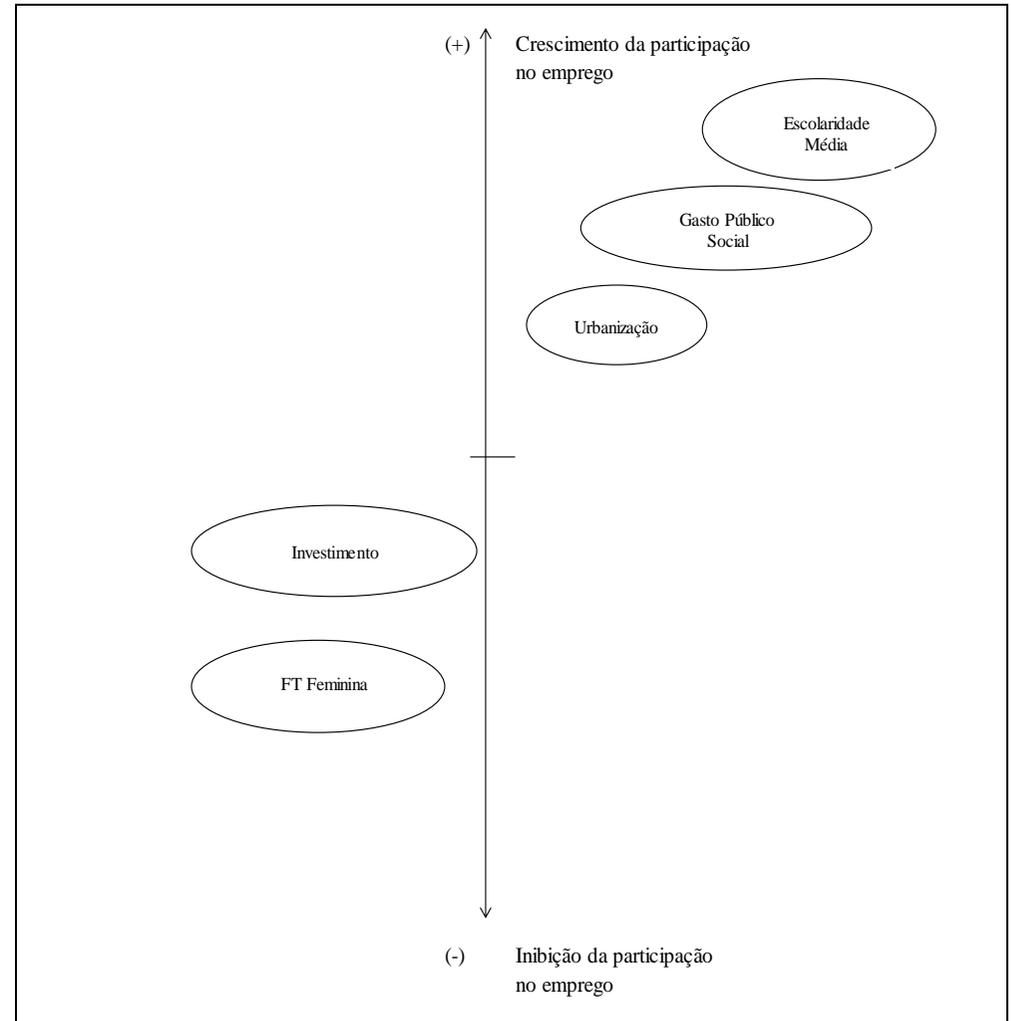
Fonte: Elaboração própria.

Esquema Analítico 1e - Determinantes do crescimento ou inibição da participação do subsetor de transporte, armazenagem e comunicações no emprego latino-americano



Fonte: Elaboração própria.

Esquema Analítico 1f - Determinantes do crescimento ou inibição da participação do subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais no emprego latino-americano



Fonte: Elaboração própria.

4 O CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SERVIÇOS: QUAIS CONFIGURAÇÕES PARA OS PAÍSES LATINO-AMERICANOS?

Essa seção busca averiguar quais as configurações de emprego em serviços na região. Cabe notar que este se trata meramente de um exercício ilustrativo. Uma abordagem completa deveria considerar aspectos como as convenções nacionais de gênero e igualdade. No entanto, uma análise desta natureza foge ao escopo deste capítulo.

O objetivo do exercício elaborado nessa seção é confrontar os resultados obtidos na seção 3 quanto aos fatores determinantes da participação relativa do setor de serviços (Esquema Analítico 1a e Tabela 2) com os dados do peso do setor no total de ocupados, para a média do período 2000-2014. Desta forma, busca-se compreender por que determinados países (ou grupos de países) se mostram como relativamente mais baseados em serviços no total dos ocupados, ao passo que outros países apresentam resultados parcos para este indicador. Esta seção privilegia, portanto, o aspecto sincrônico da análise da ocupação em serviços.

Mapa 1 - Ocupados no setor de serviços, média 2000-2014 (em % Total de ocupados)



Fonte: Cepalstat. Elaboração própria.

O Mapa 1, acima, ilustra o percentual dos ocupados em serviços na média do interregno 2000-2014. Trata-se, portanto, de uma atualização do Mapa 1 do Capítulo 2, considerando os dados da CEPALSTAT e o resultado médio do período. A partir dele pode-se notar que os países do Cone Sul mais a Venezuela e a República Dominicana foram os países cujo percentual dos ocupados no setor de serviços no total dos ocupados foi mais representativo: Argentina (75,1%), Venezuela (68,9%), Uruguai (68,6%), República Dominicana (66,1%) e Chile (64,3%) . Por outro lado, o grupo dos países pequenos mais o México (59,4%) e o Peru (55,3%)¹³³ se configura pelo menor percentual dos ocupados representado por serviços – inferior a 60%. Em posição intermediária encontram-se Costa Rica (63,3%), Panamá (63,1%), Colômbia (62,6%) e Brasil (60,3%).

Quais fatores justificam a alta heterogeneidade da participação dos serviços no total dos ocupados em uma região destacadamente heterogênea? Conforme abordado na subseção 3.1, no que diz respeito ao agregado do setor de serviços, as variáveis de escolaridade média, PIB *per capita*, participação feminina na força de trabalho e urbanização foram os motores da expansão do percentual do setor de serviços no total dos ocupados no interregno 2000-2014. De forma oposta, a maior desigualdade de salários atuou como fator inibidor do crescimento da participação relativa dos serviços.

Como primeira evidência, com exceção da República Dominicana, os países de maior participação relativa dos serviços são aqueles mais urbanizados e de mais alto resultado para o indicador de produto *per capita* (Quadro 3). Adicionalmente, Uruguai e Argentina se classificam entre os seis países de maior participação feminina na força de trabalho (Quadro 3). O indicador de escolaridade média igualmente confirma o destaque dos países do Cone Sul – Chile, Argentina e Uruguai possuem a primeira, segunda e quarta população ativa mais escolarizada da região (Quadro 3). No que se refere à República Dominicana, dentre os fatores-motores da expansão do percentual dos ocupados em serviços no total dos ocupados, seu destaque ocorre somente na variável de desigualdade salarial, a menor dentre os 18 países investigados da região (Quadro 3).

Por outro lado, o grupo dos países pequenos, de menor participação dos ocupados em serviços no total dos ocupados, juntamente ao México e ao Peru, concentra-se dentre aqueles de menor urbanização, menor produto *per capita* e menor escolaridade. Apenas a variável de participação feminina na força de trabalho apresenta comportamento heterogêneo dentre esse grupo de países, sendo menor na Nicarágua, na Guatemala e em Honduras (Quadro 3). O

¹³³ Cabe notar a diferença de posição do Peru entre as bases da ILOSTAT e da CEPALSTAT. Acredita-se que esse resultado seja devido à consideração apenas da área geográfica urbana para a primeira das bases.

resultado mexicano pode ser avaliado por dois principais fatores: menor participação de mulheres na força de trabalho¹³⁴ e alta desigualdade salarial – a maior da região (Quadro 3).

Tratando dos países de resultado intermediário (Costa Rica, Panamá, Colômbia e Brasil), a Costa Rica é de fato um país que apresenta resultados intermédios para todos os indicadores considerados, com exceção da participação feminina na força de trabalho – a sexta menor da região (Quadro 3). O Panamá tende a apresentar resultados intermediários para dois dos indicadores analisados (urbanização e participação feminina na força de trabalho), e a situar-se dentre os países de mais alto PIB *per capita* (sexto da região) e escolaridade média (terceiro da região). Contudo, trata-se de um dos países de maior desigualdade salarial da América Latina – o quarto mais desigual (Quadro 3).

No caso brasileiro, a despeito dos bons resultados para os indicadores de urbanização (quinta maior da região), participação feminina na força de trabalho (quarta maior da região), PIB *per capita* (sétimo maior da região) e desigualdade salarial (terceira menor da região), o ponto de debilidade da expansão do peso relativo dos serviços parece ser a baixa escolaridade média – décima quarta da região, acima somente de El Salvador, Nicarágua, Honduras e Guatemala (Quadro 3).

Por fim, embora a Colômbia apresente resultados acima da mediana para o grau de urbanização e para a participação de mulheres na força de trabalho, os resultados para os demais indicadores são inferiores ao resultado regional. Em especial, na média do período 2000-2014, a Colômbia foi o sétimo país de maior desigualdade salarial da região (Quadro 3).

Desta forma, a alta heterogeneidade regional em termos da participação relativa do setor de serviços parece se justificar por um *mix* de fatores. O alto peso do setor de serviços no Cone Sul parece devido aos melhores resultados para os indicadores de escolaridade média, PIB *per capita*, urbanização e participação feminina na força de trabalho. Por outro lado, para o grupo dos países pequenos da região e dos países de resultados intermediários para a participação relativa dos serviços (Costa Rica, Panamá, Colômbia e Brasil), os fatores de maior relevância são variados. Chama especial atenção o caso brasileiro – a despeito dos resultados altos ou medianos para os fatores analisados, o indicador de escolaridade média parece ser o fator de entrave do maior desenvolvimento da participação relativa do setor de serviços no país.

¹³⁴ Embora se tratem de experiências essencialmente distintas, cabe a ressalva de que o cenário mexicano, de alto percentual da indústria no emprego – o maior da região (17,0% na média do período 2000-2014) –, associado à baixa participação feminina na força de trabalho (35,5% na média do período 2000-2014), assemelha-se à experiência alemã, cuja manutenção do emprego industrial, alto para os padrões observados nos países da OCDE, está atrelada à baixa participação de mulheres na força de trabalho (WREN, 2013).

Quadro 3 - Resumo Estatísticas Indicadores Determinantes - 18 Países AL (média 2000-2014)

Países/Variáveis	% Ocupados setor de serviços	População urbana	PIB <i>per</i> <i>capita</i> PPC ¹	Participação feminina FT	Escolaridade Média	Desigualdade Salarial (P50/P10)
Países Grandes e Médios						
Brasil	60,3	83,4	12,5	42,0	7,9	4,3
Colômbia	62,6	76,8	9,6	41,7	8,6	7,9
México	59,4	76,9	14,1	35,5	8,7	11,7
Peru	55,3	75,5	8,3	44,9	9,2	9,2
Venezuela	68,9	88,0	15,0	38,9	9,1	4,4
Países Pequenos						
Bolívia	46,6	65,0	4,7	42,8	8,5	10,1
Costa Rica	63,3	67,9	11,2	36,5	8,9	5,8
Equador	53,0	62,0	8,4	38,6	9,2	5,7
El Salvador	57,9	63,4	5,7	40,9	7,4	5,3
Guatemala	45,3	47,5	6,1	34,7	5,4	8,9
Honduras	44,9	49,9	3,5	34,3	6,3	9,8
Nicarágua	49,2	56,4	3,7	36,4	6,6	5,5
Panamá	63,1	64,3	13,4	36,9	10,0	9,3
Paraguai	55,5	58,2	8,3	38,7	8,4	7,5
República Dominicana	66,1	69,8	9,6	35,5	8,8	3,5
Cone Sul						
Argentina	75,1	90,3	15,8	41,6	11,0	5,3
Chile	64,3	86,9	15,7	38,0	11,3	3,9
Uruguai	68,6	93,7	14,2	44,2	9,6	5,7

Fonte: População urbana; PIB *per capita* PPC e Participação feminina FT: Banco Mundial.

Escolaridade média e Desigualdade Salarial (P50/P10): Cepalstat. Elaboração Própria.

Nota: ¹Em milhares de dólares.

Tabela 1 - Resumo das Estatísticas Descritivas Setor de Serviços, Indústria e Subsetores de Serviços

Variáveis	Média	DP	Mín.	Máx.	N.Obs.
Participação do setor de serviços no total dos ocupados	60,16	8,56	41,90	77,40	185
Participação do setor industrial no total dos ocupados	12,71	2,40	6,90	19,60	185
Participação dos serviços de comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes no total dos ocupados	23,92	2,76	18,00	34,60	185
Participação dos serviços de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios no total dos ocupados	5,81	1,99	2,60	10,60	172
Participação dos serviços de transporte, armazenagem e comunicações no total dos ocupados	6,21	1,65	0,70	9,30	185
Participação dos serviços comunitários, sociais e pessoais no total dos ocupados	24,62	6,78	14,10	41,20	185
PIB <i>per capita</i> PPC ¹	9,99	4,81	2,63	22,79	270
Diferencial de Produtividade	1,73	0,89	0,82	5,67	270
Investimento	20,50	4,29	11,69	40,63	264
Urbanização	70,88	13,70	45,33	94,95	270
Consumo do Governo	12,85	2,81	7,00	19,81	270
FT feminina	38,99	3,43	32,21	46,11	270
Comércio Internacional	66,74	29,03	21,85	166,70	270
Comércio Internacional em serviços	12,24	7,74	3,77	35,78	270
Exportação de Recursos Naturais	5,43	6,09	0,10	31,58	270
P50/P10	6,75	2,56	3,29	15,50	187
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego	2,31	0,75	1,00	3,00	170
% População de 65 anos ou mais	6,46	2,36	3,68	14,38	270
Gasto Público Social	9,80	2,86	3,18	18,76	255
Escolaridade média	8,76	1,30	4,70	11,60	187
Investimento Estrangeiro Direto (IED)	3,75	2,85	-5,01	16,23	270

Fonte: Elaboração própria.

Nota: ¹Em milhares de dólares.

Tabela 2 - Determinantes da participação do setor de serviços no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios

Variável Dependente: Participação dos ocupados no setor de serviços no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	25.03*** (4.24)	5.94 (5.61)	24.99*** (4.49)	23.14*** (4.22)	25.23*** (6.42)	25.07*** (4.49)	25.03*** (4.23)
PIB <i>per capita</i>	1.30*** (0.30)	0.18 (0.31)	1.31*** (0.32)	1.50*** (0.31)	2.51*** (0.58)	1.29*** (0.31)	1.20*** (0.33)
(PIB <i>per capita</i>) ²	-0.04*** (0.01)	-0.01 (0.01)	-0.04*** (0.01)	-0.04*** (0.01)	-0.09*** (0.02)	-0.04*** (0.01)	-0.03*** (0.01)
Diferencial de Produtividade	0.09 (0.46)	1.09*** (0.41)	0.12 (0.49)	0.24 (0.48)	0.61 (0.75)	0.09 (0.46)	0.27 (0.49)
Investimento	-0.05 (0.05)	-0.01 (0.05)	-0.06 (0.06)	-0.08 (0.06)	-0.06 (0.08)	-0.05 (0.06)	-0.06 (0.05)
Urbanização	0.37*** (0.08)	0.15** (0.08)	0.37*** (0.08)	0.37*** (0.07)	0.26*** (0.09)	0.37*** (0.08)	0.37*** (0.08)
% População de 65 anos ou mais		0.42 (0.42)					
FT feminina		0.39*** (0.14)					
Escolaridade média		2.56*** (0.40)					
Comércio Internacional			0.00 (0.01)				
Comércio Internacional em serviços				0.08 (0.05)			
Exportação de Recursos Naturais			-0.01 (0.05)	-0.02 (0.04)			
IED			0.03 (0.06)	0.02 (0.06)			
P50/P10					-0.30** (0.12)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					0.89 (1.44)		
Consumo do Governo						-0.01 (0.09)	
Gasto Público Social							0.04 (0.11)
Teste de Hausman ($P > \lambda^2$)	0.97	0.01	0.55	0.00	0.78	0.99	0.37
Teste BP ($P > \lambda^2$)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
R ² <i>within</i>	0.60	0.74	0.60	0.60	0.65	0.60	0.59
R ² <i>between</i>	0.73	0.61	0.74	0.78	0.79	0.73	0.75
R ²	0.66	0.53	0.67	0.72	0.69	0.67	0.68
N. Observações	183	167	183	183	92	183	172

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 3 - Determinantes da participação do setor industrial no emprego, 2000-2014. Efeitos aleatórios

Variável Dependente: Participação dos ocupados no setor industrial no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	24.46*** (2.46)	31.52*** (3.64)	23.59*** (2.67)	19.87*** (2.74)	21.39*** (4.27)	27.27*** (2.58)	25.78*** (2.56)
PIB <i>per capita</i>	-0.29 (0.19)	-0.29 (0.21)	-0.39** (0.20)	-0.30 (0.19)	-0.24 (0.44)	-0.20 (0.18)	-0.28 (0.20)
(PIB <i>per capita</i>) ²	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.02)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)
Diferencial de Produtividade	-0.73*** (0.28)	-1.07*** (0.29)	-0.94*** (0.30)	-0.88*** (0.30)	-1.02** (0.51)	-0.70** (0.28)	-0.80*** (0.30)
Investimento	0.09*** (0.03)	0.07** (0.04)	0.10*** (0.04)	0.08** (0.03)	0.10 (0.07)	0.06* (0.03)	0.07** (0.03)
Urbanização	-0.13*** (0.04)	0.01 (0.05)	-0.11** (0.05)	-0.08* (0.05)	-0.06 (0.06)	-0.15*** (0.04)	-0.13*** (0.05)
% População de 65 anos ou mais		0.15 (0.24)					
FT feminina		-0.31*** (0.09)					
Escolaridade média		-0.64** (0.27)					
Comércio Internacional			0.00 (0.01)				
Comércio Internacional em serviços				0.10*** (0.03)			
Exportação de Recursos Naturais			0.05 (0.03)	0.04 (0.03)			
IED			0.00 (0.04)	-0.02 (0.04)			
P50/P10					-0.08 (0.10)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					-0.54 (0.81)		
Consumo do Governo						-0.15*** (0.06)	
Gasto Público Social							-0.12* (0.07)
Teste de Hausman ($P > \lambda^2$)	0.00	0.00	0.00	0.11	0.59	0.00	0.00
Teste BP ($P > \lambda^2$)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
R ² <i>within</i>	0.56	0.55	0.56	0.59	0.40	0.57	0.57
R ² <i>between</i>	0.00	0.16	0.00	0.00	0.10	0.00	0.00
R ²	0.01	0.19	0.01	0.01	0.22	0.01	0.01
N. Observações	183	167	183	183	92	183	172

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 4 - Determinantes da participação do subsetor de comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios

Variável Dependente: Participação dos ocupados em serviços de comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	21.65*** (3.02)	12.04** (5.49)	23.25*** (3.44)	23.79*** (3.23)	16.91*** (5.36)	19.86*** (3.29)	22.02*** (3.20)
PIB <i>per capita</i>	0.68** (0.27)	0.53* (0.32)	0.78*** (0.28)	0.70** (0.28)	0.19 (0.60)	0.65** (0.27)	0.66** (0.29)
(PIB <i>per capita</i>) ²	-0.02*** (0.01)	-0.02** (0.01)	-0.02*** (0.01)	-0.02** (0.01)	-0.02 (0.02)	-0.02** (0.01)	-0.02** (0.01)
Diferencial de Produtividade	0.56 (0.40)	0.66 (0.45)	0.70 (0.44)	0.69 (0.43)	0.30 (0.55)	0.60 (0.41)	0.44 (0.44)
Investimento	0.02 (0.05)	0.05 (0.06)	0.00 (0.06)	0.00 (0.06)	0.15 (0.11)	0.04 (0.05)	0.02 (0.05)
Urbanização	-0.05 (0.05)	-0.06 (0.07)	-0.07 (0.06)	-0.08 (0.05)	0.04 (0.07)	-0.05 (0.05)	-0.03 (0.06)
% População de 65 anos ou mais		-0.07 (0.35)					
FT feminina		0.28** (0.14)					
Escolaridade média		0.06 (0.41)					
Comércio Internacional			-0.01 (0.01)				
Comércio Internacional em serviços				-0.04 (0.05)			
Exportação de Recursos Naturais			-0.02 (0.04)	-0.03 (0.04)			
IED			0.12** (0.06)	0.12* (0.06)			
P50/P10					-0.21 (0.16)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					0.92 (0.80)		
Consumo do Governo						0.13 (0.09)	
Gasto Público Social							-0.12 (0.11)
Teste de Hausman ($P > \lambda^2$)	0.47	0.54	0.00	0.00	0.23	0.93	0.51
Teste BP ($P > \lambda^2$)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
R ² <i>within</i>	0.08	0.09	0.11	0.11	0.07	0.09	0.09
R ² <i>between</i>	0.02	0.11	0.02	0.02	0.41	0.02	0.01
R ²	0.03	0.06	0.03	0.03	0.27	0.02	0.03
N. Observações	183	167	183	183	92	183	172

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 5 - Determinantes da participação do subsetor de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios

Variável Dependente: Participação dos ocupados em serviços de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	-5.09*** (1.46)	-6.49** (2.71)	-5.17*** (1.61)	-6.22*** (1.49)	-4.03** (2.00)	-3.82*** (1.49)	-4.96*** (1.38)
PIB <i>per capita</i>	0.54*** (0.14)	0.50*** (0.17)	0.57*** (0.14)	0.66*** (0.14)	0.46** (0.21)	0.57*** (0.13)	0.57*** (0.14)
(PIB <i>per capita</i>) ²	-0.02*** (0.00)	-0.02*** (0.01)	-0.02*** (0.00)	-0.02*** (0.00)	-0.01** (0.01)	-0.02*** (0.00)	-0.02*** (0.00)
Diferencial de Produtividade	-0.61*** (0.20)	-0.19 (0.26)	-0.57** (0.23)	-0.48** (0.22)	-0.52** (0.24)	-0.72*** (0.19)	-0.74*** (0.19)
Investimento	0.12*** (0.03)	0.11*** (0.03)	0.10*** (0.03)	0.08*** (0.03)	0.01 (0.03)	0.10*** (0.03)	0.12*** (0.03)
Urbanização	0.09*** (0.03)	0.02 (0.04)	0.09*** (0.03)	0.09*** (0.02)	0.09*** (0.03)	0.09*** (0.02)	0.11*** (0.02)
% População de 65 anos ou mais		0.34* (0.18)					
FT feminina		0.07 (0.07)					
Escolaridade média		0.19 (0.22)					
Comércio Internacional			0.00 (0.01)				
Comércio Internacional em serviços				0.06** (0.02)			
Exportação de Recursos Naturais			-0.01 (0.02)	-0.01 (0.02)			
IED			0.03 (0.04)	0.01 (0.04)			
P50/P10					-0.02 (0.05)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					0.62* (0.36)		
Consumo do Governo						-0.08 (0.05)	
Gasto Público Social							-0.12** (0.06)
Teste de Hausman ($P > \lambda^2$)	0.11	0.00	-	0.46	0.00	0.00	0.00
Teste BP ($P > \lambda^2$)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
R ² <i>within</i>	0.32	0.36	0.31	0.33	0.47	0.33	0.34
R ² <i>between</i>	0.77	0.73	0.79	0.81	0.82	0.76	0.80
R ²	0.62	0.60	0.65	0.66	0.71	0.62	0.66
N. Observações	170	154	170	170	83	170	159

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 6 - Determinantes da participação do subsetor de transporte, armazenagem e comunicações no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios

Variável Dependente: Participação dos ocupados em serviços de transporte, armazenagem e comunicações no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	1.31 (1.37)	0.71 (2.01)	0.30 (1.44)	-0.74 (1.39)	2.76 (2.11)	1.77 (1.47)	1.15 (1.44)
PIB <i>per capita</i>	0.09 (0.11)	-0.18 (0.11)	0.00 (0.11)	0.05 (0.11)	0.45** (0.20)	0.10 (0.11)	0.05 (0.12)
(PIB <i>per capita</i>) ²	0.00 (0.00)	0.01** (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	-0.01* (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)
Diferencial de Produtividade	-0.36** (0.16)	-0.30* (0.16)	-0.49*** (0.17)	-0.43*** (0.17)	-0.20 (0.25)	-0.37** (0.16)	-0.28 (0.17)
Investimento	0.02 (0.02)	0.02 (0.02)	0.04** (0.02)	0.04* (0.02)	0.00 (0.03)	0.02 (0.02)	0.02 (0.02)
Urbanização	0.06** (0.02)	0.06** (0.03)	0.07*** (0.02)	0.08*** (0.02)	0.02 (0.03)	0.06** (0.02)	0.05** (0.03)
% População de 65 anos ou mais		-0.16 (0.14)					
FT feminina		-0.06 (0.05)					
Escolaridade média		0.63*** (0.15)					
Comércio Internacional			0.00 (0.01)				
Comércio Internacional em serviços				0.04* (0.02)			
Exportação de Recursos Naturais			0.03* (0.02)	0.03* (0.02)			
IED			-0.06*** (0.02)	-0.07*** (0.02)			
P50/P10					-0.13*** (0.05)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					0.05 (0.43)		
Consumo do Governo						-0.03 (0.03)	
Gasto Público Social							0.06 (0.04)
Teste de Hausman ($P > \lambda^2$)	0.51	0.11	0.50	0.00	0.02	-	-
Teste BP ($P > \lambda^2$)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
R ² <i>within</i>	0.29	0.36	0.34	0.34	0.41	0.29	0.28
R ² <i>between</i>	0.36	0.63	0.38	0.45	0.35	0.36	0.38
R ²	0.24	0.52	0.26	0.33	0.25	0.25	0.24
N. Observações	183	167	183	183	92	183	172

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 7- Determinantes da participação do subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios

Variável Dependente: Participação dos ocupados em serviços comunitários, sociais e pessoais no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	9.28** (4.10)	15.77** (6.77)	7.96* (4.35)	7.72* (4.47)	10.67* (6.45)	8.45** (4.30)	7.98* (4.13)
PIB <i>per capita</i>	0.19 (0.32)	-0.12 (0.38)	0.21 (0.34)	0.29 (0.34)	1.56** (0.71)	0.17 (0.33)	0.04 (0.35)
(PIB <i>per capita</i>) ²	0.00 (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	-0.05* (0.03)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)
Diferencial de Produtividade	0.16 (0.49)	0.46 (0.53)	0.29 (0.53)	0.28 (0.53)	-0.12 (0.72)	0.15 (0.49)	0.56 (0.52)
Investimento	-0.23*** (0.06)	-0.24*** (0.06)	-0.23*** (0.06)	-0.23*** (0.06)	-0.25*** (0.12)	-0.22*** (0.06)	-0.23*** (0.06)
Urbanização	0.24*** (0.07)	0.18** (0.09)	0.25*** (0.07)	0.25*** (0.07)	0.15* (0.09)	0.24*** (0.07)	0.23*** (0.07)
% População de 65 anos ou mais		0.43 (0.46)					
FT feminina		-0.32* (0.17)					
Escolaridade média		1.10** (0.50)					
Comércio Internacional			0.01 (0.02)				
Comércio Internacional em serviços				0.04 (0.06)			
Exportação de Recursos Naturais			-0.05 (0.05)	-0.04 (0.05)			
IED			-0.05 (0.07)	-0.05 (0.07)			
P50/P10					-0.19 (0.18)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					-0.39 (1.06)		
Consumo do Governo						0.05 (0.10)	
Gasto Público Social							0.24** (0.12)
Teste de Hausman ($P > \lambda^2$)	0.18	0.11	0.04	0.08	0.26	0.04	0.07
Teste BP ($P > \lambda^2$)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
R ² <i>within</i>	0.20	0.27	0.20	0.19	0.13	0.20	0.24
R ² <i>between</i>	0.68	0.70	0.72	0.72	0.79	0.68	0.66
R ²	0.65	0.67	0.69	0.69	0.77	0.65	0.61
N. Observações	183	167	183	183	92	183	172

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 8 - Determinantes da participação do setor de serviços no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak

Variável Dependente: Participação dos ocupados no setor de serviços no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	25.03*** (6.06)	5.94 (7.25)	24.99*** (7.84)	23.14*** (6.87)	25.23*** (5.50)	25.07*** (6.07)	25.03*** (5.84)
PIB <i>per capita</i>	1.30*** (0.51)	0.18 (0.51)	1.31** (0.54)	1.50*** (0.53)	2.51*** (0.59)	1.29** (0.53)	1.20** (0.56)
(PIB <i>per capita</i>) ²	-0.04** (0.01)	-0.01 (0.01)	-0.04** (0.01)	-0.04*** (0.02)	-0.09*** (0.02)	-0.04** (0.02)	-0.03** (0.02)
Diferencial de Produtividade	0.09 (0.66)	1.09*** (0.38)	0.12 (0.75)	0.24 (0.70)	0.61 (0.95)	0.09 (0.67)	0.27 (0.67)
Investimento	-0.05 (0.06)	-0.01 (0.04)	-0.06 (0.07)	-0.08 (0.06)	-0.06 (0.08)	-0.05 (0.05)	-0.06 (0.05)
Urbanização	0.37*** (0.13)	0.15 (0.12)	0.37*** (0.14)	0.37*** (0.12)	0.26*** (0.10)	0.37*** (0.13)	0.37*** (0.13)
% População de 65 anos ou mais		0.42 (0.77)					
FT feminina		0.39* (0.22)					
Escolaridade média		2.56*** (0.60)					
Comércio Internacional			0.00 (0.02)				
Comércio Internacional em serviços				0.08 (0.07)			
Exportação de Recursos Naturais			-0.01 (0.04)	-0.02 (0.04)			
IED			0.03 (0.07)	0.02 (0.07)			
P50/P10					-0.30** (0.15)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					0.89 (1.14)		
Consumo do Governo						-0.01 (0.19)	
Gasto Público Social							0.04 (0.17)
R ² <i>within</i>	0.60	0.74	0.60	0.60	0.65	0.60	0.59
R ² <i>between</i>	0.73	0.61	0.74	0.78	0.79	0.73	0.75
R ²	0.66	0.53	0.67	0.72	0.69	0.67	0.68
N. Observações	183	167	183	183	92	183	172

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 9 - Determinantes da participação do setor industrial no emprego, 2000-2014. Especificação de Mundlak

Variável Dependente: Participação dos ocupados no setor industrial no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	24.46*** (3.94)	31.52*** (5.33)	23.59*** (3.44)	19.87*** (2.73)	21.39*** (4.94)	27.27*** (4.34)	25.78*** (4.13)
PIB <i>per capita</i>	-0.29* (0.16)	-0.29 (0.30)	-0.39** (0.20)	-0.30* (0.16)	-0.24 (0.66)	-0.20 (0.14)	-0.28* (0.16)
(PIB <i>per capita</i>) ²	0.00 (0.00)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.02)	0.00 (0.00)	0.00 (0.01)
Diferencial de Produtividade	-0.73 (0.51)	-1.07*** (0.34)	-0.94 (0.57)	-0.88 (0.54)	1.02 (0.83)	-0.70 (0.51)	-0.80 (0.49)
Investimento	0.09*** (0.03)	0.07* (0.04)	0.10*** (0.03)	0.08** (0.03)	0.10 (0.07)	0.06 (0.04)	0.07** (0.04)
Urbanização	-0.13** (0.06)	0.01 (0.07)	-0.11** (0.05)	-0.08** (0.04)	-0.06 (0.06)	-0.15*** (0.06)	-0.13** (0.06)
% População de 65 anos ou mais		0.15 (0.38)					
FT feminina		-0.31** (0.13)					
Escolaridade média		-0.64** (0.28)					
Comércio Internacional			0.00 (0.01)				
Comércio Internacional em serviços				0.10** (0.05)			
Exportação de Recursos Naturais			0.05 (0.03)	0.04 (0.03)			
IED			0.00 (0.04)	-0.02 (0.03)			
P50/P10					-0.08 (0.08)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					-0.54 (1.05)		
Consumo do Governo						-0.15* (0.09)	
Gasto Público Social							-0.12 (0.08)
R ² <i>within</i>	0.56	0.55	0.56	0.59	0.40	0.57	0.57
R ² <i>between</i>	0.00	0.16	0.00	0.00	0.10	0.00	0.00
R ²	0.01	0.19	0.01	0.01	0.22	0.01	0.01
N. Observações	183	167	183	183	92	183	172

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 10 - Determinantes da participação do subsetor de comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak

Variável Dependente: Participação dos ocupados em serviços de comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	21.65*** (3.22)	12.04*** (4.42)	23.26*** (3.88)	23.79*** (3.85)	16.91*** (5.53)	19.86*** (3.38)	22.02*** (3.30)
PIB <i>per capita</i>	0.68* (0.38)	0.53 (0.39)	0.78** (0.39)	0.70* (0.40)	0.19 (0.61)	0.65* (0.39)	0.66 (0.44)
(PIB <i>per capita</i>) ²	-0.02* (0.01)	-0.02* (0.01)	-0.02* (0.01)	-0.02 (0.01)	-0.02 (0.02)	-0.02* (0.01)	-0.02 (0.01)
Diferencial de Produtividade	0.56*** (0.21)	0.66** (0.32)	0.70*** (0.21)	0.69*** (0.23)	0.30 (0.31)	0.60*** (0.21)	0.44* (0.23)
Investimento	0.02 (0.06)	0.05 (0.06)	0.00 (0.06)	0.00 (0.06)	0.15 (0.12)	0.04 (0.07)	0.02 (0.06)
Urbanização	-0.05 (0.06)	-0.06 (0.09)	-0.07 (0.06)	-0.08 (0.05)	0.04 (0.07)	-0.05 (0.06)	-0.03 (0.06)
% População de 65 anos ou mais		-0.07 (0.35)					
FT feminina		0.28 (0.20)					
Escolaridade média		0.06 (0.39)					
Comércio Internacional			-0.01 (0.01)				
Comércio Internacional em serviços				-0.04 (0.06)			
Exportação de Recursos Naturais			-0.02 (0.04)	-0.03 (0.04)			
IED			0.12 (0.08)	0.12 (0.09)			
P50/P10					-0.21** (0.09)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					0.92 (0.60)		
Consumo do Governo						0.13 (0.10)	
Gasto Público Social							-0.12 (0.10)
R ² <i>within</i>	0.08	0.09	0.11	0.11	0.07	0.09	0.09
R ² <i>between</i>	0.02	0.11	0.02	0.02	0.41	0.02	0.01
R ²	0.03	0.06	0.03	0.03	0.27	0.02	0.03
N. Observações	183	167	183	183	92	183	172

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 11 - Determinantes da participação do subsetor de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak

Variável Dependente: Participação dos ocupados em serviços de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	-5.09* (2.92)	-6.49 (5.83)	-5.17* (2.85)	-6.22* (3.32)	-4.03* (2.13)	-3.82*** (1.45)	-4.96** (2.40)
PIB <i>per capita</i>	0.54*** (0.18)	0.50** (0.21)	0.57*** (0.19)	0.66*** (0.21)	0.46*** (0.17)	0.57*** (0.17)	0.57*** (0.18)
(PIB <i>per capita</i>) ²	-0.02** (0.01)	-0.02* (0.01)	-0.02** (0.01)	-0.02** (0.01)	-0.01** (0.01)	-0.02** (0.01)	-0.02** (0.01)
Diferencial de Produtividade	-0.61** (0.29)	-0.19 (0.28)	-0.57 (0.35)	-0.48 (0.33)	-0.52*** (0.15)	-0.72*** (0.27)	-0.74*** (0.28)
Investimento	0.12** (0.06)	0.11* (0.06)	0.10 (0.07)	0.08 (0.06)	0.01 (0.03)	0.10** (0.04)	0.12** (0.05)
Urbanização	0.09*** (0.03)	0.02 (0.03)	0.09*** (0.03)	0.09** (0.04)	0.09*** (0.02)	0.09*** (0.03)	0.11*** (0.04)
% População de 65 anos ou mais		0.34*** (0.13)					
FT feminina		0.07 (0.11)					
Escolaridade média		0.19 (0.15)					
Comércio Internacional			0.00 (0.01)				
Comércio Internacional em serviços				0.06*** (0.02)			
Exportação de Recursos Naturais			-0.01 (0.02)	-0.01 (0.02)			
IED			0.03 (0.02)	0.01 (0.03)			
P50/P10					-0.02 (0.03)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					0.62* (0.34)		
Consumo do Governo						-0.08 (0.10)	
Gasto Público Social							-0.12 (0.09)
R ² <i>within</i>	0.32	0.36	0.31	0.33	0.47	0.33	0.34
R ² <i>between</i>	0.77	0.73	0.79	0.81	0.82	0.76	0.80
R ²	0.62	0.60	0.65	0.66	0.71	0.62	0.66
N. Observações	170	154	170	170	83	170	159

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 12 - Determinantes da participação do subsetor de transporte, armazenagem e comunicações no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak

Variável Dependente: Participação dos ocupados em serviços de transporte, armazenagem e comunicações no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	1.31 (2.27)	0.71 (2.90)	0.30 (2.84)	-0.74 (2.29)	2.76 (3.23)	1.77 (2.44)	1.15 (2.32)
PIB <i>per capita</i>	0.09 (0.21)	-0.18 (0.19)	0.00 (0.17)	0.05 (0.17)	0.45** (0.22)	0.10 (0.22)	0.05 (0.25)
(PIB <i>per capita</i>) ²	0.00 (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.01)	-0.01 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)
Diferencial de Produtividade	-0.36** (0.18)	-0.30* (0.16)	-0.49*** (0.17)	-0.43** (0.18)	-0.20 (0.17)	-0.37** (0.17)	-0.28 (0.18)
Investimento	0.02 (0.03)	0.02 (0.04)	0.04 (0.04)	0.04 (0.04)	0.00 (0.05)	0.02 (0.04)	0.02 (0.03)
Urbanização	0.06 (0.04)	0.06* (0.03)	0.07* (0.04)	0.08** (0.04)	0.02 (0.03)	0.06 (0.04)	0.05 (0.04)
% População de 65 anos ou mais		-0.16 (0.17)					
FT feminina		-0.06 (0.05)					
Escolaridade média		0.63*** (0.16)					
Comércio Internacional			0.00 (0.01)				
Comércio Internacional em serviços				0.04** (0.02)			
Exportação de Recursos Naturais			0.03* (0.02)	0.03 (0.02)			
IED			-0.06** (0.03)	-0.07*** (0.02)			
P50/P10					-0.13** (0.06)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					0.05 (0.61)		
Consumo do Governo						-0.03 (0.07)	
Gasto Público Social							0.06 (0.06)
R ² <i>within</i>	0.29	0.36	0.34	0.34	0.41	0.29	0.28
R ² <i>between</i>	0.36	0.63	0.38	0.45	0.35	0.36	0.38
R ²	0.24	0.52	0.26	0.33	0.25	0.25	0.24
N. Observações	183	167	183	183	92	183	172

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 13 - Determinantes da participação do subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak

Variável Dependente: Participação dos ocupados em serviços comunitários, sociais e pessoais no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	9.28** (4.31)	15.77** (6.57)	7.96* (4.52)	7.72* (4.03)	10.67 (7.52)	8.45* (5.06)	7.98* (4.12)
PIB <i>per capita</i>	0.19 (0.50)	-0.12 (0.46)	0.21 (0.52)	0.29 (0.51)	1.56* (0.87)	0.17 (0.52)	0.04 (0.58)
(PIB <i>per capita</i>) ²	0.00 (0.02)	0.01 (0.01)	0.00 (0.02)	0.00 (0.02)	-0.05* (0.03)	0.00 (0.02)	0.00 (0.02)
Diferencial de Produtividade	0.16 (0.38)	0.46 (0.49)	0.29 (0.38)	0.28 (0.42)	-0.12 (0.70)	0.15 (0.37)	0.56* (0.34)
Investimento	-0.23*** (0.07)	-0.24*** (0.07)	-0.23*** (0.07)	-0.23*** (0.08)	-0.25* (0.15)	-0.22*** (0.08)	-0.23*** (0.07)
Urbanização	0.24*** (0.09)	0.18* (0.10)	0.25*** (0.09)	0.25*** (0.08)	0.15 (0.11)	0.24*** (0.09)	0.23** (0.10)
% População de 65 anos ou mais		0.43 (0.55)					
FT feminina		-0.32* (0.18)					
Escolaridade média		1.10* (0.58)					
Comércio Internacional			0.01 (0.01)				
Comércio Internacional em serviços				0.04 (0.06)			
Exportação de Recursos Naturais			-0.05 (0.05)	-0.04 (0.05)			
IED			-0.05 (0.05)	-0.05 (0.06)			
P50/P10					-0.19 (0.13)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					-0.39 (1.12)		
Consumo do Governo						0.05 (0.12)	
Gasto Público Social							0.24* (0.14)
R ² <i>within</i>	0.20	0.27	0.20	0.19	0.13	0.20	0.24
R ² <i>between</i>	0.68	0.70	0.72	0.72	0.79	0.68	0.66
R ²	0.65	0.67	0.69	0.69	0.77	0.65	0.61
N. Observações	183	167	183	183	92	183	172

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 14 - Resumo das Estatísticas Descritivas Atividades de Serviços Seleccionadas

Variáveis	Média	DP	Mín.	Máx.	N.Obs.
Participação da atividade de administração pública e defesa e seguro social compulsório no total dos ocupados	4,83	1,62	1,80	8,50	128
Participação da atividade de saúde e trabalho social no total dos ocupados	3,57	1,36	1,50	7,60	117
Participação da atividade de educação no total dos ocupados	5,37	1,26	3,00	8,10	128
Participação da atividade de domicílios privados no total dos ocupados	5,51	1,63	2,50	9,00	127
PIB <i>per capita</i> PPC ¹	10,09	4,91	2,63	22,79	255
Diferencial de Produtividade	1,67	0,89	0,82	5,67	255
Investimento	20,62	4,36	11,69	40,63	249
Urbanização	71,62	13,73	45,33	94,95	255
Consumo do Governo	13,07	2,72	7,00	19,81	255
FT feminina	39,01	3,52	32,21	46,11	255
Comércio Internacional	66,16	29,74	21,85	166,70	255
Comércio Internacional em serviços	12,62	7,80	3,77	35,78	255
Exportação de Recursos Naturais	5,65	6,20	0,10	31,58	255
P50/P10	6,69	2,64	3,29	15,50	173
Flexibilização da legislação de					
Proteção ao emprego	2,29	0,77	1,00	3,00	160
% População de 65 anos ou mais	6,55	2,40	3,68	14,38	255
Gasto Público Social	10,00	2,81	3,18	18,76	240
Escolaridade média	8,79	1,33	4,70	11,60	173
IED	3,92	2,84	-5,01	16,23	255

Fonte: Elaboração própria.

Nota: ¹Em milhares de dólares.

Tabela 15 - Determinantes da participação da atividade de administração pública e defesa e seguro social compulsório no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios

Variável Dependente: Participação dos ocupados na atividade de administração pública e defesa e seguro social compulsório no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	-1.33 (1.54)	-0.08 (2.36)	-3.32** (1.49)	-3.31** (1.66)	1.61 (1.80)	-0.82 (1.63)	-1.26 (1.67)
PIB <i>per capita</i>	-0.37*** (0.13)	-0.41*** (0.15)	-0.31** (0.13)	-0.28** (0.13)	-0.25 (0.19)	-0.40*** (0.13)	-0.50*** (0.15)
(PIB <i>per capita</i>) ²	0.01** (0.00)	0.01** (0.00)	0.01* (0.00)	0.01 (0.00)	0.01 (0.01)	0.01** (0.00)	0.01*** (0.01)
Diferencial de Produtividade	-0.50** (0.23)	-0.33 (0.23)	-0.15 (0.24)	-0.20 (0.25)	0.10 (0.20)	-0.51** (0.23)	-0.50** (0.24)
Investimento	0.01 (0.02)	0.01 (0.02)	0.00 (0.02)	0.02 (0.02)	-0.01 (0.03)	0.01 (0.02)	0.01 (0.02)
Urbanização	0.13*** (0.03)	0.10*** (0.03)	0.13*** (0.03)	0.13*** (0.03)	0.08*** (0.03)	0.13*** (0.03)	0.14*** (0.03)
% População de 65 anos ou mais		-0.04 (0.16)					
FT feminina		-0.07 (0.06)					
Escolaridade média		0.46*** (0.17)					
Comércio Internacional			0.01*** (0.01)				
Comércio Internacional em serviços				0.04* (0.02)			
Exportação de Recursos Naturais			-0.03* (0.02)	-0.02 (0.02)			
IED			-0.04* (0.02)	-0.04* (0.02)			
P50/P10					-0.21*** (0.06)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					0.08 (0.23)		
Consumo do Governo						-0.05 (0.04)	
Gasto Público Social							-0.06 (0.05)
Teste de Hausman ($P > \lambda^2$)	0.00	0.49	0.00	0.00	0.05	0.09	0.10
Teste BP ($P > \lambda^2$)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
R ² <i>within</i>	0.14	0.17	0.12	0.10	0.10	0.14	0.17
R ² <i>between</i>	0.31	0.48	0.57	0.54	0.87	0.33	0.35
R ²	0.18	0.40	0.45	0.41	0.73	0.20	0.21
N. Observações	125	101	125	125	66	125	115

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 16 - Determinantes da participação da atividade de saúde e trabalho social no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios

Variável Dependente: Participação dos ocupados na atividade de saúde e trabalho social no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	0.49 (1.06)	1.44 (1.48)	-1.44 (1.15)	-2.07* (1.22)	2.76 (2.14)	1.80 (1.10)	1.04 (1.17)
PIB <i>per capita</i>	0.08 (0.09)	0.13 (0.09)	0.00 (0.09)	0.03 (0.09)	0.38* (0.20)	0.03 (0.09)	0.01 (0.11)
(PIB <i>per capita</i>) ²	0.00 (0.00)	-0.01** (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	-0.02** (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)
Diferencial de Produtividade	-0.17 (0.16)	0.09 (0.14)	-0.15 (0.17)	-0.11 (0.18)	-0.32 (0.27)	-0.14 (0.16)	-0.13 (0.17)
Investimento	-0.01 (0.01)	-0.03* (0.02)	-0.02 (0.02)	-0.01 (0.01)	-0.06* (0.03)	-0.02 (0.01)	-0.01 (0.01)
Urbanização	0.04** (0.02)	0.00 (0.02)	0.07*** (0.02)	0.07*** (0.02)	0.02 (0.03)	0.04** (0.02)	0.05** (0.02)
% População de 65 anos ou mais		0.52*** (0.08)					
FT feminina		-0.07** (0.03)					
Escolaridade média		0.13 (0.12)					
Comércio Internacional			0.01*** (0.00)				
Comércio Internacional em serviços				0.04*** (0.01)			
Exportação de Recursos Naturais			-0.01 (0.01)	0.00 (0.01)			
IED			0.00 (0.02)	-0.01 (0.02)			
P50/P10					-0.06 (0.06)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					-0.03 (0.25)		
Consumo do Governo						-0.09*** (0.03)	
Gasto Público Social							-0.07* (0.04)
Teste de Hausman ($P > \lambda^2$)	0.00	0.30	0.01	0.16	0.00	0.24	0.01
Teste BP ($P > \lambda^2$)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
R ² <i>within</i>	0.12	0.32	0.17	0.15	0.19	0.19	0.13
R ² <i>between</i>	0.76	0.89	0.82	0.82	0.43	0.69	0.76
R ²	0.69	0.86	0.80	0.81	0.25	0.64	0.71
N. Observações	114	92	114	114	57	114	104

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 17 - Determinantes da participação da atividade de educação no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios

Variável Dependente: Participação dos ocupados na atividade de educação no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	0.26 (1.09)	1.44 (1.74)	0.18 (1.22)	-0.09 (1.34)	0.35 (1.66)	-0.09 (1.17)	1.00 (1.09)
PIB <i>per capita</i>	-0.45*** (0.10)	-0.43*** (0.11)	-0.43*** (0.10)	-0.43*** (0.10)	-0.34* (0.18)	-0.45*** (0.10)	-0.33*** (0.10)
(PIB <i>per capita</i>) ²	0.02*** (0.00)	0.01*** (0.00)	0.02*** (0.00)	0.02*** (0.00)	0.01** (0.01)	0.02*** (0.00)	0.01*** (0.00)
Diferencial de Produtividade	-0.03 (0.17)	-0.25 (0.18)	-0.06 (0.19)	-0.05 (0.20)	0.27 (0.17)	-0.05 (0.17)	0.03 (0.16)
Investimento	0.01 (0.02)	-0.02 (0.02)	0.02 (0.02)	0.02 (0.02)	0.00 (0.03)	0.01 (0.02)	0.00 (0.01)
Urbanização	0.10*** (0.02)	0.14*** (0.02)	0.10*** (0.02)	0.11*** (0.02)	0.08*** (0.02)	0.11*** (0.02)	0.09*** (0.02)
% População de 65 anos ou mais		-0.12 (0.11)					
FT feminina		-0.13*** (0.04)					
Escolaridade média		0.37*** (0.14)					
Comércio Internacional			0.00 (0.00)				
Comércio Internacional em serviços				0.00 (0.02)			
Exportação de Recursos Naturais			0.00 (0.01)	-0.01 (0.01)			
IED			-0.03** (0.02)	-0.03** (0.02)			
P50/P10					0.03 (0.05)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					0.19 (0.21)		
Consumo do Governo						0.02 (0.03)	
Gasto Público Social							-0.02 (0.04)
Teste de Hausman ($P > \lambda^2$)	0.00	0.00	0.94	-	-	0.00	0.24
Teste BP ($P > \lambda^2$)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
R ² <i>within</i>	0.29	0.45	0.32	0.32	0.09	0.30	0.27
R ² <i>between</i>	0.49	0.64	0.47	0.48	0.73	0.47	0.56
R ²	0.39	0.60	0.37	0.38	0.60	0.37	0.47
N. Observações	125	101	125	125	66	125	115

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 18 - Determinantes da participação da atividade de domicílios privados no emprego. 2000-2014. Efeitos aleatórios

Variável Dependente: Participação dos ocupados na atividade de domicílios privados no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	-2.52 (1.68)	-3.21 (3.19)	-2.51 (1.78)	-3.03 (1.94)	-0.46 (2.92)	-2.38 (1.82)	-3.51** (1.59)
PIB <i>per capita</i>	-0.11 (0.15)	0.10 (0.20)	-0.08 (0.15)	-0.06 (0.15)	0.18 (0.30)	-0.12 (0.15)	-0.19 (0.15)
(PIB <i>per capita</i>) ²	0.00 (0.01)	-0.01 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)	-0.01 (0.01)	0.00 (0.01)	0.00 (0.01)
Diferencial de Produtividade	0.09 (0.26)	0.37 (0.30)	0.45 (0.28)	0.49* (0.29)	-0.14 (0.31)	0.12 (0.27)	-0.23 (0.24)
Investimento	-0.01 (0.02)	-0.05 (0.03)	-0.05** (0.03)	-0.04* (0.02)	-0.11** (0.05)	-0.01 (0.02)	0.02 (0.02)
Urbanização	0.13*** (0.03)	0.09** (0.04)	0.12*** (0.03)	0.12*** (0.03)	0.12*** (0.05)	0.13*** (0.03)	0.16*** (0.03)
% População de 65 anos ou mais		0.05 (0.20)					
FT feminina		0.11 (0.08)					
Escolaridade média		-0.30 (0.24)					
Comércio Internacional			0.01 (0.01)				
Comércio Internacional em serviços				0.03 (0.02)			
Exportação de Recursos Naturais			-0.04* (0.02)	-0.03* (0.02)			
IED			0.09*** (0.02)	0.09*** (0.02)			
P50/P10					-0.21** (0.09)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					0.10 (0.36)		
Consumo do Governo						-0.01 (0.05)	
Gasto Público Social							-0.06 (0.05)
Teste de Hausman ($P > \lambda^2$)	0.21	0.03	0.37	0.27	0.00	0.97	0.33
Teste BP ($P > \lambda^2$)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
R ² <i>within</i>	0.25	0.40	0.35	0.36	0.32	0.26	0.33
R ² <i>between</i>	0.40	0.24	0.46	0.46	0.80	0.39	0.48
R ²	0.40	0.24	0.46	0.47	0.65	0.38	0.50
N. Observações	124	100	124	124	65	124	114

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 19 - Determinantes da participação da atividade de administração pública e defesa e seguro social compulsório no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak

Variável Dependente: Participação dos ocupados na atividade de administração pública e defesa e seguro social compulsório no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	-1.33 (1.95)	-0.08 (2.36)	-3.32* (1.84)	-3.31** (2.05)	1.61 (1.89)	-0.82 (1.69)	-1.26 (1.69)
PIB <i>per capita</i>	-0.37** (0.16)	-0.41* (0.23)	-0.31** (0.12)	-0.28** (0.12)	-0.25 (0.19)	-0.40** (0.16)	-0.50** (0.23)
(PIB <i>per capita</i>) ²	0.01** (0.00)	0.01 (0.01)	0.01** (0.00)	0.01** (0.00)	0.01 (0.01)	0.01** (0.00)	0.01** (0.01)
Diferencial de Produtividade	-0.50** (0.22)	-0.33 (0.24)	-0.15 (0.17)	-0.20 (0.17)	0.10 (0.17)	-0.51** (0.22)	-0.50** (0.21)
Investimento	0.01 (0.02)	0.01 (0.02)	0.00 (0.02)	0.02 (0.02)	-0.01 (0.03)	0.01 (0.02)	0.01 (0.02)
Urbanização	0.13*** (0.04)	0.10** (0.04)	0.13*** (0.03)	0.13*** (0.03)	0.08*** (0.03)	0.13*** (0.04)	0.14*** (0.05)
% População de 65 anos ou mais		-0.04 (0.24)					
FT feminina		-0.07 (0.07)					
Escolaridade média		0.46 (0.34)					
Comércio Internacional			0.01*** (0.01)				
Comércio Internacional em serviços				0.04* (0.02)			
Exportação de Recursos Naturais			-0.03** (0.02)	-0.02 (0.01)			
IED			-0.04*** (0.01)	-0.04* (0.01)			
P50/P10					-0.21*** (0.04)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					0.08 (0.21)		
Consumo do Governo						-0.05 (0.07)	
Gasto Público Social							-0.06 (0.09)
R ² <i>within</i>	0.14	0.17	0.12	0.10	0.10	0.14	0.17
R ² <i>between</i>	0.31	0.48	0.57	0.54	0.87	0.33	0.35
R ²	0.18	0.40	0.45	0.41	0.73	0.20	0.21
N. Observações	125	101	125	125	66	125	115

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 20 - Determinantes da participação da atividade de saúde e trabalho social no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak

Variável Dependente: Participação dos ocupados na atividade de saúde e trabalho social no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	0.49 (2.35)	1.44 (2.40)	-1.44 (2.52)	-2.07 (2.69)	2.76 (2.75)	1.80 (1.84)	1.04 (2.02)
PIB <i>per capita</i>	0.08 (0.13)	0.13 (0.09)	0.00 (0.11)	0.03 (0.12)	0.38*** (0.13)	0.03 (0.12)	0.01 (0.15)
(PIB <i>per capita</i>) ²	0.00 (0.00)	-0.01* (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	-0.02*** (0.00)	0.00 (0.00)	0.00 (0.01)
Diferencial de Produtividade	-0.17 (0.21)	0.09 (0.13)	-0.15 (0.20)	-0.11 (0.22)	-0.32 (0.28)	-0.14 (0.20)	-0.13 (0.21)
Investimento	-0.01 (0.02)	-0.03 (0.02)	-0.02 (0.01)	-0.01 (0.02)	-0.06** (0.02)	-0.02 (0.02)	-0.01 (0.02)
Urbanização	0.04 (0.04)	0.00 (0.03)	0.07 (0.04)	0.07* (0.04)	0.02 (0.05)	0.04 (0.04)	0.05 (0.04)
% População de 65 anos ou mais		0.52*** (0.10)					
FT feminina		-0.07** (0.03)					
Escolaridade média		0.13 (0.15)					
Comércio Internacional			0.01*** (0.00)				
Comércio Internacional em serviços				0.04*** (0.02)			
Exportação de Recursos Naturais			-0.01 (0.01)	0.00 (0.01)			
IED			0.00 (0.01)	-0.01 (0.01)			
P50/P10					-0.06 (0.07)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					-0.03 (0.14)		
Consumo do Governo						-0.09** (0.05)	
Gasto Público Social							-0.07 (0.05)
R ² <i>within</i>	0.12	0.32	0.17	0.15	0.19	0.19	0.13
R ² <i>between</i>	0.76	0.89	0.82	0.82	0.43	0.69	0.76
R ²	0.69	0.86	0.80	0.81	0.25	0.64	0.71
N. Observações	114	92	114	114	57	114	104

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 21 - Determinantes da participação da atividade de educação no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak

Variável Dependente: Participação dos ocupados na atividade de educação no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	0.26 (1.14)	1.44 (2.02)	0.18 (1.32)	-0.09 (1.30)	0.35 (2.13)	-0.09 (1.16)	1.00 (0.79)
PIB <i>per capita</i>	-0.45*** (0.13)	-0.43*** (0.14)	-0.43*** (0.12)	-0.43*** (0.12)	-0.34 (0.32)	-0.45*** (0.13)	-0.33*** (0.11)
(PIB <i>per capita</i>) ²	0.02*** (0.00)	0.01*** (0.00)	0.02*** (0.00)	0.02*** (0.00)	0.01 (0.01)	0.02*** (0.00)	0.01*** (0.00)
Diferencial de Produtividade	-0.03 (0.21)	-0.25 (0.18)	-0.06 (0.20)	-0.05 (0.20)	0.27** (0.13)	-0.05 (0.22)	0.03 (0.24)
Investimento	0.01 (0.02)	-0.02 (0.02)	0.02 (0.03)	0.02 (0.03)	0.00 (0.04)	0.01 (0.02)	0.00 (0.02)
Urbanização	0.10*** (0.02)	0.14*** (0.03)	0.10*** (0.02)	0.11*** (0.02)	0.08** (0.04)	0.11*** (0.02)	0.09*** (0.02)
% População de 65 anos ou mais		-0.12 (0.10)					
FT feminina		-0.13*** (0.05)					
Escolaridade média		0.37** (0.18)					
Comércio Internacional			0.00 (0.00)				
Comércio Internacional em serviços				0.00 (0.01)			
Exportação de Recursos Naturais			0.00 (0.01)	-0.01 (0.01)			
IED			-0.03** (0.02)	-0.03* (0.02)			
P50/P10					0.03 (0.06)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					0.19 (0.20)		
Consumo do Governo						0.02 (0.05)	
Gasto Público Social							-0.02 (0.06)
R ² <i>within</i>	0.29	0.45	0.32	0.32	0.09	0.30	0.27
R ² <i>between</i>	0.49	0.64	0.47	0.48	0.73	0.47	0.56
R ²	0.39	0.60	0.37	0.38	0.60	0.37	0.47
N. Observações	125	101	125	125	66	125	115

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

Tabela 22 - Determinantes da participação da atividade de domicílios privados no emprego. 2000-2014. Especificação de Mundlak

Variável Dependente: Participação dos ocupados na atividade de domicílios privados no total dos ocupados							
Modelo:	1	2	3	4	5	6	7
Constante	-2.52 (1.93)	-3.21 (2.66)	-2.51* (1.47)	-3.03* (1.61)	-0.46 (3.74)	-2.38 (2.21)	-3.51** (1.78)
PIB <i>per capita</i>	-0.11 (0.14)	0.10 (0.16)	-0.08 (0.14)	-0.06 (0.16)	0.18 (0.29)	-0.12 (0.13)	-0.19 (0.13)
(PIB <i>per capita</i>) ²	0.00 (0.01)	-0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)	-0.01 (0.01)	0.00 (0.00)	0.00 (0.00)
Diferencial de Produtividade	0.09 (0.41)	0.37 (0.56)	0.45 (0.55)	0.49 (0.55)	-0.14 (0.51)	0.12 (0.42)	-0.23 (0.26)
Investimento	-0.01 (0.04)	-0.05 (0.05)	-0.05 (0.05)	-0.04 (0.04)	-0.11 (0.09)	-0.01 (0.04)	0.02 (0.02)
Urbanização	0.13*** (0.04)	0.09* (0.05)	0.12*** (0.03)	0.12*** (0.04)	0.12*** (0.04)	0.13*** (0.04)	0.16*** (0.03)
% População de 65 anos ou mais		0.05 (0.21)					
FT feminina		0.11 (0.10)					
Escolaridade média		-0.30 (0.22)					
Comércio Internacional			0.01 (0.01)				
Comércio Internacional em serviços				0.03 (0.03)			
Exportação de Recursos Naturais			-0.04 (0.03)	-0.03 (0.02)			
IED			0.09*** (0.02)	0.09*** (0.02)			
P50/P10					-0.21* (0.12)		
Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego					0.10 (0.25)		
Consumo do Governo						-0.01 (0.06)	
Gasto Público Social							-0.06 (0.05)
R ² <i>within</i>	0.25	0.40	0.35	0.36	0.32	0.26	0.33
R ² <i>between</i>	0.40	0.24	0.46	0.46	0.80	0.39	0.48
R ²	0.40	0.24	0.46	0.47	0.65	0.38	0.50
N. Observações	124	100	124	124	65	124	114

Fonte: Elaboração própria. Nota: ***nível de significância de 1%; **nível de significância de 5%; *nível de significância de 10%.

5 CONCLUSÕES

O setor de serviços se configura como aquele de maior peso relativo no total da ocupação latino-americana, embora em proporções diversas a depender do país investigado. A Argentina é correntemente o país no qual o terciário possui o maior peso relativo, ao passo que países pequenos, como Paraguai, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Bolívia e Nicarágua, configuram-se como os exemplos regionais de menor participação relativa desse setor.

Diante desta evidência, uma pergunta que se torna premente é: por que os países da região diferem entre si no que diz respeito ao indicador de participação do setor de serviços no total de ocupados? Ou ainda, quais fatores determinam que um país latino-americano seja mais (ou menos) baseado em serviços do que os demais casos regionais?

As análises tradicionais apontam as variáveis de renda *per capita* e diferencial de produtividade entre indústria e serviços como os fatores-chave na elucidação dessa questão. No entanto, como discutido no capítulo de referencial teórico, a terciarização da América Latina possui algumas especificidades: o processo ocorreu a um nível de produto *per capita* inferior àquele observado para economias desenvolvidas e, ao contrário das etapas de deslocamento intersetorial propostas, i.e., agricultura-indústria, indústria-serviços, o movimento inicial notado foi da agricultura para os serviços.

A investigação empreendida ao longo deste capítulo, pioneira no estudo latino-americano, buscou elucidar quais os principais fatores-determinantes da participação relativa do setor de serviços. A análise baseou-se nos aspectos teóricos e empíricos discutidos nos capítulos precedentes.

Os resultados confirmam o poder explicativo da variável de produto *per capita*. Desta forma, o crescimento econômico observado na maior parte do período 2000-2014 foi um dos determinantes da expansão do percentual de ocupados no setor de serviços com relação ao total de ocupados. Esse resultado adquire relevância quando contrastado com o cenário da década imediatamente anterior. Nos anos 1990, de acordo com a discussão elaborada no Capítulo 2, o mapa regional encontrava-se segmentado entre os países que cresceram sem gerar empregos e aqueles que geraram empregos a despeito de suas baixas taxas de crescimento. No período tratado, os achados do modelo apontam que produto *per capita* e emprego não foram fatores opostos, ao menos no que se refere à expansão dos ocupados no setor de serviços com relação ao total de ocupados.

Contudo, a relação entre as variáveis de produto e participação relativa do setor de serviços não se mostrou linear – os resultados apontam que deve se observar o efeito da variável de PIB *per capita* sobre a participação relativa desse setor até o limite máximo de 17.701 dólares. Cabe notar que esse montante é inferior àquele obtido nas análises de economias avançadas, embora não tenha sido atingido por nenhum dos países da região na média do período analisado. Os países que se encontravam mais próximos a esse limite são, com exceção do Chile, aqueles que apresentavam, na média do período 2000-2014, os mais altos percentuais de ocupados em serviços.

Desta forma, assim como a expansão relativa dos serviços na região se iniciou a um nível de PIB *per capita* inferior àquele das economias desenvolvidas, existe a tendência de que os países da região devam alcançar um ponto máximo de participação relativa do setor de serviços a um nível menor de produto *per capita* em comparação com as economias desenvolvidas.

O efeito da expansão do produto por habitante não se fez sentir, contudo, sobre todos os subsetores. A influência dessa variável foi apenas significativa sobre os subsetores de comércio e finanças. Sugere-se que esse resultado esteja alinhado ao modelo de crescimento adotado em parte do interregno analisado: de crescimento baseado no consumo de massas e de expansão do crédito.

A segunda das teses da Abordagem Tradicional, que aponta o diferencial de produtividade indústria-serviços como determinante da expansão do emprego em serviços de baixa produtividade, não pôde ser verificada empiricamente ao nível do agregado do setor de serviços. Seu efeito se mostrou negativo e estatisticamente significativo sobre a indústria – fato que valida a primeira ponta da tese –, e sobre os subsetores de finanças e transportes. O efeito dessa variável sobre os subsetores de finanças e transportes se mostra intrigante. Por ele se nota que, se a expansão da produtividade da indústria com relação aos serviços tende a resultar na redução do percentual dos subsetores mais produtivos de serviços no total de ocupados, seu efeito sobre os subsetores de menor produtividade, ou estagnantes, em referência à nomenclatura de Baumol, não é verificado.

Ainda no que se refere aos demais indicadores do modelo básico, investimento e urbanização tiveram seus efeitos positivos confirmados com significância estatística. No que tange à variável de investimento, sua influência foi observada somente sobre o subsetor de finanças. Esse resultado se torna particularmente interessante se contrastado com o quadro teórico construído no Capítulo 1 – os limites entre a atividade industrial e a de serviços são em certa medida imprecisos quando se considera a relação sinérgica entre os dois setores.

Essa afirmação é particularmente verdadeira no que diz respeito às atividades que compõem o subsetor de finanças, seguros, serviços imobiliários e negócios. Tratando do grau de urbanização, seu efeito foi atestado para o agregado do setor de serviços e para três dos quatro subsetores analisados. A exceção reside no subsetor de comércio. Esse achado é em certa medida inesperado, dadas as características da terciarização latino-americana, abordadas no Capítulo 1.

Sob a hipótese de que fatores socioeconômicos e político-institucionais podem contribuir para a explicação do crescimento da participação relativa dos serviços, foi igualmente analisado um conjunto de variáveis apontadas como relevantes pela Abordagem Alternativa, em seus dois enfoques. Dessa análise resulta uma característica particular da expansão do peso do emprego em serviços no interregno considerado. No período, a associação entre desigualdade salarial e participação dos serviços no emprego foi negativa. Ou seja, se o exercício realizado ao longo deste capítulo não permite falar na ausência de um ‘Trilema’¹³⁵ (Capítulo 1) para o caso latino-americano, os resultados parecem ao menos indicar que não existiu um ‘dilema’ entre desigualdade salarial e expansão relativa do setor de serviços no período de análise.

Sugere-se que esse resultado esteja alinhado ao modelo de crescimento do período, que se baseava, dentre outros eixos, na inclusão no consumo de massa de crescente parcela da população, por via do aumento de rendimentos, sobretudo na base da distribuição. Resulta deste achado que o fenômeno denominado por Kerstenetzky (2016), para o Brasil, de “crescimento redistributivo” parece ter sido também uma realidade na região latino-americana, contemplando adicionalmente o eixo de expansão relativa do setor de serviços.

As alterações demográficas e socioeconômicas regionais se apresentaram como influentes na expansão do setor investigado. A crescente participação feminina na força de trabalho e da escolaridade foram fatores-chave no crescimento da participação relativa do terciário. No que se refere ao percentual de idosos na população, o impacto subsetorial é o ponto de indagação. A partir dos resultados obtidos, a maior participação de idosos na população tem associação com a expansão do subsetor financeiro. Uma possibilidade explicativa é a de que este resultado esteja alinhado às reformas estruturais pelas quais passou a região nas décadas finais do século XX. A partir delas, o recurso a formas de proteção social passa, em alguma medida, pelas atividades do subsetor financeiro. O exemplo típico regional é o do sistema de aposentadorias chileno. Por outro lado, prevalece em alguns países da região

¹³⁵ Reitera-se que os efeitos distributivos do “Trilema” seriam a criação de empregos, o alcance de uma maior igualdade de rendimentos e restrições fiscais.

a crença de que pagar por um serviço, como os de saúde ou educação, é adquirir um serviço de mais alta qualidade. Um resultado encontrado que corrobora essa argumentação foi o de que o maior gasto público social funciona como inibidor da expansão do subsetor de finanças. Esse achado pode ser um indicativo de que o maior gasto social age como um reequilibrador da provisão de bem-estar entre mercado e Estado. Ao contrário dos resultados obtidos para economias avançadas, a crescente inserção externa latino-americana não aponta para uma redução do Estado social em termos de emprego.

A influência de formas mais flexíveis de relações de trabalho não é letra morta no debate público. Pela ótica reformista, mercados de trabalho mais flexíveis são expansores de emprego. O efeito do indicador de flexibilização da legislação de proteção ao emprego foi avaliado setorialmente e por subsetores. Dessa análise pôde-se depreender que a expansão da participação no total de ocupados dele derivada foi observada unicamente no subsetor de finanças. Esse achado pode estar vinculado às características próprias a cada subsetor: participação de vínculos informais, do trabalho temporário e em tempo parcial (subsetor de comércio e atividades de serviços domésticos), e do emprego público (atividades de serviços sociais). Com relação ao subsetor de transportes, os resultados obtidos para a variável de desigualdade salarial parecem indicar que sua expansão está mais alinhada à uma menor desigualdade.

Tomando em consideração os principais resultados obtidos, pode-se estender brevemente o mapa de serviços regional, respondendo à pergunta de por que os diferentes países da região apresentam distintos percentuais de ocupados em serviços. Na média do período de análise, os países do Cone Sul mais a Venezuela e a República Dominicana foram os países mais baseados em serviços da região. Com exceção da República Dominicana, esses são os países mais urbanizados e de maior produto *per capita*. Adicionalmente, Uruguai e Argentina se classificam entre os seis países de maior participação feminina na força de trabalho. O indicador de escolaridade média é igualmente maior nos países do Cone Sul. Por sua vez, o fator motriz do desempenho dominicano parece estar atrelado à baixa desigualdade de salários – a menor da região.

Tratando dos países de menor peso relativo em serviços – México, El Salvador, Paraguai, Peru, Equador, Nicarágua, Bolívia, Guatemala e Honduras –, o grupo dos países pequenos configura-se como de menor urbanização, produto *per capita* e escolaridade. No caso mexicano, o menor percentual do emprego em serviços e maior percentual do emprego industrial parecem se basear na menor participação feminina na força de trabalho e em uma mais alta desigualdade salarial.

Os casos intermediários na participação relativa dos serviços (Costa Rica, Panamá, Colômbia e Brasil) são países que tendem a apresentar debilidade em pelo menos um dos indicadores-determinantes, a despeito dos resultados médios e altos dos demais indicadores. A Costa Rica está entre os países de menor participação feminina na força de trabalho, ao passo que o Panamá e a Colômbia estão entre os países de maior desigualdade salarial.

Tratando especificamente do caso brasileiro, esse foi o país que, conforme visto no Capítulo 2, expandiu a participação relativa dos subsetores distributivo, social e produtivo, e reduziu aquela referente ao subsetor pessoal no período 1980-2014. Os resultados deste capítulo indicam que o país apresenta resultados altos ou intermediários, em comparação com os demais casos regionais, para a maioria dos indicadores-determinantes (PIB *per capita*, urbanização, participação feminina na força de trabalho). Contudo, o indicador de escolaridade média, um dos menores da região, parece ser seu ponto de debilidade. Como resultante dos efeitos do conjunto dessas variáveis, o país está entre os casos intermediários de participação relativa do setor serviços, ao lado de Costa Rica, Panamá e Colômbia.

Ao final desta análise empírica pode-se retomar uma das expectativas apresentadas no Capítulo 1: o fenômeno da expansão da participação relativa dos serviços pode ser aclarado pela incorporação de novas variáveis à análise, além daquelas apontadas pelas teorias tradicionais. Essa afirmação não significa admitir a omissão de parte das variáveis econômicas clássicas de produto *per capita* e produtividade, mas sim que a análise tradicional pode ser por elas complementada.

Em certa medida, os achados desse capítulo corroboram as expectativas de Fourastié (FOURASTIÉ, 1971): os fatores motrizes do crescimento relativo do setor de serviços são aqueles relacionados ao progresso social, em seu sentido mais amplo: populações crescentemente escolarizadas, aumento da participação feminina na força de trabalho, maior grau de urbanização e progresso econômico, medido pelo PIB *per capita*.

ANEXO IIIA
Classificação ISIC Rev.2.0

Setor industrial (ISIC 31-39)

Fabricação de gêneros alimentícios, bebidas e tabaco

 Fabricação de gêneros alimentícios

 Indústrias de bebidas

 Fabricação de tabaco

Indústrias têxteis, de artigos de vestuário e de couro

 Fabricação de têxteis

 Fabricação de artigos de vestuário, exceto calçados

 Fabricação de couro e produtos em couro, substitutos do couro e pele animal, exceto calçados e artigos de vestuário

 Fabricação de calçados, exceto de calçados em borracha vulcanizada ou moldada ou em plástico

Fabricação de madeira e produtos em madeira, incluindo móveis

 Fabricação de produtos em madeira e em madeira e cortiça, incluindo móveis

 Fabricação de móveis e acessórios, exceto os compostos principalmente por metal

Fabricação de papel e produtos em papel, impressão e publicação

 Fabricação de papel e produtos em papel

 Impressão, publicação e indústrias relacionadas

Fabricação de substâncias químicas e de produtos químicos, petróleo, carvão, borracha e plástico

 Fabricação de substâncias químicas industriais

 Fabricação de outros produtos químicos

 Refinarias de petróleo

 Fabricação de produtos variados de petróleo e carvão

 Fabricação de produtos em borracha

 Fabricação de produtos plásticos não classificados em outros itens

Fabricação de produtos minerais não metálicos, exceto produtos de petróleo e carvão

 Fabricação de artigos de cerâmica, porcelana e barro

 Fabricação de vidro e produtos em vidro

Fabricação de outros produtos minerais não metálicos

Indústrias de metais de base

Indústrias de base de ferro e aço

Indústrias de base de metais não ferrosos

Fabricação de produtos em metal, maquinários e equipamentos

Fabricação de produtos em metal, exceto maquinários e equipamentos

Fabricação de máquinas, exceto elétricas

Fabricação de suprimentos, aparelhos e material para máquinas elétricas

Fabricação de equipamentos de transporte

Fabricação de equipamento profissional, científico e de controle e mensuração não classificados em outros itens, e de bens fotográficos e ópticos

Outras indústrias fabris

Subsetor 1: Comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes (ISIC 61-63)

Comércio atacadista

Comércio varejista

Restaurantes e hotéis

Restaurantes, cafés e outros estabelecimentos de consumo de comidas e bebidas

Hotéis, quartos, acampamentos e outros estabelecimentos de hospedagem

Subsetor 2: Finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios (ISIC 81-83)

Instituições financeiras

Seguros

Serviços imobiliários e de negócios

Imobiliários

Serviços de negócios, exceto maquinário e equipamentos de aluguel ou arrendamento

Maquinário e equipamentos de aluguel ou arrendamento

Subsetor 3: Transporte, armazenagem e comunicações (ISIC 71-72)

Transporte e armazenagem

Transporte terrestre

Transporte aquático

Transporte aéreo

Serviços relacionados aos transportes

Comunicação

Subsetor 4: Serviços comunitários, sociais e pessoais (ISIC 91-96)

Administração pública e defesa

Serviços sanitários e similares

Serviços sociais e comunitários relacionados

Serviços de educação

Institutos científicos e de pesquisa

Serviços médicos, dentais, veterinários e outros serviços de saúde

Instituições de bem-estar

Associações trabalhistas, de negócios e profissionais

Outros serviços sociais e relacionados à comunidade

Serviços sociais e comunitários relacionados

Serviços recreativos e culturais

Cinema e outros serviços de entretenimento

Bibliotecas, museus, jardins botânicos e zoológicos, e outros serviços culturais não classificados em outros itens

Serviços de diversão e recreativos não classificados em outros itens

Serviços pessoais e domésticos

Serviços de reparo não classificados em outros itens

Serviços de lavanderia, limpeza e tinturaria

Serviços domésticos

Serviços pessoais diversos

Órgãos internacionais e extra territoriais

ANEXO IIIB

Definição variáveis dependentes e independentes do modelo de dados em painel

Comércio Internacional (%PIB) – Comércio Internacional como percentual do PIB. O comércio internacional é definido como a soma das exportações e importações de bens e serviços. Fonte: Banco Mundial.

Comércio Internacional em serviços (%PIB) – Comércio Internacional em serviços como percentual do PIB. O comércio internacional em serviços é definido como a soma das exportações e importações de serviços. Fonte: Banco Mundial.

Consumo final do Governo (%PIB) – Gasto em consumo final do Governo geral como percentual do PIB. O gasto em consumo final do Governo geral (ou consumo do Governo geral) inclui todas as despesas correntes do Governo para a aquisição de bens e serviços (inclui remuneração dos empregados). Inclui grande parte do gasto com defesa e segurança nacional, mas exclui as despesas militares que compõem a formação de capital do Governo. Fonte: Banco Mundial.

Desigualdade salarial (P50/P10) – Rendimento do trabalho dos ocupados no percentil 50 da distribuição como percentual do rendimento do trabalho dos ocupados no percentil 10 da distribuição. Fonte: Cálculo próprio a partir dos dados da CEPALSTAT.

Diferencial de Produtividade indústria-serviços – Valor adicionado por trabalhador da indústria (incluindo construção), em dólares constantes de 2010 dividido pelo valor adicionado por trabalhador de serviços, em dólares constantes de 2010. O valor adicionado é definido como o produto líquido do setor após a adição de todos os produtos e a subtração dos insumos intermediários. Fonte: Cálculo próprio a partir de dados do Banco Mundial.

Diferencial Produtividade agricultura-serviços – Valor adicionado por trabalhador da agricultura (incluindo silvicultura e pesca), em dólares constantes de 2010 dividido pelo valor adicionado por trabalhador de serviços, em dólares constantes de 2010. O valor adicionado é definido como o produto líquido do setor após a adição de todos os produtos e a subtração dos insumos intermediários. Fonte: Cálculo próprio a partir de dados do Banco Mundial.

Escolaridade média – Média de anos de estudo da população economicamente ativa de 15 anos ou mais. Fonte: CEPALSTAT.

Exportação de Recursos Naturais (%PIB) – Rendas totais de recursos naturais como percentual do PIB. As rendas totais de recursos naturais são a soma das rendas provenientes de petróleo, gás natural, carvão, minerais e recursos florestais. Fonte: Banco Mundial.

Força de Trabalho feminina (%Força de Trabalho Total) – Força de trabalho feminina como percentual da força de trabalho total. A força de trabalho é definida por todos os indivíduos de 15 anos ou mais que ofertam trabalho para a produção de bens e serviços durante um período específico. Fonte: Banco Mundial.

Gasto Público Social (%PIB) – Gasto público do Governo central com as rubricas do gasto social como percentual do PIB. As rubricas do gasto social são: (i) proteção ao meio

ambiente, (ii) habitação e serviços comunitários, (iii) saúde, (iv) atividades recreativas, cultura e religião, (v) educação e (vi) proteção social. Fonte: CEPALSTAT.

Investimento em Formação Bruta de Capital Fixo (%PIB) – O investimento em formação bruta de capital fixo inclui melhoramentos fundiários, instalações fabris, maquinário, aquisição de equipamentos, construção de rodovias, ferrovias e itens relacionados, como escolas, escritórios, hospitais, habitações residenciais privadas e prédios comerciais e industriais. São também considerados formação de capital aquisições líquidas de itens valiosos, de acordo com o Sistema de Contabilidade Nacional de 1993. Fonte: Banco Mundial.

Investimento Estrangeiro Direto (%PIB) – Entradas líquidas de Investimento Estrangeiro Direto como percentual do PIB. O investimento direto estrangeiro é o fluxo líquido do investimento para obter uma gestão de longa duração (10% ou mais de ações com direito a voto) em uma empresa que opera em uma economia outra que a do investidor. É a soma de capital social, reinvestimentos, outros capitais de longo prazo e capitais de curto prazo. A série reporta os fluxos líquidos, i.e., as novas entradas líquidas menos os desinvestimentos de investidores estrangeiros na economia declarante. Fonte: Banco Mundial.

Flexibilização da legislação de Proteção ao emprego – Resultado da combinação de 5 indicadores: (i) flexibilidade na legislação de contratações, (ii) custo esperado da demissão de um trabalhador, (iii) flexibilidade das horas de trabalho, (iv) custo das contribuições da seguridade social e outros impostos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamento (v) e o nível dos salários mínimos como razão da renda *per capita*. Variável discreta, que varia de 1 a 3. Fonte: Construído a partir de dados de Lora (2012 apud HUBER; STEPHENS, 2014).

Participação dos ocupados em serviços comunitários, sociais e pessoais no total dos ocupados – População de 15 anos ou mais ocupada no subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais como percentual do total da população ocupada de 15 anos ou mais (ISIC Rev. 2.0). Fonte: CEPALSTAT.

Participação dos ocupados em serviços de administração pública, defesa e seguro social compulsório no total dos ocupados – População ocupada na atividade de administração pública, defesa e seguro social compulsório como percentual do total da população ocupada (ISIC Rev. 3.1). Fonte: ILOSTAT.

Participação dos ocupados em serviços de atividades de domicílios privados como empregadores e atividades de produção indiferenciadas de domicílios privados no total dos ocupados – População ocupada na atividade de domicílios privados como empregadores e atividades de produção indiferenciadas de domicílios privados como percentual do total da população ocupada (ISIC Rev. 3.1). Fonte: ILOSTAT.

Participação dos ocupados em serviços de comércio, hotéis e restaurantes no total dos ocupados – População de 15 anos ou mais ocupada no subsetor de comércio, hotéis e restaurantes como percentual do total da população ocupada de 15 anos ou mais (ISIC Rev. 2.0). Fonte: CEPALSTAT.

Participação dos ocupados em serviços de educação no total dos ocupados – População ocupada na atividade de educação como percentual do total da população ocupada (ISIC Rev. 3.1). Fonte: ILOSTAT.

Participação dos ocupados em serviços de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios no total dos ocupados – População de 15 anos ou mais ocupada no subsetor de finanças, seguros, serviços imobiliários e de negócios como percentual do total da população ocupada de 15 anos ou mais (ISIC Rev. 2.0). Fonte: CEPALSTAT.

Participação dos ocupados em serviços de saúde e trabalho social no total dos ocupados – População ocupada na atividade de saúde e trabalho social como percentual do total da população ocupada (ISIC Rev. 3.1). Fonte: ILOSTAT.

Participação dos ocupados em serviços de transporte, armazenagem e comunicações no total dos ocupados – População de 15 anos ou mais ocupada no subsetor de transporte, armazenagem e comunicações como percentual do total da população ocupada de 15 anos ou mais (ISIC Rev. 2.0). Fonte: CEPALSTAT.

Participação dos ocupados em serviços no total dos ocupados – População de 15 anos ou mais ocupada no setor de serviços como percentual do total da população ocupada de 15 anos ou mais (ISIC Rev. 2.0). Fonte: CEPALSTAT.

Participação do emprego na indústria no total dos ocupados – População de 15 anos ou mais ocupada no setor industrial como percentual do total da população ocupada de 15 anos ou mais (ISIC Rev. 2.0). Fonte: CEPALSTAT.

População de 65 anos ou mais (% População Total) – População de 65 anos ou mais como percentual da população total. A população é definida como a soma de todos os residentes de determinado país, independentemente de seu status legal ou cidadania. Fonte: Banco Mundial.

PIB *per capita* PPC – Produto Interno Bruto convertido em dólares internacionais PPC (Paridade Poder de Compra). O PIB PPC é a soma do valor adicionado bruto por todos os produtores residentes na economia e de todos os impostos sobre produtos, menos os subsídios não incluídos no valor do produto. É calculado sem as deduções por depreciação de ativos produzidos ou por esgotamento e degradação de recursos naturais. Dados em dólares internacionais correntes com base na rodada de 2011 do *International Comparison Program* (ICP). Fonte: Banco Mundial.

PIB *per capita* PPC² – Quadrado do PIB *per capita* PPC. Fonte: Banco Mundial.

População Urbana (%População Total) – População urbana como percentual da população total. A população urbana se refere às pessoas que vivem em áreas urbanas conforme definido pelos institutos nacionais de estatísticas. Fonte: Banco Mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde sua intensificação, o crescimento relativo do setor de serviços em termos de emprego desafia as categorias analíticas tradicionais de oferta e demanda para a explicação de suas origens e implicações. Pela abordagem tradicional, em seus três enfoques, incrementos de renda per *capita*, do diferencial de produtividade entre setores ou a mudança no padrão de consumo associada ao maior progresso técnico seriam os fatores motores para o processo (inelutável) de transição setorial.

Por essa ótica, o deslocamento da população ativa para os serviços seria dotado de certo grau de automatismo. Ao serem incrementados os fatores acima mencionados, as economias tenderiam a concentrar uma maior e crescente porção de trabalhadores no terceiro dos setores. Em uma lógica por fases, e em um sentido unilateral, o setor primário daria lugar ao secundário e, posteriormente, ao setor terciário.

A esses enfoques se seguiram investigações diversas, a partir das quais pôde-se extrair que a validade dos mesmos não tem se mostrado conclusiva. Existem evidências favoráveis e contrárias às proposições dessas teorias. Os resultados parecem depender em grande medida do período analisado e dos países investigados. Em particular, o processo de expansão do setor de serviços latino-americano não se enquadra nesse movimento descrito teoricamente. Trata-se de uma região na qual o setor de serviços se expandiu antes do completo desenvolvimento do setor industrial. Nesse grupo de países, a migração campo-cidade parece ter desempenhado um papel de relevância no processo de transição setorial.

A partir dessa constatação, as interpretações relacionadas à terciarização de países em desenvolvimento, em particular dos países latino-americanos, foram distintas daquelas apresentadas para países desenvolvidos. Para os países latino-americanos, a terciarização seria sinônimo, ou o resultado, do subdesenvolvimento de sua estrutura produtiva – uma terciarização “espúria”, em contraposição à terciarização “genuína” dos países desenvolvidos.

Tendo em vista a insuficiência da Abordagem Tradicional em responder à questão central da tese, a análise voltou-se para um referencial alternativo. Pela ‘Abordagem Alternativa’, desdobrada nas vertentes socioeconômica e político-institucional, variáveis como a mudança na estrutura demográfica, no modo de vida, na participação feminina na força de trabalho, ou mais específicos à configuração político-institucional, como a forma que tomam as políticas de fixação salarial ou o grau de sindicalização, parecem igualmente influenciar a expansão relativa de empregos em serviços. Ainda, por essa ótica, a incorporação de outros fatores à análise, além dos tradicionais, permitiria averiguar o porquê

da alta heterogeneidade do percentual do emprego representando por serviços em distintos países.

Considerando apenas a região latino-americana, os resultados alcançados no Capítulo 2 revelaram que, para o período 1980-2014, assim como as economias avançadas, a região latino-americana teve no setor de serviços seu principal polo ocupacional. Um fator que se ressalta é alta variação existente entre os países da região, o que revela que alguns países se mostram mais efetivos em expandir ocupações no setor em questão, frente à queda relativa dos dois outros setores.

Na região, o setor de serviços é predominantemente baseado em atividades do subsetor de serviços distributivos, ao contrário da experiência das economias avançadas, que são baseadas predominantemente em atividades do subsetor social. Uma primeira inclinação frente a esse resultado é a de endossar as conclusões das análises que caracterizam a terciarização regional como “espúria”. Isto é, o emprego em serviços na região é caracterizado pela alta participação de atividades de baixas barreiras à entrada, menor produtividade e maior informalidade, parte delas pertencente ao subsetor distributivo. A atividade de comércio, por exemplo.

Contudo, mais interessante do que a análise estática se torna a investigação da trajetória tomada por distintos subsetores e atividades de serviços. Por esta ótica, observam-se algumas nuances na análise: embora o subsetor distributivo seja aquele de maior peso relativo no total da ocupação, o incremento na participação relativa de atividades dos subsetores social e produtivo tem sido observada na região latino-americana. Para além de considerações quanto às virtudes desse movimento, que fogem ao escopo da análise proposta, coube verificar o movimento geral, que descaracteriza a região como unicamente baseada em serviços distributivos.

No capítulo 3, os principais fatores apontados na literatura como relevantes para a expansão relativa do setor de serviços (Capítulo 1) foram testados para um conjunto de 18 países latino-americanos no período 2000-2014. Os resultados confirmam o poder explicativo da variável de produto *per capita*. Desta forma, o crescimento econômico observado na maior parte do período 2000-2014 foi um dos determinantes da expansão do percentual de ocupados no setor de serviços com relação ao total de ocupados.

Contudo, a relação entre as variáveis de produto *per capita* e participação relativa do setor de serviços não se mostrou linear, e seu ponto de máximo deve ser alcançado a um nível de produto *per capita* inferior àquele das economias desenvolvidas. Desta forma, assim como a expansão relativa dos serviços na região se iniciou a um nível de PIB *per capita* inferior

àquele das economias desenvolvidas, existe a tendência de que se deva alcançar um ponto máximo de participação relativa do setor de serviços a um nível menor de produto *per capita* em comparação com as economias desenvolvidas.

A segunda das teses da Abordagem Tradicional, que aponta o diferencial de produtividade indústria-serviços como determinante da expansão do emprego em serviços de baixa produtividade, não pôde ser verificada empiricamente ao nível do agregado do setor de serviços. Seu efeito se mostrou negativo e estaticamente significativo sobre a indústria – fato que valida a primeira ponta da tese –, e sobre os subsetores de finanças e transportes. Mas foi não significativo para os dois subsetores de serviços de menor produtividade (comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes e serviços comunitários, sociais e pessoais).

De forma a testar a hipótese de que fatores socioeconômicos e político-institucionais podem contribuir para a explicação do crescimento da participação relativa dos serviços, foi igualmente analisado um conjunto de variáveis apontadas como relevantes pela Abordagem Alternativa, em seus dois enfoques (Capítulo 1). Dessa análise resultou uma característica particular da expansão relativa do setor de serviços no período considerado: no período, a associação entre desigualdade salarial e participação dos serviços na ocupação foi negativa. Sugere-se que esse resultado esteja alinhado ao modelo de crescimento do período, que se baseava, dentre outros eixos, na inclusão no consumo de massa de crescente parcela da população, por via do aumento de rendimentos, sobretudo na base da distribuição. Resulta deste achado que o fenômeno denominado por Kerstenetzky (2016), para o Brasil, de “crescimento redistributivo” parece ter sido também uma realidade na região latino-americana, contemplando adicionalmente o eixo de expansão relativa do setor de serviços.

Os fatores que resultaram na expansão relativa do agregado do setor de serviços foram, além do PIB *per capita*: a crescente participação feminina na força de trabalho, a maior escolaridade e o maior grau de urbanização. Por subsetores do setor de serviços, os fatores-motrizes variaram. Esse resultado se relaciona às diferentes lógicas de funcionamento de cada subsetor, conforme tratado no Capítulo 1. Em particular, chama a atenção o fato de que a maior participação de idosos na população têm associação com a expansão do subsetor financeiro. Uma possibilidade explicativa é a de que este resultado esteja alinhado às reformas estruturais pelas quais passou a região nas décadas finais do século XX. A partir delas, o recurso a formas de proteção social passa, em alguma medida, pelas atividades do subsetor financeiro. O exemplo típico regional é o do sistema de aposentadorias chileno. Um resultado encontrado que corrobora essa argumentação foi o de que o maior gasto público social funciona como inibidor da expansão do subsetor de finanças. Esse achado pode ser um

indicativo de que o maior gasto público social age como um reequilibrador da provisão de bem-estar entre mercado e Estado.

Além disso, pôde-se avaliar o efeito positivo da variável de investimento sobre a expansão relativa do subsetor de finanças. Essa parece ser uma evidência de que, conforme vem sendo tratado por parte da literatura de serviços (Capítulo 1), a relação entre os setores industrial e de serviços é de complementariedade, e não de oposição.

No que se refere às formas mais flexíveis de relações de trabalho, influentes no debate público, tem-se que, pela ótica reformista, mercados de trabalho mais flexíveis são expansores de empregos. O efeito do indicador de flexibilização da legislação de proteção ao emprego foi avaliado setorialmente e por subsetores. Dessa análise pôde-se depreender que a expansão da participação no total de ocupados dele derivada foi confirmada, com significância estatística, unicamente para o subsetor de finanças. Esse achado pode estar vinculado às características próprias a cada subsetor. No caso do subsetor de finanças, é nele que se concentra parte das atividades de serviços que em geral é subcontratada, como os serviços direcionados aos negócios.

Desta forma, conforme a expectativa construída no Capítulo 1, pode-se concluir que o fenômeno de expansão relativa da participação dos serviços pode ser aclarado pela incorporação de novas variáveis à análise, além daquelas apontadas pela Abordagem Tradicional. Essa afirmação não significa admitir a omissão de parte das variáveis econômicas – Produtividade, progresso técnico ou produto *per capita* parecem ainda variáveis econômicas de relevância. No entanto, análises que a elas se resumam podem omitir fatores, que, conforme se verificou, também contribuem para a construção de um quadro mais amplo do problema em questão.

Nesse sentido, a expansão relativa do setor de serviços não parece um movimento natural. Ela é também resultado de construções sociais e político-institucionais. Caso contrário, perdas de participação relativa nos demais setores podem repercutir em cenário de desocupação, subemprego ou desalento da população ativa.

O exercício realizado parece demonstrar a existência de possibilidades. Isto é, ainda no contexto de países em desenvolvimento como os latino-americanos é possível traçar estratégias de desenvolvimento baseadas em expansão do emprego, menores níveis de desigualdade salarial e indicadores de progresso social. Os resultados do Capítulo 3 demonstram que, no período analisado, esses fatores não estiveram em disputa.

Tratando do setor de serviços como um todo, a expansão relativa de empregos nesse setor se baseou, além do alcance de maiores níveis de progresso econômico, no aumento da

participação de mulheres na força de trabalho, de cidades mais urbanizadas e de uma população mais escolarizada, conforme demonstram os resultados do Capítulo 3. Diante disso, é possível pensar em um conjunto de políticas que impulsionem o efeito dessas variáveis. Como exemplo, políticas de cuidados a idosos e crianças têm se mostrado efetivas em permitir a maior participação econômica feminina. Ademais, maiores níveis de educação são observados em países que expandiram a cobertura de seus sistemas de educação em paralelo ao aumento do gasto público social com essa rubrica.

Podemos tomar esses fatores em perspectiva para analisar a trajetória brasileira recente. Por este ângulo, a nova direção da política econômica nacional, baseada em reformas e na adoção de um teto para o gasto público real, parece contrapor-se – ou reduzir – o efeito das variáveis que têm se mostrado como condutoras da expansão relativa de empregos no setor de serviços. Vale reiterar que esse é o setor que apresenta o maior peso relativo em termos de emprego, seja na região latino-americana, seja no Brasil. Nesse sentido, o caminho tomado não parece o mais efetivo, ao menos se expandir empregos segue sendo um objetivo de política econômica a ser perseguido.

A afirmação de que a nova orientação econômica adotada se contrapõe aos fatores/políticas que obtiveram resultados positivos na primeira década e meia do século XXI não implica assumir que se deva adotar a mimetização de uma experiência pretérita bem sucedida. De fato, o contexto mudou após o período analisado neste estudo. Contudo, a mudança parece ter ocorrido somente no ambiente, e não na eficácia dos fatores. Desta forma, uma aposta assertiva parece ser seguir investindo nos fatores promissores, de forma a contornar os efeitos do meio adverso, em especial se levamos em consideração que, por ora, o crescimento econômico – também uma das variáveis motoras – tem seu efeito reduzido.

REFERÊNCIAS

ANDERSSON, Martin; PALACIO, Andrés. Structural Change and the Fall of Income Inequality in Latin America: Agricultural Development, Inter-sectoral Duality, and the Kuznets Curve. In: BÉRTOLA, Luis; WILLIAMSON, Jeffrey (eds.). **Has Latin American Inequality Changed Direction?** looking over the long run. Cham: Springer Open, 2017.

ALLEN, Roy George Douglas; BOWLEY, Arthur L. **Family expenditures: a study of its variation.** London: P.S. King & Son, 1935.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

ANXO, Dominique; STORRIE, Donald. **The job creation potential of the service sector in Europe.** Luxemburgo: European Commission, 2002.

ARCHIBUGI, Franco. **Tre aspetti innovativi della terziarizzazione.** Roma: IRSIL, 1994.

ARRIETA, Irma Balderas. Maquiladoras Mexicanas. In: JINKINGS, Ivana (Coord.). **Enciclopédia Latinoamericana.** São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/m/maquiladoras-mexicanas>>. Acesso em: maio 2020.

ASKENAZY, Philippe. Travail, un monde en mutation. **La revue pour l’histoire du CNRS**, n. 24, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Foreign direct investment, net inflows (% of GDP).** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.WD.GD.ZS>>. Acesso em: 1º fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. **GDP per capita, PPP (current international \$).** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.PP.CD>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BANCO MUNDIAL. **General government final consumption expenditure (% of GDP).** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NE.CON.GOVZS>>. Acesso em: 1º fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Gross fixed capital formation (% of GDP).** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NE.GDI.FTOT.ZS>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Industry (including construction), value added per worker (constant 2010 US\$).** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NV.IND.EMPL.KD>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Labor force, female (% of total labor force).** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.TOTL.FE.ZS>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Population ages 65 and above (% of total population).** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.65UP.TO.ZS>>. Acesso em: 1º fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Services, value added per worker (constant 2010 US\$).** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NV.SRV.EMPL.KD>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Total natural resources rents (% of GDP)**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.TOTL.RT.ZS>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Trade (% of GDP)**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NE.TRD.GNFS.ZS>>. Acesso em: 1º fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Trade in services (% of GDP)**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/BG.GSR.NFSV.GD.ZS>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Urban population (% of total population)**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.URB.TOTL.IN.ZS>>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BAUER, Peter Thomas; YAMEY, Basil S. Economic Progress and Occupational Distribution. **The Economic Journal**, v. 61, n. 244, p.741-755, dez. 1951.

BAUM, Christopher F. **An Introduction to Modern Econometrics Using Stata**. Texas: Statacorp Lp, 2006.

BAUMOL, William J. Macroeconomics of Unbalanced Growth: the Anatomy of Urban Crisis. **The American Economic Review**, v. 57, n. 3, p.415-426, jun. 1967.

BAUMOL, William J. On Mechanisms Underlying the Growing Share of Service Employment in the Industrialized Economies. In: GREGORY, Mary; SALVERDA, Wiemer; SCHETTKAT, Ronald (Org.). **Services and Employment: Explaining the U.S - European Gap**. Princeton: Princeton University Press, 2007. p. 63-80.

BAUMOL, William J. **The Cost Disease: Why Computers Get Cheaper and Health Care Doesn't**. New Haven/London: Yale University Press, 2012.

BAUMOL, William J.; BLACKMAN, Sue Anne Batey.; WOLFF, Edward N. Unbalanced Growth Revisited: Asymptotic Stagnancy and New Evidence. **The American Economic Review**, v. 75, n. 4, p.806-817, set. 1985.

BELL, Daniel. **The Coming of the Post-industrial Society**. New York: Basic, 1973.

BERTOLA, Giuseppe. **Aggregate and disaggregated aspects of employment and unemployment**: European University Institute And Università di Torino, 2001. 28 p. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/63d4/29c793dbb48474e2046e4eea106c518e50b1.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

BÉRTOLA, Luis; OCAMPO, José Antonio. **O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BIVENS, Josh *et al.* **Raising America's Pay: Why It's Our Central Economic Policy Challenge**. Washington: Economic Policy Institute, 2014. Disponível em: <<http://www.epi.org/files/pdf/65287.pdf>>. Acesso em: fev. 2018.

BLANCHARD, Olivier. **The Economic Future of Europe**. Cambridge: National Bureau Of Economic Research, 2004. Working Paper n° 10310. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w10310.pdf>>. Acesso em: dez. 2017.

BONILLA, Horaclio; MOROTTI, Fernanda Gdynia. Peru. In: JINKINGS, Ivana (Coord.). **Enciclopédia Latinoamericana**. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/p/peru>>. Acesso em: nov. 2019.

BOSCH, Gerhard; LEHNDORFF, Steffen. Introduction: service economies - high road or low road?. In: BOSCH, Gerhard; LEHNDORFF, Steffen (Ed.). **Working in the Service Sector: A Tale from Different Worlds**. New York: Routledge, 2005.

BOSCH, Gerhard; WAGNER, Alexandra. Économies de services en Europe et raisons de la croissance de l'emploi dans les services. **Sociologie Du Travail**, v. 46, n. 4, p.451-475, out./dez. 2004.

BOSCH, Gerhard; WAGNER, Alexandra. Measuring economic tertiarization. In: BOSCH, Gerhard; LEHNDORFF, Steffen (Ed.). **Working in the Service Sector: A Tale from Different Worlds**. New York: Routledge, 2005.

CANO, Wilson. Economia. In: JINKINGS, Ivana (Coord.). **Enciclopédia Latinoamericana**. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/economia>>. Acesso em: 20 out. 2019.

CÁRDENAS, Enrique; OCAMPO, José Antonio; THORP, Rosemary. Industrialization and the State in Latin America: The Post War Years. In: CÁRDENAS, Enrique; OCAMPO, José Antonio; THORP, Rosemary (Ed.). **An Economic History of Twentieth-Century Latin America: Volume 3: Industrialization and the State in Latin America: The Postwar Years**. Basingstoke; Nova Iorque: Palgrave Press e St. Martin's, 2000.

CARNEIRO, Francisco Galvão. Informalidade e Terceirização: duas tendências opostas?. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 4, p.41-49, out./dez. 94.

CEPAL. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe 2013**. Santiago: CEPAL, 2014.

CEPAL. **La hora de la Igualdad: Brechas por cerrar, caminos por abrir**. Brasília: CEPAL, 2010.

CEPALSTAT. **Distribución del ingreso laboral de los ocupados por deciles de ingreso, según área geográfica**. Disponível em: <<https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegrada.asp?IdAplicacion=1&idTema=363&idIndicador=2269&idioma=e>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

CEPALSTAT. **Estructura de la población ocupada por sector de actividad económica, según sexo y área geográfica**. Disponível em: <<https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=122&idioma=e>> Acesso em: 6 jan. 2020.

CEPALSTAT. **Gasto público según clasificación por funciones del gobierno (en porcentajes del PIB)**. Disponível em: <<https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=3127&idioma=e>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

CEPALSTAT. **Promedio de años de estudio de la población económicamente activa de 15 años y más según sexo y por área geográfica**. Disponível em: <<https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=1221&idioma=>>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

CLARK, Colin. **The Conditions of Economic Progress**. 2. ed. Edinburgh: London Macmillan & Co. Ltd., 1951.

CLARK, Colin. **The conditions of economic progress**. London: Macmillian, 1940.

D'AGOSTINO, Antonello; SERAFINI, Roberta; WARD-WARMEDINGER, Melanie. **Sectoral Explanations of Employment in Europe: The Role of Services**: European Central Bank, 2006. 61 p. Working Paper Series n° 625. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpwps/ecbwp625.pdf?fd7ce5592d16df1774203cb46ad6d729>>. Acesso em: ago. 2016.

DELOITTE. **Latin America Economic Outlook**: Deloitte, 2015.

DENORD, François. Régis Boulat, Jean Fourastié, un expert en productivité: La modernisation de la France (années 1930–années 1950). **Travail Et Emploi**, v. 117, n. 1, p.93-94, jan. 2009.

DEVETTER, François-Xavier; JANY-CATRICE, Florence; RIBAUT, Thierry. **Les services à la personne**. Paris: La Découverte, 2009. 128 p.

DEVETTER, François-Xavier; ROUSSEAU, Sandrine. **Du Balai**. Essai sur le ménage à domicile et le retour de la domesticité. Ivry-Sur-Seine: Raisons d'agir, 2011. 140 p.

DÍAZ FUENTES, Daniel. On the Limits of the Post-Industrial Society Structural Change and Service Sector Employment in Spain. **International Review of Applied Economics**, v. 13, n. 1, p.111-123, 1999.

DJELLAL, Faridah.; GALLOUJ, Camal. **Introduction à l'économie des services**. Grenoble: PUG, 2007. 116 p.

DJELLAL, Faridah; GALLOUJ, Faïz. The productivity challenge in services: measurement and strategic perspective. **The Service Industries Journal**, [s.l.], v. 33, n. 3-4, p.1-18, fev. 2013.

DROUIN, Georges. **L'économie des Services**. Son., color. (2011). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=siGXl-sGjPU&index=32&list=WL>>. Acesso em: fev. de 2017.

DUSSUET, Annie. Le genre de l'emploi de proximité. **Lien Social et Politiques**, n. 47, p. 143-154, 2002.

E&N. **Crece sector servicios en El Salvador**. 2011. Disponível em: <<https://www.estrategiaynegocios.net/centroamericaymundo/centroamerica/elsalvador/470679-330/crece-sector-servicios-en-el-salvador>>. Acesso em: out. 2019.

EL ROSTRO HUMANO DE LAS MIGRACIONES. Direção de Carlos Figueroa. [s.l.]: OIM, 2009. Disponível em: <<https://escinesv.com/documentales/>>. Acesso em: 10 maio 2020.

ELFRING, Tom. New evidence on the expansion of service employment in advanced economies. **Review Of Income And Wealth**, v. 35, n. 4, p.409-440, dez. 1989.

ELFRING, Tom. **Service Sector Employment in Advanced Ecomies**. Aldershot: Avebury, 1988. 238 p.

ENGEL, Ernst. **Die Produktions- und Consumtionsverhältnisse des Königreichs Sachsen, reprinted with Engel (1895), Anlage I, 1-54., 1957.**

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Social Foundations of Postindustrial Economies**. New York: Oxford University Press, 1999. 206 p.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The Incomplete Revolution: Adapting to Women's New Roles**. Cambridge/Malden: Polity Press, 2009.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

FISHER, Allan George Barnard. **The Clash of Progress and Security**. London: MacMillan and Co., Limited, 1935.

FOURASTIÉ, Jean. **A grande esperança do século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

FOURASTIÉ, Jean. **Le Grand Espoir du XXe Siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.

FRANZONI, Juliana Martinez. **Regímenes de bienestar en América Latina**. Madrid: Fundación Carolina – CeALCI, 2007.

FREEMAN, Richard B. Can Marketization of Household Production Explain the Jobs Gap Puzzle?. In: GREGORY, Mary; SALVERDA, Wiemer; SCHETTKAT, Ronald (Org.). **Services and Employment: Explaining the U.S - European Gap**. Princeton: Princeton Universty Press, 2007. p. 198-216.

FUCHS, Victor. **Economic Growth and the rise of service employment**. Cambridge: NBER Working Paper Series, 1980. 32 p. Working Paper Series nº 486. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w0486.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

FUCHS, Victor. **The Service Economy**. New York: National Bureau of Economic Research, 1968.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GADREY, Jean. De la valeur des services. **Futuribles**, Paris, n. 129-130, p. 3-13, fev./mar. 1989.

GADREY, Jean. Emprego, produtividade e avaliação do desempenho dos serviços. In: SALERMO, Mario Sergio (Org.). **Relação de serviço: Produção e avaliação**. São Paulo: SENAC, 2001. p. 23-65. (Série Trabalho e Sociedade).

GADREY, Jean. Les quatre "mondes" des économies de services développés. **Économies et Sociétés: Économie et gestion des services**, v. 11, n. 7, p.1925-1970, dez. 2005.

GADREY, Jean. **Socio-économie des services**. Paris: La Découverte, 2003. Collection Repères.

GALIANI, Sebastian. Mercado de trabalho y reforma laboral en América Latina. In: SERRA, Alicia Bárcena Narcís (Ed.). **Reformas para la cohesión social en América Latina**. Santiago; Barcelona: CEPAL/CIDOB, 2009. p. 219-260.

GARCÍA, Norberto E. Industria Manufacturera y empleo (América Latina 1950-1980). **El Trimestre Económico**, v. 50, n. 200(4), p. 2077-2121, dez. 1983.

GIACINTO, Valter Di.; MINUCCI, Giacinto. **The producer service sector in Italy: long-term growth and its local determinants**: Banca D'Italia, 2007. 60 p. Working Paper Series nº 643.

GUEDES, Graciele Pereira; MONÇORES, Elisa. Empregadas domésticas e cuidadoras profissionais: compartilhando as fronteiras da precariedade. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 36, p.1-24, 14 out. 2019.

GUTIÉRREZ, Javier. **Trade in services: Central America's big opportunity?** 2017. Disponível em: <<https://theglobalamericans.org/2017/02/6566/>>. Acesso em: jun. 2019.

HAUSMAN, Jerry A. Specification Tests in Econometrics, **Econometrica**, v. 46, n. 6, p.1251-1271, 1978.

HIJO, Marco A. Gandásegui. Panamá. In: JINKINGS, Ivana (Coord.). **Enciclopédia Latinoamericana**. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/p/panama>>. Acesso em: out. 2019.

HIRATA, Helena. Trabalho, gênero e dinâmicas internacionais: work, gender and international dynamics. **Revista da ABET**, v. 15, n. 1, p.9-21, jun. 2016.

HIRSCH, Thomas. **Le temps social: Conceptions sociologiques du temps et représentations de l'histoire dans les sciences de l'homme en France (1901-1945)**. L'atelier Du Centre de Recherches Historiques, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/acrh/6325>>. Acesso em: fev. 2018.

HUBER, Eveline; STEPHENS, John D. **Latin American Welfare Dataset, 1960-2014**. 2014. Disponível em: <<https://www.lisdatacenter.org/resources/other-databases/>>. Acesso em: jun. 2017.

IFAD. Structural and rural transformation in Latin America and the Caribbean: Fostering inclusive rural transformation. In: IFAD. **Structural and rural transformation in Latin America and the Caribbean**. Roma: IFAD, 2016. p. 76-97.

ILOSTAT. **Employment by broad sectors (%)**. Disponível em: <<https://ilostat.ilo.org/>>. Acesso em: 30 dez. 2018.

ILOSTAT. **Indicator description**: employment by economic activity. 2019. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/resources/methods/description-employment-by-economic-activity/>. Acesso em: 02 set. 2019.

ILOSTAT. **Employment distribution by economic activity (by sex) (%)**. Disponível em: <<https://ilostat.ilo.org/>>. Acesso em: 30 dez. 2018.

INFANTE, Ricardo. **Desarrollo inclusivo en América Latina**: Textos seleccionados 2009-2016. Santiago: CEPAL, 2016.

IVERSEN, Torben; WREN, Anne. Equality, Employment, and Budgetary Restraint: The Trilemma of the Service Economy. **World Politics**, v. 50, n. 4, p.507-546, jul. 1998.

JACINTO, Paulo de Andrade; RIBEIRO, Eduardo Pontual. Crescimento da produtividade no setor de serviços e da indústria no Brasil: dinâmica e heterogeneidade. **Economia Aplicada**, v. 19, n. 3, p.401-427, jul./set. 2015.

JANY-CATRICE, Florence. **Les services aux entreprises dans la problématique du développement**. Paris: L'harmattan, 1993.

KALDOR, Nicolas. **Causes of growth and stagnation in the world economy**. Cambridge University Press, 1960.

KALWIJ, Adriaan S. *et al.* Comparative Service Consumption in Six Countries. In: GREGORY, Mary; SALVERDA, Wiemer; SCHETTKAT, Ronald (Ed.). **Services and Employment**: Explaining the U.S - European Gap. Princeton: Princeton University Press, 2007. p. 109-140.

KAZTMAN, Rubén. Las transformaciones sectoriales del empleo en América Latina. **Revista de La Cepal**, Santiago, n. 24, p.83-102, dez. 1984.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Consumo social e crescimento redistributivo: Notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 1, p.29-45, mar. 2016.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O estado do bem-estar social na idade da razão**: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

KERSTENETZKY, Celia Lessa; GUEDES, Graciele Pereira. **Welfare state regression during the great recession? the case of Latin American countries**. In: LASA, 2019, Boston.

KERSTENETZKY, Celia Lessa; MACHADO, Danielle Carusi. Labor market development in Brazil: formalization, at last?. In: AMANN, Edmund; AZZONI, Carlos; BAER, Edmund (Ed.). **The Oxford Handbook of the Brazilian Economy**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

KIM, Hyun-Jeong. **The Shift to the Service Economy: Causes and Effects**: Institute for Monetary and Economic Research The Bank of Korea, 2006, 49 p.

KLEIN, Emilio; TOKMAN, Víctor E. La estratificación social bajo tensión en la era de la globalización. **Revista de La Cepal**, Santiago, 72, p. 7-30, dez. 2000.

KON, Anita. **Nova Economia Política dos Serviços**. São Paulo: Perspectiva, 2016. 704 p.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weissaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT, 2010. 40 p. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n. 4).

LAMARCHE, Carlos. Collective bargaining in developing countries. **IZA World Of Labor**, [s.l.], p.1-10, 2015. Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit GmbH.

LAVINAS, Lena. **The Takeover of Social Policy by Financialization: The Brazilian Paradox**. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2017.

LEWIS, William Arthur. Economic Development with Unlimited Supply of Labour. **The Manchester School**, v. 22, p. 139-191, 1954.

LINERA, Álvaro García; SADER, Emir. Bolívia. In: JINKINGS, Ivana (Coord.). **Enciclopédia Latinoamericana**. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/b/bolivia>>. Acesso em: 21 out. 2019.

LORA, Eduardo. **Structural reform in Latin America: What has been reformed and how it can be quantified (updated Version)**: IDB, 75 p. Working Paper Series n° 346, 2012.

MACHINEA, José Luis; KACEF, Osvaldo; WELLER, Jürgen. América Latina en el 2007: situación económica y del mercado de trabajo. In: SERRA, Alicia Bárcena Narcís (Ed.). **Reformas para la cohesión social en América Latina**. Santiago, Barcelona: CEPAL/CIDOB, 2009. p. 11-58.

MANSO, Antonio Palazuelos. Introducción a la realidad económica latinoamericana. In: VERA, Fernando Harto de (Comp.). **América latina, desarrollo, democracia y globalización**. [s.l.]: Trama: Centro de Estudios y Cooperación Para América Latina Cecal, 2000. p. 25-54.

MAS, Jorge Rovira. Costa Rica. In: JINKINGS, Ivana (Coord.). **Enciclopédia Latinoamericana**. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/costa-rica>>. Acesso em: 21 out. 2019.

MCMILLAN, Margaret S.; RODRIK, Dani. **Globalization, Structural Change and Productivity Growth**: NBER, 2011. 54 p. Working Paper Series n° 17143. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w17143>>. Acesso em: mar. 2020.

MÉDA, Dominique. **Le Travail, C'est La Santé ?** [s.l.]. Son., color. (2019). Legendado. Disponível em: <tv5monde.com/emissions/episode/objectif-monde-le-travail-c-est-la-sante>. Acesso em: 3 nov. 2019.

MELO, Hildete Pereira de; ROCHA, Frederico; FERRAZ, Galeno; SABBATO, Alberto Di; DWECK, Ruth. **O setor de serviços no Brasil: uma visão global – 1985/1995**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. 48 p. (Texto para discussão, n. 549).

MELO, Hildete Pereira de.; TELES, Jorge Luis. **Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2247/1/TD_773.pdf>. Acesso em: 7 maio 2020.

MESA-LAGO, Carmelo. A reforma estrutural dos benefícios de seguridade social na América Latina: modelos, características, resultados e lições. In: COELHO, Vera Schattan (Org.). **A reforma da previdência social na América Latina**. São Paulo: FGV, 2003.

MESA-LAGO, Carmelo. **As reformas de previdência na América Latina e seus impactos nos princípios de seguridade social**. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2006. (Volume 23). Coleção Previdência Social. Série traduções.

MESSINA, Julián. **Institutions and Service Employment: A Panel Study for OECD Countries**: European Central Bank, 2004. 43 p. Working Paper Series nº 320. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpwps/ecbwp320.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

MIROUDOT, Sébastien; CADESTIN, Charles. **Services in global value chains: from inputs to value-creating activities**. OECD Trade Policy Papers no. 197, OECD Publishing, Paris, 2017.

MORTENSEN, Dale T.; PISSARIDES, Christopher. New developments in models of search in the labor market. In: ASHENFELTER, Orley; CARD, David (Eds.). **Handbook of Labor Economics**. Amsterdam: Elsevier Science. p. 2567-2627, 1999.

MUNDLAK, Yair. On the Pooling of Time Series and Cross Section Data. **Econometrica**, 46, p. 69-86, 1978.

NACIONES UNIDAS. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago: Naciones Unidas, 2019.

NELSON, Moira; STEPHENS, John D. The Service Transition and Women's Employment. In: WREN, Anne (Ed.). **The Political Economy of the Service Transition**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 147-170.

NETO, Antonio Soares Martins. **Desindustrialização Prematura na América Latina? Uma Breve Análise**. Temas de Economia Aplicada, Informações FIPE, 2016.

OCAMPO, José Antônio; ROS, Jaime. Shifting Paradigms in Latin America's Economic Development. In: OCAMPO, José Antonio; ROS, Jaime (Ed.). **The Oxford Handbook of Latin American Economics**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

OECD. Employment in the Service Economy: A Reassessment. In: OECD. **OECD Employment Outlook**. Paris: OECD, 2000. p. 79-126.

OECD. **The OECD Jobs Study: Facts, Analysis, Strategies**: OECD, 1994.

OIT. **Panorama Laboral 2012**: América Latina y el Caribe. Lima, 2012.

OIT. **Panorama Laboral 2012**: Temas especiales. Lima, 2012.

OIT. **Global Wage Report 2012/13**: Wages and equitable growth. Geneva, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 150 p.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p.219-232, jun. 2010.

PAGÉS, Carmen; PIERRE, Gaëlle; SCARPETTA, Stefano. **Job Creation in Latin America and the Caribbean**: Recent Trends and Policy changes. Washington/Basingstoke: The World Bank/Palgrave Macmillan, 2009.

PALMA, Gabriel. Cuatro fuentes de “desindustrialización” y un nuevo concepto del “síndrome holandés”. In: OCAMPO, José Antonio (Ed.). **Más allá de las reformas**: dinámica estructural y vulnerabilidad macroeconómica. CEPAL, 2005.

PALMA, José Gabriel. De-industrialisation, ‘premature’ de-industrialization and the Dutch disease. **Revista Necat**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p.7-23, jun. 2014.

PATTANAİK, Falguni; NAYAK, Narayan Chandra. **Employment Intensity of Service Sector in India**: Trend and Determinants. 2010 International Conference on Business and Economics Research, IACSIT Press, Kuala Lumpur, 2011.

LE PEN, Claude. Paradoxe de la maladie des coûts. **Societal**, n. 80, p.146-154, 2013. Disponível em: <http://archives.institut-entreprise.fr/sites/default/files/article_de_revue/docs/documents_internes/societal-80-25-lepen-livres.pdf>. Acesso em: set. 2017.

PINTO, Aníbal. Metropolización y terciarización: malformaciones estructurales en el desarrollo latinoamericano. **Revista de La Cepal**, Santiago, n. 24, p.17-38, dez. 1984.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. 151 p.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

RAMOS, Joseph. Urbanización y mercado de trabajo. **Revista de La Cepal**, Santiago, 24, p.63-81, dez. 1984.

RIVAS, Elizabeth Torres. Evolución del Empleo en el Sector Terciario en Venezuela. **Visión Gerencial**, Mérida, v. 5, n. 1, p.72-94, jun. 2006.

ROMERO, Ramón. Honduras. In: JINKINGS, Ivana (Coord.). **Enciclopédia Latinoamericana**. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/h/honduras>>. Acesso em: out. 2019.

ROSTOW, Walt Whitman. **The stages of economic growth: a non-communist manifesto**. Cambridge: Cambridge at the University Press, 1960.

ROWTHORN, Robert. **Korea at the Cross-roads**. ESRC Centre for Business Research, Cambridge University, 1994. Working Paper n. 11. Acesso em: mar. 2020.

ROWTHORN, Robert; COUTTS, Ken. De-industrialisation and the balance of payments in advanced economies. **Cambridge Journal of Economics**, v. 28, n. 5, p.767-790, 2004.

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. **Deindustrialization: Causes and Implications**, IMF Working Papers, 1997. Acesso em: mar. 2020.

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. **Growth, trade and deindustrialization**, IMF Staff Papers, 1999. Acesso em: mar. 2020.

ROWTHORN, Robert; WELLS, John. **De-industrialisation and Foreign Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

RUBALCABA, Luis. **The New Service Economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.

SALVERDA, Wiemer; SCHETTKAT, Ronald. The U.S.-European Gap in Service Employment and Demand: The Research Agenda. In: GREGORY, Mary; SALVERDA, Wiemer; SCHETTKAT, Ronald (Ed.). **Services and Employment: Explaining the U.S - European Gap**. Princeton: Princeton University Press, 2007. p. 15-41.

SANTOS, Vanessa. **A servicificação da manufatura: conceitos, evidências e implicações**. 2018. Disponível em: <<https://economiasdeservicos.com/2018/11/16/a-servificacao-da-manufatura-conceitos-evidencias-e-implicacoes/>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

SEOANE, María. Argentina. In: JINKINGS, Ivana (Coord.). **Enciclopédia Latinoamericana**. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/argentina>>. Acesso em: 21 out. 2019.

SILVA, Sidney Jard D.. Novos modelos previdenciários na América Latina: lições da experiência Argentina. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 312-330, jun. 2008.

SINGELMANN, Joachim. **From Agriculture to services: the transformation of industrial employment**. Beverly Hills: Sage Publications, 1978a.

SINGELMANN, Joachim. The Sectoral Transformation of the Labor Force in Seven Industrialized Countries, 1920-1970. **American Journal Of Sociology**, v. 83, n. 5, p.1224-1234, mar. 1978b.

SOTO, Orlando Núñez; RODRIGUES, Mônica. Nicarágua. In: JINKINGS, Ivana (Coord.). **Enciclopédia Latinoamericana**. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/n/nicaragua>>. Acesso em: 1º nov. 2019.

STORRIE, Donald. Service employment, productivity and growth. In: ANXO, Dominique; STORRIE, Donald. **The job creation potential of the service sector in Europe**. Luxemburgo: European Commission, 2002. p. 35-64.

TABATONI, Pierre. **Jean Fourastié: Empiriste méthodique engagé**. Paris: Académie Des Sciences Morales Et Politiques, 2005. Comité Jean Fourastié - Séance de remise du prix Jean Fourastié 2005. Disponível em: <https://www.asmp.fr/fiches_academiciens/textacad/tabatoni/prix_fourastie_2005.pdf>. Acesso em: set. 2017.

THELEN, Kathleen. **Varieties of liberalization and the new politics of social solidarity**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014.

THORP, Rosemary. **Progress, poverty and exclusion: an economic history of Latin America in the 20th century**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

TOKMAN, Víctor E. De las reformas del consenso a las reformas para el empleo estable y protegido. In: SERRA, Alicia Bárcena Narcís (Ed.). **Reformas para la cohesión social en América Latina**. Santiago; Barcelona: CEPAL/CIDOB, 2009. p. 261-300.

TOKMAN, Víctor E.; MARTÍNEZ, Daniel (Ed.). **Flexibilización en el margen: la reforma del contrato de trabajo**. Lima: OIT, 1999.

TREGENNA, Fiona. Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal Of Economics**, [s.l.], v. 33, n. 3, p.433-466, 18 nov. 2008.

TRONTI, Leonello; SESTINI, Roberta; TOMA, Andrea. Unbalanced growth and employment in services. In: ANXO, Dominique; STORRIE, Donald. **The job creation potential of the service sector in Europe**. Luxemburgo: European Commission, 2002. p. 65-88.

UNITED NATIONS. **International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC) Revision 3.1**. Nova Iorque: United Nations, 2002.

UNITES NATIONS. **International Standard Industrial Classification of All Economic Activities**. Nova Iorque: United Nations, 1968. Statistical Papers Series M No.4, Rev.2.

UWITONZE, Eric; HESHMATI, Almas. **Service Sector Development and its Determinants in Rwanda**. Bonn: IZA, 2016. 42p. (Discussion Paper, n. 10.117).

WELLER, Jürgen. El empleo terciario en América Latina: entre la modernidad y la sobrevivencia. **Revista de La Cepal**, n. 84, p.159-176, dez. 2004.

WELLER, Jürgen. **Empleo en América Latina y el Caribe: Textos seleccionados 2006-2017**. Santiago: CEPAL, 2017.

WELLER, Jürgen. **Reformas Económicas, crecimiento y empleo: Los mercados de trabajo en América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL/Fondo de Cultura Económica, 2000.

WELLER, Jürgen; KALDEWEI, Cornelia. **Empleo, crecimiento sostenible e igualdad**. Santiago: Naciones Unidas, 2013.

WONG, Koi Nyen; TANG, Tuck Cheong. **Foreign direct investment and employment in manufacturing and services sectors: fresh empirical evidence from Singapore**: Monash University Business and Economics, 2008, 13 p. Discussion paper n° 15.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**. Cambridge/Londres: The MIT Press, 2010.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introductory Econometrics: a Modern Approach**. Mason: South Western Educational Publishing, 2012.

WOYTINSKY, Wladimir S. **Three aspects of labor dynamics**. Committee on social security, Social science research council, Washington D.C., 1942.

WREN, Anne. Introduction: The political economy of Post-Industrial Societies. In: WREN, Anne (Ed.). **The Political Economy of the Service Transition**. Oxford: Oxford University Press, 2013. Cap. 1. p. 1-72.

WREN, Anne. Social Investment and The Service Economy Trilemma. In: HEMERIJCK, Anton. **The Uses of Social Investment**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 97-107.

WREN, Anne; FODOR, Maté; THEODOROPOULOU, Sotiria. The Trilemma Revisited: Institutions, Inequality, and Employment Creation in an Era of ICT-Intensive Service Expansion. In: WREN, Anne (Ed.). **The Political Economy of the Service Transition**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 108-146.